

ORGANIZADORES
MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA
PAULO JOSÉ KOLING

TERRA E PODER:

VIVÊNCIAS E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

TERRA E PODER:

VIVÊNCIAS E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO



© 2022, dos Autores

Editoração
Alex Antônio Vanin

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)
EDUARDO KNACK (UFCG)
EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)
FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)
HELION PÓVOA NETO (UFRJ)
HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)
JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)
ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)
VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T323 Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo /
organizadores Marcio Antônio Both da Silva e Paulo
José Koling. – Passo Fundo : Acervus Editora, 2022.
392 p ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-86000-90-0.

1. Brasil - História. 2. Movimentos sociais rurais.
3. Agricultura - História. I. Silva, Marcio Antônio Both
da. II. Koling, Paulo José.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS
NESTA OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo – 99074-360
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99686-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

ORGANIZADORES
MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA
PAULO JOSÉ KOLING

TERRA E PODER:

VIVÊNCIAS E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO



PASSO FUNDO
2022



Pinus Araucária. Valdir Cruz. *Guarapuava*, 2013, p. 5.

SUMÁRIO

Uma introdução à Terra e Poder: vivências e lutas sociais no campo	7
---	----------

Marcio Antônio Both da Silva | Paulo José Koling

PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS AGRÁRIOS NO SUL DO BRASIL

I. Apropriação privada da terra nos sertões sulinos	21
--	-----------

José Carlos Radin

II. “Onde o arco do selvagem e as garras do tigre dão a lei”: a Lei de Terras no Paraná	47
--	-----------

Fabio Pontarolo

III. Autonomia e dependência na Campanha rio-grandense em fins do século XIX	75
---	-----------

Guinter Tlajja Leipnitz

MODERNIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E COOPERATIVISMO

IV. A expansão da agricultura modernizada no Paraná: a estruturação da extensão rural ao complexo agroindustrial	99
---	-----------

Cíntia Wolfart

V. Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná	125
--	------------

Marcos Alexandre Smaniotto

VI. O cooperativismo no Oeste do Paraná e a COOPAVEL	157
---	------------

Irene Spies Adamy

VII. O desenvolvimento de Chapecó nos de 1960: construindo as bases da “Capital do Oeste”	181
--	------------

Arthur Carpenedo Andreani

VIII. Movimento Justiça e Terra: uma opção de luta diante a atuação da Itaipu Binacional	211
<i>Fabiana Stabl Chaparini</i>	
IX. Migrações e conflitos: deslocamento de camponeses do Oeste paranaense para a Amazônia nas décadas de 1970-1980	229
<i>Hiolly Batista Januário de Souza</i>	
X. Levantando Poeiras no/do Chão: estudo das lutas e resistências dos atingidos da Itaipu	251
<i>Paulo José Koling</i>	
XI. A formação do latifúndio Araupel: histórico da cadeia dominial e grilagem de terras no Centro-Sul paranaense	295
<i>Ana Cristina Hammel</i>	

MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NO SUL DO BRASIL

XII. “O começo do fogo”: MASTRO e as raízes hierárquicas do Movimento Sem Terra	331
<i>Jacob Blanc</i>	
XIII. A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início da década de 1960: embates em torno da reforma agrária e mobilização do patronato rural gaúcho	359
<i>Alessandra Gasparotto</i>	
Sobre os autores e autoras	385

Uma introdução à Terra e Poder:

vivências e lutas sociais no campo

PENSAR CRITICAMENTE A HISTÓRIA DO BRASIL TENDO POR MOTE AS VIVÊNCIAS e as lutas sociais no campo é o objetivo principal deste livro. Tema de relevância enorme se levarmos em consideração a atual conjuntura vivenciada no Brasil, mais detidamente o fato de que já avançamos mais de 20 anos do século XXI e, do ponto de vista sanitário, estamos a viver uma situação de pandemia que foi muito comum em períodos distantes da nossa história e que, atualmente, tem ligações diretas com a forma como a agricultura vem se expandindo pelas regiões florestais do mundo¹. Por seu turno, do ponto de vista político, também estamos a lidar com situações que, embora tenham uma roupagem e alguns significados novos, eram recorrentes no passado. Neste âmbito se destaca o fortalecimento de posições, proposições e interpretações de mundo com conteúdo bastante preconceituoso, conservador, fundamentalista (seja nos aspectos da teoria econômica, das vantagens comparativas no tal *agrobusiness*, ou no âmbito de determinadas igrejas com suas teologias da prosperidade e negócios da fé) e, muitas vezes, sustentado em leituras mentirosas e falseadoras dos processos e acontecimentos históricos. Tais visões de mundo também encontram respaldo e apoio dos grupos dominantes agrários relacionados ao agronegócio e, científica

¹ Para uma leitura sobre esta relação entre usos da terra e saúde pública – agricultura e pandemia –, sugerimos o livro *Pandemia e Agronegócio*, de Rob Wallace (2020).

e historiograficamente, vêm sendo definidas como negacionistas, pois uma de suas características é negar ou relativizar o papel da ciência e do conhecimento científico como instrumentos para conhecer e intervir no mundo.

Todavia, o negacionismo também não é uma novidade, pois em outros momentos históricos ele se fez presente em diferentes situações e foi responsável por algumas catástrofes com as quais a humanidade ainda não aprendeu a lidar de forma adequada. Exemplos disso são os regimes totalitários e ditatoriais que vigoraram no mundo ao longo do século XX, embora não tenham sido todos a mesma coisa em todo lugar e tenham tido suas particularidades próprias, também carregavam alguns traços em comum e, um deles, era o de forjar histórias sobre si e sobre os processos que representavam, os quais, muitas vezes, escamoteavam a realidade ou a negavam, também enquanto interpretação das ciências humanas e naturais. Nas últimas décadas, não só no Brasil, mas em diferentes partes do mundo, verificamos que tais traços vêm tomando força novamente e isto tem impactado de diferentes modos a nossa vida em sociedade.

O livro que agora introduzimos está preocupado em debater essas questões e busca produzir e apresentar algumas explicações e leituras que podem nos ajudar a entender um pouco sobre esta história e os processos que estão a ela vinculados, especialmente do ponto de vista do universo rural brasileiro. Ele é resultado de um esforço coletivo realizado por seus autores e autoras, pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado a pensar a história agrária do Brasil.

O livro tem uma história própria, pois vem a público sete anos após o lançamento do “Terra e Poder: abordagens em História Agrária”, publicado em 2015. Na edição aqui apresentada o eixo articulador dos capítulos é o tema “vivências e lutas sociais no campo”, portanto, seu objeto é aprofundar as análises sobre as experiências de organização (populares, patronais rurais e do Estado), sobre as lutas e sobre a vida nos rincões do Brasil. Como no volume anterior, a sua característica principal é possibilitar um lugar para que os estudantes que finalizaram suas dissertações de Mestrado e teses de Doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), apresentem alguns dos resultados de suas pesquisas e ofícios da escrita. Trata-se mais diretamente de investigações sobre a história rural, abran-

gendo diferentes regiões do Paraná e do Brasil, produzidas no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder e defendidas nos últimos sete anos. Acresce-se a isto, algumas ações realizadas a partir do Laboratório Ruralidades, criado no ano de 2018, que reúne docentes, pós-graduandos e graduandos que pesquisam temas sobre a história agrária.

Além de contar com a presença dos capítulos produzidos por estes jovens pesquisadores e pesquisadoras, que estão consolidando seus passos no mundo da pesquisa acadêmica, o livro também é composto por capítulos elaborados por estudiosos/as que estão há mais tempo atuando na área. Alguns dos quais, inclusive, participaram das bancas de qualificação e defesa das dissertações e teses dos mestres e doutores formados pelo PPGH-Unioeste. Outros, por sua vez, são autores de referência que têm produzido pesquisas na área da história agrária e que serviram de ponto de partida e inspiração para estes estudantes.

O *Terra e Poder: vivências e lutas sociais no campo* está dividido em quatro partes, sendo que cada uma delas tem um tema articulador específico, mas no conjunto todos eles se complementam e completam, dando um sentido especial ao livro como um todo. A Primeira Parte, cujo título é *Propriedade da Terra e Conflitos Agrários no Sul do Brasil*, é composta por três capítulos que têm como mote discutir o processo de constituição da propriedade da terra nos estados da região Sul do Brasil e fazem isso dando destaque especial aos debates sobre os conflitos que acompanharam essa história e sobre o lugar das populações rurais neles envolvidos, para as quais a historiografia brasileira voltou sua atenção muito recentemente. Assim, o universo da vida e dos conflitos nos quais estavam envolvidos os homens livres pobres, os imigrantes e colonizadores europeus e seus descendentes, os negros, caboclos, índios e habitantes das regiões de fronteira agrária têm lugar destacado nestas discussões.

Começamos esta parte do livro com as análises de José Carlos Radin, no capítulo *Apropriação privada da terra nos sertões sulinos*. Radin trata da trajetória da apropriação privada da terra no contexto da expansão das fronteiras agrícolas sulinas, com ênfase na territorialização conflituosa e contraditória, derivada sobretudo do processo de colonização imigrante. Salienta os distintos entendimentos acerca da forma de ocupação e de uso da terra/do ambiente, em especial

a partir das implicações resultantes da adoção da Lei de Terras (1850). Também problematiza a questão da territorialidade e dos domínios da terra, confrontando as formas particular e privadas de uso e as de uso coletivo comunitário, com fins sociais da terra e da própria propriedade ou domínio. Ao focar estes embates no estudo de caso da fronteira Oeste de Santa Catarina, José Radin aborda seus significados para um projeto de Nação. Por fim, o autor interage com os agentes e agências, entre estabelecidos e colonizadoras de terra, que passaram a atuar na antiga grande região do Contestado, chamando a atenção para o fato de que “sempre que se fala em colonização e em colonizador, há que se lembrar do colonizado”.

O capítulo seguinte, de autoria de Fabio Pontarolo, *A Lei de Terras no Paraná: “onde o arco do selvagem e as garras do tigre dão a lei”*, está focado nas décadas de 1850 e 1860 e discute as medidas tomadas pelo governo do Paraná, a partir de 1854, no contexto de aplicação da Lei de Terras de 1850. Segundo Pontarolo, a partir dessa lei e visando defender os interesses dos grandes proprietários locais, em especial os estancieiros dos campos de Guarapuava, o governo provincial aprovou normas que limitavam a expansão de pequenas roças que os lavradores pobres mantinham no território das vilas paranaenses dos Campos Gerais. Assim, a aplicação da Lei de Terras na Província do Paraná, em conjunto com a política de imigração estrangeira, tornou cada vez mais rara a possibilidade de acesso direto às terras aos lavradores pobres. No capítulo, Pontarolo problematiza como esses pequenos lavradores foram impactados e como reagiram à Lei de Terras, conectando suas ações com a discussão historiográfica sobre o lugar dos lavradores pobres no Paraná provincial e no Brasil Império. Também situa um dos lugares sociais dos lavradores pobres nas franjas daquelas fronteiras de ocupação nacional e os limites de aproximação e de confronto com os povos originários e o meio natural, onde “o arco do selvagem e as garras do tigre” eram a outra lei.

Para fechar a primeira parte do livro contamos com a participação do historiador Guinter Tlajja Leipiitz, no capítulo *Autonomia e dependência na campanha rio-grandense de fins do século XIX*. O Autor aborda a virada do século XIX para o XX e as transformações que caracterizaram a região Sul do pampa

riograndense nesse período. O fim jurídico do regime de escravidão e o processo de mercantilização da terra provocou mudanças nas relações sociais no ambiente rural. Considerando tal contexto, o foco do autor é tratar dos limites, possibilidades e significados de autonomia e dependência no que tange à vida de trabalhadores e pequenos produtores no município de Uruguaiana, localizado na região da Campanha rio-grandense, limítrofe com Argentina e Uruguai. Segundo o autor, as situações concretas de autonomia e dependência, para essas pessoas, se produziam a partir de relações sociais ainda fortemente marcadas por elementos estruturantes da escravidão, mas gradativamente deslocando-se para parâmetros relativos às condições de acesso à terra e a outros recursos. Numa acurada pesquisa de processos forenses e uma leitura indiciária das fontes, Guinter localiza nestes processos crimes elementos interpretativos de autonomia e dependência dos réus, de testemunhas e de acusadores em meio ao domínio, posse e propriedade da terra.

Na Segunda Parte, *Modernização, Resistência e Cooperativismo*, o foco é tratar do Brasil do século XX, mais precisamente daqueles processos que marcaram a segunda metade desta centúria e que compõe o ambiente de transformações que aconteceram no momento da chamada modernização da agricultura. O capítulo inicial, *A expansão da agricultura modernizada no Paraná: da estruturação da extensão rural ao complexo agroindustrial*, a autora Cíntia Wolfart analisa o processo de expansão da agricultura modernizada no Oeste do Paraná a partir do projeto internacional de extensionismo rural. Esse projeto foi formulado durante e após a Segunda Guerra Mundial, tendo como protagonistas o Estado, instituições públicas e privadas estadunidenses, que integraram e foram pontas de lança do domínio imperialista estadunidense e de empresas multinacionais, a exemplo do grupo Rockefeller, logisticamente financiados pelo programa da Aliança para o Progresso a partir de 1961. No Paraná, este programa foi implantado pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA projeto nº 15), órgão binacional criado no Rio de Janeiro em 1953 a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro. Neste âmbito, Wolfart demonstra que a extensão rural foi responsável pelo trabalho de organização, persuasão e difusão do pacote tecnológico no meio rural brasileiro, resultando, entre outros processos, na cres-

cente subordinação dos trabalhadores rurais ao complexo agroindustrial, bem como ao sistema financeiro público e privado que, praticamente, passou a ser requisito pétreo para o acesso às linhas de crédito agrícola (plantio, maquinaria e safra), estabelecendo a empresa agrícola como meta do moderno.

Em *Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião do Oeste do Paraná*, Marcos Smaniotto aborda questões relacionadas à inserção da modernização da agricultura, em especial no município de Marechal Cândido Rondon, localizado na microrregião do Extremo-Oeste do Paraná, durante as décadas de 1960 e 1970. A microrregião tem como características a colonização privada e previamente planejada, o parcelamento especulativo da terra em pequena propriedade fundiária, a policultura (até então costume e hábito agrícola dos camponeses) e o trabalho familiar especialmente – mas não exclusivamente – de descendentes de (i)migrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas características foram modificadas a partir da segunda metade da década de 1960, momento em que foram implementadas modificações indeléveis na organização tradicional da microrregião. Concentração fundiária, êxodo rural, especulação imobiliária da terra no meio rural e no meio urbano, entre outras, são modificações que se apresentaram naquele momento.

Ainda articulado com o tema da modernização na e da agricultura, Irene Spies Adamy desenvolve o capítulo *A Coopavel e o cooperativismo no Oeste do Paraná*. Neste caso, a autora apresenta aspectos do cooperativismo, inicialmente agrícola e depois também agroindustrial, no Oeste do Paraná, com destaque para a participação da classe patronal rural por meio da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL) na organização de um arranjo produtivo voltado para a dinamização e expansão do agronegócio regional, seja em termos da produtividade primária quanto na verticalização empresarial da cadeia produtiva nos setores de transformação. A Coopavel, assim como as demais cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná foram criadas no contexto da mecanização da agricultura e da introdução de novas relações de produção no campo regional, no final da década de 1960 e início dos anos 70, e colaboraram para alterar significativamente as relações com a terra. Nessa direção, Adamy debate o tema

das cooperativas como instrumentos a serviço da expansão e reprodução do capital e sua vinculação com a economia nacional e ao capitalismo globalizado, favorecendo a integração da economia local e regional nas relações econômicas do mercado internacional. A autora também aprofunda a análise ao interligar o bloco integral do arranjo produtivo da Coopavel e as estratégias empresariais do grupo seletivo dos dirigentes que permaneceram por décadas na administração central da cooperativa. Também trata do programa educativo do Show Rural da Coopavel, do domínio e controle que este setor agroindustrial dinâmico tem na economia e na política (sociedade política e sociedade civil) local e a própria territorialização do circuito do movimento do capital (produção, circulação e acumulação, local, regional e internacional) que o patronato rural de origem agrária estabeleceu no *locus* do seu domínio.

O capítulo *O desenvolvimento de Chapecó nos anos 1960: construindo as bases da “Capital do Oeste”*, do autor Arthur Andreani encerra a segunda parte do livro. Em seu estudo, Andreani discute o processo de construção da cidade de Chapecó como “Capital do Oeste” de Santa Catarina no decorrer dos anos 1960 e início dos anos 1970. Esse desenvolvimento, de acordo com o autor, esteve ligado ao crescimento da atividade agroindustrial, especificamente dos frigoríficos especializados no abate de aves e suínos, interligados à produção primária regional. Além disso, para Andreani, todo esse processo é consequência do projeto estadual de desenvolvimento com base na formulação de um plano industrial via intervenção estatal por meio de um programa de investimentos induzidos, com forte influência da corrente econômica desenvolvimentista, que dominou as políticas econômicas do Estado brasileiro principalmente a partir dos anos 1950, viabilizado com a criação do Secretaria de Negócios do Oeste (SNO), no ano de 1963, e seu uso estratégico – pessoal, empresarial e municipal – em favor do polo de Chapecó. Além de pesquisas em fontes jornalísticas da imprensa, bem como de publicações de agências do Estado de Santa Catarina e de pesquisadores que trataram do desenvolvimentismo barriga-verde, Arthur Andreani cartografou as relações pessoais, políticas e empresariais construídas nas décadas de 1960 e de 1970 no Oeste catarinense, que consolidou Chapecó como “capital do Oeste”.

O tema que articula a Terceira Parte do livro é *Lutas Sociais no Campo Pa-*

ranaense: latifúndio, igrejas, partidos e migrações. Aqui o olhar está direcionado aos estudos que têm o estado do Paraná como objeto e que buscam contar alguns aspectos da história agrária paranaense ao longo do século XX, algumas de suas particularidades e vicissitudes. Iniciamos com o capítulo de autoria de Fabiana Chaparini *Movimento Justiça e Terra: uma opção de luta diante da atuação da Itaipu Binacional.* Em suas análises Chaparini aborda o processo de expropriação dos pequenos proprietários de terras pela Itaipu Binacional, durante as décadas de 1970 e 1980. O episódio marcou a criação do Movimento Justiça e Terra (MJT). Movimento que resistiu de todas as formas possíveis e ao seu alcance as pressões exercidas pelo sistema administrativo e jurídico da Itaipu Binacional sobre os pequenos proprietários de terras que teriam suas propriedades alagadas pela formação do lago da usina hidroelétrica.

Em seguida, temos o capítulo *Migrações e conflitos: deslocamento de camponeses do Oeste paranaense para a Amazônia nas décadas de 1970-1980*, de autoria de Hiolly Batista de Souza. Em suas análises a autora investiga a migração forçada de camponeses da região Oeste do Paraná para os projetos de colonização, públicos e privados, que foram constituídos entre as décadas de 1970 e 1980, no Centro-Oeste e Norte do Brasil. A autora estuda tanto os impactos desses deslocamentos para as populações camponesas que foram forçadas a migrar para regiões de matas fechadas e sem estrutura adequada, quanto os conflitos entre eles e as populações indígenas e, em alguns casos, a perda total da propriedade da terra.

O terceiro capítulo desta parte, intitulado *Levantando Poeiras no/do Chão: estudo das lutas e resistências dos atingidos da Itaipu*, de autoria de Paulo José Koling, apresenta uma síntese temática, com uma breve revisão historiográfica e leitura documental produzida no período de 1978 a 1982, referente à questão da terra dos camponeses atingidos e expropriados pela Itaipu Binacional. Neste sentido, o texto acrescenta elementos aos dois capítulos anteriores – de Fabiana Stahl Chaparini e de Hiolly Batista Januário de Souza - e amplia o enfoque em relação à três eixos temáticos sobre indenizações, expropriações e direitos (preços, dilúvio e justiça). Também dialoga com o tema do capítulo XII, escrito por Jacob Blanc, incluído na última parte deste livro, sobre as lutas pela terra no

Oeste do Paraná. O autor priorizou a leitura de fontes produzidas a partir do movimento e publicadas por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra, enquanto parte e linguagem das lutas sociais, integradas à experiência da organização popular e de formação de base (Educação popular participativa) do Movimento Justiça e Terra (MJT), destacando, dentre elas as cartilhas “O Mausoléu do Faraó” e “Taipa da Injustiça” e as edições do boletim informativo Poeiras, da CPT/PR realizadas no período de fevereiro de 1978 a dezembro de 1982. A abordagem do tema foi construída em torno de três tópicos que integraram as divergências, diferenças, conflitos e encontros realizados na polarização que houve entre os camponeses atingidos/MJT – acrescido do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), no período de junho de 1981 a dezembro de 1982 – em confronto à Itaipu Binacional, sendo eles: - Uma batalha sobre o “preço justo”: preço do sacrifício x preço da paz; - O Dilúvio anunciado e a arte da construção da Arca de Noé; e, - A Justiça Necessária. Um dos realces à leitura das fontes principais foi a linguagem das charges incluídas nos materiais da CPT/PR, sua simbologia e o ato educativo relacionados aos três tópicos abordados, mas sem seguir passo-a-passo a diacronia dos fatos e atos dentro do recorte temporal proposto.

Em seu capítulo, *Da formação do latifúndio da Giacomet Marodin à Araupel S.A.: histórico da cadeia dominial e grilagens de terras no Centro-Sul paranaense*, Ana Cristina Hammel, a partir da análise da formação do latifúndio da Araupel, discute os seus impactos na vida dos camponeses e a luta pela terra como condição para reprodução social camponesa. Tratando-se das fontes de pesquisa, Hammel teve acesso a vários processos de desapropriação do INCRA, de matrículas de áreas obtidas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e de processos de litígios e disputas jurídicas por titularidade. A partir destas fontes a autora pode analisar a cadeia dominial dos Imóveis Rio das Cobras e Pinhão Ralo, da ex Giacomet-Marodin e atual Araupel, e apontar aspectos de irregularidades na cadeia dominial, além de localizar as ações jurídicas relacionadas à ilegalidades no histórico da escrituração que o INCRA moveu contra a Araupel, requerendo a devolução do valor pago na desapropriação, e a recorrência processual movida pela empresa/latifúndio, ainda em tramitação. Também abordou conflitos e

litígios agrários ocorridos no Imóvel Colônia Adelaide e os registros de sobreposição de título. O capítulo tem como temática central a questão agrária que envolve este latifúndio e a luta por reforma agrária nos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, localizados na mesorregião Centro-Sul do Paraná, nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A área destes dois imóveis compreende a mais de 100.000 hectares de terras nos quatro municípios, sendo ainda território de conflitos agrários na atualidade (2021) entre latifundiários e camponeses. Hammel, analisa historicamente como as relações sociais de produção capitalistas moldaram a formação, a estruturação do latifúndio/empresa, a luta e a grilagem de terra, com enfoque nas vitórias da reforma agrária obtidas pelo Movimento Sem Terra com os assentamentos e acampamentos existentes naquele mar de terras e de gente.

A Quarta Parte, a última do livro, é composta por dois capítulos e se articula em torno do eixo temático *Movimentos Sociais e Luta Pela Terra no Sul do Brasil*. Neste caso, o foco é tratar das lutas agrárias que ocorreram na região Sul, principalmente no Sul do Rio Grande do Sul e no Oeste do Paraná, entre as décadas de 1960 e 1980, sendo que o foco é a constituição de movimentos sociais camponeses e a organização e atuação de entidades patronais organizadas em torno desta questão. O primeiro capítulo que abre esta parte é de autoria de Jacob Blanc, “*O começo do fogo*”: *MASTRO e as raízes hierárquicas do Movimento Sem Terra*, no qual o autor trata da história da campanha dos sem-terra no Paraná que, após o conflito de Itaipu, deu origem a uma nova forma de organização camponesa, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Além de pesquisar e abordar a subestimada história dos antecedentes do MST, o capítulo discute as implicações do surgimento do MASTRO a partir da luta inicial dos pequenos agricultores da região contra a Itaipu Binacional. Em comparação com o conflito com a Itaipu ocorrido no período de 1973 a 1982, grosso modo identificado como na década de 1970, os movimentos sem terra do início dos anos 1980 representaram um desafio totalmente distinto ao *status quo*, pois para grupos como o MASTRO, a defesa da terra como um direito coletivo provocou reações violentas, na medida em que seu foco não estava restrito a um caso de desapropriação, mas aos excluídos, despossuídos e expropriados (inclusive da

Itaipu e das Usinas de Salto Osório e de Salto Santiago) com pouca terra e sem terra que tematizaram a concentração fundiária e a necessidade e urgência da reforma agrária.

Na sequência, em *A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início da década de 1960: embates em torno da reforma agrária e mobilização do patronato rural*, Alessandra Gasparotto analisa a atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) no início da década de 1960, mais especificamente no que se refere aos embates em torno da reforma agrária que emergiram no país, principalmente diante da pauta de um projeto de lei de emenda constitucional, de iniciativa do governo de João Goulart, relacionado à mudança na forma de pagamento da terra em casos de desapropriação de grandes áreas por interesse social e ações de reforma agrária, via Título da Dívida Agrária (TODA). A FARSUL se constituía na principal entidade representativa do patronato rural rio-grandense, agremiando naquele momento mais de cento e vinte associações patronais rurais locais em todo o estado do Rio Grande do Sul. Gasparotto demonstra como naquele momento histórico as entidades representativas do patronato rural buscaram intervir de forma significativa no debate sobre a reforma agrária, promovendo reuniões, posicionando-se publicamente através de manifestos, apresentando estudos sobre o tema, mobilizando os parlamentares e aliados para se contrapor ao projeto de emenda constitucional do governo Jango. Nesse sentido, o capítulo identifica e debate as práticas de organização e mobilização do patronato rural no período, bem como demonstra as cisões e tensões no interior da própria entidade.

Por fim e em linhas gerais, esse é um desenho que sinteticamente pode ser feito do *Terra e Poder: Vivências e Lutas Sociais no Campo*, livro que, como foi registrado no início, ocupa um lugar especial no momento contemporâneo, uma vez que quer cumprir o importante papel de fornecer ferramentas às análises e interpretações, com produção de conhecimentos cientificamente embasados para que possamos conhecer e debater os processos sociais, políticos, econômicos e culturais que estão em curso no país, sendo que isto foi realizado a partir da perspectiva da história agrária e dos camponeses. Na mesma linha, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores e pesquisadoras que participaram dessa coletâ-

nea e contribuíram com seus capítulos; sem isso o livro seria apenas e tão somente um projeto num projeto. Também agradecemos ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História (PPGH), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) e à Fundação Araucária (FA) que possibilitaram apoio e recursos financeiros para a publicação deste livro. Nessa mesma linha, registramos nosso agradecimento ao fotógrafo e artista guarapuavano Valdir Cruz (2013), o qual gentilmente cedeu as imagens fotográficas presentes no livro e que o tornam ainda mais belo.

Setembro de 2021.

Marcio Antônio Both da Silva

Paulo José Koling

Referências

CRUZ, Valdir. **Guarapuava**. São Paulo: Terra Virgem, 2013.

WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante Editora, 2020.



Catadores de batatas. Valdir Cruz. *Guarapuava*, 2013, p. 72-73.

PARTE I

PROPRIEDADE DA TERRA E CONFLITOS AGRÁRIOS NO SUL DO BRASIL

- I** APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA NOS SERTÕES SULINOS
José Carlos Radin
- II** “ONDE O ARCO DO SELVAGEM E AS GARRAS DO TIGRE DÃO A LEI”:
A LEI DE TERRAS NO PARANÁ
Fabio Pontarolo
- III** AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE EM FINS
DO SÉCULO XIX
Günter Tlajja Leipnitz



Apropriação privada da terra nos sertões sulinos

José Carlos Radin

REPORTANDO-SE À VIOLÊNCIA NO CAMPO, O COORDENADOR nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Paulo César Moreira (2020), salientou que 2019 “foi um ano extremamente violento” no Brasil. Os dados apresentados pela Comissão evidenciam que tal violência teve crescimento de 23% em relação ao ano anterior, alcançando a cifra de 1.833 conflitos, 1.254 dos quais relacionados à terra, representando a maior quantidade dos últimos 15 anos. Acrescenta que o total de assassinatos cresceu 14%, atingindo 32 pessoas, quase metade lideranças indígenas ou rurais; além disso, ocorreram 30 tentativas de assassinato e 201 ameaças de morte.

Os dados apresentados pela CPT sinalizam o quanto a luta em torno do domínio da terra é latente no país. Quem tem noção do imenso território brasileiro não poderia imaginar que aqui se encontra um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra; que nessa luta os constantes conflitos insistem em se fazer notar, mesmo que as imensas áreas agricultáveis do país se caracterizem pela sua baixa densidade demográfica ou, dito de outra forma, o Brasil tem muita terra com pouca gente e muita gente com pouca ou sem-terra. Essa profunda contradição foi uma constante no processo de conquista do território e reflete duas formas distintas de organização do Estado. Uma delas orientada para fazer prevalecer os interesses privados, do mercado, que dá suporte a acumulação ilimitada da riqueza e, a outra, na qual os esforços dos governos objetivam colocar

as pessoas, os interesses da coletividade em primeiro plano. Destarte, a disputa posta em relação ao domínio do território, se dá entre os que entendem que a terra e seu uso devem servir para atender às necessidades das pessoas, das comunidades tradicionais, daqueles que usam a terra para produzir seu sustento e se produzir enquanto cidadãos e, os que se apropriaram de generosos pedaços da natureza, transformando-os em mercadorias e utilizando-os com o fim de acumular riqueza pessoal.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Artigo 5º, incisos XXII-XXIII, define que “é garantido o direito de propriedade”, mas estabelece também, que “a propriedade atenderá a sua função social”. No entanto, por mais que a Carta Magna estabeleça que a propriedade deva atender a função social, na prática prevalece a perspectiva dos interesses privados, seja enquanto bem mercantil ou em relação à forma como a terra é utilizada, sobretudo quando se trata das áreas de latifúndio. Assim, tanto a organização agrária brasileira como a produção agrícola estão muito mais a reboque do mercado e menos para atender o interesse social. Por conseguinte, as práticas historicamente ligadas ao latifúndio registram estreita relação com a geração de lucro e com o mercado externo e, em sentido diverso, são as pequenas propriedades que mais estão ligadas à produção com foco no suprimento da segurança alimentar, evidenciando as disputas entre os projetos sociais de inclusão cidadã e de exclusão.

Tais contendas são claramente manifestas no longo processo de apropriação privada da terra no Brasil. Encontram-se raízes já no contexto da chegada dos conquistadores portugueses, no início do século XVI, quando adaptaram aqui o “Instituto da Sesmaria” como forma de facilitar a conquista do território e de, a seu modo, fazê-lo produzir para atender aos propósitos mercantilistas que moviam tal conquista.

A “Lei das Sesmarias” foi promulgada em Portugal, em 1375, num contexto de crise agravada pela “peste negra” que aumentou a falta de mão de obra rural e diminuiu a produção agrícola. Por ela o governo buscava fixar trabalhadores rurais às terras, obrigando-os a cultivá-las, sob pena de expropriação, além de obrigar ao trabalho na agricultura todos os que fossem filhos ou netos de lavradores. “A grande novidade desta lei é a instituição do princípio de expropriação da propriedade, caso a terra não fosse aproveitada” (PORTO, s.d.).

A ideia de “terra não aproveitada”, na ótica mercantilista do período colonial, orientou o processo de conquista do território brasileiro. Para os que chegaram, “aqui nada se produzia”. Fazia-se necessário lançar mão de uma estratégia para que, do território, fosse possível extrair riqueza ou de alguma forma, incorporá-lo à produção. Nesse contexto, para além das “Capitanias hereditárias”, com base no princípio da “sesmaria”, foram distribuídas terras a particulares, visando não só a “tomada de posse” do território, mas para dar impulso à produção de mercadorias e, por conseguinte, ao comércio com a Metrópole. Assim, concederam-se áreas para a exploração do pau-brasil, para a construção de engenhos e plantação de canaviais, para a criação de animais, entre outros. De modo genérico, tal perspectiva serviu de justificativa e permeou o processo de conquista do território brasileiro, mesmo após a emancipação política do Brasil, em 1822, nas diversas frentes de expansão para o interior e, mais recentemente, expressa pela ideia de “progresso”, amplamente difundida com o advento da República.

Após a emancipação política foi extinta a prática de concessão de terras com base no princípio da Sesmaria, amplamente utilizada no período colonial. A supressão de tal princípio, no entanto, deixou um “vácuo legal”, a partir do qual se propagou o “apossamento” da terra. Foi a partir dessa prática que muitos fazendeiros expandiram seus domínios, alegando, mais tarde, por ocasião do surgimento da Lei de Terras, que possuíam a posse efetiva das áreas, antes “desabitadas”, “abandonadas”, “sem dono” ou “improdutivas”, o que facilitou sua legalização. Quando se demonstrava que as áreas eram economicamente exploradas, em geral passavam a ser vistas como posses legítimas, mesmo que na maioria das vezes fossem obtidas pela expulsão de populações já estabelecidas ou com base em documentos forjados. Com isso, como foi evidenciado por Ruy Cirne Lima (1990), além dos tradicionais títulos de sesmarias, foi o “apossamento” que impulsionou o processo de apropriação privada da terra no país e forçou a emergência de leis que a regulamentasse.

A conquista da fronteira Sul, aqui entendida como o território que compreende o Norte gaúcho, a Mesorregião do Oeste Catarinense e o Centro Oeste paranaense, em especial o antigo Contestado, insere-se num longo processo. Como foi registrado em documento do Consulado italiano (Itália, 1903) ao se reportar à fronteira ocidental paranaense, salienta que “as fecundas terras per-

tenciam aos indígenas”, mas que em tempos distantes, 1632, sua organização foi destruída, e elas passaram ao domínio português, permitindo ao governo fazer concessões a particulares. O documento consular buscava justificar as concessões do passado e que também se faziam aos imigrantes italianos, alegando que o Estado as fazia, a exemplo da Argentina, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o intuito de promover o bem-estar do país. Resignifica a ideia de “terra produtiva”, ao dizer que os primeiros que adquiriram terras, não fizeram mais do que cercar as áreas para criar gado e recolher erva-mate. (Sobre os Documentos Consulares italianos, ver RADIN, 2020). No entanto, a expansão conquistadora aos Campos de Curitiba, Guarapuava, Palmas e suas proximidades, ganhou impulso a partir da publicação da Carta Régia, de 5 de novembro de 1808 (Brasil, 1808). Por ela, Dom João VI orientava para que se superasse o “quase total abandono” da região, pelo aldeamento ou suspensão dos “efeitos de humanidade contra os índios bugres”, o que, na prática, significava a aplicação do princípio da “guerra justa”. Por esse princípio era permitida a prisão e escravização de indígenas, numa clara manifestação de efetiva conquista de áreas no Sul, dada a sua localização geopolítica estratégica. Para tal intento, previa-se a concessão de sesmarias “proporcionais às forças e cabedais dos que assim as quiserem tomar com o simples ônus de as reduzir a cultura”. A Carta é emblemática no sentido de se compreender a percepção que as autoridades possuíam, tanto do território e da necessidade de fazê-lo produzir, quanto das populações que o habitavam. O território de tais campos é descrito como “infestado pelo Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários, [que teriam ali] procurado tomar sesmarias e cultiva-las em benefício do Estado” (Brasil, 1808). Por isso se justificaria a adoção de medidas mais severas considerando que tais áreas estavam se “despovoando”, seja pelos “Índios Bugres terem morto os seus moradores” ou por temê-los. Ante às dificuldades de “civilizar” tais grupos “infestadores do meu território”, Dom João VI orientava que eles poderiam ser enfrentados, devendo para tal “organizar em corpos aqueles Milicianos de Curitiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quiserem armar-se contra eles” (Brasil, 1808). Quem o fizesse poderia considerar os indígenas prisioneiros de guerra por quinze anos, destinando-os ao serviço que mais lhe convier.

A referida Carta sinaliza intenções e interesses do Estado brasileiro também em relação à geopolítica, o que tornava ainda mais significativo o domínio territorial sobre essa fronteira. Lembre-se que, naquele contexto, vigorava o princípio diplomático do *uti possidetis*, o qual previa o direito sobre o território ao país que demonstrasse sua ocupação efetiva. Nesse sentido, tal território despertava ainda mais interesse, em particular pela indefinição das divisas com a Argentina.

A ideia de tornar a terra produtiva, com propósito mercantil, foi marcante no processo histórico e, dominante até o tempo presente, servindo para justificar sua apropriação privada, como mais recentemente também se observa na expansão do agronegócio, no Centro Norte brasileiro. No território da fronteira Sul, o fenômeno ficou mais evidente a partir da expansão das “fazendas de criar”, pela conquista das áreas de campo e pela atuação das empresas colonizadoras, sobretudo após a definição interestadual de limites, entre Paraná e Santa Catarina, em 1916.

A prática do “apossamento”, difícil de ser controlada e sem oferecer maior segurança legal, impeliu à criação da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida por Lei de Terras, cujo principal escopo era estabelecer critérios para a definição da propriedade privada. Com ela, ambicionava-se superar as antigas práticas, em especial a do *apossamento*, distinguindo as áreas particulares daquelas de domínio do Estado. A promulgação da Lei impulsionou a privatização do território, sendo que a escritura passou a simbolizar a “certidão de nascimento” da propriedade. A referida lei já era discutida ao longo dos anos 1840 e, como salienta Ruy Cirne Lima (1990, p. 64-65) ela tomou por referência leis adotadas nos Estados Unidos, nas quais os legisladores brasileiros se inspiraram e se maravilharam. No entanto, destaca que na prática, no Brasil ela se constituiu apenas numa “errata, aposta à nossa legislação das sesmarias”, ou mesmo, seria a “ratificação formal do regime de posses”.

Destarte, a perspectiva consuetudinária sobre a posse demonstra uma prática habitual de conquista da terra. Todavia, seu domínio e uso tinha sentidos diferentes. Para os povos estabelecidos a terra era vista como de propriedade e de uso coletivos, parte da natureza, assim como a água e o ar, de onde se obtinham os meios necessários para a subsistência. Já para os colonizadores, prevalecia a visão mercantil, espaço privado, resguardado pelo documento legal, o que evi-

dencia mentalidades muito distintas. Enquanto os povos estabelecidos tinham dificuldade em reconhecer limites privados do espaço, ou mesmo de que pedaços da natureza pudessem ser comercializados, os colonizadores moviam-se pela lógica privatista do território. Nesse sentido, é ilustrativa a prática dos “faxinais”, pela qual os camponeses criavam e produziam a partir do uso comum da terra e, como foi demonstrado por Renk e Winckler (2018), tal prática se manteve nas franjas da economia capitalista. Por sua vez, Paulo Zarth (2015) salientou que na história brasileira e portuguesa existiram e existem várias formas de uso coletivo da terra e dos recursos naturais. Elas foram importantes e possuíam significado social peculiar até as primeiras décadas do século XX, considerando que permitiam aos camponeses, além do extrativismo da erva-mate, o cultivo de roças de subsistência. Tratava-se de práticas que contrastavam com a exigência de compra e venda da terra.

As diferentes percepções em relação ao uso da terra favoreceram seu domínio privado, sobretudo ancorado no amparo legal. Desse modo, em paralelo ao avanço da colonização, ocorreu a expansão capitalista na fronteira Sul, reduzindo sobremaneira os espaços que os povos tradicionais ocupavam. Essas áreas eram vistas, por governantes e autoridades, como um grande “sertão”, distante do espaço “civilizado”, constituindo-se, assim, em fronteira a ser conquistada.

O alargamento da conquista expunha as contradições, observadas em especial com a expansão da colonização da primeira metade do século XX. Os “posseiros”, os “intrusos” e os que não possuíam documentos que lhes garantissem permanecer em determinado terreno, foram gradativamente ficando à margem da sociedade, considerando que as autoridades seguiam viés cego do “aplica-se a lei”. Tal situação foi evidenciada por Wenseslau de Souza Breves (1985), um funcionário público da Comissão de Terras de Santa Catarina, que atuou como agrimensor no antigo território do Contestado, entre 1919 e 1924, e, em Chapecó, também atuou para a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. Em seus registros, salientou que recebia com frequência, de parte dos caboclos, “requerimentos de terras devolutas”, mas que eles possuíam “falsa concepção do que era posse; eles confundiam intrusamento com posse”. Destacou também que em seus pleitos alegavam possuir pequenas roças e ranchos nas “terras do Estado ou de particulares”; mas que era difícil fazê-los compreender que isso não lhes

garantia o direito. Conclui dizendo: “Deus sabe a luta insana que tínhamos para explicar a eles que o Governo não podia *dar* terras, que a lei não permitia isso” (BREVES, 1985, p. 25, grifo no original).

Os conflitos pela terra continuaram latentes nessa fronteira e, não raras vezes, com a conivência de autoridades ou em conluio com elas. Vários pesquisadores atestam tais situações e destacam duras facetas desse processo. A título de exemplo, citam-se alguns trabalhos, como o de Jaci Poli (2015) sobre a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná, no qual caracterizou a resistência dos caboclos e colonos, ante a exploração que sofreram das empresas madeireiras e de colonização. Também, sobre a Revolta de 1957, destaca-se o livro de Paulo José Kolling (2018), em que fez ampla abordagem do tema, mostrando como as disputas em torno da questão agrária no Sudoeste paranaense foram latentes e envolveram diferentes sujeitos sociais, além de mostrar como a ideia de legitimidade da propriedade foi sendo construída. Por sua vez, Cristina Dallanora (2019) abordou a gama de conflitos sociais e políticos no processo de ocupação da fronteira agrícola, no território e no contexto da Guerra do Contestado. Destacou como tais conflitos, protagonizados por chefes políticos locais, civis e militares, foram muito além dos anos da Guerra. Já Luiz Fernando Ferrari (2020), estudou a “intrusão” no processo de apropriação privada da terra no Oeste cararinense, caracterizando-a como uma implicação resultante da forma como as empresas colonizadoras atuaram na colonização. Por fim, Ana Cristina Hammel (2020), ao abordar a questão agrária no Centro-Sul paranaense, salienta a árdua, violenta e conflituosa luta pela reforma agrária, em contraponto ao avanço do latifúndio empresarial, que foi se impondo aos grupos estabelecidos.

Tais trabalhos corroboram com a ideia de que a territorialização da fronteira Sul foi tensa e violenta, além de mostrar que continuam latentes os conflitos decorrentes desse processo. Ressalte-se que a disputa pelo domínio da terra nunca foi tranquila, sobretudo porque esses espaços se constituíram e se constituem na condição objetiva para a produção da vida das populações estabelecidas, como é o caso dos indígenas, dos caboclos e mesmo dos próprios colonos. Assim, a territorialização dessa fronteira se edificou calcada na forma de domínio e de uso da terra, ligada ao mercado. Nesse cenário se pode colocar os próprios projetos públicos de colonização, terceirizados pelo Estado ao setor privado, especial-

mente após a Lei de Terras, considerando que por ela também se pretendia fixar pessoas no território, o que justificava a organização dos vários assentamentos de imigrantes e migrantes em diversas áreas do Sul.

O latifúndio marcou fortemente a história agrária brasileira. Ele teve e continua tendo propósitos claros de produção voltada ao mercado externo e de acumulação de riqueza. Também, o latifúndio está entre os pilares estruturantes da formação social brasileira, como bem evidenciou Caio Prado Jr. em suas consagradas obras: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1989) e *“A Questão Agrária no Brasil”* (1987), nas quais mostrou que o uso da terra no país não se destina a quem nela trabalha, mas atende notadamente aos interesses comerciais e às necessidades inteiramente estranhas àquela população.

A pequena propriedade, em sentido diverso, foi se delineando à margem do latifúndio ou nas áreas em que esse não tinha interesse direto ou imediato. Foi nelas que se situaram diversas experiências de assentamentos, como as áreas reservadas aos povos indígenas, aos assentamentos de imigrantes e de migrantes e, mais recentemente, aos assentamentos conquistados pelas lutas do Movimento dos Sem Terra.

Em geral os assentamentos de imigrantes e migrantes foram feitos às custas da expropriação de grupos já estabelecidos, mas, contraditoriamente, também inseriram desclassificados sociais, os imigrantes da Europa Central. Mesmo assim, o Brasil ainda é um país de “muita terra e pouca gente”, sobretudo se considerarmos as áreas rurais monocultoras, nas quais é possível dizer que há um “vazio demográfico”. Portanto, os problemas não foram necessariamente as políticas de inclusão praticadas para viabilizar tais assentamentos, mas sim por se privilegiar a configuração latifundiária e por não se reservar terras aos ex escravizados, aos caboclos e aos povos indígenas, como, por exemplo, fez o Governo do Estado do Paraná, pelo Decreto n. 7, de 18.06.1902. Por ele reservou uma área com mais de 15 mil hectares, que constitui a “Terra Indígena Xapecó”, nos municípios de Ipuçu e Marema, em Santa Catarina, aonde viviam principalmente indígenas Kaingang.

O Brasil possui um território agricultável capaz de absorver muitos camponeses que, em algum lugar do país ou de outras partes do mundo, clamam por um espaço que permita produzir suas condições de vida. Nesse sentido, é impe-

rativo que se estude com maior profundidade às experiências desses diferentes assentamentos, com o intuito de identificar elementos que sirvam de parâmetro para políticas de Estado ligadas à questão agrária. Afinal, na disputa entre os projetos que sustentam o latifúndio ou a pequena propriedade estão elementos de inclusão ou exclusão social, estão formas diferentes de orientar a condução do Estado, de conceber a função social da terra.

Essas, entre outras tantas facetas, tornam a questão agrária brasileira tão palpitante e foram consideradas na reflexão aqui desenvolvida.

Oligarquias, poder público e expansão da fronteira

Foi sobretudo a partir das orientações da Carta Régia e da efetivação da Lei de Terras, que o território da fronteira Sul passou por significativas reconfigurações, a começar pela formação de grandes fazendas ligadas à criação de gado. Concomitante ao processo de domínio das terras, os terratenentes passaram também a impor sua influência política. De tal cenário emergiu uma intrincada teia de relações sob a batuta de chefes políticos locais, os quais, pela aproximação com os poderes estaduais, contribuíram sobremaneira para impulsionar o processo de apropriação privada da terra. Esse cenário de disputas entre as elites regionais ficou mais aguçado após a Constituição republicana de 1891 definir em seu Artigo 64, que as terras públicas passavam a pertencer aos Estados.

A influência dos chefes políticos locais foi demonstrada por Paulo Pinheiro Machado (2004) ao analisar a atuação do coronelismo no Planalto catarinense e no território do Contestado, destacando sua relação com o domínio do território. Ressalta que esse fenômeno político abrangeu um período mais elástico do que a Primeira República, ou seja, que suas práticas já eram observadas em tempos mais distantes. Das relações estabelecidas por esses chefes políticos locais, com a parentela e compadrio de seu entorno, mais do que angariar votos, dava-lhes a capacidade de mobilizar homens e armas, condição que consolidava seu poder político, observado pela indicação de pessoas de sua confiança para cargos políticos. Acrescentou, ainda, que “os coronéis eram considerados em re-

lação à força de seu contingente de milicianos particulares, não apenas por seus vizinhos e adversários, mas também pelos próprios grupos oligárquicos estaduais que neles se apoiavam” (MACHADO, 2004, p. 90). Com esse aparato, com o arrimo do poder e, mormente, pelo controle que passaram a ter sobre as terras, exerceram grande influência, mesmo com as modificações provocadas pela expansão da fronteira agrícola, no período do pós Guerra do Contestado.

O início do domínio sobre as áreas de campo, com o intuito de transformá-las em “fazendas de criar”, no entanto, remonta a meados do século XVIII, quando paulistas incursionavam pelo território, também se instalando em áreas apropriadas para a criação de gado. Em grande medida essa prática decorria do tropeirismo, atividade que provocou a abertura de caminhos ligando o extremo Sul do Brasil à São Paulo e Sudeste, pelos quais eram conduzidas as tropas de mulas e de gado. Na periferia dessa atividade também se desenvolveu o extrativismo da erva-mate e outras práticas ligadas à subsistência.

Desde cedo, tais incursões provocaram tensões ligadas à apropriação privada da terra e foram correntes em todo o processo de colonização da fronteira Sul, protagonizado principalmente por colonos procedentes dos primeiros assentamentos de imigrantes, do Rio Grande do Sul. A colonização de novas fronteiras agrícolas se fez notar já no contexto da passagem do século XIX ao XX e se expandiu, principalmente a partir da resolução interestadual de limites, em áreas do planalto central e no território do Contestado. Predominou nas áreas de mata e vales, nos locais em que não havia a criação de gado, nas quais os diferentes assentamentos organizados a partir de pequenas propriedades serviram para impulsionar a conquista desse território. Nele as disputas, não apenas ligadas à fronteira, remontavam a tempo longo, como foi evidenciado por Francimar Ilha da Silva Petroli (2018) ao abordar a “Questão de Limites” interestaduais e destacar a intrincada trajetória de interesses político-econômicos ligada ao território de fronteira, num cenário de “construção da unidade nacional”, no transcurso do século XIX.

A preocupação com a expansão sobre esses territórios fronteiriços é nitidamente observada em documentos produzidos por diferentes governantes, federais ou locais, evidenciando estreita relação com o processo de apropriação privada da terra. Tal intuito pode ser notado em cláusulas do projeto de construção

da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ao final do Império, ao propor a colonização das áreas marginais à via, inclusive com elementos estrangeiros, no intuito de expandir a fronteira sobre esse território, tanto pelo Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889, quanto nas modificações estabelecidas pelo Decreto nº 305/1890 (Brasil, 1890). Entre as mudanças desse Decreto estava a facilitação para as empresas particulares atuarem na comercialização das terras, com o propósito de acelerar tal processo. A construção da moderna via de transportes, no final da primeira década do século XX, provocou profundas modificações na ocupação e uso do território, especialmente a partir das áreas mais próximas, transformadas em propriedades destinadas à agricultura de âmbito familiar.

Nos documentos públicos, em geral, é nítida a intenção das autoridades quanto à incorporação do território, com o propósito de “torná-lo produtivo”. Em relatório do Ministério da Agricultura (BRASIL, Relatório, 1860, p. 24-25), quando se reportou aos esforços para com “a catequese e civilização dos índios”, salienta-se que além dele ser um trabalho de grande importância social, seria de “incontestada vantagem para os interesses da agricultura e da indústria do país, as quais encontraram neles trabalhadores, e auxiliares”. Tal esforço, no entanto, não seria de simples execução, dada a resistência dos indígenas – algumas tribos descritas como de “índole indomável”. Com entendimento semelhante coloca-se a Mensagem do governo catarinense de 1911 na qual registrava preocupação com a “civilização de índios”. Colocada como tarefa de primeira grandeza, considerando que eles “assaltavam os moradores” e que não seria admissível que fizessem “guerra ao trabalhador civilizado, repelindo-o do solo que queremos e devemos povoar para a grandeza do país” (SANTA CATARINA. 1911, p. 38). Diante disso, entendia que o Estado tinha a tarefa de proporcionar “a segurança do colono ou trabalhador civilizado”, pois era ele que estava “transformando a floresta virgem em centros de produção e de vida” (SANTA CATARINA. 1911, p. 38).

Nas Mensagens e Relatórios do governo catarinense, em especial os do período da Guerra do Contestado, era bastante frequente a narrativa ligada à ideia de “garantir a propriedade”, criar as condições para defender “o trabalho e a produção”, defender a colonização, “a lei e a ordem”. Reportando-se à ordem pública e à presença do Monge José Maria, o governador Vidal Ramos assegurava que ele teria conquistado “a confiança da gente ignorante do sertão”, o que lhe

dava segurança para suas “arrojadas empresas”, o que, por sua vez, prejudicava “a colonização em curso, pois milhares de indivíduos já ocupavam as zonas longínquas e outrora quase desertas” (SANTA CATARINA. 1913, p. 19 e 23). Noutra ocasião, o secretário de Negócios, Fulvio Aducci (SANTA CATARINA, 1916, p. 43), enfatizou que o governo deveria dar garantias ao processo em curso, de conquista do território, pois, “sem a certeza que todo o indivíduo nacional ou estrangeiro possa ter, de que o poder público está vigilante para garantir-lhe a pessoa e a propriedade, escorraçando do convívio dos bons o elemento perturbador e anarquizador”, o êxito se tornaria impossível.

As narrativas e ações das autoridades trazem implícito o entendimento de privatização da terra, discurso endossado pela opinião pública, de modo especial quando se tratava do antigo território do Contestado. Tal perspectiva buscava sintonia com os debates nacionais quanto à necessidade de tornar o país moderno e progressista, o que na prática significava zelar pela expansão capitalista sobre o território. Como bem demonstrou Tânia Regina De Luca (1990), com a República a elite buscou estabelecer e difundir uma corrente de ideias e pensamentos, fundada na percepção de pertencimento social, bem como com a necessidade de dominar o território cheio de riqueza, por isso o esforço empreendido para concretizar sua posse. “A tarefa de ocupar e explorar um território imenso, ainda mal conhecido e que deveria abrigar riquezas de toda a ordem, parecia demandar um contingente populacional muito maior do que aquele que possuíamos” (DE LUCA, 1990, p. 158). Por isso, também se tornava hegemônica a ideia de acelerar o branqueamento da população, com imigrantes, justificada pelo escasso povoamento do território e, pelo cenário que se tornaria ainda mais “sombrio quando entrava em cena a qualidade” da população.

Tal espectro acerca da ocupação do território e de quem deveria fazê-la era corrente no contexto da imigração do século XIX, como se observa em Relatório, que se referia ao Paraná e a Santa Catarina, ao destacar a importância de se melhorar o “serviço de terras”, para que se pudesse atrair “grande parte das forças produtivas que, atualmente disseminadas, limitam-se a produzir o estritamente necessário ao consumo local”. Entre as tarefas sugeridas para promover a almejada prosperidade do território estava a de “atrair ao seio deste vasto império a população superabundante das outras regiões, principalmente da Europa”

(BRASIL, 1869, p. 28, 34). A entrada de cada imigrante seria um acréscimo a soma do trabalho e contribuiria para fazer com que o Brasil pudesse se igualar às “nações mais adiantadas nas feitura da civilização”. No entanto, para tal se deveria prever a eles terrenos férteis e o incentivo à propriedade; somente assim se firmaria “a moralidade e civilização desses indivíduos, [despertando] o amor ao trabalho que eleva e nobilita o homem” (BRASIL, 1869, p. 44).

Como se observa, nas narrativas públicas sobre a conquista do território, são correntes ideias ligadas à propriedade, ao trabalho, ao avanço civilizatório, entre outras. Referindo-se à colonização no território do Contestado, nas primeiras décadas do século XX, Cristina Dallanora (2019) destacou que na imprensa governista, assim como nos registros oficiais, era recorrente o vocabulário relacionado ao banditismo e que o mesmo precisava ser combatido. Entre as manifestações de desordem estariam “levantes de caboclos revoltados”. Chama atenção que as empresas, construtora da ferrovia e de vendas de terras, estabeleciam cláusulas nos contratos em relação ao trato com os caboclos estabelecidos no território, atribuindo aos locatários a obrigação de “promover a retirada de intrusos” (DALLANORA, 2019, p. 17, 67-68).

No transcurso das primeiras décadas do século XX, tanto pela imprensa quanto nos documentos produzidos pelo Estado, fica manifesta a seletividade imposta pelo poder público quanto à defesa de quem efetivamente deveria ser privilegiado no processo de consolidação da propriedade privada da terra nesse território. Era nítida a representação negativa de indígenas e caboclos, diversamente da imagem positiva dos colonos que migravam para tais áreas. Deste modo, essas representações impeliam o cidadão da época a considerar corretas as ações do governo, no sentido de garantir a propriedade a quem se enquadrava nos propósitos do progresso, amplamente propagados naquele contexto. Com isso, criavam-se as condições para a difusão da propriedade, como previa a Lei de Terras de 1850 e, ao mesmo tempo, se justificava que ela seria direito de uns, em detrimento de outros, o que por sua vez evidenciava a fronteira entre “quem é humano e quem não o é”, como refletiu Martins (2009).

Ainda nessa perspectiva, cabe destacar o registro de Wenseslau de Souza Breves (1985), reportando-se a uma grande fazenda de propriedade de dois italianos vindos do Rio Grande do Sul. Destacou que “eles haviam comprado não

sei de quem, um registro do vigário de 1854 e ainda ao tempo da jurisdição do Paraná, o haviam legitimado”. Tais proprietários teriam construído um engenho madeireiro e, no entanto, mal podiam tirar um pinheiro, pois “os intrusos” os impediam, alegando que a terra era deles, o que provocava constantes atritos, “e quem menos mandava na fazenda eram os seus legítimos proprietários” (BREVES, 1985, p. 26).

Todo esse cenário criou um ambiente favorável para a comercialização das terras do antigo território do Contestado, especialmente as que não estavam sob o domínio dos fazendeiros. Para tal tarefa atuaram diversas empresas colonizadoras, inicialmente em torno da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, subsidiária da empresa construtora da ferrovia, a *Brazil Railway Company* e, a partir dos anos 1920, várias outras. Nesse período foram muito frequentes e eufóricas as referências ao tema da colonização nos documentos públicos, nos quais se ressaltava a possibilidade iminente de aproveitamento das áreas até então qualificadas como “incultas” ou “improdutivas”. Também por isso a atuação das empresas privadas de colonização teve guarida do Estado, contando com uma série de facilitações, entre as quais a de adquirir terras públicas por preços módicos, prazos longos para pagamento, quitação de débitos em troca de serviços, como o de construção de pontes e estradas. A ideia de que tais empresas contribuíam de forma decisiva para a incorporação do território à produção foi ressaltada em grande parte das Mensagens do governo catarinense, na década de 1920.

Referindo-se à luta “dos fanáticos” e em especial sobre as “terras devolutas e incultas” o governador Felipe Schmidt (SANTA CATARINA, 1917, p. 40-41 e 70) salientava estar atendo a esse serviço, o qual vinha numa crescente e, por isso, merecia cuidados especiais, considerando que dele dependia “o povoamento de vastas zonas desertas e, portanto o desenvolvimento econômico do Estado. [...] Santa Catarina é o Estado em que essas concessões são feitas a mais barato preço”. Em linha semelhante, quatro anos após, seguia a Mensagem de Hercílio Luz (SANTA CATARINA, 1921) justificando o pagamento da construção de estradas de rodagem “em terras devolutas”, dado que elas seriam, até então, “completamente improdutivas, sem render o mínimo imposto”. Assim, a terra se transformaria em moeda sem sobrecarregar o cofre público. Com tais ações, em breve tempo, o governo promoveria “o colossal desenvolvimento de

que estarão dotadas extensas zonas do interior do Estado” (SANTA CATARINA, 1921, p. 38).

Registrava-se com bastante frequência, de forma menos ou mais direta, a preocupação quanto a garantia da ordem pública no território recém incorporado ao Estado. O intuito era, no entanto, garantir a consolidação da propriedade e as “condições de trabalho”. Além disso, era claro o desígnio com a agilização da venda das terras, “terceirizando” tal serviço, sem objeções à prática de concessões feitas pelo poder público. Ao contrário (SANTA CATARINA, 1928, p. 76-77), Adolfo Konder ressaltava que “as terras ainda desocupadas, porém, de propriedade privada, por terem sido objeto de concessões a empresas colonizadoras, vão tendo o seu loteamento gradativamente feito com elementos já nacionalizados”. O resultado desse processo seria o afluxo de colonos das antigas colônias do Rio Grande do Sul, os quais se “constituem indubitavelmente o melhor fator para o povoamento do nosso solo”. Tal prática os fixaria à terra.

Reportando-se ao Oeste do Paraná, Irene Spies Adamy (2015) salientou que a formação da fração agrário-pecuarista da classe dominante no “processo de privatização legal e ilegal das terras”, como foi o caso da grilagem, estariam entre os fatores da concentração de terras na região e expressariam o confronto entre a grande propriedade e a agricultura familiar e camponesa. Isso sintetizaria como “as classes dominantes no campo brasileiro têm sua história marcada pela constante e intransigente defesa da propriedade da terra como um privilégio patrimonialista para poucos” (ADAMY, 2015, p. 141-142).

Ao abordar a temática do território Bernardo Mançano Fernandes (2008) destacou que ele “é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas”. Tais políticas também se ligavam a diferentes modelos de desenvolvimento, com vários impactos sociais, com a emergência de resistências e de constantes conflitualidades.

Assim, pelo latifúndio ou pela pequena propriedade, o território dessa ampla fronteira agrícola foi retalhado e privatizado, seja pelo avanço das “fazendas de criar” ou pela colonização. Como se evidenciou, isso deu corpo ao processo de apropriação privada da terra, sobretudo ancorado num conjunto de leis e ações de diferentes governos. As facilitações para efetivar esse intento, bem como a incorporação de tais áreas à produção, ligavam-se à propalada ideia de

progresso, amplamente difundida na primeira metade do século XX. A partir dela se definia quem era adequado a tal projeto e quem não era.

Estabelecidos e colonizadores

Em fevereiro de 1948, tive a feliz oportunidade de percorrer pela primeira vez o Oeste Catarinense. fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo, porque a gente lá de cima, pensavam eles, resolvia tudo no trabuco. Lá, estava situado o nosso **far-west**. Encontrei um povo operoso, progressista e sobremodo hospitaleiro. Cidades de poucos anos, com índice de educação muito alto. Vida social. Bons Jardins. Estações de rádio. Ótimos clubes. Magníficas residências. Grandes indústrias. Comércio movimentadíssimo até com o exterior. Lavouras bem orientadas. Produção formidável. Logo compreendi que havia muita ignorância sobre o Oeste Catarinense e que muita gente do litoral ainda não compreendera o seu período de formação, assim como os americanos compreenderam a sua marcha para o Oeste, sem que ninguém ouse afirmar que aquilo é a atual civilização americana (SILVA, 1950, p. 7).

A representação elaborada pelo deputado estadual catarinense, Zedar Perfeito da Silva, a partir de sua viagem ao Oeste, em meados do século XX, evidencia com clareza a cisão entre a percepção do antes e do depois da colonização. Em diversas ocasiões registrou o entendimento corrente naquele momento, entre o mundo “civilizado” e “incivilizado”, “cidade” e “sertão”, explicitando as fronteiras entre as visões de mundo correntes naquele tempo. Ela também carrega em si a fronteira humana entre os grupos já estabelecidos e os que para ali migraram. Nessa fronteira, respaldados pela opinião pública, em geral os governantes foram seletivos na condução do processo, tendo em vista que os povos indígenas e caboclos, mesmo sendo dominantes nesse território desde tempos imemoriais, foram preteridos em relação aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de legitimar o domínio privado da terra. Na prática apegaram-se ao que definia a Lei de Terras, a qual impedia a aquisição de terras devolutas, a não ser através da compra.

Ao abordar a fronteira, José de Souza Martins (2009) exibiu importantes reflexões destacando que nela se encontram os elementos que permitem observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem; como, nela, o homem não se encontra, mas se desencontra. Os múltiplos sentidos trazidos pelo autor são apropriados para compreender os cenários emergentes do processo de colonização da fronteira Sul, justamente por assinalar diferentes visões de mundo. Aqui, em especial, a fronteira entendida como “cenário de intolerância, ambição e morte;” como “lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança atravessada pelo milenarismo da espera no advento de um novo tempo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura” e, como fronteira mais significativa e que domina sobre as outras e lhe dá sentido, que é “a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem e o animal, quem é humano e quem não o é” (MARTINS, 2009, p. 9-11).

Nessa perspectiva, o registro feito por Zedar Perfeito da Silva (1950) foi emblemático para expressar o sentido dado às mudanças ocorridas não apenas no Oeste catarinense, mas na fronteira sulina ou nos imensos sertões do país. Revela o conflito de visões de mundo entre “estabelecidos” e “pioneiros”, especialmente por aqueles serem suplantados pelas narrativas que esses produziram. Além disso, os colonizadores viam a possibilidade de efetivação da ideia mitológica milenarista de conquista de um mundo de fartura e bem-estar, idealizavam a materialização de mitos como os da cocanha e do eldorado. Sobre essas diferentes visões de mundo, destaca Zedar Silva (1950, p. 19): “a princípio no Oeste catarinense a lei era o trabuco. Vencia sempre o mais forte o mais ligeiro. Temos de reconhecer a fibra de seus colonizadores, cujo arrojo é bem uma página de heroísmo”. Assim, deixa clara sua percepção de como se deu o “avanço civilizatório”, que teria surgido do destemor dos colonizadores, transformadores da região, gente que “tem a preocupação de produzir. Produzir é acumular riqueza”. Com base nisso, sua abordagem discernia o “progresso assombroso”, que resultava de luta que produzia “uma bela página de trabalho construtivo”. Ainda, em seus registros (SILVA, 1950, p. 274-277) reporta parte de um texto produzido pelo Deputado Estivalet Pires, de 1941, no qual referindo-se à Concórdia e, sobre suas “tribus indígenas”, destacou que no município “apenas perdurava a tradição de terem existido em tempos remotos; que os últimos indígenas teriam

desaparecido há muitíssimo tempo, não se podendo fixar nem mesmo aproximadamente tal época”.

Tal narrativa é simbólica em relação ao território aqui abordado, pois foi particularmente forte na historiografia produzida até o terceiro quartel do século XX. Em grande medida, a distinção que ela faz entre o antes e depois da colonização, serviu para justificar a forma como se deu a apropriação privada da terra. Aos que ‘não mais existiam’, ou aos que tiveram a imagem negativada, não fazia sentido garantir-lhes terras, diferentemente do que ocorreu com os grupos adjetivados positivamente. Esses seriam os elementos ideais, progressistas, ordeiros..., a eles se deveria garantir tal direito, pois essa seria a forma para impulsionar o sonhado progresso, como era concebido por governantes e parte da intelectualidade de então.

Saliente-se, no entanto, no que tange à noção de propriedade, que os povos indígenas se orientavam por uma noção peculiar de domínio e uso da terra. Para eles o território era o espaço natural, de coleta e de produção da sua subsistência, “propriedade coletiva”, também no sentido de serem “donos” dele; em suma, não se moviam pela visão mercantil da propriedade. A imposição da necessidade de “legalizar as terras”, era totalmente estranha a sua cultura. De certa maneira, essa noção a respeito do domínio e uso da terra também era compartilhada pelos caboclos. Nem por isso esses grupos se sentiam desprovidos do direito de manter o domínio dos territórios que ocupavam, como se nota no Relatório do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1869, p. 64) que, reportando-se à Palmas, registra: “34 índios, guiados pelo seu cacique, Vitorino Conda, dirigiram-se em maio do ano passado à capital e pediram ao presidente providências contra esbulhos sofridos em suas terras”.

Assim, a expansão capitalista nesses territórios não apenas promoveu a apropriação de diferentes áreas, como também aprofundou a cisão da sociedade em dois grupos, representados pelos povos tradicionais, indígenas, caboclos e pobres em geral e, os colonizadores, nas figuras dos fazendeiros, mascates, comerciantes, colonos... Nessa cisão, se considerarmos o estudo sobre as relações de poder, de Nobert Elias e John Scotson (2000), em que demonstram como o grupo estabelecido, que já ocupava o espaço, desqualificava os forasteiros como forma de se impor a eles, aqui, invertem-se os papéis, considerando que os es-

tabelecidos foram rotulados como “sem virtudes”, os da barbárie, que não se adequavam aos propósitos do projeto hegemônico, diferentemente dos forasteiros, qualificados como portadores da civilização.

O não reconhecimento da civilização do outro, por não se parecer com a sua e por considerá-la inferior, empoderava os colonizadores. Era o outro que deveria se adequar ao projeto “de progresso”, imposto como superior, porque aos olhos dos forasteiros nem mesmo a coexistência seria aceitável. Tal entendimento é evidente nos documentos oficiais, nos quais é frequente a insistência para se “catequisar”, “civilizar”, “arrancar tais povos da barbárie”. Quando trata dessa tarefa, um Relatório do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1862, p. 57-58) realça que “grande número de antigas aldeias se podem supor extintas; seus habitantes se dispersado, chegando a tal estado de civilização que já se não distinguem na massa geral da população”. Essa situação também foi descrita como sendo resultado dos esforços que vinham sendo empreendidos pelo governo. Refere-se, ainda, aos terrenos que foram “doados” a tais aldeias, os quais “mais ou menos se acham invadidos, tendo sido esbulhados deles os descendentes dos primitivos habitantes do Brasil”.

Parece ironia o registro de que os descendentes dos primitivos habitantes tiveram terrenos a eles “doados”, mas reflete justamente o sentido das leis impostas a esses povos, ou seja, não se considerava a noção de propriedade que eles possuíam. Além da espoliação das terras que os povos indígenas tradicionalmente usavam, ressaltava-se que eles já não se distinguem do resto da população ou mesmo não existiriam mais. Por conseguinte, como também entendia o Deputado Stivalet, se eles não mais existiam, não faria sentido reservar terras a eles; ou, nas situações em que se registrava sua presença, haveria que se ‘catequisar, civilizar, sedentarizar, controlar...’, considerando que o direito à propriedade privada já havia se consolidado. Em perspectiva semelhante se coloca o relato de Wenseslau Breves (1985, p. 26), quando se referia aos caboclos, afirmando que eles “tinham manifesta má vontade para com os elementos coloniais de origem estrangeira, para com os *gringos*”. Essa má vontade resultaria dos métodos de trabalho utilizados pelos colonos que rapidamente os faziam prosperar, diferentemente dos caboclos, que “continuavam naquela pobreza”.

Entre os inúmeros registros em relação à percepção corrente no processo de

conquista do território está uma manifestação enviada pelo Governo do Paraná, no período da Guerra do Contestado, ao governo catarinense (SANTA CATARINA, 1914), na qual ressaltou a “preocupação para manter a ordem e o avanço da propriedade”, uma vez que as agitações estariam perturbando a tranquilidade daqueles que se entregavam ao trabalho. Por isso, as ações dos governos deveriam ser decisivas para “manter intangível e eficaz o império da lei” (SANTA CATARINA, 1914, p. 13). Em resposta à manifestação, o Governo catarinense dispunha-se a combinar ações para que “se respeitasse o *status quo* existente”, sendo que, para tal, urgia “dispersar os desgraçados sertanejos”. Além disso, ressaltava, a morte João Gualberto “exprime o sacrifício da lei e da ordem pela criminosa audácia de uns bandoleiros que o fanatismo ainda mais perigosamente pervertia” (SANTA CATARINA, 1914, p. 31 e 33).

Para contrapor tal cenário e expressar o mundo civilizado, destacavam-se os avanços da colonização, sintetizados em especial pelo “desbravamento de áreas desabitadas e incultas” e pelo “aumento da produção agrícola”. Nesse sentido, reportando-se ao antigo território Contestado, (SANTA CATARINA, 1920, p. 46-49), destaca-se que em paralelo aos cuidados “tendentes a assegurar-nos a cooperação de trabalhadores ordeiros”, o governo implementava um conjunto de medidas para facilitar “a exploração do nosso solo e o desbravamento do nosso sertão”. A tais medidas também se juntariam os trabalhos das empresas particulares que se dedicavam à colonização, pois dependia delas o afluxo dos colonos.

Os diferentes entendimentos sobre o território, observados entre os grupos estabelecidos e os colonizadores, produziram processos contraditórios, mormente quanto ao sentido atribuído ao uso e exploração do ambiente, pela forma de organização da produção, bem como de sua finalidade. A Guerra Contestado (1912-1916) pode ser colocada como emblemática, enquanto explosão dessas tensões, mesmo que a disputa pela terra não se restrinja apenas a esse episódio e período.

Ao abordar movimentos camponeses, como o do Contestado, Paulo Pincheiro Machado (2004) destacou a importância de se compreender sua capacidade criadora a partir de suas origens. Entende que, no caso, não se tratava de uma revolta alienada, mas de um segmento social que havia compreendido as mudanças em curso no território. Assim, os sertanejos:

[...] tinham clareza quanto às forças com as quais estavam lutando. Seus alvos principais foram os chefes políticos locais, os grandes fazendeiros e comerciantes, os especuladores de terras e os interesses estrangeiros na região (a *Brazil Railway* e a *Lumber*). O movimento rebelde identificou, desde o início, a marginalização crescente dos caboclos e da gente “de cor”, ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização do território planaltino (MACHADO, 2004, p. 34).

Em tais disputas, objetivas ou no campo da narrativa, a expansão capitalista sobre o território foi se tornando hegemônica. Mesmo que coexistissem as diferentes formas de domínio e de uso da terra, gradativamente, as áreas foram passando ao domínio privado. Ao se reportar às múltiplas dimensões do território, em especial os de fronteira, Bernardo Mançano Fernandes (2008) destacou que existem “territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias”. Essas duas dimensões seriam indissociáveis, sendo o território material resultado de relações de poder, sustentadas pelo território imaterial, teórico ou ideológico.

A propagação desse “território imaterial” em relação à apropriação privada da terra, especialmente na segunda metade do século XIX e primeira do seguinte, amalgamaram tal ideia de modo que passou a ser vista como algo sagrado, natural e garantido como direito na Carta Magna. No bojo desse ideário, largamente propagado na região, as ideias de “progresso” e de “civilização” aparecem invariavelmente relacionadas à trabalho, aquele considerado produtivo para o mercado ou gerador de riqueza, ao desbravamento do sertão, aos trabalhadores ordeiros, aos esforços para tornar a terra produtiva, à visão progressista de futuro, ao respeito às instituições e à lei, entre outras. Em contraponto, mas com o mesmo intuito, as feições produzidas dos povos indígenas e caboclos, geralmente aparecem relacionadas ao nomadismo, habitantes de zonas desertas e improdutivas, homens violentos, fanáticos e bandoleiros e, via de regra, foram utilizadas para designar o antes e o depois da colonização. Refletiam, ou ainda refletem, um passado a ser deixado para trás e o presente como o germe de um futuro promissor. Em suma, as narrativas do “território imaterial” foram produzidas e

propagadas em especial para justificar a propriedade privada da terra aos que se enquadravam no projeto hegemônico e negada aos outros. Destarte, sempre que se fala em colonização e em colonizador, há que se lembrar do colonizado.

Considerações finais

O complexo processo de conquista e colonização da fronteira Sul do Brasil, constitui-se num território em construção, no sentido de que a realidade do tempo presente é resultado de uma trajetória conflituosamente moldada no tempo. Esse processo se produziu baseado em intrincadas relações de interesses, conduzidas especialmente pelas elites locais e regionais e com guarida das autoridades. As diferentes investidas patrocinadas por tais elites foram justificadas sob a alegação da necessidade e premência, seja de construir a unidade nacional, de consolidar a ordem política, de promover o desenvolvimento econômico regional e do país, entre outros. Em torno desses motes se consolidou a apropriação privada da terra, tanto no contexto da expansão das “fazendas de criar”, ao longo do século XIX, como nos assentamentos de colonos, na primeira metade do seguinte. Como todos ou outros, esse processo de conquista não foi tranquilo, não se deu sem resistências, nomeadamente protagonizadas por povos indígenas e caboclos.

A ideia de propriedade privada da terra, como a conhecemos, também foi historicamente construída, assim como todo o arcabouço ideológico de que ela se constitui em privilégio para determinados grupos em detrimento de outros. Nessa construção, a ideia estruturante para justificar tal percepção é a da “produção”, de terra produtiva enquanto meio para impulsionar o mercado, o que só daria sentido à ocupação de determinada área se ela estabelecesse essa relação mercantil. Nesse processo, a Lei de Terras de 1850 foi o arranjo que selou e consolidou tal visão, em especial devido aos governantes e a opinião pública terem sido rigorosos e hábeis em sua defesa e, sobretudo, na sua aplicação.

Se a ideia de propriedade privada da terra é uma construção histórica, implica dizer que nem sempre foi assim, bem como que não será para sempre. Nessa acepção, coloca-se um desafio a quem estuda esse tema, que é o de ir além da

compreensão histórica do processo de formação do latifúndio, da herança perversa que os grandes ciclos econômicos deixaram, etc. Entende-se como imperativo estudar em profundidade as diferentes experiências de uso da terra, especialmente as dos diversos tipos de assentamentos; lançar outros olhares sobre esses territórios, até mesmo por terem resultado de políticas públicas de distribuição de terras e de inclusão social, permitindo uma dinâmica econômica diferente da efetivada no latifúndio tradicional dominante no país. Dada a diversidade do imenso território brasileiro, assim como sua diversidade social e cultural, também parece ser prudente propor diferentes configurações para o seu uso. Desses estudos precisam emergir proposições que possam subsidiar a definição de políticas públicas inclusivas, com formas criativas de domínio e uso da terra, com o intuito de fazer emergir um desenho agrário alternativo para o país.

Referências

ADAMY, Irene Spies. Terra e Poder no Oeste do Paraná. In: **Terra e poder**: abordagens em história agrária. SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José (Orgs.). Porto Alegre: FCM Editora, 2015, p. 141-161.

BRASIL, Legislação informatizada. Carta Régia de 5 de novembro de 1808. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html. Acesso em 24/11/2020.

BRASIL. Relatório Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo. 1860. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1ª seção da 10ª legislatura. Rio de Janeiro. 1861. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Coord.). Relatórios do Ministério da Agricultura (1860-1960), em CD. Projeto História do campesinato da Fronteira Sul. Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Campus Cerro Largo- RS.

BRASIL. Relatório Repartição dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. 1862. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 2ª Sessão da 11ª. Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felizardo de Souza Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Coord.). Relatórios do Ministério da Agricultura (1860-1960), em CD.

Projeto História do campesinato da Fronteira Sul. Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Campus Cerro Largo- RS.

BRASIL. Relatório Ministério da Agricultura. 1869. Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Apresentado a Assembleia Geral Legislativa. 2ª. Sessão da 14ª. Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Universal de E. & H. Laemert, 1870. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Coord.). Relatórios do Ministério da Agricultura (1860-1960), em CD. Projeto História do campesinato da Fronteira Sul. Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Campus Cerro Largo- RS.

BRASIL. Legislação Informatizada. Decreto N. 305, de 7 de abril de 1890. Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-305-7-abril-1890-523631-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25/01/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 22 dez. 2020.

BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. N. 6, 1985, p. 7-72.

DALLANORA, Cristina. Conflitos no ex-contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Tese (Doutorado História), Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

DE LUCA, Tânia Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. UNESP. 2008, disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em: 19/01/2021.

FERRARI, Luiz Fernando. As terras enguiçadas: a intrusão e a reconfiguração agrária nas cercanias de Campo Erê-SC. Tese (Doutorado História), Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2020.

HAMMEL, Ana Cristina. Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. Tese (Doutorado História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Mare-

chal Cândido Rondon, 2020.

ITALIA. Bollettino Dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'emigrazione. Brasile. La colonizzazione italiana nel Paraná. Da un rapporto del'AVV. G. Saretta, Ciceconsole a Santos. Roma: Tipografia Nazionale di G Bertero E Co. N. 10, Anno 1903, p. 6 e 16. In: RADIN, José Carlos. **Imigração Italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

KOLING, Paulo José. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava: Unicentro, 2018.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Paulo Cesar. Rede Brasil Atual. "Violência cresce no campo em 2019, com cinco conflitos por dia e 32 assassinatos". Disponível em: <https://www.rede-brasilatual.com.br/cidadania/2020/04/violencia-cresce-no-campo-em-2019-com-um-conflito-a-cada-cinco-dias-e-32-assassinatos/> Acesso em 22/12/2020.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a "questão de limites" entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. (Tese História). Porto Alegre, 2018.

POLI, Jaci. Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos, VALENTINI, Delmir José e ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015, p. 249-270.

PORTO Editora. Porto. Lei das Sesmarias. In: **Infopédia**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$lei-das-sesmarias](https://www.infopedia.pt/$lei-das-sesmarias) Acesso em 11/02/2021.

PRADO Jr., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RADIN, José Carlos. **Imigração Italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina: uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**. Território, migração e diversidade. v. 31, n. 49 (dez/2018).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado, 23/07/1911. Florianópolis, Tipografia d'O Dia.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. 24/07/1913. Florianópolis, Tipografia d'O Dia.

SANTA CATARINA. Mensagem do Presidente Vidal José de Oliveira Ramos apresentada ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 20/07/1914.

SANTA CATARINA. Relatório da Secretaria Geral dos Negócios do Estado apresentado ao governador do Estado pelo Secretário Fulvio Aducci. jun. 1916. Florianópolis: Tipografia do Dia, 1916.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada por Felipe Schimdt, Governador do Estado, ao Congresso Representativo. 14/08/1917.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, Por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador. 22/07/1920.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, Por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador. 22/07/1921.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa, Pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. 29/07/1928.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda. 1950.

ZARTH, Paulo Afonso. Terras de Uso Comum nos Ervais do Rio Grande do Sul. In: **Terra e poder**: abordagens em história agrária. SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José (Orgs.). Porto Alegre: FCM Editora, 2015, p. 57-72.

“Onde o arco do selvagem e as garras do tigre dão a lei”:

a Lei de Terras no Paraná¹

Fabio Pontarolo

A APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS DE 1850 NA PROVÍNCIA DO PARANÁ oitocentista tornou cada vez mais rara a possibilidade de acesso à terra aos lavradores pobres paranaenses. Nesse sentido, investigamos como a Lei de Terras foi aplicada nesse território ao Sul do Império, buscando responder: funcionou de que forma, e para quem? A questão está diretamente relacionada à política de imigração para as terras paranaenses, direcionada para o entorno de Curitiba, capital da nova província emancipada de São Paulo em 1853. Planejada e implementada de forma quase simultânea à aplicação da Lei de Terras, tal política provincial se articulou desde seu início à norma imperial sobre o uso da terra. Dessa forma, a investigação sobre o acesso ou a limitação à propriedade da terra no Paraná oitocentista, a partir da Lei de 1850, precisa levar em conta as delimitações iniciais da política criada para a imigração naquela parcela do Império.

A partir das definições em torno da Lei de Terras, todo o Oeste da província passou a ser tratado enquanto terras devolutas e permaneceu reservado para outras finalidades de ocupação até o fim do período imperial. Tal espaço territorial se tornou foco de planos de criação de reservas para a expansão da pecuária e para a exploração da erva-mate e madeiras nativa. Nesse caso, tratava-se de um

¹ Esse artigo é parte da tese de doutorado intitulada “**Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: história dos ‘povoadores pobres’ em Guarapuava (século XIX)**”, defendida na Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE em julho de 2019, sob orientação do prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva.

projeto de reserva de terras que beneficiava principalmente os grandes fazendeiros próximos do comando da política paranaense. Nesse sentido, buscamos investigar em que sentido os grupos de fazendeiros e pequenos agricultores envolvidos na exploração e uso da terra no Paraná foram beneficiados ou puderam resistir a esse projeto, utilizando a Lei de Terras e/ou a política de imigração para garantir ou aumentar seus domínios.

Compondo um ponto importante nessa discussão referente ao período anterior à Lei de Terras, ressaltamos que o comércio de terras era muito comum no Paraná desde o início da formação e ocupação das estâncias nos Campos Gerais, com a abertura do caminho do Viamão ainda na primeira metade do século XVIII. Nessa região da ocupação setecentista do Paraná se incluem as vilas de Curitiba, Castro, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e do Príncipe. Como parte da expansão dos estancieiros dos Campos Gerais, a ocupação dos campos de Guarapuava no Centro-Oeste do Paraná, no início do século XIX, delimitava o ponto mais avançado da ocupação paranaense por quase todo o oitocentos. Como investigou Horacio Gutiérrez, “o mais impressionante é a difusão da compra e venda de terras, um mercado em funcionamento desde começos do século XVIII no Paraná” (GUTIÉRREZ, 1996, p. 52). Nesse sentido, os dados encontrados para o Paraná contrariam a interpretação proposta por José de Souza Martins, de que a lei de 1850 teria inaugurado um “cativeiro da terra” (MARTINS, 1986) ao criar o mercado fundiário e impedir as posses que não fossem adquiridas pela compra. Como já considerou Márcia Motta, tal cativeiro não foi um processo mecânico, e não inaugurou essa modalidade pela qual a terra poderia trocar de mãos (MOTTA, 2008, p. 226). Nesses termos, no caso do Paraná, um mercado da terra já havia se formado desde o século XVIII, e uma indicação disso estaria no pequeno número de famílias declarantes de posses na mesma região no Inventário de Bens Rústicos de 1818, produzido a partir do aviso régio de 21 de outubro de 1817, em relação ao número de famílias que ocupavam as vilas dos Campos Gerais nos levantamentos populacionais do mesmo período (GUTIERREZ, 1995, p. 34).

A partir da emancipação da província do Paraná, em 1853, os questionamentos iniciais sobre a aplicação da Lei de Terras seriam movidos por seus habitantes mais impactados pela nova legislação agrária, e nesse sentido parti-

riam essencialmente dos lavradores pobres. Ainda em fevereiro de 1854, uma mensagem partiu diretamente de um roceiro de Palmeira, nos Campos Gerais, relatando as tensões vividas pelos lavradores pobres locais poucos dias após a promulgação do decreto de 30 de janeiro daquele ano. O presidente encaminhou a denúncia ao chefe da polícia provincial:

Dia 11 [de fevereiro de 1854]. – Ao dr. chefe de policia da provincia. – Passe-se vmc. á freguesia da Palmeira para ahi conhecer do facto que deo lugar a incluza queixa de Francisco Antonio das Chagas, que se diz opprimido por prepotencia de José Manoel dos Santos, e, outro-sim examinar, afim de trazer ao conhecimento do governo da provincia, se é certo que naquella freguesia não ha mata mesmo pequena, donde os pobres tirem lenha, nem campo onde conservem alguns animaes, e que até de agoa se lhes tem disputado o gôzo. No desempenho d'esta commissao espero que vmc proceda com o zelo proprio de sua posição, e da cauza, que, a não ser calumniosa a queixa, é a da pobreza espezinha (VASCONCELLOS, 1854a, p. 03).

Ainda sem respostas para a queixa de Francisco Antonio das Chagas, quatro meses depois, na sessão governamental de nove de junho de 1854, o presidente Vasconcellos recebeu outro officio, nesse caso enviado pelo juiz de paz de Palmeira a respeito das terras da freguesia que poderiam ser utilizados para o feitiço de roças da população pobre. No documento, o juiz de paz Manoel José de França Borges:

pede que, visto ter a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e respectivo regulamento perturbado a paz possessória do povo desse districto, que se julga esbulhado do direito de adquirir terras de lavar por meio de sua cultura, o esclareça se as terras devolutas estão no caso de poderem ser cultivadas em quanto não se procede á medição das terras devolutas, determinada no capitulo 2º d'aquelle regulamento (VASCONCELLOS, 1854b, p. 02).

Em resposta, Zacarias de Góes reafirmou o impedimento de novas posses decretado pela lei de 1850: “tenho a declarar-lhe que não se podem tomar novas posses, mas dentro das posses actuaes é permittido á cada um fazer as lavouras

que quizer” (VASCONCELLOS, 1854b, p. 02). No entanto, pela terceira vez em 1854 e poucos dias após ser publicada no jornal provincial a resposta aos lavradores de Palmeira, o delegado de Guarapuava enviou outra solicitação de esclarecimentos para um caso similar:

consultando como deve proceder a respeito de algumas famílias que forão para esse districto com animo de estabelecerem-se e cultivarem algumas terras devolutas nas margens do Ivahy, e Iguassú, cujas plantações devem começar do mez próximo vindouro em diante, e bem assim á respeito de alguns moradores que apresentarão a razão de não terem capoeiras em bom estado de nellas fazerem suas plantações de milho e precisarem de derribar alguns matos á ellas visinhos para fazerem taes plantações (VASCONCELLOS, 1854b, p. 02).

A situação relatada em Guarapuava, referente às solicitações de novas poses requeridas em terras mais distantes da ocupação inicial do início do oitocentos e às margens do rio Ivahy, no caminho para a única colônia de imigrantes existente da região, denominada Thereza Cristina, levou uma resposta mais incisiva do governo provincial com relação à aplicação da Lei de Terras de 1850: “em resposta tenho a dizer-lhe que o artigo 20 do regulamento de 30 de janeiro ultimo prohiibe expressamente o estabelecimento de poses depois da respectiva publicação, declarando que não sejam desrespeitadas” (VASCONCELLOS, 1854b, p.02).

O referido artigo 20 da lei de 30 de janeiro de 1854 decretava que: “As poses estabelecidas depois da publicação do presente Regulamento não devem ser respeitadas. Quando os Inspectores, e Agrimensores encontrem semelhantes poses, o participarão aos Juizes Municipaes para providenciarem na conformidade do Art. 2º da Lei supracitada” (BRASIL, 1854). Por sua vez, o artigo 2º da Lei de Terras de 1850, também citado na resposta, determinava o despejo e perda das instalações e roças realizadas em terras devolutas a partir de 1850, prevendo ainda a detenção entre dois e seis meses e uma multa de 100\$000 réis aos posseiros. Dessa forma, o primeiro presidente da província apontava os caminhos duros do regulamento de 1854 para começar a aplicação da nova legislação agrária no Paraná.

Entretanto, com carreira política iniciada na década de 1840, o conservador Zacarias de Góes havia assumido há pouco tempo a presidência da província recém emancipada, com experiências anteriores como deputado na província da Bahia, vindo a presidir por alguns anos as províncias do Piauí e de Sergipe. As forças políticas que se organizaram para alcançar a emancipação do Paraná ainda não haviam assumido a assembleia legislativa, inaugurada em julho de 1854, e assim ainda não tinham tanta influência sobre Zacarias para definir as ações em torno de seus interesses regionais no registro de terras regulamentado no início daquele ano de 1854. As seguidas petições enviadas por lavradores ao poder provincial, responsável maior pelas definições regionais da Lei de Terras, provavelmente formaram aos olhos do político baiano a imagem de uma onda iminente de conflitos pela posse das terras na nova província, antes mesmo de sua gestão na presidência da província efetivamente começar.

Embora não tivessem uma organização formal, os lavradores pobres de diferentes vilas paranaenses continuaram com as petições. Ainda em junho daquele ano de 1854, os posseiros da freguesia de Castro questionavam as formas de acesso às matas virgens que divisavam suas propriedades. Um mês após o pedido de esclarecimento, enviado pelo delegado da vila dos Campos Gerais, Góes e Vasconcellos encontrou uma forma de postergar a continuidade das tensões dos pobres por terra na região:

Ao delegado de policia de Castro – Ao seu officio de 20 de junho ultimo, em que pede a esta presidencia, que lhe esclareça se os posseiros estão habilitados a derribarem matas virgens contiguas aos terrenos por elles cultivados, uma vez que estes posseiros se dividirão huns com outros por matas virgens, e cujas divizas forão por elles respeitadas até o presente, e por consequencia desses mesmos terrenos julgão-se os ditos possuidores estarem de perfeita posse, e por isso com direito á continuação na roçada para suas plantações, respondo que os posseiros, de que falla, podem derribar as matas virgens que servem de divisa á suas antigas posses, e ahi fazer plantações (VASCONCELLOS, 1854c, p. 01).

No caso dessas posses, entremeadas por matas que faziam divisas entre diferentes lavradores, passou a valer uma forma de ampliação das roças que trazia o

direito de realizar novas posses de volta à legalidade, porém ainda sem uma referência legislativa para tal autorização. Se por um momento a concessão aliviava a pressão por parte dos lavradores de Castro, logo outros posseiros passaram a requerer o mesmo direito. A solução encontrada por Zacarias de Góes para evitar o surgimento de conflitos foi a validação do direito concedido em Castro para a realização de novas posses a partir de uma nova interpretação do regulamento de 1854. Em Palmeira, vila de onde partiram os primeiros questionamentos sobre a aplicação da Lei, uma nova petição foi encaminhada no início de agosto de 1854. Na resposta, Góes e Vasconcelos embasava sua solução em uma interpretação do artigo 44 do regulamento de 1854:

Ao subdelegado de policia da Palmeira – Em solução ao officio que vm. dirigio me em data de 3 do corrente, tenho a declarar-lhe, para a devida execução, que o art. 20 do regulamento de 30 de janeiro ultimo prohihe expressamente o estabelecimento de posses depois da respectiva publicação, declarando que não sejam respeitadas. Entretanto se os matos de que falla em seu officio estão comprehendidos em posses anteriores á publicação do regulamento; ou contíguos aos terrenos já plantados, podem os posseiros derribar esses matos para fazer suas plantações, com quanto que guarde nisso os limites, à que se refere o art. 44 do regulamento (VASCONCELLOS, 1854d, p.01).

Vinculado ao Capítulo III do decreto nº 1318, o artigo 44 – utilizado pelo presidente provincial para liberar novas posses antes do início da realização das declarações – possuía originalmente em seu teor a finalidade de regulamentar os processos de revalidação e legitimação das terras que fossem declaradas entre 1855 e 1857. Esse trecho do decreto deixava sob responsabilidade do Juiz Comissário a medição e concessão de terras devolutas contíguas, limitadas a área de uma sesmaria nas dimensões tradicionalmente concedida em cada região (BRASIL, 1854). Com a brecha aberta pela aplicação adiantada do artigo 44 após as pressões repassadas pelos lavradores naquele início de ano, Zacarias de Góes se afastava do risco de conflitos pela posse das terras logo no início de seu governo. O papel apaziguador do decreto, trazido para a abertura do processo de aplicação da Lei de Terras, mostra-se bastante nítido na mensagem enviada ao subdelegado de policia de Palmas no mesmo mês de agosto de 1854:

Em solução á materia do seu officio de 27 de julho ultimo, em que, ponderando que alguns indivíduos dessa freguezia o anno passado entrarão no sertão a procura de terras para suas lavouras, e nelle fizerão roças e se estabelecerão, consulta-me se deve proceder contra eles no caso de derribarem matos para continuar a sua lavoura, cabe-me responder-lhe que não tratando-se de posse posterior á publicação do regulamento de 30 de janeiro ultimo, mas de simples continuação de cultura em posse anterior ao mesmo regulamento, não deve vm. prohibir a esses posseiros roçarem os matos contíguos ás suas posses, com tanto que guardem nisso os limites, á que se refere o art. 44 do regulamento (VASCONCELLOS, 1854d, p.01).

Dessa forma, o presidente da província abria precedentes aos pequenos lavradores – e por extensão também aos estancieiros – para realizar ocupações contíguas às posses já existentes, que desafogariam a pressão sobre o governo provincial logo em seu começo. Todavia, o paliativo se mostraria apenas momentâneo sobre as posses na região dos Campos Gerais: as relações da grande propriedade na região possuíam raízes profundas. Considerando o interesse político dos estancieiros do Partido Liberal no Paraná, manter o projeto de imigração estrangeira restrito ao entorno de Curitiba significava algo importante.

De qualquer forma, uma parcela significativa das posses foi declarada no Paraná: os relatórios provinciais indicam que todos os livros paroquiais paranaenses chegaram às autoridades responsáveis. Entretanto, como já investigaram Márcia Motta (2008, p.175), Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira (1981, p. 94), a multiplicidade de formas e informações que os registros receberam, reflexo das diversas relações sociais e de posse imbricadas do processo de ocupação e na própria aplicação da lei, dificultava o tratamento técnico dos dados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cujos trabalhos foram iniciados em 1860.

Em um resumo parcial dos registros feitos ainda em janeiro de 1857, o vigário da vila de Guarapuava responsável pelo registro das declarações, Antonio Braga de Araújo, já adiantava ao governo provincial: “Devo observar, que na parte relativa à extensão e antiguidade das mesmas [posses], não posso garantir sua exatidão, [...] as quais em sua mór parte não podem estar revestidas da dese-

jável clareza e precisão” (PARANÁ, 1857a). Os registros de Guarapuava, única vila no Oeste paranaense no período, foram os primeiros da província, ainda em 1859, a constarem como prontos para a fase das legitimações. Como descrevia o ministro do Império João de Almeida sobre os registros do Paraná, “consta que existem no município de Guarapuava 632 posses nos termos de serem legitimadas. Quanto aos outros municípios da província, diz aquele empregado [o delegado provincial de terras] que nada pode informar por falta de dados precisos” (PEREIRA FILHO, 1860, p. 22).

No relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1861, após receber todos os registros da província, o conselheiro Bernardo Azambuja criticou de forma generalizada os documentos enviados pelo Paraná: “Os registros nesta província são em sua totalidade mal feitos, não havendo clareza nem quanto á extensão das terras, nem quanto aos limites e outras circunstancias, para poder conhecer se são posses, sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial” (AZAMBUJA, 1862, p. 24).

Entretanto, passados três anos, em 1864, as autoridades provinciais viam com outra perspectiva os primeiros resultados dos registros e legitimações subsequentes. Nas palavras do vice-presidente provincial Sebastião Gonçalves, “A lei de terras vae produzindo os seus benéficos effeitos, assegurando o direito de propriedade territorial, que é motivo de contestações em quase todos os foros judiciarios do Brasil” (SILVA, 1864, p. 28). A discrepância entre os discursos da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e do governo provincial pode ser analisada a partir dos interesses dos estancieiros e ervateiros paranaenses. Devemos questionar os interesses em fazer a Lei de Terras funcionar, em descobrir a favor de quais beneficiários funcionaria, e em como pretendiam fazê-la funcionar. Como já apontamos no início, essa questão está diretamente relacionada com a política de imigração que se projetou implementar na província.

Os processos migratórios ocorridos até a década de 1850 para o território paranaense, incluindo as diretrizes da imigração estrangeira discutidas pelas elites políticas locais nos anos iniciais da província foram pouco enfatizados na maioria dos trabalhos sobre a temática (STEIN, 2015; MENDONÇA, 2015). Por esta razão, entendemos que a historiografia da imigração para o Paraná deixou encoberta a questão agrária em torno dos impactos da Lei de Terras nesse

processo, envolvendo a provável desapropriação de lavradores pobres para a instalação dos imigrantes europeus entre 1855 e 1870.

Os questionamentos a respeito da possibilidade de áreas mais a Oeste dos Campos Gerais receberem núcleos de imigrantes europeus começaram a ocorrer no ano seguinte à emancipação da província do Paraná. Em 1854, o deputado do Partido Liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, estancieiro de Palmeira que se tornaria um dos políticos que mais atuaria na presidência e vice-presidência da província - além de ter assumido a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas durante o Segundo Reinado -, publicou uma resposta a um pedido do primeiro presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Partido Conservador. O presidente solicitava ao deputado um levantamento das possibilidades de instalação de imigrantes no Paraná. O deputado, satisfeito por ser escolhido pelo presidente para fornecer sua opinião no assunto, aproveitou a oportunidade para se colocar na posição de representante político dos estancieiros paranaenses, em sua maioria vinculados ao Partido Liberal.

Aquilo que era inicialmente uma informação solicitada pelo presidente da província foi transformada por Jesuíno em um discurso contendo as bases imigrantistas para os grandes proprietários de terra e gado no Paraná. Publicada por partes em várias edições do jornal oficial de divulgação provincial, o *Dezenove de Dezembro*, o texto teria impactos em todo o delineamento da ocupação do Oeste paranaense na segunda metade do século XIX. Nessa posição, o texto iniciava apontando que os estancieiros tinham posicionamento contrário ao estabelecimento de imigrantes nas áreas de criação e internada de animais. Como argumenta Jesuíno,

Em primeiro lugar [...] o commercio e a criação de animaes são as industrias dominantes: a agricultura é mais uma imposição da necessidade de que uma fonte de riquezas; por tanto esta mina inexaurível é apenas explorada pela parte mais pobre de população á quem falta absolutamente outro meio de vida; e mesmo assim, desde que se podem forrar ao trabalho das terras, tomão outro norte immediatamente. Os hábitos de agitação da vida pastoril, com suas emoções variadas, parecem afastar ainda a população dos deveres fixos constantes que impõe o cultivo da terra (SÁ, 1854a, p. 05).

Com essa declaração, o representante dos estancieiros reproduzia a separação de funções e de possibilidades de enriquecimento imposta desde o início da ocupação das terras paranaenses. Com a agricultura de abastecimento dispensada à população pobre, as “emoções” da vida pastoril ficariam reservadas aos estancieiros. Sob qualquer possibilidade de viver da criação de animais, o político considerava que os lavradores estariam propensos a abandonar suas roças frente a qualquer nova oportunidade, haja vista a precariedade das condições da produção de alimentos nas áreas das estâncias. Não seria esse o destino a ser projetado aos imigrantes que chegassem à província.

O segundo motivo para a não instalação dos imigrantes, na visão do político e estancieiro, estava na ausência de grandes empreendimentos agrícolas na província: “Em segundo lugar, esta província que é somente rica de esperanças, e de elementos de grandesa ainda em embrião, tem falta de capitães, condição primaria para qualquer empresa industrial, e principalmente para a agricultura, que só vagarosamente remunera os avanços feitos” (SÁ, 1854a, p. 06). Nessa direção, em função das baixas remunerações e da falta de empreendimentos agrícolas que necessitassem de muita mão de obra, a região das estâncias se tornaria pouco atrativa aos imigrantes. A falta de escoamento da produção, em função da geografia do território paranaense, acabava por selar o destino pretendido pelo representante dos estancieiros para o Oeste paranaense: manter-se intacto enquanto terras devolutas à espera da expansão das estâncias:

O Paraná não tem a vantagem das grandes vias fluviaes como o Amazonas, nem um território geralmente chato como o Rio Grande do Sul; suas vias de communicações, ainda atrasadas, tornão os transportes demorados e caros; mas alem do seu clima quasi europeu, de seu diminuto numero de escravos, a providente natureza, para suavisar a tarefa do colono, estendeo um immenso sertão de mattas férteis por ambos os costados da Serra do Mar, avisinhando assim do oceano os terrenos mais proprios para a agricultura. Por outro lado, bordou as margens das tres grandes veias d’agua que, depois de baixarem mais de dois terços do territorio da província vão se derramar na immensa bacia do Prata, de mattas igualmente fecundas, deixando nas áreas formadas pelo Tibagy, Iguacú e Uruguay as pastagens proprias para a creação dos animaes (SÁ, 1854a, p. 06).

Ainda argumentando sobre a impropriedade da região das estâncias para a colocação dos imigrantes, Jesuíno relatava a hierarquia de rendas possíveis aos lavradores, desqualificando os trabalhos na colheita da erva-mate. Como alegava:

O matte, como planta indigena, poderia ser considerado como o producto mais vantajoso para a exploração; por quanto temos grandes florestas onde o arbusto que presta as folhas para este chá, cresce espontaneamente deixando ao homem, apenas o trabalho da colheita; todavia me abalancharei a dizer que esta industria não offerece um futuro duradouro, e que actualmente mesmo só é sustentada pelos hábitos rotineiros do nosso povo pobre, que continua a empregar-se em um trabalho quase improficuo, que no fim do anno lhe produz seguramente menos que o salário de um jornaleiro. A razão principal da baixa deste gênero é além da imperfeição do fabrico, a desproporção economica em que se acha a demanda com a producção (SÁ, 1854b, p. 05).

A desqualificação dos trabalhos na colheita da erva-mate pelo estancieiro do Partido Liberal continha motivações políticas importantes na década de 1850. A emancipação política do Paraná, realizada em contraposição aos interesses paulistas nos impostos do registro de Rio Negro, foi alcançada em 1853 sem contar com o apoio do Partido Liberal no Paraná, vinculado com o mercado de tropas em Sorocaba e aos paulistas.

O grupo de proprietários de Curitiba e do litoral que liderou a disputa política com São Paulo pela emancipação da região como província apresentou as rendas provenientes da exportação de erva-mate pelos portos paranaenses, em crescimento vertiginoso a partir da segunda metade da década de 1840, como base econômica para a receita da província que solicitava autonomia. De acordo com as investigações de Luiz Adriano Borges, a exportação da erva-mate teve um aumento de 473% no período, enquanto o café apresentou acréscimo de 275% nas exportações do território paranaense (BORGES, 2014, p. 307). A perda do território paranaense também era entendida pelos paulistas do Partido Liberal como uma forma de repreensão ao frustrado movimento separatista dos rebeldes liberais de São Paulo em 1842, refletindo a divisão dos interesses dos grandes proprietários paranaenses no apoio inicial à emancipação provincial. Nesse sentido, “como na comarca de Curitiba se fortalecia a oposição liberal, a sua eman-

cipação poderia neutralizar esses liberais, já que a presidência da nova província seria ocupada por alguém nomeado pelo governo central, além de criar novos cargos de deputados provinciais e senador. Assim, o governo conseguiria influenciar a localidade” (BORGES, 2014, p. 306).

Assim, a emancipação do Paraná em 1853 selava ainda mais a centralização política do Partido Conservador no Poder Imperial iniciado em 1850, e a derrota das revoltas liberais do Império encerradas na década de 1840. A exploração da erva-mate nas décadas seguintes não manteria as divisões partidárias de 1853, porém, nos anos iniciais da política paranaense enquanto província emancipada, os posicionamentos no processo de 1853 ainda geravam divergências. A partir daí, como indicam as investigações de Luiz Adriano Borges, a política provincial “resultou de uma negociação entre a elite local e o poder central no bojo das ideias conciliatórias” (BORGES, 2014, p. 316). A política conciliadora dos interesses dos grupos dominantes no Segundo Reinado se faria sentir no Paraná nos anos seguintes, em especial na questão da imigração.

Retornando ao tema da desqualificação do trabalho nos ervais, precisamos destacar o fato das terras da vila de Curitiba não serem atravessadas diretamente pelo caminho de Viamão, localizado mais a Oeste, permeando as vilas da Lapa e de Castro. Dessa forma, os lavradores curitibanos mantinham com sua produção agrícola o abastecimento dos demais moradores da vila de Curitiba e apresentavam a necessidade complementar suas rendas para a compra de farinha, sal e algodão. Esse complemento era realizado com a colheita de erva-mate na região, sendo depois vendida por eles aos atravessadores em Curitiba, os quais, por fim, enviavam o mate processado para exportação diretamente ao porto de Paranaguá. Dessa forma, os lavradores responsáveis pelo fornecimento da alimentação básica de milho e feijão em Curitiba teriam desenvolvido uma dependência econômica dos rendimentos da colheita de erva-mate, que complementava suas rendas e seus meios de subsistência. Tal forma de sobrevivência também deveria ser evitada pelos imigrantes, na visão de Jesuíno.

Após desconsiderar a geografia das áreas de criação de animais para o escoamento das produções, assim como as lavouras de subsistência mantidas pelos lavradores pobres enquanto ocupação praticável pelos imigrantes, Jesuíno Marcondes sugeria que se destinassem para a fundação de núcleos de imigra-

ção as áreas que rodeavam as vilas paranaenses mais bem posicionadas para o escoamento das produções agrícolas dos esperados colonos, em especial a capital Curitiba. Segundo o estancieiro: “As circumvisinhanças de Curitiba preenchem esse desideratum [desejo], contendo muitas leguas de terrenos fertilíssimos, pela maior parte devolutos e na mais feliz situação para serem o celloiro dos tres maiores centros da população da provincia, Castro, Curitiba, e as povoações da marinha [Morretes, Antonina e Paranaguá]” (SÁ, 1854b, p. 06).

Zacarias de Góes e Vasconcellos inicialmente se mostrou relutante em desenvolver a política de imigração estrangeira da província a partir dos pontos levantados pelo deputado dos estancieiros. Poucos meses depois de receber a resposta, publicada no jornal oficial entre os meses de maio e junho, em julho de 1854 o presidente apontava em seu relatório provincial as vantagens da ocupação por imigrantes nas proximidades de Guarapuava, a única vila paranaense a Oeste da região dos Campos Gerais, localizada com certo isolamento no centro do território paranaense. Partindo das informações geográficas da colônia francesa Thereza Cristina, fundada em 1847 pelo médico João Maurício Faivre, Vasconcellos publicou uma opinião contrária à do deputado:

A colônia Thereza afastando-se da costa do mar e dos grandes centros da população para o influxo da escravidão e das tendências mercantis que nellas há, não obrasse malignamente sob o seo destino que he (expressão de seo fundador) tornar o homem feliz e virtuoso, foi encravar-se no centro da província á margem do Yvahy na confluencia do ribeirão das Campinas, de sorte que, no isolamento e distancia das grandes povoações, que de ordinario estorvão a prosperidade das colonias e as acabão, vê o dr. Faivre hum dos predicados mais recommendaveis de seo estabelecimento (VASCONCELLOS, 1854e, p. 57).

Apesar de considerar a dificuldade do escoamento dos produtos e do isolamento da colônia Thereza Cristina, Góes e Vasconcellos ponderava a importância do afastamento das terras ocupadas pelos franceses para o sucesso da colônia. Segundo a análise de Marcos Stein, na visão do presidente da província, os colonos de Thereza Cristina se encontravam afastados dos vícios vinculados à escravidão, apresentando o estado ideal de colonização estrangeira que se deveria es-

tabelecer no Paraná emancipado (STEIN, 2015, p. 103). Vale lembrar que pelo art.16º da Lei Imperial de 28 de outubro de 1848, cada uma das províncias teria direito a utilizar seis léguas em quadra em terras devolutas para a colonização. Segundo a lei, nas colônias que se fundassem nesses terrenos não seria permitida a posse de escravizados (NUNES, 2012, p. 111). Em fevereiro de 1855, Zacarias de Góes questionava:

Não seria, pois, de utilidade publica alliciar, ainda com algum sacrificio, a introdução de certo numero de colonos para trabalhar em nossas primeiras estradas [referindo-se à Estrada da Graciosa, entre Curitiba e o litoral], ou cultivar na colonia Thereza, as fer-teis terras de Yvahy, obrigados a pagar, em praso estipulado, o di-nheiro que se lhes adiantasse? (VASCONCELLOS, 1855, p. 31).

No entanto, os deputados paranaenses agiram rápido em prol de seus interesses. Na publicação da Lei nº 29 de 21 de março de 1855, aprovada ainda no governo de Zacarias de Góes pela assembleia provincial da qual Jesuíno Marcondes era membro e um dos líderes, a imigração para o Paraná ficava limitada a três tipos de produção em que se poderia empregar os imigrantes que chegassem. Após instituir as verbas direcionadas para o financiamento da viagem dos imigrantes (art. 2º), o texto da lei passava a delimitar as possibilidades de trabalho na província. Se o primeiro governo provincial era Conservador, o partido dominante na primeira assembleia era Liberal. Além de um direcionamento inicial para o serviço de abertura de estradas (art. 3º), ficava determinado, no art. 4º, que “Os colonos que se quiserem dar à agricultura, e que não tiverem meios de o fazer por sua própria conta, serão distribuídos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo [...]” (PARANÁ, 1855, p. 01).

Com a mudança programada na presidência da província dois meses depois da publicação da Lei nº 29, em maio de 1855, Zacarias de Góes foi substituído pelo paulista e liberal Theófilo Ribeiro de Rezende. Mais alinhado com os interesses dos deputados estancieiros, Rezende tratou ainda em 1855 de esmiuçar o direcionamento que deveria ser dado à execução da Lei nº 29 em um novo relatório provincial. Sobre o artigo 3º que tratava do trabalho dos imigrantes na abertura de estradas, o novo presidente era enfático:

Só na estrada da Graciosa podem presentemente estar empregados colonos, pois que sendo seus serviços de alguma duração, acha-se com uma administração regularmente montada, com ranchos, e com menos dificuldade de conseguir as subsistências e outros recursos em razão de sua proximidade do litoral e da capital; mas por essas mesmas razões os colonos, que nella se empregarem, menos demorarão, principalmente se vierem com mulher e filhos, e não se lhes assegurar algum interesse permanente que os prenda ao lugar (REZENDE, 1855, p. 26).

Na intenção de manter os imigrantes que chegassem à província, sob risco de vê-los passar para as províncias vizinhas de São Paulo, Santa Catarina ou para o Rio Grande do Sul atrás de melhores condições, o governo provincial delimitava a área entre Curitiba e o litoral como a mais apta para receber os trabalhadores estrangeiros com suas famílias. Após trabalharem por um tempo na abertura da estrada da Graciosa, os colonos deveriam ser logo estabelecidos nas proximidades de Curitiba, evitando com isso que se evadissem para outras províncias. As definições da presidência seguiam estritamente o posicionamento externado por Jesuíno Marcondes um ano antes a Góes e Vasconcellos. A limitação de fazendas de café, restrita a apenas uma em Curitiba, e a ausência de plantações de trigo ou chá na província, somada à espontaneidade do desenvolvimento da erva-mate – de onde os lavradores pobres tirariam seu sustento sem realizar nenhum plantio, e, portanto, ‘sem esforço’ –, criavam uma imagem depreciativa da população pobre dos campos paranaenses, representados como a antítese do projeto de imigração provincial:

Sendo, porem, mais do que certo que não ha cultura alguma, nem mesmo dos cereaes indispensáveis para a substência quanto baste; que a herva mate nasce e cresce espontaneamente nas matas, só dá o trabalho de colher, sapear, e levar ao mercado; que a população se emprega quase exclusivamente n’isso e em criações; que há um único lavrador neste município que cultiva o café em ponto um pouco mais vasto, tendo seus 50.000 pés, ou um pouco mais, que não ha plantação alguma nem de chá, nem de trigo, e que só agora começão alguns ensaios em ponto pequeno, é manifesto que atrahir colonos com estas vistas seria sacrificial-os, deixal-os entregues á si e vagabundos (REZENDE, 1855, p. 26-27).

Dessa forma, como consequência dos interesses e dos argumentos dos estancieros liberais dos Campos Gerais e de seus pares na vila de Guarapuava, a região Oeste do Paraná, localizada a partir de Guarapuava, permaneceu afastada dos planos de colonização europeia até a instauração da República. Nos anos seguintes a essas definições, essa discussão se estenderia à execução da Lei de Terras, num processo de expropriação das terras ocupadas pelos pequenos lavradores da capital para abrir espaço à instalação dos colonos estrangeiros. Os imigrantes, por sua vez, também tiveram que se dividir entre o trabalho nas terras compradas junto ao governo paranaense e o fornecimento de parte da força de trabalho necessária em obras públicas como pontes e estradas. Entretanto, outros interesses dos grandes proprietários paranaenses são pouco nítidos nesse posicionamento. Para o sudeste cafeeiro, Maria Teresa Petrone encontrou a mudança na dinâmica das migrações pretendida pelos cafeicultores após a Lei de 1850. Como explica a pesquisadora a respeito da Lei de Terras,

Como ela proíbe a concessão gratuita da terra, embora assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café que naquele momento já tinham assumido papel político, econômico e social digno de nota. [...] Os cafeicultores, principalmente paulistas, pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doasse terras para a criação de núcleos coloniais (PETRONE, 1987, p. 263).

No caso paranaense, a predominância econômica da pecuária afastou os interesses pelo sistema de parcerias encampado pelos cafeicultores paulistas. Após o não comparecimento de fazendeiros interessados em participar dos editais provinciais e da secretaria do Império para empregar imigrantes nas suas fazendas em 1854 e 1855, o presidente explanou o projeto que se colocaria em vigor. Segundo José Antonio Vaz, “Não há por ora na província estabelecimentos ru-raes importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a industria agrícola se acha nella em tal pé que torne praticável o systema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província visinha” (CAVALHAES, 1858, p. 45).

Na sequência do projeto, como solução, Vaz apontava a “venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importá-las” pelo governo paranaense. Até 1857 a questão permanecia emperrada por embaraços na apropriação provincial de terrenos para aquele fim, visto que as terras pretendidas eram as mais próximas da capital provincial e das maiores vilas dos Campos Gerais. Alguns anos depois, na década de 1860, com o início dos processos de legitimações em Curitiba e região, os embaraços seriam resolvidos pelos deputados aliados do idealizador do plano – Jesuíno Marcondes – e os outros membros do clã político Oliveira e Sá e Alves de Araujo. Em pouco mais de duas décadas, quatorze mil colonos foram distribuídos em mais de sessenta colônias de imigrantes criadas por aquele governo provincial em Curitiba e cercanias até o final do Império (NISHIKAWA, 2015, p. 227). Assim, áreas ocupadas por roceiros pobres perto da capital poderiam ser consideradas devolutas e colocadas à venda aos imigrantes, ao mesmo tempo em que nos sertões mais à Oeste o acesso às terras seria restringido para a manutenção do monopólio exploratório da erva-mate, da madeira e dos campos propícios para expansão da criação de gado pelos mesmos grandes proprietários.

Dessa forma, além de identificar e vender para imigrantes os terrenos devolutos próximos da capital, o processo de legitimação produziu o fechamento de terras usadas para o plantio de roças pelos lavradores pobres dos Campos Gerais. O fornecimento de alimentos básicos na capital e vilas adjacentes ficaria a cargo dos grupos de imigrantes instalados nas colônias próximas, porém, essa aceleração substituição não levava em conta a adaptação dos imigrantes ao plantio nas terras dos Campos Gerais de Curitiba, onde os lavradores pobres produziam milho, feijão e mandioca ao menos desde a década de 1730. Em função disso, no decorrer da década de 1850 o preço dos alimentos subiu 200% em Curitiba. (SANTOS, 2010, p. 39).

O acirramento da Lei de Terras e do projeto de imigração provincial levou muitas famílias de lavradores pobres nacionais à miséria e mendicância na capital. Inicialmente, em 1862, o governo pensava em realocá-los em terras devolutas não tão distantes dos Campos Gerais, entremeando fazendas e colônias de imigrantes, onde pudessem logo legitimar as posses e estabelecer comércio com as vilas, ficando ao Estado apenas a responsabilidade de abrir estradas de interli-

gação (NOGUEIRA, 1862, p. 47). Entretanto, em meio ao recrudescimento de uma política de terras cada vez mais excludente, o governo provincial passou a planejar o envio dos incômodos lavradores, substituídos pelos colonos, aos afastados sertões entre a vila de Guarapuava e a fronteira com as repúblicas do Prata. Ironicamente, no mesmo relatório de fevereiro de 1864 em que Sebastião Gonçalves enaltecia os resultados da Lei de Terras na província, o vice-presidente avisava que:

A delegacia das terras lembra em seu relatório a necessidade de fazer-se concessões de terrenos aos pobres nos sertões da província. A idéa parece aproveitável, sendo o único meio talvez de conseguir-se povoar grande quantidade de terreno, ora inculto, sem offensa da lei, porque marcando-se os limites dos terrenos doados, a propriedade nacional ficará do mesmo modo discriminada da particular. Aos poderes geraes, porém, compete a realização d'esta idéa, a qual póde ser esposada por esta assembléa, se entender que ao governo geral deve pedir esta medida tão politica, quão humanitaria. Politica, porque traz o povoamento das nossas fronteiras, o qual impedirá o esbulho dos visinhos estados. Humanitaria, porque proporciona trabalho aos privados de bens da fortuna – tornando-os proprietarios, em vez de crear o pauperismo, que deverá nascer da proibição de fazer posses (SILVA, 1864, p. 28).

Os roceiros pobres existentes na província deveriam receber terras previamente demarcadas, a fim de manter o maior volume das terras devolutas sob propriedade do Império. O pretensu humanitarismo da proposta também era compartilhado pelos deputados da província. Dois meses depois do relatório do vice-presidente Sebastião Gonçalves, em abril de 1864 foi a vez do presidente da assembleia provincial, Manuel Alves de Araújo, publicar um discurso oficial em apoio à proposta. Tais concessões no sertão, planejadas com base na Lei de Terras, colocariam os lavradores frente aos piores medos da população das vilas provinciais e dos próprios políticos proponentes. Enfim, os interesses envolvidos na criação de novas colônias de imigrantes davam suporte aos planos de desterro da população pobre da capital provincial para o Oeste paranaense:

Attendendo a que a lei de terras occasiona difficuldades nesta provincia, – a que os sertões para sua passagem tranquillã e segura precisam de habitantes, – a que muitas famílias se acham reduzidas a mendigar terras para suas plantações e outras considerações de grande momento, aqui expendidas, fizesteis subir uma outra recomendação para que se concedessem posses nos nossos sertões. Quando o governo geral se empenha em povoal-os, em collocar populações onde o arco do selvagem e garras do tigre dão a lei, a satisfação do nosso pedido é o cumprimento dessa norma a que elle se tem imposto: e ao passo que muitas famílias agradecerão o serviço que para ellas impetramos, o trabalho fundará novas e inexgotáveis fontes de riqueza pelo seu gradual desenvolvimento (ARAUJO, 1864, p. 02).

Como se nota, o processo de pacificação das terras do sertão no Oeste da provincia, disputadas pelos grupos indígenas que as habitavam, assim como o domínio da natureza selvagem, ficaria a cargo das ‘agradecidas’ famílias de lavradores em troca do acesso às terras. O plano, ainda sem aplicação, seria desmembrado em 1871, colocando a função de dominar os indígenas sob responsabilidade do governo. Porém, o lugar para os lavradores pobres sem posses continuaria sendo o sertão. De acordo com o militar e ex-presidente provincial Henrique de Beaurepaire Rohan, em um parecer sobre a abertura de uma estrada entre o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul atravessando o Oeste do Paraná, o que a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas deveria ter como meta, antes da abertura da estrada, “é descortinar os vastos sertões occidentaes do Paraná, que constituem uma parte muito interessante da nossa fronteira; é submeter as hordas bravias, que alli têm seu escondedouro, e vivem continuamente em guerra entre si e com os habitantes dos campos de Guarapuava; é chamar para aquelles desertos agricultores que tirem proveito do solo” (ROHAN, 1872, p. 02).

Nessa proposta, além de desconsiderar os núcleos de populações indígenas existentes e seus territórios, o sertão a Oeste também era declarado deserto, e recebia o sentido geográfico de um “vazio demográfico”, de uma área desprovida de população. Conforme estudos de Lúcio Tadeu Mota, o conceito foi muito empregado a partir da década de 1950 para justificar a ocupação dos sertões para-

naenses, onde os indígenas Kaingang permaneciam resistindo à tomada de seus territórios tradicionais, considerados desabitados pela ausência de vilas e cidades reconhecidas como paranaenses na República (MOTA, 1994, p. 20-21). Tornase instigante questionar o sentido da representação dos sertões enquanto área desértica em 1871, considerando que em 1854 a Câmara da vila de Guarapuava avaliava em pelo menos 10 mil o número de indígenas que habitavam a região (VASCONCELLOS, 1854e, p. 60). Sobre os planos de concessão de terras no sertão a Oeste, mesmo com as autoridades o apoiando, tais projetos não saíram dos discursos oficiais.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que os terrenos dos arredores da capital eram considerados devolutos e direcionados para a imigração estrangeira, os sertões a Oeste permaneceriam na condição de fronteira aberta e devoluta, espaço da idealização de projetos de alocação dos lavradores pobres e libertos da escravidão e da exploração econômica da erva-mate. Essas terras e pinheirais seriam mantidos sob controle do Império, mas informalmente permaneceram como reservas para a expansão da pecuária e potenciais áreas de exploração dos ervais e madeiras pelos grandes proprietários, membros dos clãs políticos da assembleia provincial.

O relatório da comissão exploradora da abertura da estrada entre o Paraná e o Mato Grosso, realizado em 1869 pelo engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, apresenta diversos pontos de análise pertinentes ao andamento da Lei de Terras na província nesse período. Rebouças Filho teceu observações iniciais sobre as formas de posse e de propriedade das terras devolutas localizadas desde os arredores da vila de Palmeira, nos Campos Gerais. Depois, realizou observações sobre as terras que iam de Guarapuava até a fronteira paranaense a Oeste, a mais de 40 léguas (cerca de 270 km), nas divisas com as repúblicas do Prata. As terras da fronteira com o Prata eram próximas dos locais onde se travava a guerra do Paraguai, iniciada cinco anos antes, em 1864, e ainda não encerrada quando o engenheiro realizou suas análises. Em seu levantamento inicial sobre a região, publicada em 1869, Rebouças Filho considerava que:

Não faltão terras devolutas na extensa zona que a Comissão devassou em seus trabalhos. Desde cerca de oito leguas a Oeste da

rocio de terras públicas disponíveis aos pobres, Rebouças descreve os métodos aplicados pelos grandes proprietários para a ampliação de seus terrenos e a expulsão dos pequenos lavradores:

Os proprietarios de mais recursos empenhão-se em ampliar suas terras, legal ou ilegalmente adquiridas, à custa da nação e dos vizinhos menos fortes do que elles. Nestas vistas disseminão pequenas roças e ás vezes simples derrubadas sem emprego algum, em longas distancias, rodeando com ellas grandes áreas de matos, cuja posse desejão assegurar. Os vizinhos esforção-se á porfia no mesmo intento, e não é raro esbarrarem-se por acaso nas picadas ou derrubadas com que annualmente procurão invadir os matos nacionaes a conquistar mais algum bom pedaço de terreno. A estes encontros seguem-se ora accordos pacíficos, ora pleitos renhidos, em que o prejuízo ordinariamente cabe ao mais fraco. Não é raro que no ambito de seus postos avançados algum proprietario inclua o pobre vizinho, que o mais das vezes é espoliado; e vêm-se vendas fraudulentas de terras, descriptas com falsos limites, incluindo dominios que não são do vendedor (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 45).

Nesses “sertões ínvios e quase desconhecidos”, as autoridades responsáveis não chegavam, e talvez não interessasse chegar. A coerção sobre os lavradores também impedia que muitos denunciassem os agressores, uma vez que os documentos de posse apresentados pelos estancieiros poderiam ser grilados. Somente após muita conversa se descobriam essas situações, pois “é necessario penetrar até lá, observar e indagar sobre tal assumpto, para delles ter sciencia” (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 45). Essas formas de violência e coerção já haviam sido comunicadas pelo chefe interino de polícia da província em relatório ao governo paranaense datado de 1857, ainda em meio à realização das declarações da Lei de Terras.

Naquele ano de 1857, segundo o chefe interino de polícia Luiz Francisco da Camara Leál, alguns moradores pediam que o governo paranaense enviasse destacamentos desvinculados do poder de mando dos grandes proprietários locais: “Confessam que com a gente do logar não podem contar, e encontram os embaraços dos influentes das localidades, que teem os malfeitores, ou como seus *capangas*, ou como trabalhadores de suas fazendas” (LEÁL, 1857, p. 11-

12). Doze anos mais tarde, na avaliação final do relatório de engenheiro Rebouças Filho, em 1869, a impunidade nesses casos havia se tornado a regra naquele período. Concluía sem melhores expectativas: “na província do Paraná, onde a industria da criação é o principal e quase sem trabalho dá sufficiente resultado, a posse de terras de campo sempre foi o alvo da ambição de seus habitantes” (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 45).

A resistência dos lavradores pobres nestas situações poderia estar na estratégia de permanecer, ou mesmo na decisão de migrar em busca de condições melhores para assegurar a sobrevivência imediata e garantir a reprodução das formas de subsistência para os filhos. Enfim, os citados arcos indígenas e as garras dos animais selvagens – embora bastante eficazes na defesa de seus territórios – representavam as menores barreiras para as posses no sertão e em outras paragens provinciais.

Nesse caminho, em 1869 o engenheiro Rebouças Filho já questionava o Ministro da Agricultura porque não seria mais eficaz coibir a rotineiras invasões de terras devolutas com a facilitação da venda das terras nos sertões do Paraná, “não só baixando seu preço ao minimo como tambem dispensando o mais possivel as formalidades do processo da compra, para isto não ser estorvo á gente pobre e sem instrucção, que é quem mais carece de taes terras” (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 47). Com essas facilitações, não faltariam compradores para pequenas porções de terra com até 50 alqueires ou 120 hectares, o equivalente a meio quarto de légua quadrada. Como explicitava em suas andanças pelas vilas paranaenses:

Em nosso trato frequente com os proletarios das localidades onde organisámos nossas turmas do exploração, tivemos occasião de observar que aquelles que invadião as terras nacionaes o fazião com repugnância e temor, levados unicamente pela necessidade de ter onde fazer as plantações de que tiravão os meios de subsistencia; e que a mór parte effectuaria de bom grado a compra de terras devolutas, se não lhes antolhassem mil dificuldades no processo conducente a esse fim. Muitos, estamos certos, não duvidarião empregar nisto suas economias, e até empenhar-se por algum tempo, para obterem a propriedade legal e permanente, para si e seus filhos, de um pedaço de terra. Basta lembrar que, ao preço

minimo de meio real por braça quadrada, a area de 5.000 braças quadradas, que no Paraná designão pelo nome de alqueire, custa apenas 2\$500, não importando em mais de 125\$000 um lote de 50 alqueires ou 250.000 braças quadradas, terreno mais do que sufficiente para uma familia. Não ha proletario, na provincia do Paraná, que não o possa pagar essa quantia e ainda o duplo com poucos mezes de trabalho! (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 48).

Contudo, os proletários da terra nos sertões paranaenses, gerados em ritmo acelerado a partir da década de 1850, nunca receberam uma oferta de venda de terras como a projetada por Rebouças. Os planos eram de que permanecessem ou se tornassem proletários da terra. Tal possibilidade se tornaria mais distante entre as décadas de 1870 e 1880, quando o preço médio da terra no Paraná aumentou 600% em função da crise da economia pecuária. Nesse período, muitos estancieiros foram elevando gradativamente o valor de suas terras à medida que o gado paranaense perdia participação no mercado (SANTOS, 2010, p.58-59).

Nessa direção, torna-se importante reforçar que, mesmo frente a essa alta demanda apresentada pela parcela mais pobre da população por acesso à terra, a oferta de terrenos no Oeste da província a preços acessíveis aos lavradores pobres do Paraná nunca se efetivou. Ainda em janeiro de 1857, o padre de Guarapuava, Antonio Braga de Araújo, calculava em cinquenta léguas quadradas (10.890.000 hectares ou 108.900 km²) o volume de terras devolutas pertencentes apenas ao território da vila, uma área cerca de vinte e duas vezes maior que o total de terras declaradas nos registros da Lei de Terras na vila de Guarapuava (DALLA VECCHIA, 2017). Segundo o vigário, as terras nas margens dos rios Iguazu e Ivaí, pela opinião de especialistas que visitavam a região, eram as mais férteis da província, permitindo o plantio de arroz, chá e algodão. Nos demais terrenos devolutos até a fronteira, “todo elle produz o feijão, milho, e batatas” (PARANÁ, 1857b, p. 80), base da alimentação dos lavradores pobres paranaenses.

No entanto, como Rebouças Filho indicou anos mais tarde, preferiu o Estado, em relação aos sertões, “reservar essas terras para uma venda por muito tempo inexequível” que se esperava realizar em grandes porções para ricos empresários (REBOUÇAS FILHO, 1870, p. 47). Havia um projeto político orquestrado pelos representantes da grande propriedade para manter em reserva

aquelas terras a Oeste. Dessa forma, usando os termos do engenheiro, não houve um só proletário da terra, na província do Paraná, que tivesse acesso legal às grandes porções de terras devolutas provinciais. Nesse sentido, a desigualdade no acesso às terras paranaenses esteve mais ligada à forma com que os diferentes grupos econômicos e sociais na região se organizaram ou conseguiram agir frente à aplicação da Lei de 1850 que à aplicação estrita da letra jurídica. As formas históricas de resistência dos lavradores pobres paranaenses na luta pela terra representam uma tentativa de alteração dessa situação agrária regional, que se estende até o tempo presente.

Referências bibliográficas

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A Posse e o uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ARAUJO, Manoel Alves. Assembléa Provincial: Discurso proferido pelo Excelentíssimo Presidente da Assembléa Legislativa Provincial no encerramento da sessão de 1864. Dia 21 de abril de 1864. In: **DEZENOVE de Dezembro**. Curitiba, ano IX, n.479, sábado, 23 de abril de 1864, p.01-03.

AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. Relatório das terras públicas e da colonização. In: MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. **Ministério da Agricultura: Relatório do anno de 1861** apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima-primeira Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862, p.02-76.

BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BORGES, Luiz Adriano. **Senhor de homens, de terras e de animais: a trajetória política e econômica de João da Silva Machado** (Província de São Paulo, 1800-1853). (Tese de Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2014.

CAVALHAES, José Antonio Vaz de. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná: 1857**. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

DALLA VECCHIA, Zilma Haick (org.). **Registro do Vigário**: da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2017.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Terras e gado no Paraná Tradicional**. (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

LEÁL, Luiz Francisco da Camara. Relatório. In: **Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857**. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1857, p.11-13.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, J. M. N. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Revista Antíteses**, v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20729>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed. revista e ampliada. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **As Colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889**. (Tese de Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2015.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná**: no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Typ. do Correio Oficial, 1862.

NUNES, Francivaldo Alves. A lei de Terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. In: **Tempos Históricos**, vol.16. p.99-125, 2º semestre de 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8099>. Acesso em 28 abr. 2019.

PARANÁ. Lei nº29 de 21 de março de 1855. In: **DEZENOVE de Dezembro**. Curitiba, n.6, ano II, quarta-feira, 9 de maio de 1855.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. **Ofício do Vigário Antonio Braga de Araújo ao Presidente da Província do Paraná, José Antonio Vaz de Carvalhaes**. Data: 2 de janeiro de 1857a. PB 001.GPR. CAE 3.88, fl.79v.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. **Ofício do Vigário Antonio Braga de Araújo ao Presidente da Província do Paraná, José Antonio Vaz de Carvalhaes.** Data: 2 de janeiro de 1857b. PB 001.GPR. CAE 3.88, fl.80.

PEREIRA FILHO, João de Almeida. **Ministério dos Negócios do Império:** Relatório para a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano.** Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni (1985: São Paulo). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p.257-271.

PONTAROLO, Fabio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária:** história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (século XIX). (Tese de Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019.

REBOUÇAS FILHO, Antonio P. Relatório da Comissão Exploradora da Estrada para Mato-Grosso, pela província do Paraná, passando por Guarapuava e o baixo Ivahy. In: ALBUQUERQUE, Diogo Velho C. **Ministério da Agricultura:** Relatório do anno de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima-quarta Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870, p.44-50.

REZENDE, Theófilo Ribeiro de. **Relatório do Estado da Província do Paraná apresentado ao vive-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Província.** Data: 06 de setembro de 1855. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Parecer sobre um projecto de vias de comunicação com Assumpção, com Mato Grosso, e entre esta província e a do Rio Grande do Sul. In: BARRETO, Francisco do Rego Barros. **Ministério da Agricultura:** Relatório do anno de 1871 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima-quinta Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872, p. 01-05.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira e. Publicação a pedido. In: **O Dezenove de Dezembro.** Curitiba, n.9, sábado, 27 de maio de 1854^a, p.05-06.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira e. Publicação a pedido. In: **O Dezenove de Dezembro.** Curitiba, n.11, sábado, 10 de junho de 1854^b, p.04-06.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná:** 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1864.

SANTOS, Carlos Alberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. 2ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

STEIN, Marcos Nestor. Empreendimentos de colonização no Paraná: políticas de imigração e colônias agrícolas. In: TEDESCO, J. C.; NEUMANN, R. M. (orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, 108-123.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. Governo da Província: 23 de fevereiro de 1854. In: **O Dezenove de Dezembro**: n.5. Curitiba: sábado, 29 de abril de 1854a, 01-03.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. Governo da Província: expediente do dia 9 de junho de 1854. In: **O Dezenove de Dezembro**: n.15. Curitiba: sábado, 8 de julho de 1854b, p.02-04.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Governo da Província: expediente do dia 27 de julho de 1854. In: **O Dezenove de Dezembro**: n.24. Curitiba: sábado, 9 de setembro de 1854c, p.01.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Governo da Província. Expediente do dia 05 de agosto de 1854. In: **O Dezenove de Dezembro**: n.25. Curitiba: sábado, 16 de setembro de 1854d, p.01-03.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná**: no dia 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854e.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná**: no dia 03 de fevereiro de 1855. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.

Autonomia e dependência na Campanha rio-grandense em fins do século XIX¹

Günter Tlajja Leipnitz

NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX, O BRASIL PASSAVA POR TRANSFORMAÇÕES no campo. O fim do regime de escravidão e o processo de mercantilização da terra provocou mudanças nas relações sociais no ambiente rural. Considerando tal contexto, abordamos limites, possibilidades e significados de autonomia e dependência no que tange à vida de trabalhadores e pequenos produtores no município de Uruguaiana, localizado na região da Campanha rio-grandense, limítrofe com Argentina e Uruguai. Como veremos, as situações concretas de autonomia e dependência, para essas pessoas, se produziam a partir de relações sociais ainda fortemente marcadas por elementos estruturantes da escravidão, mesmo com o fim desta, mas gradativamente deslocando-se para parâmetros relativos às condições de acesso à terra e a outros recursos, às possibilidades de dirigir sua própria produção e garantir sua sobrevivência sem responder ou depender de terceiros. As experiências de autonomia e dependência vivenciadas pelas pessoas eram informadas pelo seu horizonte de expectativas produzidas numa sociedade que reproduzia a desigualdade após o fim do regime escravista.

A sociedade escravista que se constituiu no Brasil desde a Colônia foi marcada pela produção e reprodução da desigualdade entre os grupos sociais. A di-

¹ Os casos analisados e as reflexões decorrentes provêm das discussões presentes no segundo e quarto capítulos do meu trabalho *Vida independente, ainda que modesta* (LEIPNITZ, 2018).

nâmica que governava as expectativas e campo de ação dos indivíduos era informada pelo balizamento entre diferentes graus de dependência, que colocava num extremo os senhores brancos, e no outro, a população escravizada (mesmo que, no bojo da mesma, pudesse haver também uma gama de experiências variadas de existência). A experiência de quem não vivia sob o jugo do cativo, por si só não estava resumida à condição de liberdade: marcadores de gênero e cor pautavam as limitações e possibilidades de viver de forma autônoma. A sociedade brasileira estava constituída sob uma perspectiva patriarcal e estruturalmente racista (para além das diferenças entre libertos/as e livres), não expressando as mesmas possibilidades de escolhas e governo de suas próprias vidas para homens e mulheres, fossem brancos/as, pretos/as, pardos/as ou indígenas.

No entanto, a questão é que a produção da diferença não se dava apenas a partir de marcadores historicamente conhecidos como raça e gênero (reconhecimento que não implica naturalizá-los), mas estabelecia esses diferentes graus de dependência entre sujeitos juridicamente livres, e conseqüentemente, distintas expectativas sociais sobre suas possibilidades de autonomia e estratégias de ação. Sidney Chalhoub (2003) explora essa perspectiva ao analisar a obra de Machado de Assis e sua crítica ácida a sociedade da corte na segunda metade do século XIX, evidenciando como seus personagens espelhavam as relações hierárquicas da sociedade escravista. De acordo com o autor, a política de dominação senhorial implicava

uma hegemonia política e cultural, historicamente específica, que informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais. Em outras palavras, uma política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes garante uma unidade de sentido à totalidade das relações sociais, que parecem então seguir o seu curso natural e inabalável (CHALHOUB, 2003, p. 9).

Sob esta ótica senhorial, todas as relações sociais emanariam de um centro em que estariam os senhores, reproduzindo-se desigual e hierarquicamente de cima para baixo. O cerne disto estava na produção de dependentes (CHALHOUB, 2003, p. 9). Desse modo, havia diferentes gradações de relações de dependência envolvendo indivíduos e suas famílias, afetando diretamente suas

possibilidades de sobrevivência, acesso a meios de produção, a bens materiais e simbólicos. Tipos sociais comuns ao meio rural da época, como os agregados e suas famílias, por exemplo, mesmo sendo sujeitos juridicamente livres, estavam submetidos à dominação de indivíduos mais poderosos, que consentiam no desfrute de um pedaço de terra e outras recompensas desde que fossem obedientes e nunca quebrassem essa relação hierárquica (como ao reivindicar para si o território sem reconhecer o “favor” de seu senhor).

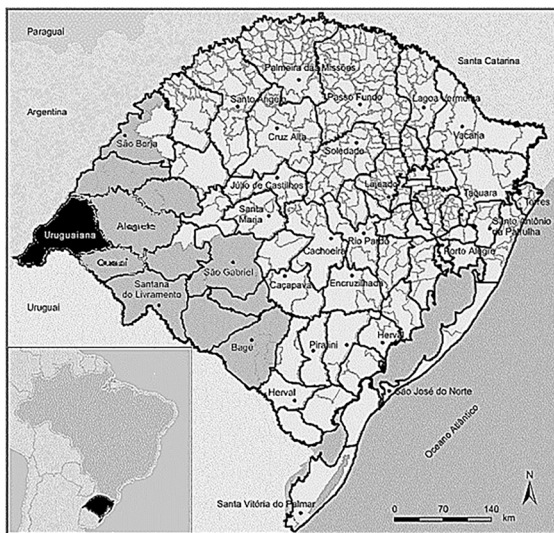
Isso também se dava em Uruguaiana, município da então Província de São Pedro (mais tarde, Estado do Rio Grande do Sul), situado na zona de fronteira com Argentina e Uruguai. A região da “Campanha” caracterizava-se pela hegemonia da criação pecuária extensiva, com relevo relativamente uniforme, de campos e pastagens naturais. Até meados do século XIX, a terra representava pouco valor nos patrimônios produtivos das famílias, tendo maior monta a posse de gado e trabalhadore(a)s escravizado(a)s (GARCIA, 2005; FARINATTI; 2010). Sendo uma região de ocupação luso-espanhola recente (que remontava ao começo daquele século), havia possibilidades consideráveis para que um indivíduo e sua família pudessem se instalar em algum pedaço de campo, para principalmente criar animais, mesmo que sob o consentimento de algum patrão, ocupando a função de agregado das terras, submetendo-se ao trabalho de peonagem, entre outras formas de relação de dependência. Assim, de fato, havia muitos indivíduos que produziam sua riqueza nos campos sem declarar a detenção de qualquer pedaço de terra (GARCIA, 2005; FARINATTI; 2010).

Durante esse período, deter a propriedade da terra – tal qual sua concepção “liberal”, “burguesa”, com um sentido “absoluto” – não era condição de maior relevância na concertação das relações sociais. Para se ter uma ideia, a expressão comum encontrada em documentação, utilizada por litigantes que se compreendiam perturbados nos seus direitos, era declarar-se “senhor(a) e possuidor(a)” de um pedaço de terra, campo etc., e não como “proprietário(a)”. Isto não implica que a possibilidade de aceder à terra sem depender de terceiros fosse irrelevante – pelo contrário, a terra enquanto um bem era fundamental na equação da política de dominação (ser “senhor de terras” era ser “senhor de gente” (MOTTA, 2008)) –; contudo, a maior parte das pessoas alcançavam essa condição sem serem formalmente proprietárias.

Documentação coeva, como por exemplo processos criminais, deixava escapar as nuances da forma pelo qual as autoridades projetavam a vida social organizada hierarquicamente a partir das relações de dependência, em especial no que concernia ao mundo do trabalho. Os depoimentos recolhidos nesses processos foram produzidos dentro de circunstâncias muito especiais, em que eram acentuadas as contradições dos sujeitos inquiridos. Os condicionantes sociais, as redes, as expectativas individuais e coletivas se cruzam com os anseios e objetivos do Estado representado pelo poder normativo, com seu afã de controle e normatização das práticas. Contudo, a complexidade e os limites implicados no seu trato justamente tornam esses processos fontes muito ricas.

A respeito do tratamento destas fontes para a história social, em seu já clássico estudo sobre os trabalhadores cariocas na virada do século XIX para o XX, Sidney Chalhoub ressalta que cabe ao historiador, mais além do que buscar “o que realmente aconteceu”, desvendar os significados das distintas versões apresentadas pelos diferentes agentes sociais envolvidos.

Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir de visões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só



MAPA 1. Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1900, com destaque para a Campanha (cinza) e o município de Uruguaiana (preto). Fonte: adaptado de *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Índice de Mapas.

porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social. E, além disso, é na análise de cada versão do contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos, que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que expressam e, na verdade, *produzem-se nessas versões ou leituras* (CHALHOUB, 2001, p. 40-41).

Desse modo, mesmo que singulares, os diferentes depoimentos das testemunhas são passíveis de apresentarem padrões reveladores de relações e outros elementos à primeira vista submersos às versões: “O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência” (CHALHOUB, 2001, p. 41). A partir de agora, segue-se então um exame minucioso dos processos coletados no fundo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Em 1878, José Antônio, jornalista solteiro de 24 anos, afirmou não possuir “morada certa, achando-se [naquele momento] na casa de Eduardo Nunes, onde é peão” (APERS, Uruguaiana, Processo nº 2769). João foi testemunha no longo processo que incriminou Hortencio Alves Pereira pelo assassinato de Felipe José Barbosa, tendo tornado-se réu em um novo processo, acusado de perjúrio, juntamente com outro jornalista, o montevideano Daniel Ferreira dos Santos, casado e com 29 anos. Segundo a acusação, ambos teriam omitido informações da Justiça em seus depoimentos relativos àquele crime. Porfirio Fidelis, criador casado de 32 anos, afirmou que Daniel era seu agregado, e perguntado

se os réus presentes além do emprego de peão, têm exercido alguma profissão ou ofício que lhes possa assegurar vida independente, ainda que modesta? Respondeu que os têm conhecido sempre como peões, e não sabe se eles têm outro ofício ou arte de onde possam tirar sua subsistência (APERS, Uruguaiana, Processo nº 2775).

Fica evidente a condição de subordinação socioeconômica que estes dois jornalistas experimentavam. Conforme a visão de mundo das autoridades, sua ocupação enquanto peões não podia lhes “assegurar vida independente, ainda

que modesta”. Nos seus respectivos interrogatórios, tanto José quanto Daniel declararam residir em seus locais de moradia há mais ou menos um ano, implicando que a não mais tempo do que isso José, natural de Itaqui (município limítrofe a Uruguaiana), havia constituído uma relação de dependência com seu patrão Eduardo Nunes, e o mesmo vale para a relação de agregado entre Daniel e Porfirio Fidelis.

Quais eram as condições de sobrevivência para José e Daniel? Ambos tinham em comum o fato de serem peões e originários de fora de Uruguaiana. Até aí, trajetórias comuns à situação dos jornaleiros do local, cuja origem migrante era significativa, especialmente nas décadas finais do século XIX (LEIPNITZ, 2018, p. 91-94).

O segundo, vindo do Uruguai, com certeza possuía família, ao declarar-se como casado, característica infrequente entre os jornaleiros orientais (expressão comumente utilizada para designar os uruguaios). Não se sabe quando havia cruzado a fronteira, nem se já veio com familiares ou se contraiu matrimônio já em terras brasileiras. Certamente que a situação de família constituída era fundamental para o alcance da subsistência, mesmo com o desconhecimento se já possuíam filhos ou se estavam inseridos em uma rede familiar mais extensa. Também era central a condição de agregado na estância de Porfirio Fidelis, em Touro Passo, uma garantia de proteção, ainda que não absoluta. A situação de José, por sua vez, ficava menos clara, apesar de possuir um perfil padrão dos jornaleiros; ainda mais jovem que o oriental, declarou-se solteiro, embora tal condição não descartasse a convivência com uma companheira em uma união não formalizada. Ao contrário de Daniel, natural de Montevidéu, tem-se a informação de que há pelo menos nove anos havia chegado a Uruguaiana, tendo então a idade de 15 anos. Com certeza, nesse meio tempo, já havia se empregado para dois patrões, no mínimo: o mesmo Porfirio Fidelis, e depois, Eduardo Nunes. Sem uma inserção familiar, que não pode ser descartada, era muito difícil que José escapasse de uma trajetória sem “morada certa”.

As condições descritas nesses depoimentos empurravam esses dois jornaleiros, e provavelmente todos aqueles em semelhante situação, para a necessidade de constituição de laços familiares, de sujeição a uma relação de dependência, ou então, a uma existência precária, incerta, quem sabe errante?

No contexto de 1879, ano em que se situa o caso narrado a partir dessa fonte, a valorização gradativa da terra na região da Campanha já era uma realidade que impunha pouco a pouco novas condições para o acesso à terra. No entanto, a sobrevivência do regime escravista – bem como de suas consequências sobre os significados de liberdade – ainda não tornava decisivo o “ser proprietário” como condição prévia à senhorial, e logo, não configurava, ainda, parâmetro estrutural para a reprodução da hierarquia nas relações de dependência. Esse cenário, entretanto, começava a se modificar a partir do fechamento crescente da fronteira agrária no município, na virada do século (LEIPNITZ, 2018), e como consequência da abolição da escravidão. Isso pode ser ilustrado a partir do caso em que Fernando de Araújo Cunha e Firmo Soares de Souza foram denunciados por terem atirado em Patricio Florentino de Medeiros, depois de “o convidarem da parte de João Silveira Jacques para com eles rondarem o campo de criação deste, com o fim, diziam eles, de evitar os furtos de gado” (APERS, Uruguaiana, Processo nº 3211). Segundo uma das testemunhas, a vítima era “agregado e protegido” de Manoel Avelino. Este, quando perguntado acerca disso, respondeu “que não é coisa alguma”. Logo, sendo questionado se sabia “que o ofendido é proprietário ou dependente de alguém”, Avelino afirmou saber que não era “proprietário”, embora tivesse ciência de “que já ocupava o terreno em que mora, como agregado de Severino Araújo” quando ele testemunha havia comprado de Severino o referido pedaço de terra. Em seguida, Avelino disse que “depois abandonou-o para tirar [sic] o mesmo terreno junto a sua casa, continuando Patricio no mesmo lugar até agora”.

Os laços de Patricio Medeiros ficavam aqui evidenciados. As circunstâncias que deram lugar ao crime se encaixam no rol de tarefas comuns à produção pecuária, isto é, vigilar os rebanhos a fim de se evitar seu roubo por terceiros. Não sendo os animais de propriedade de Patricio, prestava então este serviço a outrem. Dentro dos mecanismos que regulavam as relações de reciprocidade, a tarefa era desempenhada com a certeza de que de alguma forma seria recompensado. Sendo rotulado como agregado de alguém, provavelmente a ronda integrasse as obrigações de Patricio em troca do consentimento para sua residência em campos alheios. Questionado, Manoel Avelino ressaltou que a vítima não era seu “protegido”, mas que também não era “proprietário”. Ou seja, não encaixando-se em

tal condição, de alguém deveria depender para ter acesso à terra. E é a partir do desenrolar do depoimento de Avelino que ficamos um pouco mais a par da condição de Patricio: sabia que este era agregado de um terceiro, Severino Araújo, ocupando um terreno que agora era dele depoente, tendo-no adquirido por compra junto ao seu antigo dono. No entanto, dava a entender que a compra do terreno em que Patricio residia com o consentimento de Severino não tornava aquele automaticamente um agregado seu, ou seja, tendo ele tornado-se o novo proprietário deste terreno, não adquiriu necessariamente os vínculos com seu ocupante.

Estando claro que, ao menos até o momento do crime, continuava Patricio a ocupar esse pedaço de terra, não se sabe sob quais condições de negociação com Avelino. Menos ainda tem-se conhecimento das perspectivas de Patricio, se ele reconhecia-se ainda como agregado do antigo dono, e que tipo de relações passava a estabelecer com o novo. Entretanto, claras eram as intenções do novo proprietário de não consentir agregados em suas terras. Como atesta o progressivo desaparecimento dos agregados das fontes consultadas com a passagem do século XIX para o XX, Avelino não era o único proprietário a pensar e agir desse modo em relação aos agregados. Estes já não mais eram necessários para “criar direitos” sobre os campos dos seus patrões, função que desempenhavam em toda a região platina desde o século XVIII.

Além disso, mais uma vez chamam a atenção os termos utilizados pelo inquiridor, que não estão ali ao acaso: a oposição entre ser “proprietário” e ser “dependente”. Esta dicotomia, antes matizada pelas diferentes gradações de subordinação, cujo extremo era o cativo, agora estava mais rígida, ou então ganhava novos significados. A condição de não ser dependente, de desfrute de autonomia, mesmo que relativa, não mais passava apenas pelo acesso à terra e a outros recursos: ela exigia a condição de “proprietário”.

Portanto, isto confirma, por meio de outras fontes, um processo que Garcia comprovou pelo estudo de inventários e litígios judiciais: os produtores rurais da Campanha passavam a cada vez mais investir em terras à medida que aproximava-se o final do século XIX, característica que coincide com o progressivo desaparecimento dos produtores “sem-terra” nos inventários, e os proprietários cada vez menos toleravam estes produtores nos seus campos (GARCIA, 2005). Os “agregados” tornavam-se parte dos “intrusos”.

Uma outra forma de vislumbrar as fronteiras entre autonomia e dependência é observar as categorias ocupacionais que os indivíduos atribuíam a si mesmos no momento de prestarem depoimentos perante a justiça, verificável também nos processos criminais. É certo que, debaixo da etiqueta de “jornaleiros”, estavam “peões”, isto é, trabalhadores nas lides agrárias. A partir de um exemplo trazido pelos processos criminais, pode-se, ainda que de modo fragmentado, reconstituir uma trajetória de um indivíduo entre a condição de peão e agregado. A morte de João Onofre Sampaio em 1896, atribuída ao réu Manoel Gonçalves Makasem, criador com 32 anos de idade, casado, levou o jornaleiro viúvo de 28 anos, Sisnando Ximenes, a prestar seu depoimento sobre o ocorrido. Ele afirmou que fora mandado pela esposa do réu ao inspetor da Primeira Seção para dar parte de que um indivíduo foi à casa de Makasem querendo brigar e acabou assassinado, e que sabia ser este um agregado de Alfonso Cardoso. Mencionado pelo jornaleiro Ximenes, o criador solteiro e com 50 anos de idade Alfonso de Souza Cardoso depôs confirmando a informação, tendo ressaltado que o assassinado era realmente seu agregado há pelo menos dois anos. Contudo, outra testemunha, Augusto Duarte Jardim, de 45 anos de idade e casado, disse que João Onofre Sampaio havia sido, em outros tempos, seu peão (APERS, Uruguaiana. Processo nº 3130).

A partir destes indícios, pode-se pensar possibilidades de trajetórias para João Onofre Sampaio. Há pelo menos dois anos que seu patrão era Alfonso Cardoso. Não se sabe em detalhes que tipo de obrigações e prestações de serviços o prendiam a este criador, nem quais seus direitos enquanto agregado do mesmo. Seguindo-se a lógica geral que tem-se visto até agora para esse tipo de relação, em troca do acesso à terra e o suprimento de rações de carne, João Onofre deveria ao menos auxiliar nas tarefas pastoris. Todavia, “em outros tempos”, trabalhava como peão de Augusto Duarte Jardim. Este serviço dava-se antes de ele ter se tornado agregado de Cardoso? Ou empregava-se nas lides pecuárias na unidade produtiva de Jardim ao mesmo tempo em que era dependente de Cardoso, talvez como uma forma de complemento de renda? Se posterior, tornar-se agregado representou sua ascensão social? Por meio das evidências extraídas das fontes, é possível apenas especular cenários diversos, não obstante sejam limitados.

Em outros casos, as duas designações poderiam se sobrepor. Testemunhas

em um caso de roubo de gado ocorrido em 1878, os jornaleiros Pedro Oliveira Masonave, de dezoito anos, e Calisto dos Santos Pauré, de cinquenta anos, ambos solteiros, não se apresentaram como agregados, embora o último tenha admitido ser “residente em campos de Elisiano do Canto”. No entanto, em seu próprio depoimento, Elisiano, criador casado e com 31 anos, qualificou ambos como seus agregados (APERS, Uruguiana, Processo nº 2798). Que expectativas governavam esta relação de trabalho peão-patrão?

Estas e outras situações mencionadas ao longo do capítulo atestam que, na visão dos contemporâneos, o fato de alguém trabalhar como peão implicava ser “dependente” do seu patrão. Voltando a um caso de perjúrio de 1879, já referido anteriormente, uma testemunha, Maria Auristella, perguntada “se o Réu José Antonio é dependente de Eduardo Nunes e o Réu Daniel, de Porfirio Fidelis? Respondeu que são, pois são peões desses indivíduos”. Ressalta-se que ambos eram “jornaleiros”, o primeiro “solteiro”, e o segundo “casado” (APERS, Uruguiana, Processo nº 2775). Em outro caso também já trabalhado, do ano de 1888, perguntada a testemunha Gregório Jacques, criador, se o jornaleiro Serafim Velasquez vivia em companhia do réu Antônio Rodrigues – criador, 26 anos, solteiro, acusado de furtar animais –, “respondeu que sabe por lhe haver dito o próprio Velasquez, que na ocasião em que se deram os fatos referidos [roubo de gado], ele vivia dependente do denunciado, como seu agregado [...]” (APERS, Uruguiana, Processo nº 3019).

Ressaltamos, assim, que a maior parte dos jornaleiros que aparecem nas fontes aproxima-se muito mais de trabalhadores inseridos em relações de dependência com seus patrões; seus vínculos para com os mesmos iam além de laços econômicos eventuais, mediados somente por mecanismos de um “mercado de trabalho livre”. Em outras palavras, a designação como “jornaleiro” – que aparentemente leva a pensar que seriam indivíduos “soltos”, sem vínculos, isto é, proletarizados – esconde todo um universo de relações, para além de suas acepções próprias à condição socioprofissional.

Ainda resta pensar os significados da atribuição de tais rótulos. As características registradas em fontes como processos-crime só podem ser compreendidas à luz da inserção em contextos familiares ou grupos domésticos mais amplos, o que lhes empresta inteligibilidade. No entanto, para além disso, as informa-

ções presentes acerca desses sujeitos nos processos – ou mesmo em outras fontes, como inventários, registros paroquiais, escrituras de transações e contratos – expressam momentos bastante específicos em suas trajetórias: isto é, “fotografam” esses sujeitos em momentos singulares.

Neste sentido, a noção de *ciclo de vida* é importante para que se compreenda os momentos distintos dos indivíduos e sua funcionalidade dentro da dinâmica familiar mais ampla.

Más que entender la familia como unidad estática, los historiadores han empezado a estudiarla como una entidad que cambia a lo largo de la vida de sus miembros. Cada individuo se desarrolla a un ritmo diferente de los otros, asumiendo una diversidad de funciones a lo largo de su vida. El cambio de función por parte de los individuos tiene como resultado cambios colectivos en el seno de la unidad familiar, los cuales se adaptan a condiciones económicas y sociales también cambiantes. De ahí que las decisiones individuales y familiares que afectan al ritmo cronológico de acciones como las más arriba citadas – abandono del hogar, incorporación al mundo del trabajo tanto de jóvenes como de mujeres, matrimonio, formación de un hogar independiente, etc. – se vean afectados a su vez, por condiciones históricas cambiantes. El reto fundamental que se le plantea al historiador consiste en explorar la interacción entre los tiempos del individuo, de la familia, y el tiempo histórico que los contextualiza (T. Hareven, 1978) (MOLL & MIKALARENA, 1993, p. 33-34).

Ao longo de uma vida, do nascimento à morte, um indivíduo assume papéis e responsabilidades distintas no seio familiar: uma criança que necessita do cuidado constante dos pais e que apenas consome; mais tarde passando por sua primeira inserção no mundo do trabalho, auxiliando a família, mas ainda diretamente dependente; depois garantindo certa autonomia se unindo a outro indivíduo para constituir nova família, e passar de dependente a diretamente responsável pela direção do grupo doméstico; finalmente, saindo da “idade produtiva”, ao atingir à velhice, tornando-se novamente, em certa medida, dependente. Esta seria uma trajetória – grosseiramente simplificada e genérica – de um sujeito dentro de distintas etapas da vida.

Todavia, ao ciclo de vida do indivíduo (*life course*), deve ser associado o ciclo de vida familiar (*family cycle*), ainda que estes difiram entre si. Quanto ao segundo, resumidamente, estruturar-se-iam em três fases gerais: a) *expansão* (constituição da família, geração e criação dos filhos, b) *dispersão* (casamento do primeiro filho, matrimônio ou abandono do lar paterno por parte dos outros filhos e c) *substituição* (morte dos pais, substituição na estrutura social da cabeça pelo herdeiro) (MOLL & MIKALARENA, 1993, p. 35-37)

Então, cremos que, para aqueles designados socioprofissionalmente como “jornaleiros”, mas que outras informações atestam que eram também “agregados”, esta condição expressa um momento específico no ciclo de vida, intimamente associado à idade mais avançada e relações familiares em que eram “cabeças”, sendo “casados”. Em outras palavras, a concretização do casamento implicava assim a saída do núcleo familiar paterno, para o qual contribuía com o serviço de peonagem, formando agora novo núcleo familiar, acedendo à terra e a outros recursos com produção própria, passando de dependentes de seus pais para dependentes dos proprietários dos campos onde instalavam-se como moradores e dependentes.

Já a relação entre ciclo de vida e o trânsito entre categorias socioprofissionais fica clara em alguns casos, como o do oriental Anselmo Flores. Em depoimento datado de 1878, o jovem de 14 anos, declarou-se em seu testemunho inicialmente como “peão”, mas em um novo depoimento, disse ser “criador” (APERs, Uru-guaiana, Processo nº 2769). Era comum em famílias de criadores que os jovens, assim que entrassem em idade produtiva, assumissem tarefas como peões dentro das unidades produtivas encabeçadas pelos seus pais, avôs, tios etc. Desse modo, o indivíduo estava inserido em um contexto de autonomia produtiva familiar – por isso, podia denominar-se “criador” – mesmo que desempenhasse um papel subordinado na atividade criatória. Ou então, declarou-se “criador” por possuir em seu nome algum gado entre o rebanho familiar, ainda que não dispusesse de modo individual desses animais, isto é, não era uma criação exclusiva, apartada do conjunto mais amplo da unidade familiar.

A decisão de sair do seio familiar – de sua condição de dependência – para estabelecer-se autonomamente estava em muito condicionada pela demanda de trabalho (MOLL & MIKALARENA, 1993, p. 33).

Volta-se então, à centralidade da organização familiar, que condicionava a dinâmica dos indivíduos, e das relações que estabeleciam entre si. Anteriormente foi destacado que era comum que a relação de agregação pudesse se estabelecer entre os membros de uma mesma família. Isto é relevante, pois definia também justamente essa diferenciação interna, no seio da família.

Entretanto, é importante considerar também que a dinâmica familiar e do ciclo de vida estava condicionada, por sua vez, pela tensão entre autonomia e dependência. Este era um elemento fundamental para determinar as fronteiras entre as categoriais, e assim, o estabelecimento das hierarquias sociais na Campanha.

Por exemplo, em um contexto produtivo em que estava altamente disseminada a pecuária, dos mais ricos aos mais pobres, que critérios definiam que um sujeito pudesse ser considerado como um “criador”? Sendo um dos acusados de terem furtado e carneado uma vaca, em 1886, o “criador e plantador” Pedro Tolledo, natural da província de São Paulo, 64 anos, casado, morador da Ilha Grande no rio Uruguai, foi questionado pelas autoridades que “número de criação” ele possuía, “visto dizer ser criador”, ao que respondeu “presentemente tem trinta e sete reses de criar, já tendo maior número sendo que tinha carneado assim como morrido de peste e cujos couros ele respondente os tem vendido nesta cidade” (APERS, Uruguaiana, Processo nº 2995). Tolledo, tendo afirmado “que não vai a campo, porém manda”, era ajudado nas suas lides por Elias Ramirez – correntino, 23 anos, solteiro (curiosamente primeiro declarado como “proprietário” e depois “jornaleiro”), “peão [seu, que] quando tem serviço da plantação convive em casa de uma filha [sua]”. Já o suposto dono da vaca carneada, o paraguaio Francisco Gimeno, casado e com 30 anos, declarou-se “lavrador”, não obstante possuísse ao menos seis reses de criar, segundo seu vizinho Tolledo, não sabendo este, porém, dizer qual sua marca.

Contudo, mesmo sua condição de “lavrador” poderia ser questionada. Depois da condenação pelo roubo, na apelação de um dos réus, o advogado afirmou que

Francisco Gimenes, suposto proprietário da vaca em questão, é um paraguaio paupérrimo, que não possui um centímetro de campo em parte alguma; é residente na Província de Corrientes, onde ocupava a profissão de jornaleiro, e há poucos dias tinha transpos-

to o rio Uruguai para a Ilha Grande, onde continuava a exercer aquela profissão (APERS, Uruguaiana, Processo nº 2995).

Desqualificar Gimeno fazia parte da estratégia do advogado para sensibilizar o juiz no sentido de rever a sentença, favorável em primeira instância ao paraguaio. Contudo, para este, ao cruzar a fronteira, atravessando o rio Uruguai de Corrientes para a Ilha Grande, em Uruguaiana, também buscava ultrapassar a fronteira entre categorias sociais: de “jornaleiro” para “lavrador”. Talvez suas condições materiais pouco tenham mudado, ou mesmo sua atividade “a jornal”; mas sua autoidentificação enquanto “lavrador” poderia implicar elementos para além disso. Em outras palavras, um estado de autonomia: necessariamente, um jornaleiro trabalhava empregado por alguém, já um lavrador, não. Por sua vez, o réu Pedro Tolledo, diante do questionamento das autoridades a respeito de qual era o “número de criação” que dizia ter, encaixava-se no perfil da maior parte dos produtores inventariados estudados por Garcia e Farinatti em Alegrete, município vizinho de Uruguaiana, ao longo do século XIX, que possuíam até 500 reses (GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010), bem como no padrão da metade dos proprietários de gado uruguaienses das primeiras décadas do século XX (LEIPNITZ, 2018, p. 73-76). Todavia, parece-me que um elemento fundamental para sua identidade de “criador” é o fato de Tolledo, conforme suas próprias palavras, não ir a campo, porém mandar, ao contrário de Gimeno, o “paraguaio paupérrimo” que não possuía “um centímetro de campo”. Como foi anteriormente ressaltado, a condição de ser “proprietário” tornava-se cada vez mais fundamental pelos contemporâneos para definir os limites entre a autonomia e a dependência.

Em algumas ocasiões, quando compareciam mais de uma vez para depor, indivíduos poderiam identificar-se na fronteira entre as categorias, como João Rodrigues Martins, casado, com 30 anos, que em processo de 1888, primeiramente disse ser “criador”, e depois “jornaleiro” (APERS, Uruguaiana, Processo nº 3019). Quantas reses possuía? Sua condição de “casado” era pré-requisito para se considerar como “criador”? Cerca de dez anos antes, um solteiro, o correntino Felix Diego, de 23 anos, fez o contrário ao se qualificar primeiro como “jornaleiro” e depois como “criador” (APERS, Uruguaiana, Processo nº 2784).

É provável que, para além da liberdade de se autoidentificar, indivíduos como estes integrassem justamente um estrato de produtores situados nos limites entre tais categorias. Isto é, seu patrimônio produtivo deveria oscilar em torno das 500 reses, sendo esta quantidade de animais compreendida como um padrão que separava uma condição autônoma de outra de subordinação para quem criava gado. Mesmo entre os mais pobres estava disseminada a atividade pecuária. Como ressaltou o advogado de um réu suspeito de ser cúmplice em um roubo de gado, em 1878, o “criador” Pedro José Guerreiro, que declarou-se “solteiro” e com 45 anos, explicando a compra por parte de seu cliente das reses tidas como furtadas, “sendo a criação a principal indústria desta província [em outras partes, cita diretamente “desta fronteira”]: de modo que, por mais pobre que seja qualquer indivíduo, todos possuem mais ou menos gado de criar” (APERS, Uruguiana, Processo nº 2784). Sob esta perspectiva, todos poderiam criar gado, no entanto, nem todos seriam “criadores”: outros elementos os diferenciavam socialmente (como, por exemplo, o maior acesso ao casamento por parte dos criadores em relação aos jornaleiros), e isto de fato condicionava o emprego das categorias socioprofissionais, expressando a mobilidade social dos indivíduos, bem como o reconhecimento pelos próprios das fronteiras que separavam, mesmo que difusamente, as distintas camadas de hierarquia econômica e social.

E estas fronteiras poderiam, justamente, indicar a passagem de uma condição de dependência para a autonomia, e vice-versa. Porém, podemos reduzir a questão da autonomia apenas ao elemento produtivo, isto é, de tendo um pedaço de campo para plantar e/ou criar animais, não precisar responder a um patrão? Ou a busca por proteção sob o abrigo de uma relação de dependência poderia implicar também uma “outra forma” de uma condição de autonomia, mesmo que restrita?

O trânsito entre as categorias socioprofissionais e de condição de dependência parece também refletir este movimento de sujeitos que respondiam às exigências do contexto, enriquecendo, empobrecendo, buscando abrigo sob a tutela de proprietários e patrões. Isto é, nem sempre refletia somente uma etapa do ciclo de vida. Os dados estatísticos revelam que a população de Uruguiana duplicou em uma década, entre 1890 e 1900, tendo como fator principal o movimento migratório, convulsionado pelo recrudescimento do ciclo de conflitos

característicos da região platina a partir da eclosão da Revolução Federalista, que teve na zona da fronteira um cenário importante de suas batalhas (LEIPNITZ, 2018, p. 56-61). Tal conjuntura de pressão demográfica e instabilidade causada pela guerra era justamente propícia para a ativação da mobilidade social, e ao mesmo tempo, para a procura de maior segurança, engajando-se em relações de dependência.

O movimento migratório era uma constante, característico do espaço, mais do que uma circunstância. Para além das motivações políticas que provocavam a “emigração” de contingentes de brasileiros, correntinos e orientais, naquele espaço, isto deve ser pensado à luz da mobilidade espacial característica da população vinculada diretamente ao trabalho. O trânsito frequente de um lado para outro na fronteira era composto especialmente pelos grupos mais pobres, como os jornaleiros.

Esta intensa mobilidade também está refletida nos processos-crime, pelos quais pode-se perceber que condições de difícil sobrevivência contribuíam para o grande afluxo de migrantes. Em 1879, o jornaleiro oriental Gabriel Fernandes contava com somente 15 anos quando confessou ter carneado junto com Reinaldo Capilheira algumas reses de seu patrão Manoel Bento, encontrando-se há mais ou menos oito meses no Passo da Cruz trabalhando na fazenda de Laurindo Bento “por contrato feito” com aquele (APERS, Uruguiana, Processo nº 2789). De mais longe vinha Ignacio Bilhalva, também réu por roubo de animais (uma rês). Ele havia nascido em Santiago do Esteiro, República Argentina. Contando quarenta anos, sendo “jornaleiro”, era bastante provável que suas andanças, que culminariam em Uruguiana, tenham sido provocadas pela busca de trabalho. Há pelo menos nove anos encontrava-se no município, ou seja, chegou com 31 anos. Contudo, a situação de dificuldade parecia longe de terminar, estando ele “sem ofício atualmente”, justificando o ilícito que havia cometido alegando “em sua defesa [que] foi a necessidade que o obrigou a cometer visto que se acha sobrecarregado de família” (APERS, Uruguiana, Processo nº 2798).

A construção da estrada de ferro na região representou mais um elemento que mobilizou a migração de trabalhadores através da fronteira. Em um caso de assassinato ocorrido no âmbito das relações entre os participantes da construção, em 1888, o argentino José Fernandes, jornaleiro solteiro de 22 anos, depôs

como testemunha, e fora “Perguntado se conhece a dois irmãos da segunda testemunha [o oriental Alfonso Gonçalves, jornalista de 19 anos, solteiro], que há vinte dias mais ou menos estiveram nesse rancho em busca de trabalho os quais não encontrando retiraram-se para o Estado Oriental”, tendo respondido que conhecia, mas não sabia para onde haviam ido (APERS, Uruguaiana, Processo nº 3766).

A partir disso, podemos afirmar a existência de um mercado de trabalho regional, que colocava em movimentos jornalheiros brasileiros, uruguaios e argentinos solteiros ou com suas famílias. Pelas características mencionadas nas seções anteriores, é difícil falar de um caráter “capitalista” desse mercado, pois grande parte desses trabalhadores estava inserida em relações de dependência baseadas em vínculos pessoais, operando expectativas distintas de uma mera relação de patrão e empregado. Contudo, é preciso igualmente salientar que essas relações passavam por uma crise, ou, no mínimo, uma readequação, em função do fechamento ao acesso à terra e da extinção do trabalho escravo. Aqui posso arriscar-me a afirmar um início de atuação de forças de mercado sobre o controle do trabalho na Campanha.

Um exemplo disso é um caso de 1904. Para resumir, o paulista Mariano José da Silva fora acusado de contrabandear gado do seu antigo patrão, o Major Felisberto Fagundes. Por meio do seu depoimento, descobrimos que o réu passou de “pessoa de confiança” do Major, em 1896, “logo que terminou a revolução deste Estado”, para a situação de “jornaleiro”, inclusive encontrando-se sem emprego no momento de seu interrogatório (APERS, Uruguaiana, Processo nº 3231). Ele e aqueles que dele dependiam estavam abandonados a sua própria sorte, forçados a buscar trabalho, ou seja, estavam em uma situação muito mais insegura do que quando era dependente de Felisberto Fagundes, homem de sua confiança. Sua trajetória não somente expressava o inverso daquelas de indivíduos que passavam de simples jornalheiros a posições mais importantes, como “agregados” – portanto, pessoas de confiança de alguém – como demonstra que tais mudanças estavam também condicionadas pela atuação de fatores conjunturais – conflitos como a Revolução Federalista – ou mesmo estruturais – as transformações nas relações de propriedade, com a valorização do ser “proprietário” – para além de etapas do ciclo de vida.

Vê-se então que a mobilidade característica da fronteira foi especialmente intensa no final do século XIX e início do XX, atuando como fator importante no movimento dos sujeitos inseridos no mundo do trabalho da Campanha, conjuntamente com a demanda e oferta de trabalho regulado pelos ciclos próprios às atividades agropastoris, os conflitos políticos e bélicos que eclodiam em todas as bandas dos países limítrofes, as conjunturais possibilidades de emprego não-agrário (como a construção da estrada de ferro), bem como os mecanismos próprios às relações sociais locais, o acesso à terra, a busca por proteção social, as pressões demográficas e seu equilíbrio com as demandas dos grupos familiares.

Por outro lado, observa-se na Campanha uma outra faceta do que Hebe Mattos (1998) demonstrou ocorrer nas décadas finais de vigência da escravidão, mas especialmente depois da abolição, no sudeste brasileiro. A autonomia, antes ligada à condição de liberdade e suas prerrogativas, isto é, enraizamento, acesso a laços familiares, separava cativos/as e homens e mulheres livres, estando esses parâmetros expressos na efetividade social da designação da cor dos indivíduos. Porém, em um contexto no qual cada vez mais as pessoas com um passado escravo alcançavam a liberdade, os significados da autonomia transformavam-se, mesmo que os caminhos para alcançá-la permanecessem os mesmos, ou seja, a vinculação com local, o acesso à terra, a solidez dos vínculos familiares. Não obstante o passado do cativo fosse ainda extremamente relevante para a constituição das relações sociais, o parâmetro da escravidão como orientador dos vínculos de dependência não mais estava lá; a partir de então, pelo menos sob a ótica dos herdeiros dos senhores, ou se era “proprietário”, ou se era “dependente”.

Por fim, cabem mais algumas observações sobre como podemos perceber as formas pelas quais os sujeitos compreendiam os significados de autonomia e dependência naquele contexto. Em 1898, Jordão de Freitas Leão e sua mulher moveram ação de despejo contra Isidro Soares Machado, solicitando que este – a quem qualificavam como agregado – desalojasse o terreno que diziam ser de seu direito, via herança. Era importante para aquele casal rebater a questão alegada pelo réu de que este ocupava, na Estância Velha, rancho mandado construir por Alfredo Noronha, seu antigo patrão, ato que expressaria a posse do mesmo sobre aquele pedaço de campo. Procuravam sustentar isto afirmando que Joaquim dos Santos Prado Lima – o antigo senhor daquelas terras –, durante sua vida,

não consentia que herdeiros determinassem posses no lugar em questão. Sendo assim, tanto nas cartas dirigidas a conhecidos, anexadas aos autos, quanto nos depoimentos das testemunhas, era perguntado “quais os herdeiros que em vida de Prado Lima, possuíam posses determinadas, vivendo com economia própria” (com algumas variações na construção da pergunta) (APERS, Uruguaiana, Processo nº 1790). Aparentemente, viver “com economia própria” estava relacionado com ter sua posse “determinada” em terras ainda não demarcadas. Invariavelmente, as respostas dadas pelos interlocutores nas cartas e pelas testemunhas (dos autores e do réu) indicavam que atendiam a estes critérios somente três herdeiros: Francisco Sabino do Prado, na costa do arroio Capivari, Idalina do Prado Barcellos, nas “pontas” de Guapitangui e Antero Filandro do Prado, no Passo do Leão, costa do Quaraim.

Todavia, como atestam alguns dos depoimentos, esta relação não se resumia a isto. Seis das testemunhas do réu e uma dos autores confirmaram que Alfredo Noronha detinha posse sobre o lugar onde situava-se a Estância Velha. João Baptista do Prado garantiu que conhecia “o lugar em que está Isidro como posse de Noronha há mais de vinte anos, tendo aí Noronha os seus gados e sendo o seu principal rodeio o existente em frente à referida Estância Velha”. Outros como Bibiano Benício da Silva não estabeleceram a sua antiguidade, mas concluíram que ele tinha a posse pelo fato de ser dono do principal rodeio e conservar ali seus gados. E houve ainda Narciso do Prado Barcellos, que depois de ter confirmado o padrão dos três referidos acima, com posse determinada em vida de Prado Lima, ressaltou que “há dois anos, Alfredo Noronha [...] levantou posse, porém sujeita à administração do capataz da fazenda”. Os demais que não confirmaram a posse de Noronha questionavam ser deste o rodeio principal da Estância Velha, salientando que naquele posto havia gado de todos os herdeiros. Mais importante do que isso, conforme Libindo José Cardozo, que fora capataz da fazenda, “o rodeio denominado da Estância Velha era rodeio da Fazenda, que só se parava por ordem do capataz da fazenda que dirigia o serviço”. Um depoimento similar foi dado por Joaquim Borges Teixeira, afirmando “que só se parava rodeio quando o capataz da fazenda de Prado Lima determinava e dirigia o serviço”. Sob esta perspectiva, tendo ou não posse Alfredo Noronha, sua produção dentro da fazenda não era independente da administração geral;

estava submetida à direção do capataz, que recebia ordens de Prado Lima. Assim, Noronha, não dispunha de “economia própria”, pois não bastava ter criação em separado, era necessário estar dotado da autonomia na direção de sua produção, tal como estavam Antero do Prado, Francisco Sabino do Prado e Idalina do Prado Barcellos.

Claro que, para a defesa do réu, isto era de menor importância. Diante de tal argumentação dos autores, o Dr. Autran respondeu que, “se era certo que, com estabelecimentos distintos [e] economia separada da fazenda, estavam os três referidos herdeiros, não é menos certo [...] que Noronha tenha os seus gados na Estância Velha, e tenha capataz, embora sujeito à direção do capataz da fazenda”. Ele ressaltava o fato de Noronha estar submetido a um terceiro na condução de sua criação, buscando afirmar uma “semiautonomia” do mesmo em relação à fazenda, ou um nível intermediário de independência. Mesmo assim, isso não invalidaria sua posse determinada na Estância Velha.

Este último exemplo atesta a complexidade dos níveis de autonomia que os sujeitos poderiam desfrutar, social e economicamente, e que dependiam de diferentes fatores, para além de sua condição de liberdade e propriedade: o contexto no qual estavam inseridos, e suas interações dentro da teia de relações sociais, hierarquicamente definido, condicionavam suas possibilidades de ação e a busca por seus interesses. Além disso, demonstra como podiam ser fluídas as situações de autonomia e dependência.

Referências Bibliográficas

APERS, Uruguaiana, Processo nº 1790.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2769.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2775.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2784.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2789.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2798.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 2995.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 3019.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 3130.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 3211.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 3231.

APERS, Uruguaiana, Processo nº 3766.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003,

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na Fronteira Meridional do Brasil (c. 1884-1920)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOLL, Isabel Y MIKELARENA, Fernando. Elementos para el estudio de las sociedades agrarias: de los procesos de trabajo al ciclo de vida. **Noticiario de Historia Agraria**, n. 5, p. 25-42 1993.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª edição revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.



Polaco. Campo Bonito/PR, 2011. Aatoria de Paulo José Koling.



Tropeada II. Valdir Cruz. *Guarapuava*, 2013, p. 109.

PARTE II

MODERNIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E COOPERATIVISMO

- IV** A EXPANSÃO DA AGRICULTURA MODERNIZADA NO PARANÁ:
DA ESTRUTURAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Cíntia Wolfart

- V** MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA,
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E ÊXODO RURAL:
CONTRADIÇÕES DE UMA MICRORREGIÃO NO OESTE DO PARANÁ

Marcos Alexandre Smaniotto

- VI** O COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ E A COOPAVEL

Irene Spies Adamy

- VII** O DESENVOLVIMENTO DE CHAPECÓ NOS DE 1960:
CONSTRUINDO AS BASES DA “CAPITAL DO OESTE”

Arthur Carpenedo Andreani



A expansão da agricultura modernizada no Paraná:

da estruturação da extensão rural ao complexo agroindustrial

Cíntia Wolfart

O MODELO DE EXTENSÃO RURAL DESENVOLVIDO NO BRASIL A PARTIR DA primeira metade da década de 1950 foi importado dos Estados Unidos e formulado após um dos maiores conflitos da nossa história, a Segunda Guerra Mundial. A Guerra propiciou a recuperação da economia capitalista mundial, mas principalmente a elevação dos Estados Unidos como superpotência, a ampliação das suas áreas de influência, a mobilização de intenso arsenal de guerra e a elevação dos investimentos na indústria bélica. Segundo Santos (1993, p. 40), a transformação dos Estados Unidos em potência imperialista se deu em função da “indústria de guerra permanente e na ocupação militar de quase todo o mundo capitalista”. Acentuou-se o interesse imperialista estadunidense em explorar a força de trabalho nos países periféricos e expandir a produção agrícola mediante a exportação do arsenal tecnológico da “Revolução Verde”.¹

A Fundação Rockefeller foi um dos principais protagonistas e investidores do programa da modernização, no entanto outros organismos participaram desse processo, além do próprio Estado estadunidense (representante dos interesses da classe dominante) observou-se outras instituições públicas e privadas. A

¹ O programa “Revolução Verde” foi organizado pelo grupo Rockefeller e a sua proposta era “ajudar” a “combater” a fome e a pobreza nos países periféricos, ao menos no seu discurso, ou seja, em torno do aumento da produção de alimentos, mediante o uso de inovações tecnológicas, pesquisas de sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização do campo (BRUM, 1988).

Fundação Ford, Cargill, Aliança para o Progresso, Agrocere, Bancos nacionais e internacionais e multinacionais. Formaram-se, a partir de então, vários grupos agrícolas associativos com a pretensão de contribuir para a expansão da agricultura modernizada na América Latina.

A extensão rural foi responsável pelo trabalho de expansão do pacote tecnológico junto aos produtores rurais mediante a aplicação de projetos e metodologias de trabalhos específicos para cada estado. As metodologias variavam e eram aplicadas de acordo com as condições de clima, solo, tipos de ocupação da terra e culturais das populações rurais. No caso do Oeste do Paraná, este programa foi implantado pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA projeto nº 15), órgão binacional criado no Brasil em 1953 a partir de um novo acordo entre os governos: estadunidense e brasileiro (MENDONÇA, 2007). Esta instituição foi responsável pela fundação da extensão rural no estado e pela organização das comunidades rurais em clubes agrícolas. A extensão defendeu a necessidade do aumento da produtividade mediante uso das novas tecnologias e técnicas difundidas pelos extensionistas rurais e economistas domésticas nas respectivas regiões de atuação.

A região do Oeste Paranaense é uma das dez Mesorregiões do estado e o principal foco desse estudo. É formada pela união de cerca de cinquenta municípios, entre eles: Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Maripá, Medianeira, Foz do Iguaçu, São José das Palmeiras, Palotina, Mercedes, Quatro Pontes, Cascavel, Toledo e Guaraniaçu são apenas alguns dos municípios que compreendem a região em estudo.

A extensão rural desenvolveu projetos que eram pensados e aplicados de acordo com as condições geopolíticas regionais. O Oeste do Paraná é reconhecido pela presença de terras férteis e pelo clima propício para a produção do milho, soja e trigo e para o desenvolvimento da pecuária. É composta por pequenas e médias propriedades, ocupadas, em sua maioria, por migrantes do Rio Grande do Sul, de origem italiana e alemã, com predominância da cultura alemã. A extensão rural atuou diretamente sobre as pequenas e médias propriedades rurais, muitos “agricultores” foram receosos com a presença da figura do extensionista e da economista doméstica, uma vez que o trabalho dos técnicos era no sentido de modificar as práticas e costumes de trabalho no campo.



Nesse sentido, a extensão dispunha de um projeto educativo aplicado de forma processual. Primeiramente a extensão atuou no sentido de promover o convencimento dos “agricultores” e agricultoras para aceitarem o processo de mudança das práticas de produção no campo, visando o aumento da produtividade. Concomitantemente, a esse processo, os técnicos trabalharam no sentido de produzir outros valores culturais e costumes voltados para a diversificação e consumo de mercadorias. Na medida em que a adaptação e assimilação do projeto da modernização se fortaleceu no campo, sua assimilação colaborou para o fortalecimento do complexo agroindustrial.

MAPA 1. Mesorregiões do Estado do Paraná. Fonte: <http://www.sites-do-brasil.com/diretorio/catimages/mapa-estado-parana.gif>. Acessado em março de 2016.

A primeira fase do trabalho da extensão: o processo de legitimação junto aos produtores rurais e autoridades municipais no Oeste do Paraná

Para compreender o processo de tecnificação da agricultura regional, optou-se por apresentar duas fases desse processo: a primeira é compreendida entre

os anos de 1956 e 1964. Foi caracterizada pela construção das bases ideológicas e materiais de um projeto amplo de estruturação dos parceiros comerciais pretendidos, além de se inserirem com maior rigor sobre os hábitos e os costumes dos camponeses. Já a segunda fase, que teve espaço entre os anos de 1964 a 1980, foi caracterizada pela efetivação das condições concretas para a consolidação da modernização agrícola no Paraná com a institucionalização e ampliação do fomento agrícola nos moldes empresariais. Esta última etapa que estendeu o projeto de modernização até o agricultor, foi consequência do trabalho dos extensionistas e da disponibilização de crédito rural.

A primeira fase do programa começou com a colonização efetiva do território, e a partir de 1960 várias extensões de terras no Paraná deixaram de ser domínio de posse e/ou ocupação e tornaram-se propriedades privadas regularizadas endossando a perspectiva de consolidação do projeto empreendido pelo complexo agroindustrial. A partir deste modelo de propriedade, as agências de extensão rural procuraram introduzir uma forma específica de produção baseada em uma agricultura modernizada e tecnicizada. Nesta perspectiva, destacaram-se como atores centrais, no exercício do poder, o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA projeto nº15), a Associação de Crédito e Assistência Técnica – ACARPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, as cooperativas agrícolas e o Estado, configurando uma proposta estatal com requintes retóricos de “nacionalismo”.

Nesse momento se estruturou a extensão rural e se organizou, no Paraná, com propósitos semelhantes aos demais estados (tais como: Santa Catarina e Rio Grande do Sul) um processo de organização de diversas entidades regionais voltadas para a difusão de um modelo de agricultura assentado na produção para o mercado, visando, sobretudo, um modelo de produção racionalizada concomitante ao que se estruturou no âmbito industrial. A base ideológica deste projeto insidia sobre a desqualificação do modo de vida camponês, por outro lado, tratava-se de um plano de racionalização do trabalho rural tendo em vistas a conexão com os interesses multinacionais associados.

Para possibilitar a modernização, ao longo destes anos iniciais da extensão, foi imprescindível legitimar-se junto aos produtores rurais e autoridades municipais, trabalho de grandes proporções que atendiam os interesses das agências de

extensão que se conectavam aos amplos interesses econômicos multinacionais. A extensão rural procurou demonstrar ao agricultor que uma prática “moderna” rendia mais do que o costumeiro, como se este costumeiro, além de insuficiente, fosse pejorativo.

Neste sentido, o trabalho da extensão, pretendeu atingir toda a família rural, começando pela organização da juventude nos chamados Clubes 4-S. Mudar hábitos, interferir nos costumes de um grupo social não era uma tarefa muito simples, a necessidade de modernizar para “melhorar a qualidade de vida no campo” foi uma das principais justificativas para o trabalho intensivo com os jovens, a partir de 1957. Os clubes foram fundados pelo ETA projeto nº 15 no Paraná e fizeram parte de um contexto de sucessivas investidas para transformar a agricultura nos moldes empresariais. Isto ao custo da substituição de uma geração de camponeses, pois os jovens foram vistos como o principal canal possível para modernizar a agricultura e produzir de acordo com a lógica do capital. Além disso, representavam uma geração que poderia ser transformada pelo disciplinamento e educação rural, sendo capazes de racionalizar o trabalho e gerar aumento da produção, bem como planejar o trabalho agrícola conectado com a lógica empresarial.

Por seu turno, o ETA projeto nº 15, inicialmente adotou o extensionismo e mais tarde serviu como exemplo para sua institucionalização a nível nacional. Dar estabilidade aos serviços de extensão e torná-los os principais instrumentos para garantir o desenvolvimento agrícola, foram também neste início, ações das agências de um modo geral. Em 1961, com a retirada da Associação Internacional Americana (AIA) da direção da ABCAR,² ampliou-se a intervenção do Estado sobre a extensão rural. Este modelo prosseguiu com modificações sem perder de vista o diálogo com a matriz norte-americana de modelo e financiamento (OLIVEIRA apud SILVA, 2009, p. 195).

Com a retirada da AIA, a ABCAR desenvolveu modificações nas Associações regionais. A ACARPA, sob orientação da ABCAR, teve que encerrar vários escritórios locais sobre a alegação de má distribuição geográfica, a localização de difícil acesso, os precários meios de comunicação e o elevado custo para a sua ma-

² A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural foi fundada em 1956.

nutrição. Esse acontecimento desencadeou reações de autoridades municipais e Associações locais, principalmente nos municípios de Foz do Iguaçu e Toledo. Para a Acarpa, essa reação significou um grande passo para a difusão desses serviços de extensão rural no estado com perspectivas claras de modernização.

De qualquer modo aqueles dois casos [Foz do Iguaçu e Toledo] determinaram a possibilidade de implantação de uma nova modalidade de servir as comunidades do Estado, introduzindo o serviço de extensão mantido pela ACARPA durante um certo período de tempo – a título de preparação do terreno – e depois deixá-lo entregue inteiramente a cada município e por ele mantido, visto que há poder aquisitivo suficiente para isso, bastando apenas dar-lhes motivação (ACARPA, 1961).

A “motivação” mencionada no relatório da ACARPA de 1961, e reproduzida, em parte, acima, era a preparação do terreno para a efetivação do projeto. O episódio da manutenção dos escritórios técnicos, em Foz e Toledo, denotou o envolvimento dos produtores rurais com a permanência do trabalho de instrução e difusão de créditos na região. Embora não tenhamos maiores dados sobre se o evento foi ou não como descrito no relatório, o indício permite dizer que as autoridades municipais e muitos “agricultores”, ofereceram resistência ao governo estadual que se propunha a fechar alguns escritórios. Este envolvimento, do ponto de vista da justificativa do projeto, é demasiado importante.

Nesse sentido, como apresentamos anteriormente, os anos de 1950 até na primeira metade dos anos de 1960, o trabalho da extensão rural foi orientado no sentido de “preparar o terreno” e legitimar-se enquanto melhor maneira de levar tecnologias renovadas ao campo através da observação e verificação dos melhores métodos para a adesão das tecnologias. De acordo com os agentes da modernização, os produtores rurais estavam distantes daquilo que seria necessário para impulsionar o Brasil ao “progresso”. Segundo o discurso da extensão rural, era necessário levar principalmente aos pequenos e médios proprietários os conhecimentos desenvolvidos pelo projeto da “Revolução Verde”. Nesse sentido, alguns governos estaduais e municipais responsabilizaram-se em propiciar o ambiente necessário para desenvolver o projeto da modernização da agricultura.

No caso do Paraná, primeiramente foi o governador Bento Munhoz da Rocha Neto que aderiu ao projeto, e na sequência, o seu cunhado Ney Aminthas de Barros Braga.

Em 1986, o Jornal Indústria e Comércio de Curitiba divulgou a seguinte informação:

A crise enfrentada pela ACARPA atualmente é bem diferente a que ocorreu em 1961, no 5º ano de vida da empresa. Então, o governo de Moisés Lupion não via com bons olhos o serviço da extensão que tinha apenas 14 escritórios 28 técnicos. Os salários ficaram atrasados em até 6 meses. Foi Ney Braga que, assumindo o governo em seguida, colocou a casa em ordem. (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Moisés Lupion³ foi governador do Paraná entre os anos de 1947 e 1951, e 1956 e 1961, posteriormente foi deputado federal entre os anos de 1963 e 1964. Era filho de imigrantes espanhóis e exerceu as funções de industrial, comerciante, contador, empresário (MAURÍCIO, 2011, p. 18). Segundo dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, ele foi um grande adversário político de Ney Braga⁴, que por sua vez, expediu contra Lupion vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção.

As acusações contra o ex-governador levaram-no ao exílio na Argentina, sendo que retornou ao Brasil entre os anos de 1961 e 1962 (CPDOC, Verbete sobre Moisés Lupion, sem data).⁵ Mas, também teve outros adversários que o acusaram como Othon Mader, criador e líder da *União Democrática Nacional* (UDN) no Paraná na década de 1950, anteriormente seu aliado, através da coligação PSD/UDN. Segundo Dinalva Rosa Neves Mauricio, Lupion elegeu-se

³ Ver no anexo o histórico de Moisés Lupion.

⁴ Ney Braga foi governador do Paraná entre os anos de 1961-1965 e 1979-1982. Atuou como ministro da agricultura entre 1965-1966; foi senador do Paraná entre 1966-1974 e ministro da Educação entre 1974-1978. É importante lembrar que Ney Braga fez parte da direção da Itaipu Binacional entre os anos de 1985 e 1989.

⁵ Dinalva Rosa Neves Mauricio (2011) e Ricardo Costa da Oliveira (2001) desenvolveram um estudo aprofundado de mapeamento dos políticos e suas relações de parentesco no Paraná. Esses estudos são importantes, pois apontam para os privilégios, apadrinhamentos e conexões entre famílias de políticos tradicionais e empresários. Tratam-se da chamada "casta hereditária" de políticos profissionais e do nepotismo que marca a história política paranaense.

Senador e em 1962 foi eleito deputado federal, tendo o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, devido as perseguições após a implantação do regime ditatorial em 1964 (MAURICIO, 2011, p. 19).

Ney Braga, ex-governador do Paraná, foi muito ligado aos ditadores, trataram-se dos militares: Humberto de Alencar Castello Branco e Ernesto Geisel. Segundo Dreifuss, Ney Braga ficou conhecido como homem-chave dos interesses de empresários e tecnoempresários ligados ao complexo IPES/IBAD.⁶ A elite ligada ao bloco multinacional e associada, assumiram ações para acabar com o estado populista e passaram a indicar o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse processo, portanto, significou a expressão organizacional e doutrinária do bloco de poder multinacional – associado, mas especialmente sua supremacia política (DREIFUSS, 2006, p. 158).

Ao situar a luta do extensionismo apoiada pelo governo de Ney Braga, que foi membro do partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pode-se observar as contradições no próprio bloco de poder com relação aos projetos políticos de poder no estado. O que não é mencionado pelo jornal, é que o Bento Munhoz da Rocha Neto e Ney Braga foram adversários políticos de Lupion (Partido Social Democrático - PSD) e o próprio jornal “Indústria e Comércio” demonstrou seu posicionamento político a favor de Ney Braga. As acusações relacionadas ao não pagamento dos funcionários da Acarpa, somada a cassação do seu mandato, ocorreram no contexto em que a AIA saiu da ABCAR e parou de financiar os escritórios e extensionistas, passando tal responsabilidade aos governos dos respectivos estados. O objetivo principal era que os estados e municípios passassem a se responsabilizar com a manutenção financeira e pelo desenvolvimento do modelo de serviços de extensão rural criado e difundido pelos Estados Unidos.

Há alguns indícios presentes no jornal “Indústria e Comércio” que indicam certa reação dos chamados “nacionalista” aos interesses estadunidenses no país.

⁶ Segundo Dreifuss o complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) / Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) marcou a passagem da supremacia econômica multinacional – associada ao seu posicionamento de força política de liderança. Além disso, significou a passagem de antigas tentativas de reforma dentro da lei para a estruturação do golpe de Estado. Cf. DREIFUSS (2006, p. 158-159). As articulações entre ambas culminaram no Golpe de Estado de 1964.

Mas havia ainda a reação nacionalista contra o que se chamava na época, de “coisa de americano”. E se esses problemas estivessem solucionados, restava um ainda: um problema onde buscar novas tecnologias, novas informações, se a extensão rural paranaense não tinha nenhuma prática? (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Essa citação indica um campo de disputas em torno do poder, e entre as classes dominantes. De um lado observamos um grupo político, que se aproveitou da oposição de muitos “agricultores” do Paraná ao programa, pois não viam com bons olhos a parafernália tecnológica, nem o “casal” de extensionistas.⁷ Por outro lado, as mudanças ocorridas na extensão rural após a retirada da AIA implicaram no fortalecimento dos interesses ligados ao projeto da modernização. O encerramento dos escritórios citados anteriormente e o não pagamento dos salários dos técnicos passou a ser uma crítica atribuída à política de governo de Lupion. Essas acusações, embora tenham sido direcionadas a uma política de governo, o fechamento dos escritórios da Acarpa foi resultado da retirada dos financiamentos da AIA, pertencente à Fundação Rockfeller, o que colaborou para a conquista de maior legitimidade social com relação às propostas de governo do Ney Braga. É importante lembrar que na maior parte das vezes o argumento de crise, corrupção entre outras estratégias eram empregados com a finalidade de conquistar posições e poder no interior do Estado, mesmo que no caso analisado existiam contradições entre os grupos políticos da classe dominante.

Além de ter sido governador do Paraná, entre os anos de 1961 a 1965, a atuação de Ney Braga no Ministério da Agricultura (1965-1966), propiciou a ampliação da intervenção estadunidenses no Brasil. O ex-governador do Paraná apresentava grande proximidade com as agências dos Estados Unidos, entre elas Aliança para o Progresso, USAID e bancos como BID, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A (BNCC)⁸ e Banco do Brasil, entre outros. Tratou-se de entidades que por meio de acordos com a participação de Braga no Ministé-

⁷ Segundo o jornal “Indústria e Comércio” muitas vezes os “agricultores” achavam que o agrônomo e a técnica eram casados e depois se espantavam quando, de repente alguém da dupla era substituído.

⁸ O BNCC foi criado nos anos de 1950 para prestar assistência e amparo financeiro às cooperativas. Foi dissolvido e sucedido durante a gestão Collor nos anos de 1990 e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

rio, propiciou a continuidade da “cooperação” estadunidense no setor agropecuário brasileiro, bem como no financiamento da associação ABCAR.⁹

A segunda fase da modernização: a institucionalização e ampliação do fomento agrícola nos moldes empresariais

A partir do Golpe civil-militar em 1964, as ações do Estado sobre o meio rural se modificaram. Ney Braga antecipou uma tendência que a ditadura militar consolidou. O Estado se transformou no principal agente financiador da modernização da agricultura no país e passou a impulsionar e propagar escritórios de extensão rural em vários municípios, para possibilitar um amplo alcance dos serviços de extensão no meio rural. Houve destaque de alguns métodos direcionados à produção de determinados produtos de interesse do mercado mundial apresentados pela extensão como fundamentais para o “melhoramento da qualidade de vida da população rural”.¹⁰

Na segunda metade da década de 1960, o plantio e consumo da cultura da soja passaram a fazer parte de uma grande campanha difundidos pela Acarpa em suas respectivas metodologias de trabalho. Tratou-se de um mecanismo fundamental para tornar a soja um dos principais produtos da economia, principalmente destinada para a produção da ração animal e para a exportação. Como era um produto ainda desconhecido na região estudada, os extensionistas tiveram que dispor de um certo esforço para convencer os produtores rurais sobre a importância do grão e suas vantagens econômicas.

Segundo os economistas Jaime Garciano Trintin e Rafaella Stradioto Vignandi, outros motivos colaboraram para a grande expansão da soja:

(...) devido à fusão de alguns fatores como as políticas do governo federal de incentivo agrícola fortemente subsidiada pela política de crédito; o cenário internacional favorável, principalmente a partir de 1968, com o impacto de crescimento na variável preço e

⁹ Para aprofundar mais na discussão, ver OLIVEIRA (2013, p. 115) e DREIFUSS (2006).

¹⁰ Segundo Argemiro Jacob Brum (1988, p. 167) a soja constitui-se na mais rica proteína da natureza e no alimento mais barato do planeta e é um produto de tradição milenar na China.

o auge na crise cafeeira paranaense, que se intensifica em meados de 1975 por razões climáticas de frequentes geadas. A substituição do café e o aumento de terras de pastagens por esse tipo de cultura não demorou acontecer, os produtores locais estavam desmotivados com a cultura cafeeira devido ao retorno da produção ser muito inferior ao já obtido em períodos anteriores (TRINTIN, VIGNANDI, p.886).

No trabalho dos extensionistas era imperativo difundir esse tipo de cultura que interessava ao mercado internacional. Os extensionistas tinham um papel fundamental na visão das entidades internacionais e multinacionais, pois ficaram responsabilizados pela preparação, treinamento e “doutrinação” dos produtores e produtoras rurais. Os técnicos agrícolas prestavam assistência técnica aos produtores rurais para o cultivo desse produto segundo um padrão técnico criado e adaptado pela pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho dos extensionistas e dos serviços de extensão em prol do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, complementava a ação dos centros de pesquisas e experimentação. Através da solicitação à melhoria da qualidade de vida econômica e social, sob a alegação de que a base da mudança passava pelo aumento da produção e da produtividade, este trabalho foi definido através de algumas premissas e diretrizes. Desta forma, para a ACARPA:

A extensão rural é uma das ferramentas para conseguir o desenvolvimento agrícola. Tem uma porcentagem da responsabilidade em consegui-lo.

Sua preocupação imediata é o agricultor; educá-lo, conseguir o seu desenvolvimento integral para, através de uma assistência técnica – educativa, juntamente com outras funções, conseguir o aumento da produção e o bem estar do homem (DIRETRIZES DA ACARPA, 1975, p. 02).

A assistência técnica e financeira assumiu importante função no convencimento e na instrução dos “agricultores”. Os mecanismos de difusão do projeto, portanto, sob a alegação do desenvolvimento do país, e, é claro, atendendo aos interesses da indústria de insumos e maquinários, ou seja, do Complexo Agroin-

dustrial. A partir dos anos de 1970 é possível visualizar a intensificação do projeto, com as modificações da base técnica.

O Estado utilizou esses serviços como principal suporte para convencer os produtores rurais a mudarem seus métodos de cultivo. Esse exemplo pode ser verificado nos anos de 1970, quando houve um aumento dos recursos financeiros para a modernização da agricultura, o aumento da oferta de crédito agrícola e, conseqüentemente, a ampliação gradativa da produtividade da soja, milho e trigo.¹¹ Denota-se, assim, a intenção do Estado, em mediar e facilitar às condições de disseminação e acesso dos “agricultores” às ao pacote tecnológico.

Não só o Estado, mas também outras entidades procuraram intervir nas relações de produção do campo, através da disponibilização de grandes somas de recursos financeiros para culturas consideradas como prioridade, não para a subsistência das famílias do campo, mas sim, para as demandas do mercado internacional e do Complexo Agroindustrial.

O projeto de fomento agrícola, executado com recursos da Organização Internacional do Café e repassado pelo Ministério da Agricultura – mobiliza 217 extensionistas da ACARPA na orientação técnica e creditícia a produtores de 192 municípios paranaenses incluídos na área dos chamados “corredores de exportação”. Até o final do ano, o serviço de extensão rural deverá orientar na área, um número superior a cem mil produtores rurais. Este projeto de fomento agrícola ajusta-se à política do Governo Emílio Gomes, de carrear investimentos maciços na tecnificação da agropecuária paranaense. Milho, soja, sorgo e pecuária de corte são as culturas prioritárias do projeto, que visa elevar a produção e produtividade para atender a demanda interna e gerar excedentes exportáveis. As metas fixadas para o próximo ano, na área: aumentar em 237 mil toneladas a produção de milho, 239 mil toneladas a soja, 60 mil toneladas o sorgo e dez mil toneladas a produção de carnes (ACARPRESS, HM/062, Curitiba, 1973).

Nesta citação, nota-se que o Estado preferiu algumas culturas, em especial as denominadas culturas prioritárias das multinacionais, entre elas a soja, o milho e o sorgo fundamentais para a produção de rações para dinamizar a pecuária

¹¹ Consultar dados do IparDES (IPARDES, Curitiba, 1985).

no exterior. As demais culturas básicas importantes para o mercado e consumo interno, como o arroz, feijão, mandioca, hortelã, café, entre muitas outras variedades de produtos deixaram aos poucos de ser prioridade no mercado financeiro e no estado. Essa nova atitude que a ditadura assumiu, conjuntamente com apoio de entidades privadas, refletiu nas alterações na base da agricultura paranaense, incluindo a tendência à monocultura, o êxodo rural, assalariamento e desemprego no campo. Aqui é possível perceber, também, a materialização da política de estruturação dos corredores de exportação de Delfin Neto. Sabe-se que o Paraná, pelo potencial portuário e pela produção adequada as demandas do Complexo Agroindustrial, foi um dos principais polos de implantação desta política.

Porém, outras culturas que não atenderam exatamente a esta perspectiva do CAI também persistiram. A hortelã, por exemplo, foi um produto bastante cultivado no Paraná durante o período. Mas com o processo de modernização as culturas adequadas ao pacote tecnológico foram privilegiadas em termos de financiamento. Isto sufocou a produção de outras culturas. Alguns membros da política regional chegaram a denunciar este quadro de abandono do investimento nas culturas que ficaram de fora do pacote tecnológico. Ainda que não se possa dizer que se tratava de uma resistência propriamente dita, pois, uma das premissas do projeto da modernização se assentou na reivindicação pela ampliação dos investimentos em detrimento do questionamento sobre a distribuição da terra.

Segundo o programa de rádio de Marechal Cândido Rondon, Frente Ampla de Notícias (FAN),

Cultura da Hortelã está em crise

Por solicitação do Deputado Paulo Poli, a Assembleia Legislativa dirigiu ofícios ao Ministério da Agricultura e ao Presidente do Banco do Brasil S/A, pedindo urgentes providências de amparo à lavoura da hortelã. Esclareceu o parlamentar que o Banco do Brasil não financiará o cultivo da hortelã e o governo jamais amparou essa cultura cuja produção em nosso Estado está caindo assustadoramente (...) (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal C. Rondon, 1972, nº. 15).

A substituição de algumas culturas pelas subsidiadas pelo Estado e pelas organizações de apoio ao projeto da modernização, foi um indicativo da mo-

dernização no Paraná. Contavam, sobretudo, com um amplo aparato desde assistência creditícia, por exemplo, do Banco do Brasil, até assistência técnica e outros recursos adquiridos por empresas como a Organização Internacional do Café, a ACARPA, Aliança para o Progresso, Agrocerecer entre outras secretarias e federações.

O outro indício e as características do desenvolvimento do capitalismo no meio rural foram o uso de máquinas e implementos agrícolas. Desde a década de 1960 o Paraná apresentou um ritmo acelerado no desempenho da atividade agrícola com aumento gradativo do número de tratores. A tabela abaixo apresenta a expansão da força mecânica a partir dos anos de 1950 no Paraná.

Uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrários no PR entre os anos de 1950 a 1985				
Confronto dos resultados	Nº Tratores (Total)	Nº de estabelecimentos segundo a força utilizada		
		Animal (Tração)	Mecânica (Tração)	Humana
1950	280	36.759	28	---
1960	Sem dados	68.301	1.998	196.577
1970	18.619	249.333	16.285	256.243
1975	52.498	254.641	122.269	---
1980	81.727	254.380	201.108	---
1985	101.346	257.164	203.490	---

Tabela 1. Relação de tratores e tipos de força utilizada segundo número de estabelecimentos no Paraná (1950 – 1985). Fonte: IBGE: censo agropecuário do Paraná de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 (tabela organizada pela autora).

O aumento de tratores no Paraná foi um sinal de transformação na agricultura, mas o uso de instrumentos característicos de uma agricultura de subsistência, como o emprego da força humana, o arado e a enxada no Paraná foi bastante expressivo nas décadas de 1950 e 1970. Esse fator foi um sinal da conservação de práticas tradicionais de produção e até mesmo de um tipo de resistência à modernização. Tratou-se de um período em que o café, a hortelã e outras culturas

não incluídas no pacote tecnológico ainda geravam em certa medida a demanda do emprego da força humana e animal.

O uso expressivo do arado de tração animal neste período, também pode ser um indício de que os produtores rurais não estavam interessados em participar desse projeto. Os riscos atrelados ao endividamento pelos produtores rurais, com relação à compra de maquinários, decorrentes das flutuações de preços dos produtos no mercado e os prejuízos na produção pelos fatores climáticos como geadas, seca, enfim são elementos que permitem visualizar a racionalidade dos “agricultores” com relação aos seus modos de vida e trabalho no campo. Esses elementos coadunam com os dados do IBGE sobre os números de instrumentos agrícolas de tração animal e pode ser avaliado a partir das fontes da Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon:

O Frio Tomou Conta do Paraná

Os mais antigos foram ouvidos hoje, quando diziam ser este de agora o inverno mais frio e a mais intensa geada formada nesta região, especialmente Marechal Cândido Rondon. Ontem a temperatura chegou a registrar $\frac{1}{2}$ grau abaixo de zero e segurou durante bom tempo em dois graus positivos. Hoje os termômetros caíram ainda mais e a formação de geadas foi sentida em toda a região. Ainda ontem à noite até às 23 horas, acompanhávamos o noticiário da televisão sobre as temperaturas registradas em toda a extensão do Paraná, tendo sido Palmas o registro de um frio mais intenso com até 11 graus abaixo de zero, tendo nevado bastante nesse lugar do Paraná desde a madrugada de ontem, até as últimas horas da tarde. Outros lugares a variação de temperatura chegou a fazer que nevasse em lugares onde nunca havia sido registrado o fenômeno. Cascavel e Foz do Iguaçu foram casos típicos na região. Santa Helena também foi duramente castigada pelo frio e, ontem pela manhã houve a formação da chamada geada negra. A vegetação mais sensível ao frio amanheceu com uma coloração verde escura, denotando daí a queima total pelo frio. Como se não bastasse tudo isso, as poças d'água ao longo de ruas e estradas se solidificaram e até as 9,30 horas da manhã de hoje a geada era perceptível em todos os lugares. Aqueles que levantaram bem cedo hoje disseram que não era tão frio, o que aconteceu somente depois quando o sol saiu. O granizo da tarde do dia 14 abateu

numa faixa compreendida entre Quatro Pontes e Novo Horizonte, numa extensão de 15 ou até 20 Quilômetros, 5 ou até 10% do trigo já cacheado, agora com a formação de geada ontem e hoje pela manhã mais intensa fazem com que a apreensão do povo esteja voltada para a agricultura, uma vez que a região é estritamente agrícola. Uma pessoa amiga nossa, digna de crédito contava ontem à tarde de volta de Toledo, para onde havia ido a negócios que, somente no banco do Brasil foram pedidos o cancelamento de 11 financiamentos para compra de maquinário em virtude dessas ocorrências. Proprietários de terras e lavouras de trigo na sua maioria ou totalidade que haviam encaminhado pedidos para máquinas colhedoras é que foram pedir o cancelamento de pedido e financiamento (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 1971).

A presença significativa de instrumentos agrícolas não pertencentes ao pacote tecnológico poderia ser uma alternativa diante do alto custo para a produção e um meio de evitar a aquisição de crédito agrícola junto aos bancos para não se endividar. A instabilidade produtiva, o receio de não produzir e ser caloteado pelos bancos, eram fatores que levaram algumas famílias rurais a não adquirirem imediatamente o crédito e a tecnologia divulgada pelas agências de extensão rural. Nesse sentido, os extensionistas tinham um papel fundamental de organizar e ensinar a administrar a produção, mas para isso era necessário construir a confiança dos produtores.

O acesso aos financiamentos para compra de produtos do pacote tecnológico era limitado por regras e quesitos, sendo que aqueles “agricultores” que não se encaixaram dentro de determinados critérios – ter a propriedade da terra que ocupava comprovada e registrada, por exemplo – não podiam ter acesso ao crédito, logo, não tinham condições de comprar tratores, arados mecânicos e a parafernália tecnológica difundida pela extensão rural. Assim, o uso significativo da tração animal e da força humana, também é expressão disso, o que implicou na intensificação das horas trabalhadas por parte desta população, uma vez que precisaram intensificar o trabalho para manter certo nível de vida e acompanhar o ritmo de produção imposto pelas novas tecnologias.

Há outros dois fatores que podem ser relatados como causas do uso do arado, o tipo de solo, em alguns casos ainda não apropriado para emprego de equi-

pamentos do pacote tecnológico. Outro fator é o empobrecimento advindo das subdivisões das propriedades. Os dados do IBGE indicaram que o número de minifúndios aumentou nesse período.

Se levarmos em conta o número acentuado de arados entre os anos de 1970 e 1985, a preferência por este instrumento de trabalho, também, significava a redução nos custos de produção, logo, a possibilidade significativa de permanência no campo em momentos de “crise” forjada pelo mercado financeiro. Conforme apresentamos anteriormente, a compra de maquinários do pacote tecnológico dependia das condições para obtê-lo e nem todos os “agricultores” tinham possibilidades para adquiri-los e/ou financiá-los.

A transformação produtiva da agricultura, principalmente a partir dos finais dos anos de 1960, como se observou anteriormente, ocorreu pela disponibilização de amplos recursos dos setores públicos e privados, mas também porque foi incentivado pelo trabalho da extensão rural, no que tange a execução de projetos e liberação de créditos. Nesse caso, principalmente para a produção do milho, trigo, sorgo, suinocultura, em especial, para o cultivo da soja. O número de arados manteve-se estável entre 1970 e 1980, porque além de ser um instrumento que não demandava grandes custos de produção, garantia certa autonomia do agricultor no processo produtivo. Até mesmo pode ser considerado um indício de ações residuais de aversão ao risco de endividamento e/ou perda da propriedade rural.

Se nos anos de 1950, o uso do arado animal, no Oeste do Paraná, era sinônimo de “progresso”, a partir do processo de modernização, elementos do pacote tecnológico, principalmente o trator, significou uma possibilidade aos latifundiários de reduzirem os custos com mão de obra que, em certo sentido, permitia menos custos de produção, aumento da produtividade e lucratividade. Tratou-se, de um tipo de produção que permitiu a redução de mão-de-obra, mas intensificava a exploração da terra e a ambição de muitos pela incorporação de propriedades cada vez mais submetidas nessa lógica de produção. O que permaneceu inalterado são as formas de exploração dos trabalhadores que prestavam serviços no campo e que não possuíam a propriedade para nela sobreviver e/ou que a perderam ao longo do processo. Especialmente, aos camponeses que procuravam alternativas para conseguir permanecer na terra, sob uma lógica de

produção agroecológica, mesmo sendo sugados cotidianamente pela precarização do trabalho na terra.

Paralelamente ao aumento do número de arados, a ampliação expressiva de tratores e as demais parafernálias do pacote, incluindo os insumos, significou praticamente a consolidação da “Revolução Verde” na forma de produzir, gerando mudanças territoriais significativas, como, por exemplo, a substituição da força de trabalho no campo por instrumentos agrícolas mecânicos.

A incorporação de tratores e equipamentos não foi generalizada, os grupos com menos terra e menos capitalizados não tiveram condições de acompanhar o processo, logo, grande parte deles foram expropriados tendo que trabalhar mais tempo para garantir certo padrão de vida, ou migravam para novas frentes agrícolas, para obterem áreas de terra maiores.

A ACARPA, com o incentivo do Estado, foi uma das principais instituições responsáveis pelo desenvolvimento e incorporação crescentemente desse pacote no meio agrícola.

Trator e Mecanização Agrícola

Muitas pessoas – principalmente as que moram na cidade – quando ouvem falar em mecanização de lavoura, pensam logo em tratores possantes, fazendo grandes terraços ou puxando enormes arados...

Mas nem sempre é assim.

Para começo de conversa, mecanização não implica em usar trator. Um arado de aiveca, puxado por um burro, é mecanização; a instalação de um carneiro hidráulico para elevar água a um depósito, é mecanização; uma ordenhadeira no estábulo, é mecanização. O trator, é o estágio mais avançado da mecanização, como também o mais desejável em muitos casos, porém nem sempre é o que resolve.

Vejam os exemplos, o trator sem implementos, pouco serviço prestará na fazenda. Quando se fala em implementos, nos vem imediatamente à imagem de um arado ou grade. No entanto não são os únicos. São os mais populares. Pulverizadores, debulhadores, cultivadores, colhedoras, rolos, adubadeiras, plainas, secadores e dezenas de outros implementos, são fabricados, porém poucos deles usados.

Por isso que dizemos que mecanização de lavoura faz sucesso, po-

rém pleno êxito, só será alcançado quando um trator puder fazer trabalhar seis a oito máquinas diferentes e não apenas o arado e a grade, como agora. Colaboração ACARPA (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 1971, n.º. 13).

É evidente no relato da ACARPA a preferência pela substituição da tração animal e humana pelo trator. Embora fossem duas opções que cumpriam papéis diferentes na produção, um não substituiria o outro, na verdade o trator é a força motriz, portanto, se ele substitui alguma coisa é o trabalho humano, o boi, o burro ou o cavalo, mas não o arado propriamente dito. O que importa nessa citação é observar que o elemento em questão era o problema da baixa produtividade do trabalho humano, que na visão da extensão era resultante do baixo nível de conhecimentos da tecnologia de produção e comercialização das safras.

Nota-se na citação o esforço em difundir a ideologia da modernização, e tornar o agricultor autossuficiente. A Acarpa discutiu os termos da mecanização de forma a aproximá-la do senso comum. O uso dos termos técnicos é substituído pela comparação com coisas simples ligadas ao cotidiano do produtor, mas, como se pode avaliar até agora, ironicamente tratava-se de um cotidiano combatido pelas agências e agentes de extensão.

A difusão da mecanização produziu modificações na base técnica, aumento da produção de produtos voltados para a exportação. E o estágio mais avançado desse processo foi à aproximação entre a indústria e agricultura. Consequentemente pretendia-se que o setor produtivo tornar-se-ia crescentemente empresarial. Mas, a modernização não deu certo em todos os segmentos de “agricultores”, especialmente entre aqueles que possuíam menor quantidade de terras. Nos anos de 1980, a ACARPA/EMATER passou a incentivar o uso de técnicas agrícolas tradicionais, como tração animal, defensivos naturais, adubos biológicos, buscando atender aqueles grupos que “não conseguiram alcançar os objetivos da modernização”. Ou seja, mais especificamente, aqueles que não tinham se adequado ao projeto e/ou não desejavam alcançar a modernização.

Em 1959, a Acarpa tornou a sua organização definitiva, passando a expandir-se por todo o Estado. Mas, só em 1980 os dirigentes puderam dizer que realmente estavam em condições de atender as

necessidades de todo o Estado. Em 1966 foi implantado o primeiro projeto, em convênio com o IBC, iniciou-se a erradicação dos cafeeiros decadentes. Em 1973, começou o fomento agrícola com vistas aos produtores de exportação. E, em 1976, implantou-se o programa de conservação de solos. A partir daí desenvolveram-se trabalhos voltados ao pequeno agricultor, melhoramento de sementes e mudas, melhoramento genético bovinos, reflorestamentos de pequenas e médias propriedades rurais, difusão do uso de biodigestores e outros de caráter técnico e social (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

A preocupação com a descapitalização crescente dos pequenos produtores rurais, decorrentes desse processo cruel e desigual da modernização, fez com que a ACARPA/EMATER nos anos de 1980, com apoio da Federação das Associações de Engenheiros Agrônimos do Brasil, cujo presidente na época era Valdo Cavalet, desenvolvessem programas e retomassem práticas para diminuir os custos de produção.¹² Além disso, organizaram a Associação de Hortigranjeiros de Agudos do Sul (Hortisul) no Paraná, reunindo vários “agricultores” para melhorar as formas de comercialização e entrega direta dos produtos sem agrotóxicos aos produtores rurais. Tratou-se de uma prática denominada “cestões”, que pretendeu ganhar um mercado fiel e que chegou a ter vários pontos de entrega no estado. Além dos cestões, o cooperativismo passou a ser amplamente difundido no Oeste do Paraná, que, também “objetivavam uma maior participação dos associados nas decisões da cúpula dessas cooperativas¹³ (...)” (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

De um modo geral, verificou-se que a modernização deu certo a partir de determinado ponto, o qual tem relação com a quantidade de terras sob domínio do produtor. Entre os anos de 1970 e 1985 no Paraná, ocorreu um processo

¹² É importante observar que a partir de 1980 haviam outros problemas emergentes: câmbio, inflação, crise do petróleo, dívida externa, elevação dos juros internacionais e no país, secas entre outros. A monocultura, os insumos químicos e venenos e o manejo da terra resultaram na perda da fertilidade do solo e a destruição da microfauna e microflora que agiam na transformação de matérias orgânicas em adubos naturais. O uso da queimada e o plantio convencional (não utilizavam o plantio direto), a forma de arar a terra também resultava em erosões complicadas.

¹³ Nos anos de 1970 e início de 1980 ocorreram graves problemas de corrupção em várias cooperativas, muitas delas, inclusive, acabaram indo à falência. Mas, nem todos os casos implicavam em problemas de importação ou exportação.

de concentração fundiária. Este aumento significou que o trabalho de extensão rural permitiu aos proprietários rurais mais engajados, a encontrarem algum resultado e estabilidade. A modernização teve seus limites, embora também tenha causado impactos e mudanças profundas naqueles setores que detinham menor quantidade de terras. Mas neste caso foram profundamente negativas para eles e não necessariamente para o projeto, pois um dos problemas desse processo aos pequenos produtores foi à concentração que, ao fim e ao cabo, abriu caminhos para a modernização e introdução de tecnologia agrícola.

Por outro lado, uma das metas da modernização (que efetivamente não foi alcançada) era também acabar com o minifúndio, o qual era considerado pouco produtivo.¹⁴ As ações da ditadura militar, nesse sentido, com apoio de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ex IBRA, IPES e IBAD, foi no sentido de privilegiar os fazendeiros e empresários em detrimento dos pequenos produtores que eram uma parte significativa da população que residia no meio rural, incluindo parceiros, arrendatários, caboclos, posseiros e boias-frias, entre outros trabalhadores do campo.

Segundo Dreifuss, durante a ditadura civil-militar, o complexo IPES/IBAD, encarregaram-se de estudar minuciosamente a Lei da Reforma Agrária. Além disso, empresários e tecnoempresários participaram da formulação e implantação do Estatuto da Terra. Sobre a implantação do Estatuto da Terra, e os planos de desenvolvimento da modernização, Dreifuss complementou que,

Para a implantação do Estatuto da Terra e da reforma da propriedade de terras, foi criado o IBRA, que recebera *status* de superministério, gozando de prioridade entre os departamentos ministeriais, servindo para flanquear, em termos de criação de diretrizes políticas, o Ministério da Agricultura, onde os interesses agrários tradicionais ainda tinham um ponto de apoio. O IBRA foi útil ao esvaziar o controle que a oligarquia e a burguesia cafeeira tinham sobre as políticas agrárias, mudando o local de elaboração da política nesta área vital para outro órgão, composto de tecnoempresários e empresários. Es-

¹⁴ Tanto o Estatuto de Terra, quanto a Aliança para o Progresso advertia que os dois elementos da pobreza e da fome na América Latina eram o minifúndio improdutivo e inviável, e o latifúndio por extensão/dimensão e improdutivo. Ambos (o ET e a APP) consideraram como reforma agrária – a colonização das áreas de fronteira agrícola, a modernização e a produção comercial da empresa rural.

tes estimularam políticos que tentavam integrar o setor agrário dentro dos planos mais amplos de desenvolvimento da grande modernização industrial (CEHELK apud DREIFUSS, op.cit, p, 456).

O cerne da análise do Estatuto da Terra era a ineficiência constatada na relação homem/terra, tanto nos latifúndios tradicionais quanto no grande número de minifúndios. Pontos de estrangulamento na agricultura tinham de ser eliminados por uma melhor distribuição dos fatores de produção, modificando formas arcaicas de posse da terra. Foram enfatizados o aumento dos recursos agrícolas, a mecanização e o desenvolvimento de redes de distribuição adequadas para os produtos, o que, conseqüentemente, envolvia o Ministério dos Transportes em uma política de construção de estradas e os grandes interesses industriais em mecanizar a lavoura e fornecer transporte para os mercados rurais (DREIFUSS, 2006, p. 456-457).

Os planos da ditadura para o setor agrícola, apresentado por Dreifuss, permitem constatar o cerne das execuções da extensão rural e o entrelaçamento entre os diversos interesses englobando técnicos, empresários, institutos como o INCRA e outros. Este instituto desenvolveu um papel tremendamente cruel aos posseiros, minifundiários e trabalhadores rurais durante o processo de modernização, especialmente no contexto da ditadura, tanto no que concerne ao mapeamento das áreas pelo recadastramento rural das propriedades, para um maior controle da produção e da garantia da propriedade adquiridas via companhias colonizadoras. Por outro lado, era uma tentativa de contenção das disputas em torno do acesso e posse da terra, envolvendo posseiros e proprietários e a emergência e ampliação dos movimentos de luta armada no meio rural. Vejamos parte das estratégias desenvolvidas pelo INCRA, no jornal Fronteira do Iguaçu, de 1972, para ser possível difundir os interesses projeto da modernização ligado ao capital multinacional,

Com a colonização das áreas vazias, por exemplo, “nas terras sem homens”, vem o INCRA implantando a política de dar terras àqueles que as queiram de fato trabalhar, em situação completamente regular e com assistência técnica e social, para desafogar regiões densamente povoadas.

E os resultados, felizmente, tem sido os mais animadores, superan-

do prognósticos otimistas e dando aos seus propulsores o incentivo para aumentar ainda mais o seu programa de expansão colonizadora, o que, em última análise, é também, uma solução para o velho problema da invasão de terras (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 1972, sem pg).¹⁵

Nesta citação podemos observar a posição do INCRA com relação aos conflitos em torno da terra. Esse instituto atuou no sentido de conter movimentos de ocupação e reocupação de terras. Mexer na estrutura da propriedade privada não era objetivo da modernização e do INCRA. Aqueles que não acolhiam ou se enquadravam aos princípios do projeto eram excluídos e/ou realocadas em regiões de menor interesse das multinacionais. Na fala do presidente do Inca, Moura Cavalcanti, ao tratar dos programas de colonização no Centro-Oeste e Norte do Brasil, que está no jornal Fronteira do Iguaçu de 1972, possui uma relação muito grande aos objetivos do programa, no que se refere a relação homem/terra e a estratégia de expansão da agricultura mecanizada projetada pela ditadura militar:

Não queremos tomar terra de quem a torna produtiva em todos os seus aspectos. Queremos, isto sim, ocupar os imensos vazios da Amazônia, acabar com os minifúndios no Sul e minorar os excedentes demográficos no Nordeste (...).

O INCRA, nos últimos anos, está se estruturando para atingir também este objetivo: criar uma classe média rural e conseqüentemente aumento da produção. (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 1972).

Podemos abstrair dessa citação que, modernizar o minifúndio não era necessariamente uma meta que preocupava as agências da modernização. O que realmente interessava aos apoiadores do projeto era produzir de acordo com as demandas do capital, especialmente voltada para a exportação de matérias primas. Nesse sentido, para produzir produtos em grande quantidade, barata e necessária para a indústria, difundiu-se o pacote tecnológico, como meio para aumentar a produtividade, reduzindo custos e tempo de produção. Tal estrutura

¹⁵ Os trechos do Jornal Fronteira do Iguaçu, apresentados neste trabalho, foram levantados e digitalizados por Danieli Schneidt Gish no Centro de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná-CEPEDAL.

significou possibilidade de enriquecimento especialmente para latifundiários e industriais. Enquanto isso, o minifúndio foi o mais prejudicado.

Considerações finais

Após a Segunda Guerra Mundial, o estado do Paraná se tornou uma das regiões mais dinâmicas em termos da modernização da agricultura. De uma agricultura tradicional e diversificada, passou a contar com uma agricultura mecanizada, mercantilizada e voltada para a exportação. O caráter empresarial ocorreu principalmente em decorrência da atuação da extensão rural e pelo incentivo de incremento de tecnologias e produção da cultura da soja, do trigo e do milho como lavouras secundárias. Mas não se pode perder de vista o caráter dos colonizadores e da presença de uma classe média rural com relativo poder aquisitivo, preocupada em adquirir mais rentabilidade e acumular capital.

Ao longo do capítulo, observamos duas fases do processo da modernização da agricultura. Na primeira fase (1956 e 1964) a extensão rural desenvolveu intensivas investidas na propaganda da mecanização, e por meio de metodologias específicas colaborou para a inserção dos produtores nos circuitos do capital. Para possibilitar a modernização, ao longo dos anos iniciais, foi imprescindível legitimar-se junto aos produtores rurais e autoridades municipais, lembrando que se tratou de um projeto de grandes proporções que se conectava aos amplos interesses do capital, em específico, às multinacionais. A extensão rural procurou demonstrar ao agricultor que uma prática “moderna” rendia mais do que o costumeiro, como se este costumeiro, além de insuficiente, fosse pejorativo.

Na segunda fase (1964 a 1980) da modernização, ocorreu o aumento de campanhas que incentivaram a aquisição do crédito rural. A efetivação das condições concretas para a consolidação da modernização agrícola no Paraná com a institucionalização e ampliação do fomento agrícola aos moldes empresariais, complementaram esse contexto. Nesta última etapa estendeu-se o projeto de modernização até o agricultor, pelo trabalho dos extensionistas e pelas agências de crédito, o que permitiu a aquisição de tecnologias, bem como de áreas produtivas por meio de financiamentos.

A modernização resultou em grandes consequências aos trabalhadores do campo, pois foi responsável pela expropriação no meio rural, o que possibilitou a acentuação da concentração fundiária e a monopolização da terra. Portanto, a acentuação da desigualdade no Oeste do Paraná foi fruto da modernização conservadora da agricultura. Esta situação provocou mudanças profundas nos setores que possuíam menor quantidade de terras. Um dos problemas desse processo, especialmente aos pequenos produtores foi a concentração de terras que, ao fim e ao cabo, abriu caminhos para o aumento da força de trabalho necessária para o desenvolvimento industrial em expansão.

Referências

ACARPA. **Relatório de atividades**, Curitiba, 1961.

ACARPRESS. **Associação de Crédito e Assistência Rural Impressa**, Curitiba, 1973.

ACARPA. **Diretrizes para ação da ACARPA**, 1975.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja. Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Vozes, 1988.

CPDOC/FGV. **Bento Munhoz da Rocha Neto**. Verbetes disponíveis no site:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bento-munhoz-da-rocha-neto> acesso em: 13 abril. 2016.

CPDOC/FGV. **Moisés Lupion**. Verbetes disponíveis no site:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moisés-lupion-de-troya> acessado em: 10 abril. 2021.

DREIFUSS, R. A. **Transformações: Matrizes do Século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **1964 A conquista do Estado: Ação política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro, 2006.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. N°15, Marechal C. Rondon, 1972.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal Cândido Rondon, 1971.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. N° 13, Marechal C. Rondon, 1971.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel, 1972.

IBGE. **Censo agropecuário do Paraná**. Disponível no site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/24/75511> acesso: 21 junho.2016.

IPARDES. **Consequências sociais das transformações Tecnológicas na agricultura do Paraná**. Curitiba, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: Alguns Escritos. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ, 2007.

MAURÍCIO, Dinalva Rosa Neves. **Governos Lupyon e Ney Braga**: um estudo comparativo. Monografia apresentada a Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2011. Disponível no site:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33136/DINALVA%20ROSA%20NEVES%20MAURICIO.pdf?sequence=1> acesso: 10 maio.2016.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948 – 1974). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, 1981.

SANTOS, Theotônio dos. **Teorias do capitalismo contemporâneo**. Belo Horizonte, MG, Editora Vega/Novo Espaço, 1993.

TRINTIN, Jaime Garciano e VIGNANDI, Rafaella Stradioto. **As transformações na agricultura paranaense e seus efeitos sobre a expansão agrícola no Noroeste do Estado**. VI Ecopar – Encontro de Economia Paranaense.

Disponível em <http://www.pce.uem.br/producao/fb1ba757ec066d28c3ec-458f69af757c.pdf> acesso: 15 Maio.2016.

Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural:

*contradições de uma microrregião
no Oeste do Paraná*

Marcos Alexandre Smaniotto

ESTE TEXTO É COMPOSTO DE ALGUMAS ANÁLISES QUE SÃO RESULTADOS da pesquisa para doutoramento em História, realizado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulada “A Modernização Conservadora na Microrregião Oeste do Paraná – 1964-1979”. O objetivo foi analisar a formação, organização inicial e reorganização da microrregião Oeste do Paraná (por meio do estudo do município de Marechal Cândido Rondon¹) entendidas a partir da modernização conservadora no campo. O recorte geográfico e temporal foi marcado por processos históricos que ocorreram durante aqueles anos, do âmbito internacional ao local, onde se destaca: a entrada e/ou intensificação do capital internacional na produção agrícola do Brasil, por meio da organização e do fomento à modernização conservadora no campo; a transformação do projeto inicial da MARIPÁ² que se processou nestes anos, promovendo a intensificação na concentração de terra; as crises na produção agrícola da década de 1970, contribuindo com a especulação imobiliária e para o êxodo rural; dentre outros.

A bibliografia que trata sobre a MARIPÁ e a colonização da microrregião Oeste do Paraná é abrangente, passando pelas produções memorialistas, enco-

¹ Deste município faziam parte os então distritos de Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes. Todos os quatro, hoje municípios, faziam parte de um único, Marechal Cândido Rondon, sendo eles desmembrados e emancipados político-administrativamente em 1991.

² Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ.

mentadas pelas prefeituras, bem como pelas famílias dos “pioneiros”,³ que disputam a memória sobre a colonização da microrregião. Existe, ainda, relatos de jornalistas e as produções acadêmicas, decorrentes de pesquisas científicas. Esse conjunto bibliográfico aponta – por vezes de forma diversa e outras complementares – para o entendimento de parte do processo de colonização da microrregião Oeste do Paraná. Neste contexto, buscou-se nos diferentes autores as bases nas quais a região foi “fundada”, dando destaque às pretensões iniciais para, posteriormente, tratar das transformações ocorridas com a modernização conservadora. Além desta bibliografia, dados da MARIPÁ, como o Relatório de Atividades, Mapas, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Rádio Difusora do Paraná, Jornal Rondon Hoje, e outras fontes deram subsídios para formular o texto que segue.

Sobre o conceito de modernização conservadora, passou-se pela discussão organizada por Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos.⁴ No entanto, não se abordará todo o histórico e os autores que o fizeram, dada a complexidade do tema e a amplitude que demanda esta discussão. Para o texto que segue, compreende-se modernização conservadora assim como José Graziano da Silva,⁵ em que pese o entendimento que se tratou de uma modificação vinda de “cima para baixo”, ou seja, foi uma transformação na base produtiva agrícola disponibilizada e fomentada pelas grandes empresas, financiada e impulsionada pelo Estado através dos bancos (principalmente o Banco do Brasil), e realizada sem que houvesse uma reestruturação na base fundiária.

³ O “pioneiro” está entre aspas, pois significa primeiro e, sendo assim, os imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que chegaram à microrregião na década de 1940 não foram os primeiros seres humanos na região. Antes deles muitos já haviam habitado a região. Os autóctones, ou indígenas, podem ser considerados os pioneiros. Depois deles, os *obrageiros*, que exploravam economicamente a microrregião. Entre outros.

⁴ PIRES, & RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora*: sua origem e utilização no Brasil. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140 Acessado em 29.01.2014. Os autores utilizados para a análise da gênese e da utilização foram: AZEVÊDO, 1982; GUIMARÃES, 1977, 1982, 1989; LÊNIN, 1982, 2002; MOORE JÚNIOR, 1975; POULANTZAS, 1986. Este texto traz uma análise do uso do conceito para entender a modernização conservadora no Japão e na Alemanha, onde, segundo eles, houve uma ruptura com a antiga ordem socioeconômica (feudal) para, posteriormente, contrapor a análise dos brasileiros sobre o tema.

⁵ Modernização conservadora é um termo debatido por diversos autores, com diversos entendimentos. Segue-se com José Graziano da Silva, especificamente em seu livro “Modernização Dolorosa”, quando indicou que a modernização foi dolorosa porque foi conservadora, e isso devido a ela mudar o volume da produção agrícola sem mudar as estruturas agrárias, o que gerou as “dolorosas” exclusão social e concentração de poder (SILVA, 1982).

A Microrregião Oeste do Paraná

Entende-se que a organização de uma região pode se dar na desorganização, dada que a racionalidade para o que é – ou não – organizado parte daqueles que usam o objeto em questão. No entanto, a microrregião que foi pesquisada possuía, a partir da década de 1940, uma organização superestrutural, devido a um planejamento de toda a área a ser colonizada pela MARIPÁ. Desde as pessoas até a forma de produção já haviam sido preestabelecidas, dado que muito pouco restou das comunidades indígenas que habitavam a microrregião, bem como das *obrages*⁶ que exploravam-na economicamente até o início do século XX. Apesar desta organização inicial, vê-se que as pessoas não se adaptam ou adequam-se a ela simplesmente pelo fato de estar normatizado, disposto, mas reinterpretam e ressignificam a “organização” inicial da MARIPÁ, desorganizando-a.

O território onde hoje está localizada a microrregião Oeste do Paraná era explorado pela

(...) obraje denominada Fazenda Britânia que teve origem em 1905, quando o coronel do Exército Brasileiro, Jorge Schimmelpfeng, adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas, na qualidade de ‘testa de ferro’ da companhia inglesa *The Alto Paraná Development Company Ltda.*, com sede em Buenos Aires (GRONDIN, 2007. p. 56. Grifos no original).

Devido a diversos fatores econômicos, mas com destaque para a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, que levaram a diminuição da importação de madeira, a Fazenda Britânia foi à venda. Ela foi adquirida na década de 1940, por um grupo de investidores gaúchos. Até mesmo os memorialistas concordam que

Alguns dos principais acionistas da MARIPÁ, entre os quais Alberto Dalcanale, Willy Barth, Alfredo P. Ruaro, os irmãos Egon Bercht e Kurt Bercht, Leonardo Julio Perna, já eram velhos conhecidos e sócios, da colonização realizada no Oeste de Santa Ca-

⁶ Que era a denominação à exploração da erva-mate e da madeira em grandes extensões de terra por parte dos argentinos – e em menor quantidade por ingleses – com mão de obra sob o regime de trabalho compulsório dos indígenas paraguaios, chamados de *mensus* – do espanhol *mensú*, que designava o trabalhador rural.

tarina. (...) os principais adquirentes da Fazenda Britânia, filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul já eram capitalistas, negociantes e velhos conhecidos, inclusive no serviço de colonização (WACHOWICZ, 1982, p. 166).

Estes empresários foram aqueles que encabeçaram a negociação da Fazenda Britânia. O processo de colonização da região extremo Oeste do Paraná está ligado com a vontade de fazer render o capital já acumulado pelos empresários gaúchos na colonização do Oeste de Santa Catarina. Não se tratava de um empreendimento novo, mas de uma continuidade nos negócios de um grupo já experiente na especulação imobiliária de terra, com amizade e afinidade nos negócios de histórica relação.

O líder do grupo de empresários era Willy Barth, que se destacou pela sua capacidade de administrar a área explorada de forma a dar corpo a uma “nova” microrregião – então atendendo aos seus interesses político-econômicos, com sua colocação na esfera política microrregional e com a venda de terras, madeiras, etc. Também, como “intelectual orgânico”, viu-se que ele tinha grande capacidade para organizar o local para o seu “nascimento” e “crescimento” dentro dos marcos do capitalismo, criando o projeto de “colonização”, selecionando os mais “aptos”, determinando o que seria cultivado, a distribuição dos credos religiosos, a industrialização, entre outros e, principalmente, cooptando e dirigindo os interesses gerais da grande maioria da população para andar em consonância com os seus.⁷ Assim, Willy Barth, que era protestante, empresário, político e muito rico, foi atuando política e economicamente para permanecer como líder político,⁸ “amigo dos pobres”, mas que, no entanto, tinha a sua “amizade” justificada no bom desenvolvimento dos seus empreendimentos capitalistas.⁹

⁷ Cf. SCHMIDT, 2001. É necessário atentar para o fato que alguns dos acionistas se estabeleceram na região, como Willy Barth, e isso indica outro rumo, se comparado a algumas colonizadoras do Mato Grosso, nas quais os acionistas não viviam no lugar, apenas queriam ganhar com a comercialização dos lotes. Isso significa o interesse em outras instâncias, como a política, e outras formas de acumulação de capital, como a industrialização, mesmo que com predomínio de pequenas propriedades.

⁸ Willy Barth era filiado ao PTB, e, sob sua influência, todos os prefeitos da região à época, também.

⁹ Muitas pesquisas mostram, através de entrevistas com contemporâneos a Barth, a proximidade que ele tinha com os colonos, atuando diretamente com eles, resolvendo conflitos e participando de festas, e, assim, conquistando a confiança dos mesmos para continuar seu projeto político-econômico na região. Cf. SCHMIDT, op. cit. 2001; SCHMIDT. In: LOPEZ, 2000. Também Cf. URNAU, 2003.

Havia a possibilidade dos empresários gaúchos que compraram a Fazenda Britânia dividirem-na em latifúndios e venderem-na, de maneira rápida e com bons lucros, em forma de fazendas, mas, possivelmente, os lucros seriam bem maiores se loteassem a área e negociassem pequenas porções de terra – como realmente foi feito. Em relação às medidas, falava-se em perímetro rural, que seriam várias colônias (lotes rurais) juntas. Uma colônia media aproximadamente 250.000 metros quadrados ou dez alqueires (110 x 220 metros ou 25 hectares).¹⁰ A “espinha de peixe” fazia relação a uma metáfora, onde a espinha seria o rio, córrego ou sanga, que tinha como forma de suas espinhas as colônias de terra que se ligavam ao rio.

Seria mais lucrativo vender esta grande área em pequenas partes e com algumas especificidades. Conforme os dados do “Relatório das Atividades da MARIPÁ”, as seguintes diretrizes sintetizam a proposta inicial da colonizadora:

- A) ELEMENTO HUMANO: a fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptarem à região;
- B) PEQUENA PROPRIEDADE: proporcionar a todo agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia” a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares trariam para a região maior quantidade de gente;
- C) POLICULTURA: garantir o perfeito equilíbrio econômico da região, dirigindo a produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;
- D) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: na medida em que as terras forem vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes mercados consumidores;
- E) INDUSTRIALIZAÇÃO: para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil, evitando que o ritmo normal da produção agrícola depende de determinadas indústrias mantidas no litoral e evitando o desperdício de tempo e despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens (NEIDERAUER, 1955, p. 03).¹¹

¹⁰ Esta é a medida de um lote de terras que é popularmente chamado na região de “colônia de terra”, e foi o padrão de venda da MARIPÁ, como ver-se-á em quadros mais adiante no texto.

¹¹ Tem-se a necessidade de chamar a atenção para o fato de que a produção de relatórios, pela MARIPÁ, tinha duas funções bastante específicas: a) metas e prestação de contas; b) propaganda para a venda de mais

O destaque desta citação está na forma em que se planejava estruturar a área a ser colonizada, com “elemento humano” que se adaptasse a esta região (“italianos” e “alemães”), a pequena propriedade e a policultura, dado que a infraestrutura para o escoamento da produção e a industrialização somente foram possíveis décadas depois.

Um dos primeiros processos foi a seleção do “elemento humano” que poderia participar da colonização do Oeste do Paraná. Percebe-se a intenção de trazer pessoas para uma região, dando a ideia de que no Oeste do Paraná havia um vazio demográfico e que este poderia ser preenchido com trabalhadores com características específicas: ascendentes de alemães e italianos. Assim, a escolha deste “tipo” de clientes deu-se através de um rigoroso processo de triagem étnico-cultural.¹² Os mais “aptos” foram escolhidos seguindo os critérios adotados pelos donos da empresa. Estas pessoas eram os colonos gaúchos e catarinenses, em sua grande maioria, imigrantes alemães e de italianos. Estes já estavam acostumados às práticas de cultivo na região Sul (trigo, milho, mandioca, arroz, entre outras e, ainda, à criação de animais, como galinhas, gado e, principalmente, suínos). Assim,

Da colonização das terras da antiga Fazenda Britânia, foram excluídos três tipos de elementos humanos:

- 1 – o colono, também descendente de europeus, que avançava em direção ao Oeste pela linha Sul paranaense. Em sua grande parte, era formado de descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos;
- 2 – o caboclo paranaense, filho tradicional dos sertões brasileiros, que também encontrava-se na região em número nada desprezível;
- 3 – o *pêlo duro*, *nortista*,¹³ que representava a frente cafeeira, que estava ocupando todo o norte do Paraná (WACHOWICZ, 1982, p. 174.).

lotes. Estes relatórios expressavam não somente o plano de ação da empresa, mas divulgavam o número de casas comerciais e industriais (principalmente ligados com a madeira), hospitais, escolas, etc.

¹² A venda de terras era realizada diretamente pelos corretores da MARIPÁ. O anúncio de terras se dava principalmente através de panfletos afixados em locais estratégicos, como bares/mercearias (chamados de “boliche” ou “bodega”) e/ou outros locais de grande aglomeração de pessoas (como igrejas, por exemplo) nos municípios em que se pretendia vender as terras. Os municípios mais visados na propaganda da MARIPÁ eram os do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta) e Santa Catarina (Concórdia).

¹³ A expressão “nortista” foi usada para diferenciar grupos sociais malquistos pela MARIPÁ, em virtude da sua origem étnica e social. A triagem era feita através do “sulista” era usado para identificar os gaúchos e catarinenses que eram bem-vindos à microrregião. No entanto, os “nortistas” (e paraguaios) não foram de todo excluídos, pois, trabalhavam como mão de obra para serviços pesados e outros que os “sulistas” não queriam ou não dispunham de mão de obra suficiente, Cf. LAVERDI (2005).

Assim, grupos étnicos (ou “elementos humanos”) foram excluídos do processo de colonização feito pela MARIPÁ. Eram bem-vindas pessoas supostamente aptas e já adaptadas ao modelo colonizatório da empresa. Uma pesquisa apresenta mais um indicativo desta seleção, quando informou que “A MARIPÁ selecionou, primeiramente, colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram da segunda, terceira geração de descendentes de alemães e italianos. A seleção foi um elemento importante nesta colonização pioneira” (MULLER, 1986, p. 92).¹⁴ Também foi utilizado o discurso do atraso nos métodos de produção pois, segundo Wachowicz (1982, p. 175), “o pêlo duro¹⁵ nortista, foi afastado da colonização, porque não entendia do tipo de agricultura praticada pelo sulista”. Enfim, a colonização praticada pela MARIPÁ deu prioridade para os ascendentes de italianos e de alemães, preferencial e majoritariamente catarinenses e gaúchos. No sentido de não criar alarde e atrair os “elementos humanos” indesejáveis para a região, a MARIPÁ não fazia muita publicidade da colonização. Conforme Muller (1986, p. 82), “Não foi usada publicidade para atrair os colonos, e os aventureiros e especuladores de terras foram evitados. Mais precisamente, a Companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes (...)”.¹⁶

Sobre os aspectos culturais que formavam o colono que comprou terra da MARIPÁ e estabeleceu-se na microrregião Oeste no período anterior à modernização conservadora, pode-se dizer que ele tinha uma relação mais holística com a natureza. Assim,

Os colonos, tradicionalmente, tinham, uma relação de respeito e de reverência para com a natureza. Usavam a queimada dentro do sistema de rotação de terras, afetando a fertilidade do solo, mas procuravam preservar parcela da colônia com vegetação nativa, evitando cultivá-la toda. Esta relação de reverência para com a natureza tinha uma conotação religiosa, uma vez que a vida rural cultivava uma relação da criatura com o criador, estabelecia

¹⁴ Este estudo se caracteriza por ter sido realizado com dados eminentemente empíricos, ou melhor, este pesquisador esteve na microrregião, buscando e produzindo dados in loco, naquele período. A pesquisa tende a ver os “alemães” como sendo os “portadores natos da modernidade”.

¹⁵ No Rio Grande do Sul, “pêlo duro” significava gado sem raça e sem grande valor.

¹⁶ A propaganda era feita por corretores de imóveis em contato direto com os colonos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou com panfletos feitos justamente pensando nas características dos colonos gaúchos e catarinenses.

gestos de admiração para com a obra divina, a natureza. Lançar a semente, acompanhar o desenvolvimento da planta, celebrar as chuvas e o sol nas medidas adequadas atribuíam à natureza o papel de contribuir na produção da subsistência e do excedente. A falta da chuva, a chuva em demasia, a fúria dos ventos e das águas sinalizavam respostas da natureza para com os homens. Chuvas, secas, tempestades, plantação, criação eram assuntos de preces e de orações nos cultos e nas missas (GREGORY, 2002, p. 111-112).

Religião, natureza, trabalho familiar alicerçado no modelo patriarcal de família, pequena propriedade, policultura, entre outras características formam os delineamentos iniciais da organização da microrregião Oeste, para um grupo majoritário de colonos. Com as informações formais apresentadas e informais sobre a relação do colono com a terra, percebe-se uma proximidade, valorizando-a para além da mera produção para acumulação capitalista, distinguindo o colono/camponês do “empresário do campo”. Além de sua condição de classe, trata-se, em linhas gerais, de uma representação identitária que tem na natureza elementos constituintes da sua própria identidade. As árvores, os rios, os peixes, os animais (de criação e silvestres), as plantas (medicinais, ornamentais ou de comércio), as estações do ano, entre outros, eram partes integrantes desta cultura, diferentemente do empresário, que vê na produção/productividade da terra a possibilidade de gerar mais lucro, desmatando, envenenando e promovendo qualquer ação que possa ser revertida em mais lucratividade para a área produtiva.

Estes dois grupos foram problematizados na tese, mas aqui interessa perceber que se aborda os sujeitos sociais “pioneiros” da colonização do extremo Oeste de maneira distinta: os colonos e trabalhadores sem propriedade, de um lado, e os “empresários do campo”, os administradores e os profissionais liberais, de outro. São, em suma, dois grupos que por vezes são entendidos – por parte da historiografia sobre a microrregião – de maneira homogênea, como se todos tivessem as mesmas condições, ideias e ideais.

Modernização Conservadora, Concentração Fundiária e Êxodo Rural: contradições de uma microrregião do Oeste do Paraná

Ao considerar o planejado à colonização do Oeste do Paraná pela MARI-PÁ, e tendo preferência na venda de pequenas e médias propriedades agrícolas, em Marechal Cândido Rondon não havia um grande contingente de colonos que poderiam ser enquadrados como capitalistas do campo, ou como grandes produtores para o mercado monocultor soja/trigo/milho. Pode-se dizer que existia uma fração de produtores familiares já integrados no mercado capitalista de produção, do ponto de vista da mercantilização do excedente desta, que mesmo não tendo muitas condições de competir no mercado de grãos ao nível nacional e internacional, estavam em vias de “modernizar-se”, ainda no final da década de 1960. Conforme o IPARDES, o Oeste do Paraná já era, no início da década de 1970, a região com maior porcentagem de propriedades utilizando-se da produção mecanizada (8,5%) (GREGORY, 2002, p. 215).

Um estudo importante para entender a agricultura na sua fase modernizante (essencialmente a década de 1970) no Paraná apresenta dados interessantes. Conforme a pesquisa,

Nos anos 70, as alterações na base produtiva da agricultura foram de tal forma expressivas que mudaram radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 habitantes. Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 pessoas. Esse movimento, que eclodiu na década de 70, já se encontrava em estado latente na segunda metade do quinquênio dos anos 60, devido à erradicação dos cafezais. Só que nesse período, a população excedente dos cafezais localizados no Norte do Paraná se deslocava às ainda existentes “fronteiras agrícolas” no Estado. Entretanto, nos anos 70, quando gradativamente se esgotava a fronteira agrícola, concomitante ao processo de intensificação no uso da moderna tecnologia (caracteristicamente poupadora de mão de obra) e à substituição de culturas, agora não mais somente o café, mas também alimentares por soja e pecuária, verifica-se uma notável evasão da população residente no meio rural (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 21).

Nota-se, portanto, que a modernização da agricultura atuava como seleção dos aptos a poderem modernizar-se, apesar da abundância de crédito que foi disponibilizado para a compra dos meios de produção “modernos”. Nesta perspectiva, na microrregião Oeste do Paraná

Houve, através de diversos mecanismos de atuação, o incremento de uma camada de médios produtores tecnificados, sendo que os que possuíam entre 20 a 50 hectares foram os que melhores condições tinham de se ajustarem às mudanças, ao passo que os de menos de 20 hectares tinham limitações econômicas para suportarem os requisitos da tecnificação. Em contrapartida, 63% dos novos estabelecimentos criados entre 1970-80 estavam entre os de 50 a 200 hectares (GREGORY, 2002, p. 215).

No entanto, aconteceu uma grande diminuição nas pequenas propriedades e uma padronização daquelas que conseguiam atender aos requisitos da “modernização”, as com renda compatível para a compra do “pacote tecnológico” e, conseqüentemente, também com renda para o pagamento dos empréstimos oriundos desta empreitada. Especificamente em Marechal Cândido Rondon, a situação das propriedades rurais estava dividida conforme o Quadro 1 (ver próxima página).

Com o Quadro 1 percebe-se que o número total de propriedades privadas (estabelecimentos) foi diminuindo na proporção de 4,85% entre os censos dos anos de 1970 e 1980 (de 6.630 para 6.308), e a área total destas propriedades, neste mesmo período, aumentou em 10,14% (104.646 para 115.262), o que indica concentração de terra. Há a necessidade de levar em consideração que estes dados podem parecer tímidos, mas é a concentração de uma área de 10.616 hectares, ou 106.160.000 metros quadrados. Em aproximadamente 20 anos de cobertura dos censos agropecuários, forma-se a média de 530,8 hectares de área concentrada por ano na microrregião estudada. Reforçando este processo, pode-se apontar que a propriedade individual decaiu 7,40%, de 6.497 para 6.016, indicando a existência de concentração de terras em Marechal Cândido Rondon no período analisado.

Período	Total		Individual		Condomínio ou sociedade de pessoas		Sociedade Anônima ou por cotas de responsabilidade		Cooperativas		Entidade Pública		Instituição Pia ou Religiosa		Sem Declaração de propriedade	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
1970	6.630	104.646	6.497	101.407	75	1.186	32	1.952	-	-	23	95	3	6	-	-
1975	6.515	116.300	6.365	111.882	87	3.798	11	352	5	32	23	156	2	1	22	77
1980	6.308	115.262	6.016	109.722	31	988	44	1.945	1	14	213	2.590	3	1	-	-

QUADRO 1. Propriedades das terras em Marechal Cândido Rondon. Fonte: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980. (CENSO AGROPECUÁRIO, 1979. Volume 1. Tomo 18. 1 e 2 a partes).

Um depoimento de um colono mostra o processo, por quem o viveu (tanto pesquisador quanto depoente), naquele momento histórico. Desta forma

Se, num primeiro momento, a ocupação da região se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo e com o ingresso da modernização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração. Os depoimentos colhidos na região dão mostra disso: *Quem tem 3 alqueires, não tem futuro, vende para o latifundiário; Quem tem 4 colônias,¹⁷ tem ¾ das colônias mecanizadas, se ele tem boa safra de soja, tem condições de comprar as terras do vizinho e este vai embora (...); Depois que entrou a mecanização, as máquinas vieram para fazer as destocas, para organizar as lavouras, daí o pessoal foi embora, praticamente sumiram* (GERMANI, 2003, p. 26 - Grifos no original).¹⁸

Seguindo com a reflexão Guiomar Inês Germani, a condição dos proprietários das terras na microrregião ajuda a compreender a situação fundiária na região.

Com o Quadro 2 (na página seguinte) pode-se notar que somente o número de estabelecimentos e de área que tiveram crescimento foi o dos proprietários, indicando concentração de terra. A condição dos trabalhadores arrendatários, parceiros e ocupantes, teve diminuição entre os censos de 1960 e 1980, período marcado pela inserção da modernização conservadora. Indica a expulsão do campo de trabalhadores que foram sendo substituídos pelas máquinas.

Esses dados são importantes para perceber que a propriedade privada agrícola, em termos de tamanho, não cresceu significativamente, mas deixou de destinar área para outros grupos, de forma temporária e apenas para produção (não titularidade), porque a titularidade continuava sob o grupo de particula-

¹⁷ “Uma colônia, na região, equivale a 10 alqueires”.

¹⁸ Esta geógrafa pesquisou e escreveu esta dissertação – hoje livro – em meio aos acontecimentos, e por isso suas citações constam quando a Itaipu ainda estava em fase de construção, e também utiliza o tempo verbal indicando processos que ainda estavam acontecendo. A dissertação foi defendida em 1982, na UFRGS, com o título “Os Expropriados de Itaipu”.

PERÍODO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
1960	1.289	40.830	859	20.076	-	-	-	-
1970	4.944	87.249	381	4.330	709	7.982	596	5.084
1975	5.303	104.070	422	4.182	565	6.370	225	1.678
1980	5.771	109.239	100	1.386	149	1.978	288	2.658

QUADRO 2. Condição dos trabalhadores do campo em relação às terras em Marechal Cândido Rondon. Fonte: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980. (CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE).

res. Este processo está diretamente relacionado com a inserção da modernização conservadora no campo, dada à possibilidade de uma família, com a utilização dos recursos tecnológicos trazidos pela modernização (tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, herbicidas, fungicidas, sementes modificadas, etc.) poder cultivar a mesma área ou uma área maior sem a necessidade de contratação de outros trabalhadores. Neste sentido,

(...) concentração e modernização da produção foram responsáveis pela expropriação de um número significativo de produtores não-proprietários, revelando que, no caso estudado, o desenvolvimento capitalista, aplicou-se seletivamente, definindo um segmento social a ser marginalizado. Isto, contudo, não significa que o desenvolvimento capitalista por que passou a região Extremo-Oeste tenha suprimido a unidade familiar como elemento básico da organização da produção. Pelo contrário, com o processo de

modernização consolida-se o papel da propriedade familiar na base da estrutura produtiva da região (BESNOSIK; CEZAR; RIBEIRO, 1981, p. 37).

Desta forma, o “segmento social” a ser marginalizado foi o dos trabalhadores do campo sem a propriedade da terra. Na microrregião Oeste do Paraná, no período da colonização (do início do processo, na década de 1950, até o início da década de 1970), os trabalhadores do campo sem propriedade trabalhavam por meio de um regime de trabalho de parceria ou arrendamento, mas, conforme os autores, também existia outra denominação que não entrava nos censos, mas que era utilizada pelos colonos para designar aqueles que não tinham a propriedade da terra: eram os “agregados”:

Há referência frequente, menos na bibliografia e mais nas entrevistas realizadas na região, há contingentes de famílias sem terra que se dirigem, durante todo o período de colonização, para a região de fronteira. Pode-se identificar pelo menos dois fluxos de migrantes de que não dispõe da propriedade formal da terra, o primeiro vindo do sul, e o segundo vindo do norte. Junto com os colonos, ou imediatamente após o assentamento destes, chegam à região famílias das zonas de expulsão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, provavelmente por não disporem da propriedade nos locais de origem ou de algum tipo de fundo prévio de acumulação, não adquirem lotes da Fazenda Britânia. Muitas vezes estes trabalhadores são da mesma família dos colonos (frequentemente filhos e cunhados, segundo entrevistas), ou então conhecidos, vizinhos ou agregados nas zonas de origem. (...) Um segundo fluxo migratório de agregados e trabalhadores sem-terra vem do norte, e parece ter sido particularmente importante durante os anos 60. Neste período, o norte do Paraná estava passando por importantes transformações nos seus sistemas de produção, com a modernização das lavouras de café e a multiplicação das áreas da pecuária e de agricultura mecanizada. Este processo libera e expulsa mão de obra, que vai procurar se estabelecer na nova zona de fronteira do Oeste do Estado. (...) A chegada do nortista ao Extremo-Oeste se dá em condições bastante diversas daquela encontrada pelos que vem do Sul, beneficiados como vimos pelo estilo de colonização e já “socializados” de certa maneira. O agregado que vem do Norte tem que enfrentar uma situação mais difícil, muitas vezes agrava-

da por elementos de preconceito sócio-cultural praticado ainda hoje contra os colonos que não descendem de alemães e italianos¹⁹ (BESNOSIK, et. all. 1981. p. 12-13 - Grifos no original).

No arrendamento, o proprietário da área dava uma parte da produção ao trabalhador, em troca do plantio de sua terra, com porcentagem previamente acordada, independentemente da quantidade produzida ou, em caso de frustração de safra, tolerâncias eram realizadas por meio de acordo em contrato. No caso dos agregados, era trocada a sua força de trabalho por parte da produção ou por um pagamento (em produto e/ou em dinheiro, mas que era normalmente feito por parte da produção, evitando assim ao colono o dispêndio de dinheiro e auxiliando na consolidação da sua área). Partilhavam, os “agregados”, dos riscos de frustrações na produção, e dependiam do quanto trabalhavam para receber. Ambos eram formas de trabalho permanentes e importantes no campo durante os anos iniciais da colonização, isso porque se deve considerar que antes da modernização com a introdução especialmente de máquinas agrícolas, exigia-se muita mão de obra para toda a atividade agrícola, desde o desmatamento e preparação da terra até a colheita, não somente nas áreas grandes, mas também na unidade padrão da MARIPÁ (de 24 hectares, por exemplo).²⁰

¹⁹ “Um exemplo desta discriminação é o nome dados pelos colonos já estabelecidos ao aglomerado urbano que se formou na periferia de Toledo: ‘Vila Brasil, a favela dos brasileiros, dos não-proprietários. Mesmo entre as elites do município o fator ‘étnico’ é utilizado para justificar as diferenças de desempenho entre os colonos e os nortistas, estes últimos considerados ‘acomodados e pouco empreendedores?’” (BESNOSIK, et. all. op. cit. 1981, p. 13). Em Marechal Cândido Rondon, um processo análogo aconteceu, mas o preconceito e o racismo eram mais latentes, tendo o bairro com as mesmas características a denominação de “Planeta dos Macacos”, que era o “Bairro da Cooperativa”. Este processo foi estudado, dentre outros pesquisadores, por Laverdi (2005). Como exemplo das condições de vida dos não-proprietários que eram moradores no “Bairro da Cooperativa”, os aqui também denominados de “nortistas”, indicar-se-á uma reportagem do jornal Rondon Hoje, intitulada *A Miséria Também Existe em Rondon*: “João trabalho no Serviço Autônomo de Pavimentação – SAPAM –, onde consegue um salário de Cr\$ 1.200 para sustentar 11 filhos e sua esposa. ‘Antes eu trabalhava de bóia-fria na cidade de Santa Rita d’Oeste, município de Terra Roxa. Agora já fazem sete meses que vim para Marechal Cândido Rondon’, afirmou João Antonio. Mas seu relato não termina por aí: ‘Eu cheguei até vender jornal. A vida é fogo, compadre, mas vai se fazer o quê? Agora, a SAPAM prometeu me aumentar o salário, e isso vai ser muito bom. Vamos aguardar, né, compadre’”. JORNAL RONDON HOJE, 14/11/1978.

²⁰ Conforme os dados do estudo “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná”, além dos “agregados”, entendidos como trabalhadores do campo sem a propriedade da terra, mas que nela exerciam alguma atividade, também existiam outros sem-terra, os paraguaios e os “caboclos”, sendo que ambos transitavam pela região antes da colonização da MARIPÁ. A estes era destinado preferencialmente o trabalho manual mais pesado, de derrubada da mata, por exemplo (BESNOSIK, et. all. 1981, p. 19-21).

No entanto, a modernização conservadora na agricultura diminuiu a importância e a utilização do trabalho dos “agregados”, como visto nas tabelas anteriores, demonstrando a expulsão destes do campo. Para os colonos proprietários de terras,

Ao contrário do trabalho temporário, o trabalho permanente parece não ter grande relevância para as unidades de produção familiar. Um caso de trabalho permanente do qual se teve informação é o associado à criação de suínos, tendo sido mencionado que quando o número de matrizes excede a um certo limite é comum a contratação de um trabalhador para tomar conta do plantel, efetuando-se a remuneração parte em dinheiro parte em porcentagem sobre a produção. Este trabalhador recebe na região a denominação de agregado, embora tudo indique que ele nada tem a ver com a categoria social característica das primeiras duas décadas da colonização, assemelhando-se muito mais a um trabalhador assalariado permanente (BESNOSIK *et. all.* 1981, p. 44-45).

Estes trabalhadores, oriundos do campo, mas que foram expulsos dele devido à falta de propriedade e a inserção da modernização na agricultura, sendo muitos já expulsos de outras áreas rurais, que então viviam nas cidades, eram empregados, sazonalmente, nos períodos de pico na produção do campo (como se verá mais adiante no texto). Sobre o tema é interessante ainda perceber que,

(...) Mesmo quando estão empregados em ocupações urbanas, estes trabalhadores são mobilizados periodicamente para o trabalho sazonal na agricultura. Além disso, os próprios produtores-proprietários costumam assalariar-se temporariamente nas colônias dos vizinhos, o que é encarado no mais das vezes como uma modalidade de ajuda. Esta prática, agora remunerada em dinheiro, parece ser uma atualização da antiga prática da troca de dias, frequente nas regiões de origem dos colonos e mesmo na região de atração, nos primeiros anos da colonização. Neste caso, em que o trabalho temporário do vizinho complementa as necessidades sazonais da força de trabalho da unidade familiar, o assalariamento não define portanto uma relação de produção de tipo capitalista. (...) Da mesma forma que boa parte dos que se assalariam não o fazem como proletários, boa parte dos que empregam trabalho as-

salariado não o fazem como capitalistas. Não se trata de empregar capital variável para produzir mais-valia (e apropriação de lucro médio sobre o capital investido), mas de garantir a reprodução interna da unidade através da utilização de recursos externos disponíveis e necessários, no caso a força de trabalho de outros pequenos produtores familiares ou volantes da região. É importante reter aqui o caráter complementar do trabalho fora da família, que continua sendo responsável pela maior parte da força de trabalho dispendida no processo produtivo. E não se trata apenas de uma questão formal; a própria dinâmica de funcionamento e expansão da unidade familiar tem que levar em conta a limitação representada pela disponibilidade interna de força de trabalho, que só pode ser contornada à custa de gastos monetários relativamente elevados (em abril de 1981 a remuneração por dia de trabalho – a diária – girava em torno e Cr\$ 400,00) (BESNOSIK *et. all.* 1981, p. 40-41).²¹

O salário-mínimo em maio de 1981 era de Cr\$ 8.464,80. A soma de 26 dias de trabalho de um “boia-fria” seria de Cr\$ 10.400, um pouco mais que um salário-mínimo para a época, e isso se ele conseguisse se empregar os 26 dias do mês, descansando somente aos domingos. Os gastos com o emprego de mão de obra assalariada podem ser considerados elevados dependendo do “porte” do produtor, se era um colono ou “empresário do campo”, de sua capacidade de endividamento na produção, capitalização, dentre outros. Portanto, o gasto “elevado” era relativo, dependendo de quem estava tendo que usar esta mão de obra. Para os trabalhadores, evidentemente, esta remuneração era rebaixada, considerando que o salário-mínimo tinha como base a “ração” diária necessária para a sobrevivência, e não levava em consideração outros gastos com qualidade de vida, medicamentos, etc., e, ainda havia para eles a informalidade, a ausência de legislação específica para os “temporários” do campo, dentre outros.

De outra parte, também é complexo entender as relações sociais de produção capitalista no campo fora do capitalismo. Mesmo sendo uma relação até então diferenciada na venda de mão de obra, onde um proprietário de meios de produção vende a sua própria força de trabalho para outro proprietário, e vice-

²¹ Os dados sobre os valores dos salários mínimos estão disponíveis em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valoresdosalariominimosdesde.htm>. Acessado em: 09.08.2015.

-versa, isso não implica em entender esta relação destoada do “tipo de produção capitalista”. É, sem dúvida, uma prática inserida e identificada com aspectos do capitalismo, mas com mediações, como a da troca de jornadas, os mutirões, e ainda outros elementos que fogem à dimensão exclusiva do capital. São práticas capitalistas, mas configuradas em uma lógica que combina outros elementos, dentre eles a sociabilidade construída entre iguais, mesmo diante de remuneração.

Essa prática pode ser entendida para manter o capital entre os “vizinhos” – excluindo desta forma o trabalhador sazonal (futuramente apelidado de “boia-fria”) do trabalho no campo. Pode, ainda, ser encarado, além de uma forma de ajuda mútua entre vizinhos, como mais uma forma de opressão ao antigo trabalhador do campo que, há pouco, devido à modernização, já havia sido empurrado à cidade, e agora perde – mais uma vez – o local de trabalho (antes para a máquina, agora para o proprietário proletarizado sazonalmente).

Além disso, pode-se entender a preferência dos colonos para o não emprego de força de trabalho assalariada nos picos de produção, por meio de algumas informações e dados levantados em relatório, indicando que

Apesar de, para a maioria dos produtores da região pesquisada, o trabalho familiar ser predominante com relação ao trabalho externo, o perfil de utilização de mão de obra da família situa-se já distante do modelo clássico da exploração familiar camponesa, caracterizada pela utilização intensiva da força de trabalho marginal no seio da unidade produtiva (esposa, pai, mãe, filhos). Algumas características clássicas, ao contrário, não se alteraram, como é o caso da distribuição interna da renda que continua se dando de forma não-proporcional ao aporte de cada membro da família. *Não há remuneração direta em dinheiro pelo trabalho de membros da família; os excedentes são reunidos sob o controle do chefe da unidade e distribuídos para os filhos que casam, ou então aplicados como investimento nas próprias explorações* (BESNOSIK *et. all.* 1981, p. 44. Grifos meus).

Assim sendo, não havia necessidade de pagamento em dinheiro, assalariamento, aos membros da família. Não se gastava pelo trabalho extra necessário nas temporadas que exigiam mais força de trabalho, dado que este dinheiro ficava com o “chefe” da família. Era mais uma forma de manter uma fonte de renda

na própria família do colono. Para entender este processo um pouco melhor, pode-se indicar Paul Singer, quando analisou sobre a renda no Brasil. Para ele,

A ciência econômica apresenta várias e conflitantes teorias sobre a repartição *funcional* da renda, ou seja, da repartição da renda entre “capital”, “trabalho” e “terra” ou, mais precisamente, entre as rendas do capital (lucros, juros), do trabalho (salários) e da terra (aluguéis, renda da terra). Mas, da renda pessoal disponível uma grande parte das rendas do capital já estão excluídas. Além disso, do rendimento de cada indivíduo pode haver várias espécies de rendas misturadas. Por exemplo, nos ganhos de um diretor de empresa há rendas de trabalho e de capital; nas de um agricultor que é proprietário das terras que cultiva, há elementos de lucro, juros, salário e renda da terra. Portanto, as teorias da repartição da renda não podem ser aplicadas diretamente para entender como esta tem evoluído no Brasil (SINGER, 1981, p. 12 - Grifos no original).

É, como indicado por Singer, difícil entender o todo da composição da renda do conjunto de uma organização social específica, devido à complexidade das fontes e da imiscuidade delas (capital, trabalho e terra – associado ao poder patriarcal, concentrado na figura do pai sobre os demais membros da família, invisibilizados como trabalhadores, entre outras características). Paul Singer estava preocupado em compreender o processo de concentração de renda no Brasil até a década de 1970. Criticava a visão oficial de que a centralização da renda estava ligada com o atraso do “capital humano” – sobretudo a educação – e, este peso recaía também sobre os colonos “desatualizados”. Estes, na visão oficial, segundo Singer, eram utilizados como bode expiatório para justificar o desvio da renda para os mais “sábios”, “modernizados”, enquanto os mais “ignorantes” (do campo e da cidade) eram os responsáveis pelo atraso econômico que eles mesmos provocavam com suas “escolhas produtivas tradicionais”.

Especificamente em Marechal Cândido Rondon, o desenvolvimento do capitalismo no campo levou a modificação na estrutura da mão de obra, na proletarianização de uma parcela dos colonos, mas este processo não foi tão linear, homogêneo e totalmente finalizado. Estas transformações, iniciadas com a modernização conservadora, tiveram acelerações e retrações, fases amenas e agudas

de expropriação e expulsão do colono e do trabalhador do campo, ou mesmo, de proletarização sazonal dos colonos, como indicado pelo Relatório “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná”:

O fato de que o trabalho familiar mantém sua importância em comparação com o trabalho de não-membros da família reflete com bastante clareza o caráter do desenvolvimento da região estudada. O surgimento e a generalização do uso da máquina e dos insumos modernos potencializaram o trabalho da família, permitindo que uma mesma quantidade de força de trabalho disponível seja capaz de dar conta de uma quantidade maior de terra. Esta combinação de especialização produtiva em uma ou duas lavouras e mecanização do processo de trabalho, contudo, alterou significativamente os ciclos produtivos da unidade familiar. Os períodos de trabalho concentram-se em dois “picos” durante o ano, que geralmente incidem com as etapas das capinas, não mecanizáveis.²² Nestes momentos, dificilmente as reservas de trabalho da própria família dão conta das necessidades impostas à lavoura. Este fenômeno explica o aumento da importância do trabalho assalariado temporário (...) paralelamente ao predomínio do trabalho familiar. *A importância reduzida da mão de obra permanente nas propriedades revela que a produção estritamente capitalista, embora em expansão, assume papel secundário na região pesquisada* (BESNOSIK, et. all. 1981. p. 39-40 - Grifos meus.).

É interessante perceber que a microrregião em estudo passou por um processo de modificação nas relações de trabalho. Houve uma diminuição no número de dias que o emprego de grande quantidade de mão de obra na lavoura era necessário. A máquina, os insumos e os instrumentos voltados para a produção no campo moldaram relações sociais diversas das que existiam antes da introdução deste “pacote”. No entanto, destaca-se que, para os autores da pesquisa citada, a “produção estritamente capitalista” mede-se pela perenidade

²² “A capina pode ser feita através do uso de herbicidas químicos, cujo uso é muito frequente no cultivo do trigo. Neste caso, a aplicação é em geral feita pelos próprios membros da família. Como a aplicação, contudo, exige a utilização de maquinário e implementos específicos, é comum a contratação de serviços de terceiros, como ocorre também no plantio e na colheita. Para a maioria das lavouras mais importantes da região – milho e soja – a capina ainda é majoritariamente manual”. BESNOSIK, et. all. 1981. p. 40.

da mão de obra nas lavouras, e pelo suposto assalariamento dos trabalhadores. Se há pouca utilização de trabalhadores através da contratação por salário (diário, quinzenal, mensal, por safra, etc.), não há produção estritamente capitalista. Esta visão foi criticada por Paul Singer, pois reduz o entendimento e a importância da introdução da mecanização conservadora no campo e seus efeitos aos colonos na década de 1970, objeto do nosso estudo. Conforme Paul Singer, a renda no sistema capitalista tem diferentes origens, e no campo não ocorre o mesmo processo de expropriação de mão de obra que ocorre nas cidades, nas fábricas, indústrias e outros locais onde o lucro do capitalista é extraído do trabalhador na produção de mercadorias. No campo, a relação de expropriação é outra, por meio – também – de extração de sobretrabalho (salário), mas também de outros, do lucro da venda do produto, de juros e especulação, renda da terra, da parceria, do arrendamento, entre outros. Mas, a crítica aqui se relaciona com o entendimento de que a ausência de mão de obra permanente no campo seria uma produção diferente da “essencialmente capitalista”. O uso estritamente da mão de obra familiar – na maioria dos meses do ano – não caracteriza a produção, mecanizada, inserida no processo de produção monocultor “moderno”, como algo diferente do capitalismo. Trata-se do entendimento do processo dialético e materialista, onde o “novo” não supera completamente o “velho”, ou seja, o modo de produção capitalista absorve formas e relações de trabalho que não fazem parte dele em si próprio como sistema socioeconômico, se isto for maximizar os lucros do capitalista. Neste sentido, o uso da mão de obra familiar no trabalho no campo não significa que se vive no feudalismo, nem que o trabalho escravo tenha acabado.²³

Neste sentido se pode complementar que

A modernização da agricultura, no Oeste do Paraná, e seu processo seletivo provocou uma tendência geral de concentração da propriedade e de concentração de produção. As atividades relacionadas com a produção tiveram o aporte da mecanização, sendo que o tamanho ótimo da exploração familiar aumentou. Isto quer dizer que as áreas modernizadas sofreram modificações nas

²³ Um exemplo é esta chamada de notícia de oito de agosto de 2015, relacionada com um município localizado a 50 quilômetros de Marechal Cândido Rondon: *Polícia Resgata Paraguaio Trabalhando Como Escravos em Fazenda de Guaira*. Disponível em: http://www.mcrfoco.com.br/noticias/16328-policia_resgata_paraguaio_trabalhando_como_escravos_em_fazenda_de_guaira.html Acessado em 08.08.2015

formas de realização das tarefas produtivas, interferindo na estrutura ocupacional, no uso de tecnologia e na capacidade produtiva. (...) Houve significativa redução do número de produtores não-proprietários e uma consolidação da unidade familiar enquanto elemento da organização da produção (...). O uso do maquinário e de insumos modernos potencializaram o trabalho familiar, possibilitando à unidade familiar o cultivo de lavouras mais amplas. No entanto, ocorreram alterações nos “ciclos produtivos da unidade familiar”, concentrando os períodos de trabalho durante o ano na colheita, no plantio, na capina. Esta alteração se deveu a vários fatores. Na medida em que as áreas de cultivo eram aumentadas e as inovações tecnológicas iam sendo adotadas, os cultivos se especializavam e se abandonava muitos cultivos de subsistência e cultivos comerciais de menor importância. A adoção de sementes selecionadas exigia períodos mais curtos de plantio (inclusive os financiamentos bancários eram condicionados a estes períodos de plantio). O uso de maquinário reduzia significativamente o tempo gasto em preparo do solo, plantio e colheita. As atividades fora dos períodos de trabalho dedicados diretamente ao estabelecimento, por outro lado, como já foi mostrado, permitiam ao colono realizar tarefas ligadas às suas atividades produtivas tais como negociações com os bancos, com as cooperativas, participação em cursos (GREGORY, 2002, p. 226-227).

Assim sendo, o volume da produção não estava mais ligado com a capacidade produtiva da unidade familiar, mas essencialmente com a quantidade e qualidade das tecnologias utilizadas, bem como da possibilidade de empregar sazonalmente mão de obra assalariada. Desta forma, em pouco tempo o colono deixou de ser colono para ser “empresário do campo”, membro ativo do mercado regional, estadual, nacional e internacional, imprimindo a ele uma nova visão de si mesmo, sobre sua importância no processo produtivo no campo, sobre sua identificação de classe.

Em suma, pode-se perceber que a média propriedade agrícola (25 a 50 hectares) foi importante no processo de modificação da base técnica na agricultura na microrregião Oeste do Paraná, dada que estas áreas davam possibilidade à ampliação/intensificação das práticas capitalistas de produção no campo por meio da modernização conservadora. No entanto, somente os médios e grandes pro-

prietários de terra poderiam inserir-se no contexto tecnológico da modernização conservadora com certa segurança.

Uma forma de perceber a inserção da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon também pode ser feita através da investigação dos números relacionados com a residência dos proprietários das áreas rurais, conforme o Quadro 3, que segue na página seguinte.

Nota-se que houve uma redução no número de estabelecimentos onde havia a presença do proprietário, de 5.596, em 1970, para 4.810, em 1980 (redução de 14%). Ou seja, 786 estabelecimentos onde houve compra por parte de vizinhos ou por agentes urbanos que especulavam a terra. Também, percebe-se que em 1980, 1.459 “produtores” estabeleceram-se fora de suas propriedades, indicando não somente o êxodo rural dos não proprietários, expulsos do campo, mas também que os colonos e/ou empresários do campo estavam direcionando-se à cidade.

Conforme os dados do IBGE, pode-se entender que a compra da área pelo vizinho fez com que fossem anexadas áreas. Dessa forma, o proprietário das terras continuou no campo, mas com área maior. Aquele que vendeu e saiu, deixou de ser colono e por isso não pode ser computado como quem tem terra e passou a viver na cidade, porque, nos dados do IBGE, mudou de categoria. A transformação mais acentuada está entre os anos de 1975 e 1980 e, neste sentido, restaria saber se o percentual dessa migração está pela venda ou pela escolha em residir no meio urbano, mesmo que dependendo da renda do campo. Esta possibilidade interpretativa existe, mas não se conseguirá resposta para ela, devido ao fato de não se ter estes dados. Não há como indicar se a saída do campo foi maior procurando arrendar a terra e morar na cidade, ou se pela expulsão. Reforça-se que existem ambas as possibilidades. Assim, também há a possibilidade de interpretar a saída do campo como Garcia Junior (1990), no livro “O Sul: o caminho do roçado”, onde analisa que houve uma mudança de concepção em relação à terra em si, passando de terra de trabalho, na qual se vive, para a noção de terra de negócio, do quanto de riqueza dela é possível extrair.

PERÍODO	FORMA DE ADMINISTRAÇÃO		RESIDÊNCIA DO PRODUTOR						
	PRODUTOR	ADMINISTRADOR	NO ESTABELECIMENTO			FORA DO ESTABELECIMENTO ²⁴			
			ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ZONA URBANA		ZONA RURAL
							ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	
1970	6.554	101.391	76	3.255	5.596	92.110	1.034	12.535	
1975	6.342	110.510	41	3.932	5.768	101.248	735	14.943	
1980	6.230	110.449	78	4.812	4.810	86.658	654 (Urb.)	805 (Rural)	12.396

QUADRO 3. Forma de administração e residência do produtor. Fonte: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980 (CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE).

²⁴ A divisão entre Zona Urbana e Zona Rural só consta no censo de 1980.

Estes dados podem ser interpretados como uma das formas (mas não a única) pelas quais a modernização conservadora criou as condições para que os colonos e/ou “empresários do campo” adentrassem no mundo da “pequena política”.²⁵ Participando mais do convívio com o meio urbano – pela necessidade de estarem em contato com bancos, cooperativas, sindicatos, etc., bem como clientes do que acontecia no mercado agrícola em âmbito nacional e internacional – entendendo que as políticas de fomento à agricultura, crédito, facilidades e outras “vantagens” são adquiridas por meio da política. Neste sentido,

(...) Ao que tudo indica ocorre, particularmente junto aos estabelecimentos médios que elevarem substancialmente a sua propriedade durante o processo de modernização, a ampliação dos períodos de ociosidade da força de trabalho familiar. Esta é, na verdade, a outra face dos “picos” de demanda de força de trabalho em determinados momentos do ciclo de produção. Este aumento do tempo “livre” da família resolveu-se, segundo a pesquisa realizada, de diversas maneiras. Antes de mais nada parece ter se efetivado uma alteração nos horários de trabalho (como levantar mais tarde, por exemplo) e um aumento no tempo de lazer – para o que o equipamento urbano de lazer, como o cinema, o futebol e a lanchonete, tem se expandido na sede do município. Igualmente parece ter sido reduzida a importância do trabalho feminino nos serviços agrícolas (exceto nos “picos” de trabalho), ao mesmo tempo em que eleva-se o nível de escolarização dos filhos dos produtores – na medida em que as tarefas agrícolas deixam de concorrer com a escola na organização do trabalho familiar. Os jovens ficam mais “urbanos”, mesmo quando continuam morando na zona rural, porque passam boa parte do dia na cidade estudando e, eventualmente, trabalhando. Esta alteração, possibilitada pela mecanização dos processos produtivos na agricultura, tem consequências importantíssimas no que diz respeito à assimilação de novos hábitos culturais e de novas mentalidades, principalmente por parte dos filhos dos agricultores (BESNOSIK, *et. all.* 1981. p.45).

²⁵ Antonio Gramsci faz diferenciação entre pequena e grande política. De maneira geral, a “grande política” compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A “pequena política” compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas) (GRAMSCI, 2007, p. 21-22).

Dormir mais, divertir-se mais, estudar mais e menos trabalho para as mulheres. Estas modificações, na perspectiva do estudo “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira”, foram resultados da “modernização” da agricultura na década de 1970, na microrregião Oeste do Paraná. Certamente foram transformações que modificaram o âmago do *ser* colono, não somente no âmbito econômico, mas também cultural e político.

Pode-se elencar aqui mais uma diferenciação entre colono e “empresário do campo”. Estas transformações supostamente benéficas no campo, a proximidade com a cidade e tudo o que ela poderia oferecer, não foi um “direito” que a modernização levou a todos que dela participaram. É evidente que nem todos poderiam usufruir das características apontadas no relatório da Fundação Getúlio Vargas. A modernização conservadora também conserva as estruturas de poder, de dominação, de expropriação e de dominação no campo. Para se ter acesso a estes benefícios, o colono deveria ultrapassar a limitação territorial que o segurava entre os pequenos e avançar ao terreno dos médios e grandes. Ao colono, detentor de uma pequena propriedade (entendida aqui até 12 hectares, ou meia colônia) dificilmente poderia usufruir plenamente destas características apontadas anteriormente.

No sentido de apontar para a organização de classe dos “antigos” colonos, pode-se citar o Jornal Rondon Comunicação, quando em uma de suas matérias divulgava que houve “Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais”:

(...) o curso para *empresários rurais* em Marechal Cândido Rondon, nos dias 09 e 10 de maio, teve êxito total. A participação e o interesse demonstrado por parte dos agricultores vem mais uma vez coincidir com os *objetivos que o técnico espera o que são de um agricultor esclarecido, e ciente da necessidade de sua organização para representar a classe. (...) Precisamos de um agricultor organizado em todos os sentidos, sua união de classe, na administração de sua propriedade e na adoção das técnicas agropecuárias modernas, procurando diminuir os custos provocados por uma produtividade maior.* Mas, voltando ao assunto o Escritório local da ACARPA de Marechal Cândido Rondon espera que os agricultores continuem assim, com vontade de vencer e com isso prestando sua grande parcela de colaboração ao desenvolvimento social, técnico e econômico, para o município (JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO, 25/05/1974 - Grifos meus).

A utilização do termo “empresários rurais” destoa da antiga autodenominação de colono ou agricultor. Aqueles que conseguiram se apropriar dos referenciais e das exigências do mercado, já não eram mais colonos ou agricultores, mas empresários rurais, voltados para o mercado externo de *commodities*, produzindo com base no mais alto nível de complexidade técnica, administrando “empresas rurais”. Chama a atenção para o indicativo da necessidade de “esclarecimento” do colono para a necessidade de representar-se enquanto “classe”. Este curso, mesmo sem saber dos temas tratados é, sem dúvida, um indicativo da organização dos colonos, mediado pelo Estado, em torno de grupos, associações, sindicatos e/ou outras formas de representação.

O teor do “Curso para Empresários Rurais” pode ser deduzido de outra reportagem do jornal Rondon Comunicação, o que revela a concepção daquilo que era importante naquele momento histórico para a fração capitalizada da agricultura:

A associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACAR-PA, tem sua ação orientada pela política governamental de desenvolvimento do meio rural, sendo entidade executora de um programa evolutivo em extensão rural, por delegação do Ministério e da Secretaria da Agricultura. O trabalho de Extensão realizado na região em 1974, teve como objetivo, no campo econômico: (...) melhor administração dos fatores de produção, eleva o Valor Bruto da Produção (VBP), *a maximização dos lucros, através da minimização dos custos de produção* e ou obtenção de maiores receitas totais. A introdução na agropecuária de práticas modernas para aumentar a produção e produtividade:

- Maior qualificação e utilização da mão de obra.
- *Maior e melhor emprego do fator capital por unidade produtiva.*
- *Atuação no mercado dos produtos agropecuários visando a melhor comercialização da produção através da ação cooperativista.*
- *Gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação dentro do programa “Corredores de Exportação” (RONDON COMUNICAÇÃO, 08/02/1975).*

Este conjunto de medidas, começando pela maximização dos lucros por meio da minimização dos custos da produção, é importante para perceber o aprofundamento qualitativo no entendimento dos preceitos da modernização con-

servadora junto aos “empresários do campo”. Esta ideologia da racionalização e da acumulação capitalista vai de encontro com as antigas formas de produzir do colono, pois exige, por exemplo, “maior qualificação da mão de obra” (possivelmente conhecimento das novas tecnologias e das novas técnicas agrícolas). Excluía-se desta qualificação os trabalhadores “diaristas” (como a Rádio Difusora chamava-os), ou boias-frias, bastante presentes naquele período, ou ainda os “agregados”, meeiros, arrendatários e outros sem a propriedade privada da terra adequada e “modernizada”. Tratava-se, essencialmente, de qualificar a mão de obra familiar dos colonos e, em menor medida, a mão de obra presente na área urbana (oriunda do êxodo rural, provocado pela própria modernização conservadora, por exemplo) por meio de cursos voltados para a área.²⁶ Entende-se que este clima de modernização gera o contraste com a crise econômica dos anos posteriores.

Um dos objetivos da ACARPA aos “empresários rurais” era o de proporcionar a educação necessária para a ampliação do investimento de capital no campo, bem como de sua gerência na “unidade produtiva”. Isso era necessário, numa ponta, ao governo, para manter e/ou aumentar a produção agrícola, mantendo as exportações e, na outra, para que o “empresário do campo” aplicasse corretamente este capital, não o desperdiçando ou agindo em desconformidade com a lógica capitalista de acumulação. Era, em suma, o equilíbrio de interesses entre o governo (capital/exportação), bancos (capital) e “empresários do campo” (produção/capital) que estava sendo buscado. Ensinar os “empresários do campo” a aplicar, administrar e aumentar o capital era necessário para que o crescimento econômico e a manutenção destes no campo, procurando sempre o aumento da taxa de lucro.

No que se refere a “melhor comercialização da produção através da ação cooperativista”, pode-se indicar outra reportagem, onde se demonstra uma das práticas das empresas cerealistas de Marechal Cândido Rondon na busca de maximizar os lucros. Conforme o Jornal Rondon Comunicação,

O colono que se cuide. Tem comprador de soja que vem com conversa mole de segurar o produto até o fim de junho e depois pagar

²⁶ Curso de tratores, por exemplo, eram oferecidos no CEMEP, bem como de mecânica diesel e outros relacionados com o trabalho no campo – direta ou indiretamente.

o preço do dia, mas isso não passa de conversa fiada. Quando chega a hora de libertar o “tutu” eles descontam armazenagem, pesagem, secagem, frete, sutagem, despesas com pessoas e juros pelo adiantamento para a colheita. No fim quase não sobra nada para o inocente produtor. Se continuar o estado de coisas vamos começar a declinar os nomes de alguns cerealistas deste naípe (JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO, 29/06/1974 - Grifos meus).

Assim, proprietários de empresas agrícolas – não mencionadas – agiam para aumentar a taxa de lucros e esta prática deveria ser entendida e combatida pelo “empresário do campo”. Ainda, mencionou-se o cooperativismo, este tema será tratado em outro artigo, dada a importância que se acredita ter para a formação do mercado agrícola – e da racionalidade/ideologia burguesa – de Marechal Cândido Rondon. Enfim, gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação, maximizando os lucros – tanto de bancos como o de “empresários do campo” – foi um discurso amplamente divulgado naquele período.

Referências

- AZEVÊDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná**. Horto. 1981.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC/IPARDES, 1988.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1, 2 e 3. 1ª e 2ª partes.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Editora ULBRA, 2003.
- GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial – migrações no Oes-**

te do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

GUIMARÃES, Alberto. P. O Complexo Agroindustrial. In: **Revista Reforma Agrária**. Ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

_____. **A Crise Agrária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JORNAL RONDON HOJE. Marechal Cândido Rondon. 1977-1979.

JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO. **Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais**. Marechal Cândido Rondon. 25.05.1974.

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MOORE JÚNIOR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MULLER, Keith Derald. *Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986.

NEIDERAUER, Hondy. **Relatório de Atividades da MARIPA**. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955.

PIRES, Murilo José de Souza. & RAMOS, Pedro. **O Termo Modernização Conservadora**: sua origem e utilização no Brasil. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140 Acessado em 29.01.2014.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SILVA, José Grazino da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da Constituição de um Mito Político**: memórias de Willy Barth. Cascavel: Edunioeste, 2001.

_____. *A Política na “Época de Barth”: um aspecto mitificador*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade** – estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SMANIOTTO, Marcos A. **A Burguesia Rondonense em Ação**: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979). Disponível em: Acessado em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=114624 13.12.2020.

_____. **A Modernização Conservadora na Microrregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Tese-Marcos-Alexandre-Smaniotto.pdf> Acessado em: 13.12.2020

URNAU, Iraci Maria W. **Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação (1985-1992)**. (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

WACHOWICZ, Rui C. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.



Edirsinho. Campo Bonito/PR, 2011. A autoria de Paulo José Koling.

O cooperativismo no Oeste do Paraná e a COOPAVEL

Irene Spies Adamy

COMO SE CONVENCIONOU INDICAR, O COOPERATIVISMO COMO ORGANIZAÇÃO produtiva teve origem histórica no ano de 1844 em Rochdale, na Inglaterra, onde 28 associados buscavam um “modelo alternativo” à produção capitalista através da criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Em 1852 esta associação foi transformada na Cooperativa Rochdale.

A partir do século XX o cooperativismo expandiu-se pelo mundo, organizado em empresas coletivas e de gestão democrática (administração diretiva), defendendo a supremacia do interesse geral sobre a vontade de cada indivíduo particular.

De modo geral, o cooperativismo fundamenta-se em sete princípios:

1. Adesão livre e voluntária desde que, uma vez associado cumpra com as respectivas responsabilidades;
2. Gestão democrática que estabelece direito de voto, participação e decisão a todos os associados/cooperados de modo igualitário;
3. Participação econômica dos cooperados através da aquisição de cotas;
4. Autonomia e independência de decisão dos associados;
5. Educação, formação e informação promovidas a trabalhadores e cooperados;

6. Interoperação com cooperação entre os associados ou entre diferentes cooperativas;
7. Interesse pela comunidade que conduz ao trabalho conjunto pelo desenvolvimento sustentável e gera benefícios sociais e econômicos para toda a sociedade (SISTEMA OCEPAR, 2021).

No Brasil existem diferentes ramos de atuação do sistema cooperativo, sendo eles: o agropecuário, o de consumo, o de crédito, o educacional, o habitacional, o de infraestrutura, o mineral, o de produção, o da saúde, o do trabalho, o do transporte, o de turismo e o de lazer. O ramo a que se dedica este estudo é o cooperativismo agropecuário e agroindustrial.

De modo geral, estas cooperativas agropecuárias e agroindustriais são responsáveis por coordenar e orientar toda a cadeia produtiva do setor, desde o modo de preparar e cultivar a terra, a produção, os insumos, o armazenamento, a criação dos animais até a industrialização e a comercialização da produção dos associados, assumindo assim, importância crescente na economia nacional.

O sistema cooperativo agropecuário e agroindustrial, no modelo de organização em que se situa atualmente, iniciou na década de 1990 quando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) consolidou um novo projeto para o campo: o agronegócio e a agroindustrialização.

Quando, em 1993, dirigentes da OCB coordenaram a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a sua função seria articular todas as demais entidades vinculadas ao setor agrário e consolidar o agronegócio a partir das necessidades do capital financeiro e das grandes empresas nacionais e estrangeiras do setor que passariam a submeter a produção nacional aos seus interesses. Nesse processo as cooperativas tiveram e mantêm importância fundamental.

A ABAG, formada essencialmente por empresas do agronegócio, nelas incluídas as cooperativas de produção, tem se apresentado como a entidade capaz de viabilizar ações para enfrentar a constante referenciada “crise na agricultura diante da ausência e/ou incompetência do Estado” (ABAG, 2021). A entidade se apresenta como um novo canal de representação política setorial e que estaria à altura da relevância do agronegócio.

Para Sonia Regina de Mendonça, a ABAG, ao contrário das formas de or-

ganizações anteriores, não surgiu a partir de entidades, mas, sim, de empresas. Nela predominam as grandes empresas nacionais e multinacionais do setor, inclusive as cooperativas, a exemplo da Coopavel. Assim, a OCB e a ABAG expressam “a recriação de uma nova noção de agricultura subordinada aos interesses do capital financeiro e das grandes empresas do agronegócio, o que aprofundou a desigualdade no campo e reforçou a concepção de moderno/produtivo e atrasado/improdutivo” (MENDONÇA, 2011, p. 35).

Um dos objetivos centrais da ABAG tem sido interferir nas políticas de Estado voltadas ao setor produtivo de modo geral. Se propõe, assim, a garantir a prioridade ao agronegócio, constituindo-se em importante agência da sociedade civil, fomentadora e articuladora da fração agrária da classe dominante no Brasil.

Este modelo de cooperativismo, submetido e articulado às relações capitalistas de produção não é o único exemplo de organização da produção no campo brasileiro. Além de ações coordenadas por empresas de capital privado, há que se considerar as valiosas experiências que têm se mostrado viáveis e que se organizam levando em consideração a essência do pensamento e das práticas cooperativistas.

O Cooperativismo no Paraná

No Paraná, o movimento cooperativista, em comunidades rurais, registrou as suas primeiras experiências ainda no século XIX. Porém, foi na década de 1960, com incentivo e apoio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que o cooperativismo avançou na sua organização e expansão, com o objetivo de redefinir sua forma de atuação, ampliando o número de unidades cooperadas e/ou unificando unidades que antes competiam entre si, em uma mesma região.

Se já haviam importantes experiências anteriores de cooperativismo, foi em 1969 que teve início um novo momento no cooperativismo no Paraná. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ACARPA), vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, entre outros órgãos vinculados ao go-

verno Federal e Estadual assumiram a coordenação da implantação, reestruturação e expansão das cooperativas agrícolas, conforme publicou a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (SISTEMA OCEPAR, 2021).

Nesse contexto, em 1971, foi criada a Organização das Cooperativas do Paraná, a OCEPAR. Isso permitiu uma coordenação à nível estadual, dos projetos em implantação em cada uma das regiões, além de possibilitar uma maior ação e representação política do setor.

Paulo Roberto Neves Costa e Paulo Roberto Stoberl, na obra intitulada “Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná”, apontam que o sistema de representação política das cooperativas “possui uma arquitetura legal, o que resultou na criação de uma organização que congrega as cooperativas em cada Estado” (COSTA; STORBEL, 2016). Esta organização, no caso do Estado do Paraná, estaria centralizada na Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR).

Na visão dos autores acima citados, a origem da ação e da representação política do cooperativismo no Paraná pode ser dividida em três períodos:

1º período	1907 – 1941	Instituição do controle estatal sobre o cooperativismo
2º período	1941 – 1956	Criação da entidade de representação nacional
3º período	1956 – 1971	Consolidação com a criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR

Os projetos de redefinição do sistema cooperativista no Paraná, segundo a OCEPAR, foram desenvolvidos ao longo da década de 1970 e atingiram diferentes regiões do Estado, sendo eles:

O Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nas-

ceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos (COAMO, 2019, p. 1).

Este Plano Integrado de Cooperativismo no Paraná demonstrava a preocupação e a percepção por parte dos órgãos do governo estadual acerca da necessidade de redimensionar o cooperativismo. A finalidade era de adequá-lo às novas condições e relações estabelecidas pela modernização agrícola, ou seja, criar ou transformar cooperativas como organizações empresariais

Na visão difundida pelos coordenadores do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), através do qual foi criada a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL) e outras unidades na região Oeste e Sudoeste do Paraná, as cooperativas deveriam desempenhar um duplo papel junto aos seus associados:

- Melhorar o desempenho produtivo da propriedade, através da introdução de novos conhecimentos, novas tecnologias e o melhor uso dos recursos disponíveis;
- Promover uma melhor qualidade de vida entre os associados através da formação de laços de cooperação e interação social (IPARDES, 1976).

Apesar de manter, no nível do discurso, a defesa de princípios básicos do cooperativismo, como a cooperação, por exemplo, o ponto prioritário defendido pelo projeto era a reorganização produtiva visando implantar uma visão empresarial e gerencial no processo produtivo a ser coordenado pelas cooperativas.

O Projeto Iguaçu destinava-se a reorganizar e dinamizar o sistema cooperativista no Oeste e Sudoeste do Paraná. Foi o resultado de um plano integrado de vários agentes públicos, tais como a Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Na região Oeste, todas as cooperativas agropecuárias foram integradas a este Programa.

O Documento Base determinava que a área do Projeto Iguaçu deveria ter uma rede de cooperativas locais o mais bem distribuída possível, procurando fortalecer as que apresentavam condições e

viabilidade e desestimular as inviáveis, até que deixassem de existir, de modo a servir adequadamente, todos os municípios sob sua responsabilidade (MARANDOLA; RODRIGUES, 1989, p. 165).

Em 1971, a então recém-criada Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), além de coordenar a reorganização do sistema cooperativo, pôde dar direção às mudanças que seriam implementadas na agropecuária.

Conforme publicação da OCEPAR em “O cooperativismo no Paraná e o sistema Ocepar” (SISTEMA OCEPAR, 2011), esses projetos implantados e desenvolvidos no Paraná foram de fundamental importância para a construção de uma concepção de agropecuária voltada para o mercado, bem como sua preocupação com a transformação da produção através da agroindústria. Porém, o que se evidenciou, na prática, foi uma crescente subordinação da agropecuária ao capital industrial e ao capital financeiro.

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial. A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infraestrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agroindustrialização. Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com a condição de meras repassadoras de matéria prima às indústrias (OCEPAR, 2011, p. 1).

Segundo a OCEPAR, no início da década de 1980, o cooperativismo paranaense deu um salto de qualidade ao buscar o “desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas”, através da instalação de um projeto piloto de autofiscalização, a partir da assinatura de um Termo de Ajuste entre a OCEPAR e as

Cooperativas Centrais do Paraná. Este processo previa a intervenção do INCRA e da OCB e permitiria “alicerçar os primeiros passos rumo à autogestão das cooperativas no Paraná” (OCEPAR, 2011, p. 1).

No início da década de 1970, através de ações desencadeadas pelo INCRA, o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Paraná realizou-se o que foi chamado de “saneamento das cooperativas do Estado”. Na avaliação destes órgãos havia um “excesso de cooperativas”, algumas inativas ou inviáveis econômica e financeiramente. Outras ainda atuando de modo concorrencial, sendo por isso necessário avaliar e reestruturar o sistema. Este “saneamento” visava adequar as cooperativas às novas exigências impostas ao modelo produtivo, no campo brasileiro.

Avaliava-se, também, que era necessário promover e difundir o “espírito cooperativista entre todos os proprietários rurais. A intensidade de publicações nos jornais de circulação local e regional divulgando positivamente a implantação do Projeto Iguazu de Cooperativismo pode ser um demonstrativo neste sentido. O jornal “Fronteira do Iguazu” publicava nos anos iniciais da década de 1970, editoriais, matérias jornalísticas, relatórios de atividades e criou um suplemento rural que, segundo o próprio jornal, contava com a participação da ACARPA, do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura do Paraná, do INCRA, de Sindicatos, Cooperativas, Entidades de Economia Mista ligadas ao setor rural e estabelecimentos de crédito, dentre outros.

Neste sentido, colaboravam também os Clubes 4-S¹. Inspirados nos clubes de jovens estadunidenses conhecidos como Clubes 4-H, foram criados no Brasil a partir de 1953. Seu objetivo era disseminar os conhecimentos técnicos a serem aplicados na agricultura visando o aumento da produtividade, considerada como expressão da sua modernização. As agências de extensão rural entendiam que a educação dos jovens, através das cooperativas, para o novo padrão de modernização agrícola, era de fundamental importância, visto que seriam eles também, os sujeitos efetivos deste processo.

Fato é que as cooperativas foram a opção considerada como adequada para

¹ Esta temática foi objeto de estudo de Cintia Wolfart em sua dissertação de Mestrado em História “O novo já nasce velho: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)”, defendida em 2017, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

intermediar e viabilizar a inserção do campo regional no novo processo produtivo, visto que, não havia, naquele momento, outra organização com interesse econômico para realizá-lo, nem o Estado por si só, nem tampouco a iniciativa privada. Porém, é importante considerar que esta foi a opção adotada e não a única possibilidade existente e que a nova lógica não incluía a todos e não se estendia a todas as atividades e culturas agrícolas. Certamente priorizou aquelas destinadas ao mercado externo, como a soja, por exemplo.

A importância das cooperativas criadas no processo de “modernização da agricultura” está na viabilização do acesso ao crédito rural por parte dos produtores diretos. Também por partir delas a assessoria e orientação técnica através da “Extensão Rural” sobre a produção em larga escala. Deste modo, as cooperativas se constituíram em importantes espaços de direção na implantação de um novo modelo de produção no campo viabilizando a implantação das políticas de desenvolvimento agrícola do Estado brasileiro.

O processo de modernização e de criação das cooperativas, portanto, não foi um processo natural e espontâneo do mercado (da livre iniciativa e concorrência individual). Se foi uma política do Estado brasileiro, também foi recebido como alternativa viável pelos proprietários da terra, que não se resignaram em ter sua atividade submetida ao comando de grandes empresas multinacionais e ao capital financeiro.

Assim, no Estado do Paraná, as cooperativas assumiram um papel fundamental na condução da economia, inicialmente na agropecuária e ampliando para a agroindústria nos anos seguintes, em termos de transformação da produção primária e da verticalização do valor agregado (capitalização e lucros). Como os ganhos com a produção de grãos eram insuficientes e instáveis, as cooperativas e seus associados foram empurrados para as agroindústrias com o objetivo de agregar valor e aumentar a rentabilidade. Isso acentuou, por outro lado, sua dependência com os créditos públicos ou com o sistema financeiro privado e sujeitando seus associados às oscilações do mercado consumidor interno e externo.

O acesso ao crédito público tem se apresentado como a principal fonte de financiamento para a produção agropecuária e para a instalação, manutenção e ampliação da agroindústria. Os recursos públicos, liberados através de diferentes linhas de crédito do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou BNDES e

bancos privados, além das próprias cooperativas de crédito, por vezes, são também objeto de especulação e rendimento nos negócios financeiros que as cooperativas realizam ou intermediam junto aos seus associados, através do financiamento ou refinanciamento de aviários, chiqueirões, insumos agrícolas, etc.

O Estado, através de seus órgãos de fomento, teve e continua tendo, papel determinante na implantação das agroindústrias pelas cooperativas. A necessidade de recursos financeiros foi suprida com a disponibilidade de financiamentos com recursos públicos a juros especiais. Se por um lado, isso viabilizou a instalação das agroindústrias, de outro, colocou as cooperativas no endividamento, desafio este, ainda enfrentado atualmente. Agora não apenas com os bancos públicos, mas com o sistema financeiro como um todo, a ponto de comprometer significativamente não só a viabilidade econômica e financeira de algumas cooperativas, mas também o seu sistema de distribuição de “sobras” aos associados.

A agroindustrialização também impôs uma certa seletividade ou necessidade de adequação das cooperativas quanto aos seus quadros de associados. Nem sempre os interesses e as condições dos associados conciliavam-se com as condições impostas pelo mercado consumidor. Aqueles que não tinham capital ou possibilidade de viabilizar empréstimos junto aos bancos, encontraram dificuldade em adequar a propriedade e a produção aos novos padrões exigidos e, por isso, foram excluídos do quadro associativo.

Esse processo seletivo, portanto, também verticalizado, ainda se mantém. É imprescindível ao produtor, seguir o padrão produtivo, as normas de segurança alimentar e os níveis de produtividade para que possa manter sua condição de cooperado ou integrado.

No Oeste do Paraná, a modernização da agricultura e a agroindustrialização se confundem com o próprio sistema cooperativo. Representa, hoje, parcela significativa da organização da produção do campo no Estado. Quando esse discurso se estende à economia geral do Paraná, ele vem acompanhado ainda pelos números positivos quanto à geração de empregos pelo setor agroindustrial.

Os dados divulgados pelas cooperativas já não deixam dúvidas sobre a sua importância na transformação da economia regional e, segundo a OCEPAR, as cooperativas agropecuárias e agroindustriais do Estado agregam uma parcela significativa dos produtores rurais. Entre as 10 empresas com maior faturamento

no Paraná, 3 são cooperativas agroindustriais: Coamo Agroindustrial Cooperativa, com sede em Campo Mourão; C Vale Cooperativa Agroindustrial, em Palotina; e, Lar Cooperativa Agroindustrial, com sua sede em Medianeira (SISTEMA OCEPAR, 2020, p. 1).

O grande número de associados, sua ampla área de atuação, a diversidade de suas atividades, o seu faturamento, os serviços prestados e a competitividade de seus produtos são referências para apresentar o cooperativismo do Paraná, como um modelo de sucesso, onde todos sairiam beneficiados.

Porém, como estudos já realizados sobre as dinâmicas financeiras destas cooperativas podem indicar, há uma forte dependência das mesmas em relação às fontes de financiamento externas ao seu faturamento, principalmente, junto aos bancos, sejam públicos ou privados.

E quando as cooperativas retêm valores significativos de suas nominadas “sobras” (lucros), não redistribuindo-as aos associados, promovem um mecanismo eficiente de acumulação de capital para a cooperativa, através da exploração do trabalho dos associados ou integrados, assim como do quadro geral dos trabalhadores do complexo da cadeia produtiva primária, industrial e comercial. O que é apresentado como eficiência de gestão, por vezes traduz-se em trabalho não remunerado ou precário, como no caso dos trabalhadores nas linhas de produção de frigoríficos, por exemplo. Inclusive com o aval dos associados.

O Cooperativismo no Oeste do Paraná

No Oeste do Paraná, o vínculo com a terra e o domínio sobre a produção agropecuária e agroindustrial possibilitou, a partir da década de 1970, a formação de uma fração da classe dominante de origem agrária. Ela atuou na construção de um padrão produtivo, pautado na modernização, no incremento tecnológico, na busca pela competitividade e na integração da economia local aos mercados regional, nacional e mundial.

Esta fração de classe organizou a produção econômica local e regional e viabilizou a sua representação em entidades da sociedade civil, garantindo a condição de que, parcela significativa dos demais segmentos da produção agrícola,

fossem também incorporados ao modelo de produção capitalista, mesmo que de modo subalterno.

Neste processo, às cooperativas agropecuárias e agroindustriais foi atribuído um papel determinante. Gradativamente, passaram a assumir a posição de quem organiza a produção da classe patronal rural ou de origem rural, direcionando-a à modernização, às renovações e à inovação dos processos produtivos primários e industriais.

No Oeste do Paraná, a fração da classe patronal rural, através do sistema cooperativo de produção agropecuário e agroindustrial assumiu, um papel determinante em vários segmentos:

- na difusão de novos conhecimentos, novas técnicas de produção, equipamentos e maquinários;
- na forma de gestão e de gerenciamento corporativo do complexo cooperativo agroindustrial;
- na definição de um novo caráter mercantil à produção agrícola e ao modo de uso da terra e do solo;
- na definição da propriedade da terra e das atividades de trabalho no campo ou a ele vinculadas.

Teve participação fundamental coordenando a integração da agropecuária regional nas relações capitalistas de produção, ao que se convencionou chamar, mais recentemente, de agronegócio ou *agrobusiness*. E não deixou de considerar a importância da formação sociocultural capitalista interna (quadro de associados, de dirigentes, de gestores e de funcionários contratados/assalariados, via programas e projetos de educação e extensão rural) e externa (consumidores, população e entidades civis e públicas)

As cooperativas do Oeste do Paraná, fundadas no final da década de 1960 e nos anos posteriores, já nasceram como empresas capitalistas, preocupadas em gerir os recursos com racionalidade e viabilidade econômica. A sua função inicial era a de organizar e assessorar tecnicamente os agricultores (produtores de grãos) e pecuaristas (criadores de suínos e frangos), além de viabilizar o armazenamento e a comercialização de sua produção.

Entre 1950 e 1970 a sociedade regional no Oeste do Paraná era marcada-

mente rural, 75% de sua população vivia no campo, desenvolvendo uma agricultura de subsistência aliada à agricultura comercial (de pequena escala) e à criação de suínos. A partir de 1970 as inovações técnicas introduzidas na agricultura brasileira foram rapidamente absorvidas pelos agricultores na região. Um papel e uma função fundamental nesse processo de transferência tecnológica coube às cooperativas ao direcionar as ações dos proprietários rurais que, gradativamente, abandonaram suas práticas tradicionais de subsistência e de baixa comercialização, cedendo lugar à produção comercial em larga escala.

Hoje, podemos perceber que na região Oeste do Paraná, o cooperativismo já é a forma predominante de gerenciamento empresarial da produção agrícola e industrial nesses arranjos produtivos. Podemos afirmar, inclusive, que a história do cooperativismo agropecuário e agroindustrial, no Paraná, foi o gestor do desenvolvimento do agronegócio local e nacional. Este modelo produtivo, que exige altos investimentos em insumos, novos conhecimentos técnicos, equipamentos e tecnologias que se reproduz na região Oeste do Paraná, através da mediação integrada entre empresas e produtores, foi realizado principalmente, pelas empresas cooperativas.

A história do Cooperativismo no Oeste do Paraná teve início no município de Palotina, no ano de 1963, com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Palotina, a CAMPAL. Encontrando dificuldades para a sua administração, em 1969, a Acarpa, atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), assumiu a coordenação de um projeto de reorganização da Cooperativa. Entre os encaminhamentos realizados estavam o incentivo à produção, à comercialização e ao consumo de produtos à base de soja.

Atualmente, as cooperativas Coamo, Cocamar, Coopavel, Copagril, Copacol, Primato, C Vale e Lar atuam nessa e em outras regiões do Estado, bem como em outros Estados e no Paraguai, organizando a produção agropecuária e agroindustrial, tanto nos ramos de produção de grãos (principalmente de soja, trigo e milho), quanto na criação, abate e processamento de animais (principalmente de suínos, frangos, gado de corte e peixes, além da produção de leite e seus derivados), destinados ao mercado interno e exportados para vários países do mundo.

COOPERATIVA	MUNICÍPIO SEDE	Nº DE ASSOCIADOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS	ANO DE CRIAÇÃO	FATURAMENTO ANUAL (MILHÕES)
C. VALE (Campal - Coopervale)	PALOTINA	23.294	11.825	1963	12.265
LAR (Comasil; Cotrefal)	MEDIANEIRA	11.762	18.339	1964	10.781
PRIMATO	TOLEDO	8.786	1.252	1997	747
COPACOL	CAFELANDIA	6.271	11.261	1963	5.693
COPAGRIL	M. C. RONDON	5.331	3.614	1970	2.529
COOPAVEL	CASCAREL	5.932	6.108	1970	3.476
INDICADORES TOTAIS	REGIÃO OESTE	61.376	52.399	-	35.491

Tabela 1. Perfil das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná – 2018. **Fonte:** Sites oficiais das cooperativas citadas e/ou relatórios anuais (Tabela organizada pela autora).

Para fortalecer sua capacidade competitiva, algumas destas cooperativas organizaram-se, inicialmente, em um sistema de condomínio ou consórcio e, em 1975, fundaram a Cooperativa Central COTRIGUAÇU. Fazem parte e possuem o controle acionário da COTRIGUAÇU as cooperativas Coopavel, C Vale, Lar e Copacol. Criaram também a Cooperativa Central FRIMESA da qual fazem parte as cooperativas Lar, C Vale, Copacol, Copagril e Primato.²

Na sua organização produtiva e de gestão, as cooperativas do Oeste paranaense têm se apresentado como empresas com forte capacidade competitiva. Atuam não apenas no mercado interno, mas também na pauta das exportações nacionais.

A sua atuação se dá, principalmente, em áreas de pequenas e médias propriedades onde predomina a atividade familiar, na produção de frangos, suínos, peixes e gado leiteiro. É nas médias e grandes propriedades que se organiza, principalmente, a produção de grãos (soja, milho e trigo), em parte destinados à produção de ração e outros derivados e em parte à exportação *in natura*.

As unidades produtivas integradas ou associadas ao sistema cooperativo,

² O histórico da criação da Cotriguaçu e da Frimesa, bem como sua organização e atuação no Oeste do Paraná foram abordados na tese de doutorado “Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná” disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4702>

compõem, hoje, uma forte organização da cadeia produtiva (horizontal e verticalmente integrada) e atingem altos índices de produtividade tendo como característica a adoção de padrões produtivos e sanitários que as habilitam fortemente a competir no mercado mundial. A organização desta cadeia produtiva tem participação significativa na produção e na circulação da riqueza a nível local e regional, tanto pela produção na agricultura, na pecuária e nas agroindústrias, quanto no setor de serviços.

Porém, os maiores investimentos realizados pelas cooperativas, nas últimas décadas, têm sido na instalação, ampliação e tecnificação das suas agroindústrias, com a expectativa de assumir uma maior autossuficiência e controle sobre o processo produtivo. Este processo apresenta-se como um dos seus grandes desafios visto que, a capacidade de autofinanciamento é reduzida, o que condiciona a busca por financiamentos externos às cooperativas, fundamentalmente em agências públicas.

No município de Cascavel e no seu entorno, a Cooperativa Agropecuária de Cascavel, quando fundada, em 1970 e, hoje, denominada Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL), exerceu e continua exercendo papel importante, tanto na organização, expansão e viabilização da produção agropecuária voltada para o mercado, quanto na introdução da agroindustrialização. O contexto histórico de sua criação é comum, a praticamente todas as demais cooperativas agrícolas da região Oeste do Paraná. Porém, poderemos observar algumas especificidades na sua área de abrangência, principalmente no que diz respeito à estrutura fundiária de seus associados e de sua região de atuação e entorno, marcada pela presença de grandes proprietários rurais.

A mecanização da agricultura, a produção de cereais para o mercado e a aquisição de insumos e maquinários exigia dos proprietários, naquele período, altos investimentos, segurança de comercialização e preços adequados aos seus produtos. Porém, não havia garantia de comércio ao final da safra. A Coopavel passou a viabilizar estas condições.

Analisando a história da cooperativa Coopavel e levando-se em consideração sua organização e atuação junto aos associados e à economia regional podemos identificar quatro fases distintas.

A primeira fase pode ser reconhecida durante a década de 1970, logo após

a sua criação. Neste período, seus dirigentes e associados agropecuaristas passaram a ter, através da cooperativa, a possibilidade de acesso a melhores preços na aquisição de insumos e na comercialização de sua produção, bem como, acesso à assistência técnica especializada.

A segunda fase se desenvolveu durante os anos iniciais da década de 1980, quando a cooperativa foi severamente atingida por uma crise financeira que exigiu sua reestruturação. Esta crise pela qual passou a Coopavel e que teve seu momento mais intenso em 1985, afetou-a significativamente, estando inclusive na eminência de ter sua falência decretada.

Naquele período, a economia brasileira enfrentava forte crise. Também a agricultura na região Oeste do Paraná vinha sofrendo os impactos das políticas do governo federal, bem como dos efeitos do clima (principalmente das secas ocorridas em 1978 e 1979), com sucessivas perdas de safras e prejuízos aos produtores rurais. Várias mobilizações conjuntas entre Sindicatos, Associação Comercial e Industrial e Sociedade Rural a fim de pressionar o governo no sentido de “socorrer” os agricultores com uma nova política agrícola, não surtiram efeito.

Esta crise pela qual passava a agricultura brasileira, bem como as cooperativas no Oeste do Paraná, foi resultado também da opção feita por um modelo de produção agrícola para o país, baseado na produção em larga escala para exportação. Várias cooperativas foram a falência por não terem como pagar os empréstimos em dólar que haviam realizado nos anos anteriores.

Seus gestores, por vezes, não dominavam os conhecimentos necessários sobre o comércio na Bolsa de Valores, como a de Chicago, por exemplo, onde, a partir de então, passou-se a comercializar significativa parcela da produção destas cooperativas. Além disso, alguns associados denunciavam “má gestão” e favorecimento de alguns associados em detrimento da maioria, pelos diretores das cooperativas.

O risco de falência da Coopavel se tornava cada vez mais evidente, visto a dificuldade financeira e de obtenção de novos créditos. Diante disso, a diretoria convocou, para o dia 15 de março de 1986, uma assembleia para definir o futuro da Cooperativa. Nela se defendeu a decretação de sua falência. A princípio era a única possibilidade a ser considerada.

Além dos problemas com a cooperativa, a classe patronal rural enfrentava,

na região Oeste do Paraná, as ações de um novo sujeito social que ganhava força e organização nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se mobilizava na luta pela reforma agrária e pelo fim do latifúndio no Brasil.

Neste contexto de crise surgiram as denúncias sobre a má gestão financeira da Coopavel. Estas denúncias vinham de dirigentes do Sindicato Rural Patronal de Cascavel (SRP) que tinham vínculo também com a cooperativa. Dentre aqueles que denunciavam que a gestão da Coopavel estava com dificuldades financeiras estava Luiz Sinsen que, segundo o que publicou Alceu Sperança, teria afirmado que os dirigentes “não viam a hora de saldar os débitos e se livrar da Coopavel” (SPERANÇA, 2017, p. 152).

Na mesma publicação o autor, Alceu Sperança, fez referência à fala do associado Claudionor Ebling que destacou a crise como resultado do mesmo problema. Segundo ele, a má gestão e a troca de favores na cooperativa estariam provocando a crise: “Existe uma panelinha na Coopavel e isto tem que ser desmanchado” (SPERANÇA, 2017, p. 163).

Porém, como afirma Alceu Sperança, apesar de, aparentemente, ninguém considerar que houvesse a possibilidade de reorganizar a cooperativa, nos bastidores da assembleia, o sentimento de derrota começou a ser substituído por “um brado de resistência. Era preciso derrotar a chapa única e retomar a luta, sem a opção derrotista de fechar a cooperativa histórica” (SPERANÇA, 2017, p. 157).

Nesta afirmação de Sperança evidencia-se a sua recorrente abordagem memorialista e triunfalista acerca do patronato rural local. Este teria resistido e enfrentado todas as dificuldades para manter a cooperativa. Porém, ele deixa de considerar nesta afirmação que os dirigentes da Coopavel que teriam levado a cooperativa a condição de possível falência faziam parte, justamente, deste patronato rural.

Naquela assembleia, em 1986, os associados definiram pela continuidade e reorganização da cooperativa, sob a presidência do advogado e agropecuarista Salazar Barreiros. Barreiros posteriormente, chegou a ser eleito prefeito de Cascavel pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por dois mandatos: 1989-1992 e 1997-2000.

Segundo Alceu Sperança, o fato de Salazar Barreiros ser do PMDB foi significativo, uma vez que “a nova diretoria tinha a promessa de que estando o

PMDB no poder, nos governos federal, estadual e municipal, não faltaria apoio para a recuperação da cooperativa” (SPERANÇA, 2017, p. 157).

Há no discurso dos atuais gestores, que continuam sendo, em parte, aqueles que assumiram a direção após a crise, que ela teve como fatores desencadeadores a má administração e a ingerência política na cooperativa. Segundo Dilvo Grolli, em entrevista à revista “A Granja”, realizada no ano de 2015, explicando o porquê da crise, justificou-a reafirmando que as dificuldades estariam na gestão da Cooperativa:

Em 1985, a Coopavel era uma cooperativa com sérios problemas ocasionados por erros administrativos e pela falta de projetos. O resultado foi um processo de extrema dificuldade financeira. Tanto que a minha entrada foi com a função de trazer pessoas novas para a cooperativa para tentar salvá-la. De lá pra cá muita coisa mudou (GROLLI, 2015, p. 4).

Na matéria de capa da edição comemorativa dos 45 anos da Cooperativa, da *Revista Coopavel*, ao tratar da crise, afirma-se também que as gestões anteriores não compreendiam o processo em curso e por isso perderam a oportunidade de projetar e viabilizar o seu crescimento e a sua expansão.

Neste momento a Coopavel, perdeu a oportunidade de crescimento por falta de planejamento certo para o crescimento e sustentação econômica, gerando a falta de recursos financeiros e escassez de caixa para honrar seus compromissos com os associados, bancos e fornecedores (Revista Coopavel, 2015, p. 15).

A personificação da crise, bem como a centralidade em determinados sujeitos, neste caso, de pessoas, e suas ações para a sua superação, é uma leitura parcial da questão. Além de desconsiderar a complexidade das relações econômicas e sociais do país, nas quais estava inserida a cooperativa, seus associados e trabalhadores, não coloca em questão, a gestão participativa direta esperada para o sistema cooperativo.

Mas, a interpretação atual sobre aquele passado, portanto, retrospectiva, sugere que, se a agroindustrialização salvou os associados, então seus diretores

atuais (a exemplo do presidente Dilvo Grolli) “salvaram” a Cooperativa, desde aqueles tempos.

Para entender esta fase da Coopavel é importante considerar que ela não foi a única cooperativa a passar por uma severa crise financeira, crise esta que teve sua origem em condições adversas que não dependiam apenas da gestão, propriamente dita.

No final da década de 1970 e anos iniciais de 1980, as safras da região Oeste sofreram os efeitos de secas frequentes que prejudicaram a produtividade e a rentabilidade na agricultura, fator esse que, inclusive, levou agropecuaristas da região, a fundarem em 1980, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), com o objetivo de incentivar a diversificação econômica e fortalecer a organização dos pecuaristas da região de Cascavel e entorno.

Após a crise da cooperativa e, principalmente, a partir da década de 1990, no mesmo período da reestruturação da agricultura brasileira, impôs-se à classe patronal rural e aos diretores da Coopavel um novo posicionamento. Era fundamental que não apenas a gestão da Cooperativa se “profissionalizasse” como também a sua produção fosse ajustada às novas determinações do padrão produtivo, agora diversificado e tecnológico, produzindo para exportação. A diversificação, o investimento em novas tecnologias e o processamento de matérias primas foi a opção adotada. O processamento de cereais passava a ser visualizada como prioridade e exigida pela nova dinâmica da economia regional e nacional. Iniciava, assim, a terceira fase da história da Coopavel.

Neste processo se apresentavam as necessidades de inovação na gestão, renovação e diversificação da produção nas propriedades e o aumento da renda familiar dos produtores rurais associados. A cooperativa e seus associados deveriam se adequar às necessidades do mercado consumidor e para tanto uma série de medidas foram implantadas no que se definiu como “projeto carne”, de incentivo à produção das agroindústrias de frangos e suínos. Porém, cada segmento (cereais, suínos, frangos e bovinos), não poderia se sobrepor a outro. Isso possibilitaria que caso a crise se abatesse sobre um, os outros compensariam, evitando a instabilidade financeira da cooperativa. Isso se mantém até hoje.

A partir do início do século XXI a cooperativa ampliou e intensificou cada vez mais a atuação de suas indústrias de insumos e de suas agroindústrias, se-

guindo a estratégia e a compreensão de que é preciso aumentar a diversidade e a produtividade e agregar valor aos produtos comercializados, através da transformação de proteína vegetal (soja e milho) em proteína animal (carne e leite). Assim prioriza uma dinâmica na cadeia produtiva que busca diminuir custos e ampliar a qualidade dos derivados industriais e a sua rentabilidade.

Em 15 de dezembro de 2004 foram aprovadas, em assembleia, alterações no Estatuto Social e na razão social da cooperativa que abandonou a denominação de Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda. e passou a assumir a denominação de Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. Esta alteração indicava os rumos que a cooperativa passaria a priorizar a partir de então: a agroindustrialização. Era o início da quarta fase da Coopavel.

Para tanto, as classes dirigentes em muito se empenharam em difundir uma nova cultura no campo: “Tecnologia é produtividade”; “Diversificar e agregar valor”.

Ocupar os espaços diretivos da Coopavel também foi um destes campos de ação, visto que, apesar de a maioria dos associados serem pequenos e médios proprietários, a sua direção esteve a cargo, principalmente, de grandes proprietários, quase que um grupo fechado que centraliza sua permanência e continuidade na direção da Coopavel.

A classe patronal rural, através da Coopavel vem ampliando suas atividades no sentido de buscar, cada vez mais, assumir o controle sobre toda a cadeia produtiva e de transformação nos segmentos em que atua. Para tanto, seus investimentos vão desde as pesquisas para produção de sementes e fertilizantes; a produção, processamento e comercialização de grãos; a produção nos incubatórios de ovos e unidades de produção de leitões; e, a produção abate e processamento de frangos e suínos. Busca viabilizar o crédito aos associados e promove um intenso processo de educação e de difusão de valores, tecnologias e facilitação de negócios, além da criação de novas marcas e variedades de produtos finais.

As cooperativas, graças ao modelo produtivo, de gestão e controle e de atuação na defesa do agronegócio, conquistaram importante espaço nas decisões a serem tomadas sobre o mesmo.

A gestão das cooperativas é realizada a partir de uma concepção empresarial capitalista, uma vez que se constituem em empresas privadas de capital

associativo e plenamente integradas ao dinamismo da produção e do consumo mundial. O seu forte poder competitivo no mercado mundial é resultado, também, deste processo de gestão profissionalizada da administração, da produção e da comercialização. Além da expertise e permanência de determinadas pessoas nos principais cargos dirigentes da cooperativa.

Nesta organização da produção, ou arranjo produtivo, a Coopavel apresenta-se como uma importante empresa que coordena toda essa dinâmica, como pode ser observado no diagrama 1³.



Diagrama 1. Segmentos de atuação da Coopavel em 2019. Fonte: Revista Coopavel e relatório financeiro de 2018. Diagrama organizado pela autora.

São critérios técnicos e conhecimento de mercado que norteiam as decisões acerca de novos investimentos, definidos pela própria burocracia empresarial cooperativista. Aos associados e integrados são impostas exigências de sanidade e produtividade, às quais devem ser rigorosamente cumpridas, sob a supervisão do quadro de extensionistas (técnicos, agrônomos, veterinários, assistente social,

³ UPL I e UPL II referem-se às unidades de produção de leitões da Coopavel, enquanto que a FRIAVES se refere ao seu frigorífico de abate de aves.

etc.). Produtividade representa diminuição de custos e eficiência nas atividades primárias desenvolvidas. Quanto menor o custo de produção da matéria prima e do trabalho, maiores os lucros nos setores de transformação, as agroindústrias.

Através das Cooperativas, a classe patronal efetiva o controle sobre a produção agropecuária e agroindustrial e garante condições competitivas para comercializar essa produção a nível local, nacional internacional. Estes quadros da classe patronal são associados de uma cooperativa, mas agem a partir de seus interesses e possibilidades particulares e em torno destes, gerenciam a produção. Esta é uma organização empresarial da produção no campo, onde inovações técnicas e parcerias com os setores industriais de máquinas, equipamentos e insumos, tornam possível a reprodução do padrão produtivo do agronegócio na região.

É possível dizer que essas cooperativas incorporaram dinamismos industriais na gestão empresarial e corporativa, na cadeia e nos arranjos produtivos agropecuários e industriais e na territorialização do circuito de abrangência da sua integração (cooperativas e associados, produtores e criadores agropecuários) Da mesma maneira percebe-se a sua atuação logística no mercado nacional e internacional (por meio dos organismos e entidades representativas do setor) e na ampliação dos ramos de seus negócios no mercado (agropecuário, industrial e agências de crédito), bem como na centralidade e seletividade dos seus associados e integrados e no próprio movimento de acumulação de capital.

Assim, pode-se compreender a preocupação da Coopavel com a formação de seus quadros técnicos e profissionais. No contato com os produtores, garantem a qualidade da produção e a sua adequação às exigências do mercado consumidor. Pode-se compreender também, as premiações realizadas aos associados com melhor índice de produtividade de cereais e animais.

Formar lideranças que possam atuar em cargos diretivos, não apenas na própria cooperativa, mas nas demais entidades representativas da classe patronal, permite que a sua visão de propriedade, o seu projeto de desenvolvimento da agricultura e o seu papel no âmbito nacional e internacional, seja difundido em outros espaços de decisão e setores econômicos, frações de classe e demais classes sociais.

Neste sentido, o Show Rural Coopavel difunde e consolida a defesa da ideia de que só é possível sobreviver economicamente adaptando-se aos padrões esta-

belecidos pela concorrência internacional, através do investimento em tecnologia. O Show Rural sintetiza o projeto de desenvolvimento e afirma a condição e posição dominante dos empresários rurais na construção da nova hegemonia do agro no Oeste do Paraná. É vitrine, educação e espaço de negócios. Mas, essencialmente, é o espaço de educar para o consenso; educar para o agronegócio.

O agronegócio é apenas uma das expressões do poder econômico desta fração da classe dominante de origem agrária. Hoje ela está inserida na dinâmica da economia como um todo, tendo sob o seu domínio, setores importantes da economia local e regional: agricultura, pecuária, agroindústria, produção de sementes (em parceria com multinacionais do setor), adubos e ração animal e empresas urbanas do setor metalmeccânico, atacadista e supermercadista, de maquinários e equipamentos, além de serviços na área da saúde e da Educação, setor imobiliário e da construção civil, e do setor de crédito (banco corporativo). O capital acumulado com o uso da terra passou a ser investido em outras atividades. Assim como, os recursos acumulados com outros setores passaram a ser investidos na terra.

Em grande parte, coube às cooperativas, através de suas equipes técnicas, a função de “ensinar” aos produtores os novos processos produtivos. Com seus programas educativos para os associados e a organização e implementação de um padrão produtivo, as cooperativas vêm construindo, gradativamente, a sua hegemonia no campo brasileiro, bem como no Estado do Paraná e mais ainda na região Oeste, na qual a Coopavel está inserida.

O uso da terra é fonte de riqueza e de produção de capital. Porém, a acumulação do capital é potencializada na medida em que se agrega valor à produção através da industrialização e da exploração do trabalho nela realizado: frigorífico de frangos, de suínos e de peixes, fábrica de óleos, de ração, de sementes, de laticínios, armazenamento, transporte e comercialização.

A importância fundamental da Coopavel está justamente na organização de um arranjo produtivo integrado, assumindo a orientação e a coordenação da produção agropecuária e agroindustrial em sua área de atuação e viabilizando a produção e reprodução do capital.

A classe patronal de Cascavel e entorno, através da Coopavel, insere-se na economia globalizada, a partir de uma dinâmica própria através da qual construiu e continua reproduzindo o seu domínio local e regional.

Essa dinâmica local e sua capacidade em dirigir e ter o domínio do arranjo produtivo, é que lhe permite a articulação com o agronegócio nacional e sua inserção nos mercados consumidores a nível mundial, acumulando capital que é reinvestido em mais terra e em novas empresas. É o *locus*, o território, de determinados empresários capitalistas.

As cooperativas são, portanto, um instrumento a serviço da expansão e reprodução do capital e não estão organizadas como unidades de produção desvinculadas da economia nacional e do capitalismo globalizado. Ao invés disso, favorecem a integração da economia local e regional nas relações econômicas do mercado internacional.

Referências

COSTA, Paulo Roberto Neves e STORBEL, Paulo Roberto. **Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná**, 2016.

MARANDOLA & RODRIGUES. **Cooperativismo agropecuário no Paraná: evolução x doutrina**. Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 10, n. 3, set. 1989.

SPERANÇA, Alceu. **Sindicato Rural de Cascavel: 50 anos 1967 – 2017: (uma história de paz, produção e progresso)**. Cascavel: Positiva, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. **Revista Espaço Plural**. Ano XII. N.24. 1º semestre, 2011.

GROLLI, Dilvo. O segredo de quem faz. Entrevista concedida à revista “**A Granja**”, Porto Alegre: Centauro, edição 794, fevereiro 2015, p. 4.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, ano 39, dezembro 2015.

IPARDES. **Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná 1974/1975**. Curitiba: IparDES/Inkra, 1976, p.50.

A história do cooperativismo no Paraná. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/site/cooperativismo/historia-do-cooperativismo> (acessado em 12/04/2021)

Os princípios do cooperativismo. Disponível em: <http://>

www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-19 (acessado em 15/06/2021)

A composição da ABAG. Disponível em: <https://abag.com.br/> (Acessado em 15/06/2021)

Sobre a organização do sistema cooperativo no Paraná. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> (Acessado em 15/06/2021)

O histórico do cooperativismo no Paraná. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> (acessado em 15/06/2021)

As 10 maiores empresas do Paraná. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/131866-500-maiores-cooperativas-coamo-cvale-e-lar-estao-entre-as-10-maiores-empresas-do-parana> (acessado em 21/06/2021)

O desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> (acessado em 15/06/2021)

O desenvolvimento de Chapecó nos de 1960:

construindo as bases da “Capital do Oeste”

Arthur Carpenedo Andreani

NO DIA 11 DE MAIO DE 1966, O JORNAL CHAPECOENSE FOLHA D’OESTE publicou uma estranha história (aparentemente uma invenção), na qual o autor, Cidnei Viana, conta que seu tio, que era andarilho, estava de volta à região Oeste, mais precisamente na cidade de Palmitos. Ao conversarem, o tio se surpreendeu com as mudanças que ocorriam na região, ao que o sobrinho respondeu: “Isto chama-se desenvolvimento, digo progresso!” (FOLHA D’ OESTE, 11/05/1996, p. 6). A história termina com o autor encaminhando o tio até a rodoviária para que ele pegasse o ônibus até Chapecó.

Dois meses mais tarde, no dia 20 de julho, na coluna “Folhas ao vento”, de Ivanor Vanzin, foi publicada uma crônica descrevendo as mudanças que estariam ocorrendo em Chapecó: “a cidade cresce, parece mentira, mas o que ontem era incredulidade, hoje é o sonho realizado, um sonho inacreditado por uns, duvidado por outros”. O que ele notava é que “[...] a olhos vistos é o trânsito, enorme, de carros e de pedestres que aumentam aos poucos na capital do Oeste”. Outra diferença em relação ao passado é que já não era mais possível conhecer todos os habitantes da cidade, pois “Ninguém sabe que é quem e quem quer o que” (FOLHA D’OESTE, 20/07/1966, p. 4).

Duas publicações, focalizando duas cidades – Palmitos e Chapecó –, combinadas com diversas outras matérias do jornal Folha d’Oeste, pretendiam passar a mensagem de que, na região, sucedia-se um período de transformação, princi-

palmente em sua “capital”, o município de Chapecó. Atualmente, Chapecó é um polo capitalista regional consolidado. A cidade, localizada no Oeste de Santa Catarina, tem população estimada em 224.000 habitantes (IBGE, 2020), um número bem acima das demais cidades do Oeste, sendo referência nos setores de agroindústria, saúde e educação.

Neste capítulo, procuro demonstrar como se construiu o projeto de Chapecó enquanto “Capital do Oeste”. Dou início ao texto abordando as principais bases do “desenvolvimentismo”, corrente vencedora dentro do pensamento econômico do período e, a partir disso, trabalho com a influência dessa vertente na construção de um projeto de desenvolvimento econômico estadual (para Santa Catarina) e regional (para o Oeste do Estado). Após isso, busco explicar as configurações políticas que permitiram a construção desse projeto no Estado e na região de Chapecó. Ao falar sobre o desenvolvimento regional, concentro as atenções na Secretaria de Negócios do Oeste (SNO) e na instalação de indústrias no município chapecoense.

As fontes utilizadas foram o jornal Folha d'Oeste¹, relatórios do período produzidos por órgãos técnicos e a bibliografia referente ao assunto.

Desenvolvimentismo

Segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p. 250-252), a origem do desenvolvimentismo no Brasil se deu nos anos de 1930 até 1945. Nesse período, o país vivenciou o colapso da economia cafeeira e o primeiro governo de Getúlio Vargas – incluindo a ditadura do Estado Novo. Essa primeira fase reuniu quatro elementos fundamentais: 1) consciência de que seria necessário e possível a implantação de um setor industrial integrado no Brasil, capaz de produzir os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais; 2) necessidade de

¹ O jornal Folha d'Oeste foi fundado na cidade de Palmito, no mês de março de 1964 e, no ano seguinte, foi transferido para Chapecó, cobrindo 30 municípios oestinos. Foi o único órgão de imprensa escrita no município e um dos poucos na região. Inicialmente, o editor do Folha d'Oeste foi Homero Franco e, posteriormente, teve a contribuição de Gabriel Dezem. Nota-se uma proximidade com o jornal, principalmente da parte de Homero Franco, com Serafim Bertaso e da Secretaria de Negócios do Oeste. Esses vínculos resultaram em repercussão positiva no jornal para Bertaso e seus aliados políticos.

instituir mecanismo de centralização de recursos financeiros que viabilizassem a industrialização; 3) as concepções de planejamento econômico começaram a se impor diante das consequências da crise de 1929; 4) nacionalismo associado ao desenvolvimento nacional e ao Estado enquanto regulador e incentivador da economia (e do capital privado), e que também pudesse investir diretamente em setores estratégicos como transporte, mineração, energia e indústria de base.

O desenvolvimentismo só conheceria sua hegemonia no âmbito da política econômica do e no Estado nacional a partir dos anos de 1950, mas devemos destacar alguns elementos presentes em todo o período estudado: a ideia de um planejamento econômico no qual o Estado se colocava como agente regulador e indutor da economia (seja direta ou indiretamente); e a indústria como peça-chave do desenvolvimento.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de acordo com Octávio Ianni (1971, p. 142; 153), as relações entre Estado e economia se aprofundaram. O Estado atuou no sistema econômico para acelerar a industrialização através do impulso ao setor privado, fosse ele nacional ou estrangeiro. O instrumental para conseguir atingir o objetivo mencionado foi o Plano de Metas, programa de governo do presidente Kubitschek. Para Ianni, o Plano de Metas tinha dois objetivos principais: a abolição dos pontos de estrangulamento² da economia, através do investimento direto do Estado em infraestrutura, visto que esse tipo de investimento atrairia o capital privado; expansão das indústrias de base através do estímulo ao investimento privado nacional e estrangeiro.

Segundo Leopoldi (2000, p. 232; 262-263), um dos pilares deste projeto de desenvolvimento foi a participação direta dos industriais nas arenas decisórias do Estado. Essa participação se aprofundou durante o segundo governo de Vargas, no qual surgia uma nova forma de articulação entre os interesses industriais e o Estado (seus dirigentes e burocracia, o quadro técnico do Governo Federal). De acordo com a autora, durante o período Kubitschek se construiu uma nova estrutura governamental complexa que se desdobrava em pequenos organismos decisórios, de modo que as associações industriais se especializavam para participar desses organismos.

² Dentre os principais “pontos de estrangulamento”, temos a educação, infraestrutura e crédito.

As discussões levantadas até aqui nos levam a repensar as relações entre sociedade civil e sociedade política. Ao explorar as relações entre os industriais e o Estado, deve-se colocar a questão de até onde vai o domínio do privado e do público, de maneira que se percebeu que estas duas esferas se misturam. Para Gramsci (2007, p. 244-245), essa distinção é apenas didático-metodológica, uma vez que esses âmbitos se identificam de forma orgânica na sociedade ocidental, “uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil [...]”. No caso aqui estudado, o desenvolvimentismo teve como aliado a classe industrial que juntos atuaram com e no Estado restrito para consolidar a hegemonia de seu projeto nacional.

Planejamento econômico em Santa Catarina

Podemos determinar a construção do Seminário Sócio Econômico como um momento chave do planejamento econômico em Santa Catarina. Este Seminário foi realizado no ano de 1959 pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) – com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) - e teve como resultado o “Documento Básico”. Notamos a influência desenvolvimentista na linguagem do documento, como nesta citação que Schmitz trouxe³, escrita por Celso Ramos, na qual o então presidente da FIESC destacou que a

Tendência política de transformação do regime de convivência da estrutura brasileira, a partir da ruptura energética dos anos trinta, veio crescentemente revelando potencialidades antes insuspeitadas, o que permitiu ao gênio inspirado do presidente Kubitschek lançar em bases ideologicamente sólidas a grande arrancada econômica cultural dos anos 60, [...]. A consciência do processo brasileiro em formação, a noção da pesada e honrosa responsabilidade que deve caber ao setor industrial, a convicção de que a revolução profunda que se opera em nossa estrutura não contém nem deve conter evidência ao espírito democrático que a define e exalta, estavam a apontar o caminho certo do dever da FIESC: o exame criterioso, determinado e sistemático das características, contradi-

³ Infelizmente não tive acesso direto ao documento, por isso utilizo a citação de Schmitz.

ções e dificuldades que marcam e definem o atual projeto de vida brasileiro (SANTA CATARINA apud SCHMITZ, 1985, p. 56).

A construção do “Documento Básico” marcou a entrada dos industriais na luta pelo poder político em Santa Catarina. Através da fala de Celso Ramos, notamos o modelo que esses industriais iriam seguir: o desenvolvimentismo dos anos de 1950. O Seminário procurou identificar os principais problemas estruturais do Estado e foi elaborado através de grupos formados por representantes da sociedade civil e da economia catarinense.

No setor energético, o Estado sofria de baixo crescimento do fornecimento de energia, o que limitava a instalação de novas empresas. Não havia um sistema rodoviário que integrasse toda a economia. No setor de crédito, o documento sublinhou que o BNDE não fornecia financiamentos de grande vulto aos empresários catarinenses, o que teria feito com que os investimentos locais fossem realizados com recursos próprios (SCHMITZ, 1985, p. 60-61).

Na formulação das políticas econômicas que nortearam o desenvolvimento econômico catarinense, o Estado ficaria com a parte “pesada” do desenvolvimento econômico, uma vez que os investimentos em infraestrutura demandavam maior volume de capital e tempo para retorno financeiro. Temos aqui o funcionamento do “consórcio”, descrito por Reinaldo Lohn (2014, p. 17-18). Esse consórcio revelava a cooperação entre o setor público e privado, na qual este último mereceria os investimentos públicos de fomento e crédito por serem promotores do desenvolvimento.

São essas as concepções que vão influenciar o processo de desenvolvimento do Oeste, uma vez que era uma ramificação do projeto estadual. Evidente que havia especificidades na região (economia e a configuração das elites políticas locais), mas, em linhas gerais, foram essas as concepções aplicadas na região, seja na criação e na ação da Secretaria de Negócios do Oeste (SNO), seja através dos subsídios fiscais e do crédito.

Podemos observar semelhanças com o contexto histórico nacional. Se o desenvolvimentismo começou a se formular nos anos de 1930 no Brasil, ele se concretizou a partir dos anos de 1950, quando conquistou o aparelho de Estado. A princípio, no debate historiográfico, seu auge foi na segunda metade da década,

com o governo Kubitschek, no qual os industriais – organizados nas associações de classe – tinham acesso à formulação de políticas econômicas ligadas a seus interesses. Em Santa Catarina, a classe industrial – organizada em torno da FIESC –, inspirada no desenvolvimentismo brasileiro, elaborou um diagnóstico da economia catarinense, para o qual a solução apontava para a industrialização via intervenção estatal. Neste caso, a classe industrial foi além e conquistou o Estado, conseguindo, desta forma, organizá-lo da forma que melhor atendesse seu projeto de sociedade.

Diagnóstico do Oeste catarinense

Mas qual era a situação do Oeste catarinense no início da década de 1960? Um dos “pontos de estrangulamento” indicado no Seminário Socioeconômico era a integração daquela região. Outro diagnóstico importante foi publicado no ano de 1968, da Divisão de Estudos Econômicos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) intitulado “Santa Catarina e a Zona Oeste”, com o objetivo de “proporcionar informações imprescindíveis à atualização da política de financiamento” e “fornecer orientação mais segura às decisões do setor empresarial”. Esse tipo de investigação era essencial para um órgão que procurava fomentar a economia, e pode-se encontrar diversos relatórios setoriais do banco – e de sua divisão de estudos, o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) – sobre sua área de atuação.

O diagnóstico apresentou três problemas no setor de infraestrutura: energia, rodovias e comunicação. Havia menor consumo de energia no Oeste em relação ao restante do Estado; o setor de rodovias era considerado como “o grande ponto de estrangulamento da região”. Acerca das comunicações, até 1964, a região simplesmente não contava com um sistema, encontrando-se “quase que totalmente isolada do resto do Estado” (BRDE, 1968, p. 57-61).

Esse documento oficial afirmava que Santa Catarina tinha pontos de estrangulamento (infraestrutura e crédito) que impediriam o crescimento econômico. De acordo com as concepções que faziam parte do governo de Celso Ramos, caberia ao Estado ser agente central no desenvolvimento econômico, a

fim de criar as condições para que o empresariado tivesse oportunidade de promovê-lo. Para integrar o Oeste nesse movimento foi criada a Secretaria de Negócios do Oeste (SNO).

Secretaria de Negócios do Oeste

Na edição do dia 29 de setembro de 1967, o jornal Folha d'Oeste publicou uma mensagem de Serafim Bertaso⁴, então chefe da Secretaria de Negócios do Oeste (SNO), em homenagem ao cinquentenário da cidade. Nesta mensagem, Serafim afirmava que

No extremo Oeste do Estado, já aproximamos dos centros mais antigos e desenvolvidos, com a abertura de estradas, a melhoria das comunicações e o rompimento das distâncias, os oestinos mantêm acesa a mesma chama que impulsionou seus antepassados pioneiros [...] Por justiça prestamos uma homenagem agradecida ao estadista que lançou as bases da integração do Oeste com o Estado de Santa Catarina, criados desta Secretaria dos Negócios do Oeste: o ex-governador Celso Ramos. Pela ação planejada, consciente e patriótica com que vem dando à região condições básicas para alcançar novas frentes rumo ao progresso, nós oestinos, homenageamos também outro homem público de lúcida compreensão dos problemas e necessidades do povo que dirige e que elegeu, o Sr. Governador Ivo Silveira (FOLHA D'OESTE, 29/09/1967, p. 4).

No trecho destacado, há uma referência às funções da SNO: investimentos em infraestrutura. Adiante, aquele que lançou as bases da integração do Oeste, o ex-governador Celso Ramos, criou, em seu governo, o órgão que Bertaso administrava. Depois, o então secretário homenageou aquele que havia continuado o projeto de Celso Ramos: Ivo Silveira. Essas três figuras formaram uma aliança que estendeu as concepções de desenvolvimento estadual para o Oeste do Estado.

⁴ Serafim Enoss Bertaso foi nomeado prefeito de Chapecó em 1944. Também foi vereador (1947-1951) e Deputado Federal como suplente entre os anos de 1955 e 1958 pelo Partido Social Democrata (PSD). Foi o primeiro a ocupar o cargo de Secretário do Oeste, no qual permaneceu até o ano de 1969. A dominação econômica de sua família na cidade antecede sua nomeação, pois seu pai, Ernesto, era dono de uma importante empresa colonizadora que atuou em Chapecó.

A SNO foi criada por meio da Lei 3.283, de agosto de 1963, dois anos após o início do governo Celso Ramos. Segundo esta lei, a Secretaria, instalada em Chapecó – mas contando com gabinete na capital –, tinha como objetivos:

- 1) Efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar os problemas, equacionar e propor soluções, de forma a elevar o padrão de vida de sua população e promover o seu bem-estar; 2) formular as diretrizes de política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com os planos estaduais e em consonância com os organismos do planejamento regionais e estaduais; [...]
- 4) coordenar as iniciativas do capital público e privado que visem à instalação, ampliação ou reaparelhamento das atividades econômicas, inclusive promovendo os meios de fixação e atração de investimentos; [...]
- 7) dirigir, orientar e executar obras e serviços que lhe venham a ser deferidos ou dele [...];
- 9) manter relações permanentes com órgãos da administração pública federal;
- 10) assistir as municipalidades, quando solicitada, prestando-lhes a colaboração necessária à solução dos seus problemas;
- 11) emitir parecer sobre todas as reivindicações regionais, modificá-las, ampliá-las ou reformá-las, tendo em vista os interesses gerais de sua área de ação (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 1963, p. 1).

A Secretaria reunia a função de realizar os investimentos públicos em infraestrutura, investimentos que a iniciativa privada não daria conta de realizar e que seriam necessários para atração desse mesmo capital privado. Era através desse modelo que se acreditava que a região chegaria ao tão idealizado “progresso”.

Conforme representado na Figura 1 (na página a seguir), abaixo, o órgão administrava uma área de aproximadamente 14.500 km² divididas em 34 municípios, com uma população de quase 300.000 habitantes (FOLHA D’OESTE, 29/10/1966, p. 5).

Ainda segundo o Folha d’Oeste, o órgão representava

[...] o desejo do governo do Estado em dar solução rápida e eficiente aos problemas de uma região que pela situação geográfica de completo isolamento com a capital estava a exigir uma ação dinâmica e imediata dos poderes públicos, pois que nela se situa ponderável e importante zona de produção agrícola de consideráveis perspectivas para aproveitamento industrial pela riqueza do seu panorama socioeconômico [...] (FOLHA D’OESTE, 29/10/1966, p. 5).



Percebemos que a Secretaria era uma extensão do Governo Estadual na região, que continha demandas específicas e carências maiores em relação ao resto do Estado, além de uma formação econômica singular, com destaque para a agropecuária baseada na pequena e média propriedade.

FIGURA 1. Área de atuação da SNO.

Fonte: CASSOL (2013, p. 82).

A ação da SNO dedicou-se, especialmente, aos setores rodoviário, energético e comunicações. Também atuava em convênio com entidades privadas, prefeituras e outros órgãos da administração pública estadual e nacional. Podemos inferir que esses convênios com os municípios próximos causavam certa dependência dos prefeitos com o Secretário do Oeste, uma vez que boas relações políticas poderiam garantir recursos para o município. Isso é um demonstrativo do poder que o secretário poderia concentrar, pois, com o controle de recursos, poderia tecer alianças políticas e fortalecer sua posição nas cidades dentro do raio de ação da SNO.

No setor rodoviário, a atuação da SNO se deu através da ação direta, com pavimentação e manutenção das rodovias estaduais, bem como do convênio

com prefeituras locais para realizar essas ações nos âmbitos municipais. Isso demandava investimento em máquinas e mão de obra, o qual historicamente foi feito pelo setor público, seja em âmbito estadual como nacional.

O abastecimento de energia se tornou crucial para a instalação de novas empresas. A eletrificação era viabilizada através de investimentos próprios, da fundação e convênio com cooperativas de energia elétrica rural, bem como com parcerias com outras empresas que operavam na região.

A SNO também ficou responsável por parte dos investimentos em comunicações. Assim, em 11 de janeiro de 1967, o jornal Folha d'Oeste noticiava que "Telefones da região permitem ligar com Porto Alegre" (FOLHA D'OESTE, 11/01/1967, p 7). Fora esses setores, a SNO também investia em sistemas de televisão; salas escolares (FOLHA D'OESTE, 22/07/67, p. 5); convênio com escolas particulares (FOLHA D'OESTE, 22/03/67, p. 5); convênio com hospitais (FOLHA D'OESTE, 25/02/67, p. 8); diversos órgãos ou agências públicas, como cadeias (FOLHA D'OESTE, 23/04/1966, p. 8), quartel dos bombeiros (FOLHA D'OESTE, 24/09/1966, p. 5) e agências dos correios (FOLHA D'OESTE, 23/04/1966, p. 3).

Deve-se pensar que esses investimentos na região melhoravam as vias de acesso ao município chapecoense, ampliavam o mercado consumidor regional, além do fato de que a chegada de agências públicas aumentava os serviços à população e ao empresariado local, sem contar as melhorias na cidade davam um ar de "moderno" à mesma.

Concluindo, a SNO tinha como principal objetivo os pesados investimentos em infraestrutura, que possibilitariam a instalação de indústrias. Esta era uma parte da ação estatal que também entraria com os incentivos indiretos, via subsídios fiscais e fornecimento de crédito via agências de fomento. A SNO proporcionava a seus membros uma "vitrine" política, uma vez que funcionava como ferramenta de alianças com prefeitos. Além disso, as obras seriam vistas e usadas por grande parte da população.

As redes políticas

Precisamos estabelecer as conexões políticas que se davam a nível estadual, visto que os políticos oestinos não atuavam de forma dissociada das políticas estabelecidas pelo governo da capital, mas procuravam representá-las.

Ao pesquisar a atuação dos políticos e empresários (ou político-empresários) em Santa Catarina, durante o período de formação e atuação do PSD e da União Democrática Nacional (UDN) (1945-1965), bem como da formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (1966), Patrícia Zumblick Santos May (1998, p. 41) utilizou em sua dissertação uma noção de redes político-empresariais.

A autora observou que nas regiões de destaque econômico esses empresários se estabeleceram como força dominante. Para conceituar a atuação dessas redes, a pesquisadora afirmou que “Estes grupos, ou redes de amigos, eram compostos por empresários que estavam ligados entre si no dia a dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classes, ou estavam ligados através das atividades desempenhadas na esfera política” (MAY, 1998, p. 45).

May ainda faz referências a atores de uma elite econômica estadual também presente na esfera política. No caso chapecoense, podemos perceber, através das pesquisas de Monica Hass (1993), que se até meados da década de 1950 predominavam na elite política local os empresários do ramo madeireiro e colonizador (venda de terras), aqueles anos foram épocas em que empresários ligados ao comércio e à indústria ingressaram na arena política, como consequência do processo de urbanização da cidade. Mas o poder da “antiga classe” (madeireiros e colonizadores) continuou significativo, como foi o caso de Serafim Enoss Bertaso, que exerceu importantes cargos – e, a princípio, não rivalizou com a “nova classe” (dos políticos ligados à indústria e ao comércio) –, uma vez que esses grupos mantinham relações próximas e objetivos em comum.

Nas análises de May (1998, p 68-75), a autora afirmou que se formaram duas alas principais no PSD: uma reunia profissionais liberais de Florianópolis, sob a liderança de Aderbal Ramos – sobrinho de Nereu e Celso Ramos –, em torno do clube Doze de Agosto; a outra ala reunia empresários de todo o Estado que tinham na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) seu eixo principal de mobilização. O líder desta última foi justamente Celso Ra-

mos, primeiro presidente da FIESC e líder do PSD (Partido Social Democrático) após a morte de Nereu em um acidente aéreo, no ano de 1959.

A organização em torno da FIESC possibilitou a Celso Ramos a construção de uma rede de políticos-empresários próxima do projeto “vencedor” dentro da sociedade brasileira a partir dos anos 1930, e que vivia momento de auge no período em que ele se candidatava ao cargo de governador do Estado.

Nesse sentido, a FIESC possibilitou a estes industriais consolidar um elo de ligação com o empresariado em âmbito nacional. Com efeito, tornaram-se os porta-vozes das tendências tidas como progressistas, defendidas nos ideais de desenvolvimento [...] Essa tendência refletia-se na publicidade do grupo, onde observamos que a imagem de Celso Ramos foi ‘construída’, não nos moldes do populismo varguista, mas sim, de acordo com o estilo progressista de Juscelino Kubitschek, que havia adotado como base de seu planejamento econômico os ideais desenvolvimentistas (MAY, 1998, p. 76).

Mas quem eram os aliados de Celso Ramos no Oeste⁵? Segundo as indicações de May (1998, p. 75; 148), temos os nomes de Atílio Fontana (da Sardia), Luis Gabriel e Saúl Brandalise (da Perdigão), Plínio de Nês (da SAIC - S.A. Indústria e Comércio Chapecó⁶) e o já mencionado Serafim Enoss Bertaso. A organização desse grupo permitiu seu sucesso eleitoral e o pleiteamento de cargos públicos entre seus membros, o que ampliou sua atuação na formulação de políticas públicas:

[...] durante o governo Celso Ramos e Ivo Silveira houve a distribuição de cargos entre estes grupos empresariais. A CELESC, manteve-se, através de Júlio Zadrosny, (proprietário da ARTEX), sob o controle dos empresários do PSD no Vale do Itajaí; a Secretaria da Fazenda e a Presidência das Empresas ligadas ao setor energético de Joinville foi ‘monopolizada’ pelos aliados do presidente e diretores da WETZEL e da Cônsul, ou, melhor, do ‘grupo de Joinville’. As Secretarias de Agricultura, bem como a Secretaria do Oeste, de 1961 a

⁵ Incluindo o chamado “meio-Oeste”.

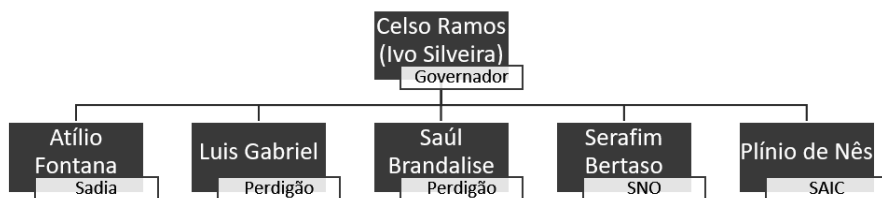
⁶ Plínio de Nês exerceu funções importantes em empresas da região Oeste, incluindo a direção da S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC). Foi vereador (1945-1955) e prefeito de Chapecó (1956-1961). Atuava como representante político do setor de frigoríficos.

1970, ficaram sob a liderança de grupos empresariais da região Oeste, ligados à SADIA, Perdigão e SAIC (MAY, 1998, p. 80).

Em sua dissertação de Mestrado, Gustavo Siqueira (2016, p. 24; 61) trabalhou com a elite chapecoense a partir da noção de redes. Dentro dessas redes, havia importantes pontos de centralização. No caso chapecoense, temos Serafim Bertaso e Plínio de Nês como os sujeitos mais centrais no estabelecimento desses vínculos. A aliança desses dois atores do cenário político chapecoense com as lideranças do PSD (posteriormente ARENA) estadual renderam aos primeiros a hegemonia do meio administrativo e burocrático local, na forma de nomeações ou de acesso aos programas de incentivos e investimentos.

Dentre os espaços de encontros suprapartidários dessa elite, destacou-se a Sociedade Amigos de Chapecó (SAC) (FOLHA D'OESTE, 14/09/1966, p. 5), que atuou com o objetivo de mostrar a cidade enquanto uma vitrine (especialmente, através de feiras agropecuárias) e atrair investimentos públicos e privados à cidade, para os quais os beneficiados eram também aliados locais da rede política-empresarial montada em nível estadual.

Podemos exemplificar as relações trabalhadas até aqui, no âmbito do Oeste do Estado, através de um diagrama. Representamos a pessoa e sua filiação empresarial/governamental, com o objetivo de demonstrar as relações público-privadas que se apresentavam:



Plínio de Nês e Serafim Bertaso eram políticos-empresários de destaque no cenário catarinense (especialmente em Chapecó). Aliados do Governo Estadual, tiveram participação no enraizamento o projeto de desenvolvimento estadual no Oeste do Estado. Através

IMAGEM 1. Diagrama das relações pessoais, políticas e empresariais no Oeste catarinense.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

de seus trabalhos à frente da SNO, tiveram acesso aos recursos públicos capazes de atrair para si a aliança de prefeitos, outros políticos locais e empresários. Além disso, o fato de um órgão com tal peso político e econômico ter ficado sob o controle de políticos chapecoenses deu à cidade a oportunidade e os recursos necessários para se consolidar enquanto polo capitalista regional.

Capital do Oeste

Em termos de liderança política e econômica, Chapecó contava com “rivais” à altura no Vale do Rio do Peixe durante a década de 1960. Comparando dados sobre a industrialização da criação de aves e suínos, uma atividade determinante para a história da indústria no Oeste/Meio-oeste, veremos que Chapecó “perdia” para as cidades do Vale do Rio do Peixe. No ano de 1969, a CODESUL empreendeu um estudo intitulado “Carnes e derivados: realidade e perspectivas em Santa Catarina”, com o objetivo de traçar um diagnóstico detalhado desse setor. Segundo o relatório, a industrialização da produção de carnes era importante pela geração de empregos e pelo estímulo ao setor primário, notadamente o plantio de milho (CODESUL, 1969, p. 67).

Na época, Santa Catarina contava com 12 frigoríficos em funcionamento, 5 paralisados e 5 em instalação. Os frigoríficos nas regiões aqui comparadas funcionavam em regime de integração com as granjas, moinhos e serrarias, sendo, inclusive, detentores do mercado fornecedor de produtos de subsistência, como a carne, seus derivados e a farinha. Também consta no referido estudo que essas indústrias absorviam contingentes de mão de obra não qualificada nas áreas em que eram instaladas (CODESUL, 1969, p. 57).

Voltando à questão dos abates, vamos comparar alguns números por cidade:

REGIÕES	CAPACIDADE DIÁRIA DE ABATE (POR UNIDADE)	
	Suínos	Aves
Zona Oeste		
SAIC (Chapecó)	700	-
SAIC (Xaxim)	150	
S/A Frigorífico Itapiranga (Itapiranga)	250	
INFOMASA (Chapecó)	150	
Vale do Rio do Peixe		
Frigorífico Pagnoncelli S/A (Herval d'Oeste ⁷)	400	-
Perdigão (Videira)	700	2.000
Ind. Reunidas Ouro (Capinzal)	250	1.000
Sadia (Concórdia)	600	3.000
Seara (Seara)	500	-

O documento aponta ainda que a Perdigão e a Sadia empregavam um número maior de mão de obra com, respectivamente, 900 e 790 vagas, enquanto a SAIC detinha cerca de 210 empregados.

Essa comparação entre regiões, acerca de um setor industrial determinante para o que os atores envolvidos no processo (políticos, empresários e imprensa local) julgavam como “progresso” da região, mostra-nos como, à época, a liderança de Chapecó enquanto “capital do Oeste” estava ainda em construção e que contava com “rivais” com potencial de crescimento semelhante. Minha hipótese é que o diferencial para o desenvolvimento do município chapecoense foi a ação estatal, consubstanciada pela SNO e pelos subsídios do setor público, fundamentais para a instalação de empresas no final dos anos de 1960 e início da década de 1970.

Uma mostra dessa rivalidade aconteceu nos festejos do cinquentenário chapecoense, realizadas com a EFAPI (Exposição Feira Agropecuária e Industrial) de 1967. Claiton Marcio da Silva (2014, p. 68) afirmou que os festejos,

TABELA 1. Capacidade diária de abate por frigorífico. Fonte: Tabela adaptada de CODESUL (1969, p. 54).

⁷ Herval D'Oeste e Joaçaba são cidades vizinhas, com continuidade urbana, apenas separadas pelo Rio do Peixe.

inicialmente previstos para agosto, foram adiados para setembro, pois os organizadores temiam sofrer concorrência da cidade de Joaçaba, à época com “maior liderança regional”. Ou seja, tudo isso é evidência de que, como já dito, a liderança de Chapecó enquanto “capital do Oeste” ainda não estava dada à época. Mas o que Chapecó precisava para “tomar” essa “liderança regional”? Lendo as fontes da imprensa local e um relatório do BRDE, temos algumas pistas.

Uma característica do pensamento desenvolvimentista, tanto no Brasil como em Santa Catarina, era a centralidade da industrialização. O jornal *Folha d'Oeste* utilizou, à sua forma, essa linguagem associada à uma noção de progresso. Em publicação de junho de 1967, “Industrializar para não perecer”, lembrou a importância do setor primário para a economia regional, mas advertiu que era necessário agregar valor à essa produção: “[...] região madeireira e agropastoril e sobre esse produto deve ser feito todo estudo para enriquecê-la, não somente visando ampliar a produção, mas também, e especialmente, promovendo a industrialização dos produtos”. Apostar na indústria, segundo o jornal, traria progresso econômico e bem-estar social: “Benfeitor chapecoense não é só o político que usa eloquentemente a tribuna, mas também aquele que dá emprego ao filho de Chapecó, industrializando-o” (*FOLHA D'OESTE*, 24/06/1967, p. 4).

O relatório do BRDE diagnosticou a situação industrial da Zona Oeste. Em 1960, as serrarias ainda eram a atividade predominante, contando com mais da metade dos estabelecimentos industriais e com 65,5% da mão de obra empregada. Comparando com o setor de alimentos, temos 13,9% dos estabelecimentos e 17,8% de pessoal ocupado. Para o ano de 1965, foi notada uma evolução industrial significativa, com um aumento de cerca de 70% do número total de estabelecimentos. O setor madeireiro teve o maior acréscimo, com 133 unidades a mais, assim como uma elevação da mão de obra no valor de 73,3%. No que toca ao setor de alimentos, criaram-se 65 unidades novas, com um percentual de 45% a mais de empregados em comparação com o ano de 1960.

O quadro abaixo, baseado no censo industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1960 e no Registro Industrial do Departamento Estadual de Estatística de 1965, traz uma avaliação da evolução da indústria oestina no período de 1960 a 1965:

Ramo de Atividade	1960		1965		Acréscimo do Período	
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-
Minerais não metálicos	39	166	51	214	30,7	28,9
Metalúrgicos	14	22	10	20	-29	-9
Mecânica	2	4	-	-	-	-
Material Elétrico	-	-	3	13	-	-
Material de Transporte	4	10	3	13	-25	-30
Madeira	204	1.287	337	2.531	65,1	73,3
Couros	2	20	2	23	0,0	15
Vestuário e calçados	1	2	3	8	200	300
Produtos Alimentares	50	330	115	510	130	45,7
Bebidas	13	29	17	49	-25	-33,3
TOTAL	358	1.964	607	3.330	70,5	69,5

QUADRO 1. Censo Industrial Catarinense (1960 – 1965).
Fonte: BRDE (1968, p. 55).

GRUPO DE OPERÁRIOS	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO		MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO POR ESTABELECIMENTO
	Número	%	Número	%	
1 – 4	425	70	918	27,6	2,2
5 – 9	102	16,8	635	19,1	6,2
10 – 19	48	7,9	679	20,4	14,1
20 – 49	27	4,5	695	20,8	25,7
50 – 99	4	0,7	237	7,1	59,3
100 – 249	1	0,1	166	0,5	166
Total	607	100	3330	100	5,5

A partir dos dados inclusos nos quadros anteriores, retirados do Registro Industrial (DEE/SC) de 1965, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos industriais oestinos daquele ano eram de pequeno porte.

QUADRO 2. Pessoal Ocupado nos estabelecimentos industriais do Oeste. Fonte: BRDE (1968, p. 56).

Desde o início dos anos 1960, na visão dos técnicos do BRDE, o Oeste passava por uma fase de evolução significativa no setor secundário. A conclusão, em 1968, era de que a Zona “vem apresentando um bom ritmo de implantação de empresas industriais”. Essas indústrias aproveitavam o potencial de matérias-primas local e os setores que assim se destacavam eram: frigoríficos, fábricas de óleos vegetais comestíveis, calçados de baixa e média qualidade e fábricas de esquadrias. Com exceção da indústria de calçados, as empresas buscavam sua inserção em áreas fora do Estado, principalmente, no mercado paulista. Essa busca por novos lugares foi considerada consequência da existência de empresários “dinâmicos e agressivos, que procuram aproveitar todas as oportunidades de investimento que se apresentam” (BRDE, 1968, p. 65).

No referido relatório havia recomendações para os poderes públicos no tocante aos frigoríficos e ao setor madeireiro. Para os frigoríficos, considerando que a suinocultura estava em transição entre o porco-banha e o porco-carne⁸ e

⁸ Raça de porco com maior aproveitamento pelos frigoríficos.

que havia problemas de financiamento, sugeria-se um “programa coordenado entre diversos órgãos públicos, abrangendo a assistência técnica, ensino técnico, pesquisa e experimentação, bem como assistência financeira educativa”. Recomendava, ainda, que fossem feitos estudos que também abrangessem a área do Rio do Peixe para modernizar os frigoríficos existentes. Na atividade madeireira era recomendado soluções para financiamentos e projetos de reflorestamento (BRDE, 1968, p. 85-86).

O relatório, que procurava servir de subsídio para o setor público e privado, apontou os dois ramos, aqui já mencionados, como prioritários. O de madeira entrara em declínio, mas o setor de frigoríficos – impulsionado pela ação do Estado – alavancou o “progresso” almejado pelo jornal Folha D’Oeste e pelos atores políticos e econômicos aqui estudados, notadamente na cidade de Chapecó. Esse processo começou a se desenhar a partir do final da década de 1960.

No dia 03 de janeiro de 1970, o jornal Folha D’Oeste publicou em primeira página que “1970 poderá ser o ano da industrialização chapecoense”, pois a Sociedade Amigos de Chapecó (SAC) havia recebido um ofício do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC) sobre o financiamento de projetos industriais. Esse financiamento abrangia uma refinaria de óleos vegetais, uma fábrica de implementos agrícolas e uma destilaria de álcool de milho. A publicação destacou que o ano seria de grandes conquistas para a região, algo que demonstra a influência da SAC dentro do município (FOLHA D’OESTE, 03/01/1970, p. 1). Aquele ano reservava uma movimentação para a implantação de duas grandes empresas agroindustriais na cidade: uma já consolidada (Sadia) e outra que ganharia projeção com o tempo (Aurora).

Essa demanda pela industrialização nos revela que, naquele momento, esse processo ainda não era algo dado. Esta foi uma construção que envolveu as elites políticas e econômicas chapecoenses, seja no aparelho do Estado, na esfera estadual de SC e municipal, seja nos espaços organizados da sociedade civil (como a SAC). Por exemplo, na edição do dia 22 de agosto de 1970, o Folha d’Oeste, tratando da organização de um novo e grande complexo da Extrafino (refinaria de óleos vegetais), citou a Lei de Incentivos fiscais, o FUNDESC e as “facilidades que o município de Chapecó vem oferecendo as novas indústrias”, sublinhando

que essa cooperação entre administração pública e setor privado eram necessárias, uma vez que havia a

[...] necessidade de incrementar a industrialização de uma área do Estado que vinha repousando o embasamento de sua economia quase que totalmente, na agricultura, enquanto a iniciativa empresarial, voltada para a indústria, sentia fugirem-lhe das mãos, a cada hora, a possibilidade de aplicação dos capitais no setor específico e a consequente descapitalização regional e com reflexos sobre todo o Estado” (FOLHA D’OESTE, 22/08/1970, p. 2)

Podemos inferir que, ainda em 1970, não havia um projeto industrial consolidado para o município de Chapecó. Ele foi se construindo com o envolvimento das “elites” locais, em associação com as elites dentro da administração estadual e com os empresários. Um exemplo dessa associação foi a instalação da Sadia em Chapecó no final dos anos de 1960 e início de 1970, que envolveu a negociação de Atílio Fontana com políticos e empresários de Chapecó.

A notícia da futura implantação daquela empresa na cidade teve tratamento positivo pelo jornal estudado, que via nesse tipo de desenvolvimento econômico a definição de “progresso”. A edição do dia 06 de agosto de 1970 teve, em sua primeira página, a seguinte chamada: “Chapecó é sede de grande empresa do continente”. A decisão teria sido tomada após a análise de outros municípios:

Depois de analisar as condições técnicas de 14 municípios do Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense, o Conselho de Administração da Sadia, resolveu implantar em Chapecó, imediatamente, um grande complexo industrial para produção, abate e comercialização de aves, notadamente o peru (FOLHA D’OESTE, 06/06/1970, p. 1).

O jornal buscou passar a impressão de que a decisão da instalação do município foi algo “técnico”. No entanto, essas “condições técnicas” envolveram a ação da SAC e da prefeitura municipal. Esse envolvimento se deu com a promessa de terreno, água, energia, acesso rodoviário e incentivos fiscais. Além disso, havia a garantia de que os “capitais locais não ficarão ausentes dessa iniciativa

que colocará em Chapecó e no Oeste, o maior frigorífico de perus da América Latina”. O complexo industrial ficaria próximo ao parque da Exposição Feira Agroindustrial, Comercial e Industrial de Chapecó (EFAPI) e teria capacidade de abate mensal de 100.000 perus e 25.000 frangos (FOLHA D’OESTE, 06/06/1970, p. 1).

Dois meses mais tarde, Atilio Fontana (então senador), juntamente com os diretores da empresa, foram até a cidade para dar andamento às instalações industriais (FOLHA D’OESTE, 08/08/1970, p. 1). Já ao final do ano seguinte, no dia 25 de dezembro, o jornal citou a resolução do FUNDESC que autorizava a empresa a usufruir da captação dos incentivos fiscais para instalação da empresa, e citou como “entre as boas [notícias] de 1971, está é a melhor” (FOLHA D’OESTE, 25/12/1970, p. 1).

Em sua entrevista para o livro “Vida Empresarial” (1997), Dorval Cansian afirmou que a instalação da Sadia no município envolveu a movimentação da SAC para convencer Atilio Fontana:

[...] Nós também conseguimos trazer a Sadia. Por que a Sadia veio pra cá? É um caso muito engraçado até, muito interessante. A Sadia, ela, quando o Sadi Marinho era prefeito de Xanxerê, ele largou uma nota, no Correio do Povo, que era o único jornal que circulava, nós tínhamos o nosso jornal aqui, mas o destaque era o Correio do Povo. Ele botou uma nota dizendo a Sadia, já tinha acertado com a Sadia, com o seu Fontana, que a Sadia ia se estabelecer em Xanxerê. Aí nós, numa reunião da Sociedade Amigos de Chapecó, vimos aquilo e começamos a discutir. Por que nós não vamos procurar os diretores da Sadia para trazer isso aí? E realmente fomos ao Fontana, e pouco tempo, com a colaboração do prefeito, na época o Destri, conseguimos registrar aí uma empresa que deu o maior impulso para Chapecó. Tudo isso são trabalhos de comunidade, de união dos chapecoenses. [...] (CANSIAN, 1997, p. 256).

A consolidação da Cooperativa Central Aurora Alimentos (Coopercentral) no ramo agroindustrial, através da marca Aurora, também foi importante para esse modelo de desenvolvimento pretendido pelas elites locais. A entrada neste ramo industrial se deu com a incorporação da Indústria e Comércio Mara-

fon S.A. (INCOMASA) pela cooperativa. Apesar deste processo ter se iniciado no ano de 1970, a atividade de abates só teve início no em 1973. A aquisição teve auxílio do FUNDESC com a aprovação do projeto e a captação de incentivos fiscais (FOLHA D'OESTE, 21/02/1970, p. 5).

A atividade do cooperativismo estava se expandindo, fortalecendo o setor primário a partir da industrialização destes. Segundo Ivone Maria Serpa (2014), a Coopercentral surgiu em 1969, sob a liderança de Aury Bodanese, tendo como principal fundadora a Cooperativa Agroindustrial Alfa (Cooperalfa). A Cooperalfa havia surgido por iniciativa de agricultores chapecoenses para comercializar grãos e suínos, com o intuito de bater de frente com o SAIC, também conhecido como Grupo Chapecó (SERPA, 2014, p. 85). A partir de 1970, a referida cooperativa teve um ambiente favorável para suas atividades empresariais:

A década de 1970 é um período em que há um maciço investimento no setor da agricultura, tanto na modernização, como em financiamentos para o setor, dessa forma, havia produção de matéria prima para a agroindústria por parte da agricultura, e incentivos federais para produção e expansão da Coopercentral (SERPA, 2014, p. 88).

Apesar dos incentivos terem beneficiado diferentes ramos da economia local, o setor que sofreu maior expansão foi o das agroindústrias. Ao final da década de 1960 e início da de 1970, houve uma movimentação para expansão dessas atividades em Chapecó, com a chegada da Sadia no município e a formação da Coopercentral – e seu posterior ingresso naquela atividade. Segundo Serpa, esse movimento esteve diretamente relacionado com o crescimento da cidade, e sua conversão em importante polo capitalista estadual:

O crescimento de Chapecó e região, esteve interligado ao desenvolvimento do setor agroindustrial, tanto para o setor rural – na forma de agricultores que integrados às agroindústrias viram-se com a opção ou talvez obrigação, de não somente comercializar, mas também aceitar os padrões de produção propostos ou impostos – como também no setor urbano, a partir de todos os setores do comércio e indústria, que tiveram suas relações pautadas em atender as demandas vindas do setor agroindustrial. A partir do

desenvolvimento das agroindústrias outros setores foram fortalecidos, impulsionados por uma demanda não somente do setor agroindustrial, mas também uma demanda do consumidor final, encorajada pela capacidade de consumo. A evolução e desenvolvimento das atividades econômicas, somadas à acelerada urbanização, tornaram a cidade como uma das mais polarizadas do estado. Essa inserção estadual ocorreu, sobretudo, a partir do processo de modernização do setor agroindustrial e pelas variedades de serviços e bens de consumo ofertados em decorrência desse processo, que auxiliou na promoção do desenvolvimento da cidade e de todo o oeste catarinense (SERPA, 2014, p. 136-137).

Observando alguns dados trabalhados pela autora, acerca da evolução populacional da cidade, podemos ter uma ideia de como ocorreu esse processo. Comparando a evolução da população urbana de Chapecó, a autora usa como fonte dados do IpeaData (Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do IBGE:

ANO	CHAPECÓ	JOAÇABA	SÃO MIGUEL DO OESTE	MARAVILHA
1960	10.898	11.662	3.522	1.230
1970	20.452	13.755	7.816	3.630
1980	55.269	19.230	18.790	7.181
1991	96.751	23.211	25.638	12.717
2000	134.592	21.688	27.392	14.226
2010	168.159	24.918	35.052	18.090

Esses dados correspondem apenas ao crescimento urbano, excluindo

TABELA 2. Crescimento populacional no Oeste. Fonte: SERPA (2014, p. 134)

os números referentes à população rural. Podemos perceber que, na década de 1960, houve um crescimento urbano significativo, da ordem de 100%, e ele se torna ainda mais representativo se levarmos em conta dados complementares. Segundo Alison Antonio Paim (2003, p. 16), esse número representava 40% da população e, apesar de grande parte da população ainda viver na zona rural, em 1950, o número de habitantes da cidade estava na ordem de 20% (HASS, 1993,

p. 107). Ou seja, houve um movimento de urbanização da cidade de Chapecó, que foi intensificado a partir de 1970, quando a cidade despontou na região, como se pode ser visto em comparação, por exemplo, com Joaçaba, que era uma cidade que “rivalizava” diretamente com o município chapecoense. O processo de urbanização era uma das consequências de cidades que se industrializavam.

Como foi afirmado por Serpa (2014) anteriormente, esse processo de crescimento e urbanização esteve diretamente ligado com a expansão da atividade agroindustrial no município. Importante lembrar a chegada da Sadia que, no final dos anos 1960, segundo o referido relatório da CODESUL sobre a indústria de carnes, era a unidade industrial de maior produtividade e rentabilidade. Do mesmo modo, a consolidação da Coopercentral no ramo é também um fato da década de 1970, porém, com raízes na década anterior, bem como a urbanização da cidade.

O crescimento de Chapecó não pode ser entendido sem observar os anos de 1960, quando esse modelo de desenvolvimento foi sendo construído, encabeçado pelas elites locais e estaduais, que estavam dentro do aparelho estatal, principalmente na Secretaria de Negócios do Oeste, no Governo Estadual, no poder municipal e na (ou também na) atividade industrial. Nada disso seria possível se não olhássemos para o modelo de desenvolvimento que vigorava no cenário nacional, em tempos da Ditadura: a aliança entre setor privado e setor público, um modelo enraizado na história econômica e no pensamento econômico nacional.

Considerações finais

O processo de desenvolvimento chapecoense e da região Oeste foi extensão de um projeto construído em âmbito estadual e nacional, efetivamente, a partir dos anos de 1960. Os diagnósticos consultados apontavam o baixo crescimento da economia catarinense. A solução se encontrava na formulação de um projeto industrial via intervenção estatal, por meio de um planejamento econômico e de programas de investimentos induzidos, fundamentalmente, com a criação de linhas de crédito dirigida setorialmente e recursos e obras de infraestrutura de energia e transporte, com influência da corrente desenvolvimentista da época.

O diagnóstico oficial foi patrocinado pela FIESC e pela CNI, através do Seminário Socioeconômico, e identificou “pontos de estrangulamento” nos setores de infraestrutura (energia e transporte), educação e crédito. A resposta se deu com a eleição de Celso Ramos e a construção do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), que implantou o referido projeto de desenvolvimento, através da rede político-empresarial de Celso Ramos. Esse momento significou a entrada definitiva no aparelho de Estado por esta rede, que era organizada em torno da FIESC. Fortemente organizados na sociedade civil e na sociedade política, esse grupo conseguiu construir seu projeto hegemônico industrializante à sociedade. No Oeste de Santa Catarina, seus membros eram os principais representantes da agroindústria, que tiveram acesso direto aos locais de formulação das políticas que acabariam por beneficiar as indústrias e os empresários do setor.

A integração do Oeste foi um desses “pontos de estrangulamento” apontados no Seminário Socioeconômico e a criação da Secretaria de Negócios do Oeste foi uma ação para solucioná-lo. Encarnando a extensão do PLAMEG no “Oeste barriga-verde”, a SNO era responsável pelos pesados investimentos diretos em infraestrutura – a parte pesada do “consórcio” entre Estado e iniciativa privada –, como a manutenção de estradas, compra de máquinas, ampliação da rede energética, implantação de um sistema de comunicações, dentre outros. Além disso, o ocupante do cargo de secretário tinha lugar privilegiado para estabelecer alianças com os prefeitos, uma vez que estes dependiam de convênios com o órgão para receber recursos e obras, principalmente em energia e rodovias. Nas concepções de desenvolvimento estudadas nesta pesquisa, cabe ressaltar que havia também outra forma de fomento: o indireto, via incentivos fiscais.

Esse modelo de desenvolvimento foi, aos poucos, construindo as bases para tornar Chapecó a “capital do Oeste”. Percebemos que isto não foi algo dado, à época, visto que Chapecó “rivalizava” com cidades com potencial industrial até mesmo superior no Vale do Rio do Peixe. Durante os anos 1960 (principalmente no fim da década), Chapecó recebeu investimentos públicos e iniciou um projeto industrial que resultou na instalação de empresas de grande porte na cidade. Com isso, juntavam-se ao SAIC (grupo Chapecó) a Coopercentral (Aurora) e a Sadia. O projeto da “capital do Oeste” foi construído a partir da aliança das elites

políticas e econômicas locais com as elites político-empresariais e técnicas que ocupavam o centro administrativo estadual.

Esse processo envolveu o Oeste como um todo, e a cidade de Chapecó foi certamente a grande beneficiada, uma vez que atores oriundos dos meios políticos da cidade ocupavam os principais postos decisórios da época, justamente por serem empresários influentes. A partir da década de 1970, é possível observar um crescimento econômico e urbano superior ao registrado das “rivais” do Vale do Rio do Peixe e, aí sim, podemos falar em Chapecó enquanto esse polo regional. Apesar de ter se iniciado efetivamente com a instalação de grandes agroindústrias no início dos anos de 1970, foi nos anos de 1960 que as bases começaram a se construir para esse projeto, em uma aliança entre as elites político-econômicas locais e estaduais que resultou em uma reformulação do aparelho de Estado e uma nova repartição da renda estadual entre as classes envolvidas.

Referências

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Santa Catarina e a Zona Oeste**. Porto Alegre, 1968.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHAPECÓ, Associação Comercial e Industrial de; UNOESC. **Vida Empresarial: volume 2**. Chapecó: Grifos, 1997.

CASSOL, Evaldo. **A secretaria do Oeste**. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (CODESUL). **Carnes e derivados: realidade e perspectivas em Santa Catarina**. Florianópolis, 1969.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

JORNAL FOLHA D'OESTE. Edições: 23.04.1966; 11.05.1966; 20.07.1966.; 14/09/1966. 24.09.1966. 29/10/1966; 11.01.1967; 25.02.67; 22.03.67; 24/06/1967.; 22.07.67.; 03/01/1970.; 21/02/1970.; 06/06/1970.; 08/08/1970; 25/12/1970.54

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e Interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOHN, Reinaldo. Relações Políticas e Ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; _____ (Org.). **Histórias na ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e educação**. Chapecó: Argos, 2003

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Estadual**: a experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG (1961-1965). Florianópolis: Editora da UFSC, FESC/UDESC, 1985.

SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial**: a modificação do perfil produtivo de Chapecó (1920-1980). Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da. **Dos braços do povo à espada dos militares**: Os anos de chumbo na fronteira sul (1964-1970). Florianópolis: Pandion, 2014.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Os donos do “celeiro do progresso”**: redes sociais e política (Chapecó - 1956- 977). Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.



Neblina d'Amanhã. Catanduvas/PR, 2009. Aatoria de Paulo José Koling.



Paisagem com Capela. Valdir Cruz. *Guarapuava*, 2013, p. 40.

PARTE III

LUTAS SOCIAIS NO CAMPO PARANAENSE: LATIFÚNDIO, IGREJAS, PARTIDOS E MIGRAÇÕES

- VIII** MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA:
UMA OPÇÃO DE LUTA DIANTE A ATUAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL
Fabiana Stabl Chaparini
- IX** MIGRAÇÕES E CONFLITOS:
DESLOCAMENTO DE CAMPONESES DO OESTE PARANAENSE PARA A
AMAZÔNIA NAS DÉCADAS DE 1970-1980
Hiolly Batista Januário de Souza
- X** LEVANTANDO POEIRAS NO/DO CHÃO:
ESTUDO DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS ATINGIDOS DA ITAIPU
Paulo José Koling
- XII** A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO ARAUPEL:
HISTÓRICO DA CADEIA DOMINIAL E GRILAGEM DE TERRAS NO
CENTRO-SUL PARANAENSE
Ana Cristina Hammel



Movimento Justiça e Terra:

*uma opção de luta diante a
atuação da Itaipu Binacional*

Fabiana Stahl Chaparini

ANALISAR O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL É UMA tarefa ampla e complexa. Até a década de 1960, o Brasil tinha características voltadas ao meio rural. A industrialização ainda estava voltada para a produção nacional, sendo que apenas entre os anos de 1970 e 1980 esse cenário começou a se transformar.

Essa mudança esteve intercalada com algumas estratégias realizadas durante o período militar brasileiro. Naquele momento, ocorreu a transformação da agricultura convencional, ligada ao pequeno camponês para uma agricultura voltada para a industrialização. Dessa forma, algumas políticas públicas foram incorporadas no meio rural brasileiro, como a concessão do Crédito Rural.

Frente à essas transformações que estavam ocorrendo na década de 1960 no Brasil, a demanda por energia elétrica aumentou. Diante desse processo, no governo de João Goulart, surgiu a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica no país. A intenção era construir uma hidrelétrica que partisse de Guaíra e que não causasse grandes transformações, como situações de alagamentos.

Diante dessa situação, um problema surgiu. O governo paraguaio interferiu. Essa intromissão esteve relacionada com questões diplomáticas referentes à fronteira entre os dois países, exatamente onde ficava localizada as Sete Quedas, no Rio Paraná e também por questões naturais do próprio rio, que não permitia a construção de duas barragens no local. Dessa maneira, para que a hidrelétrica pudesse ser construída, o Paraguai teria que participar da obra.

Porém, na década de 1970, essa situação mudou. Em 1973, o Estado brasileiro e o Estado paraguaio (governado por Alfredo Stroessner Matiauda) assinaram legalmente um tratado referente à construção de uma hidrelétrica, que pudesse aproveitar o Rio Paraná na região de fronteira, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A construção da Usina trouxe benefícios para o Paraguai. Os empréstimos realizados para a construção da grande obra foram arcados pelo Brasil.

Sendo assim, uma ampla organização começou. De acordo com leituras a partir do trabalho da autora Rautenberg (2011), foram cerca de oito anos para a preparação da construção da primeira unidade geradora (1975-1983).

Esses oito anos foram intensos. Os municípios afetados pela construção da Usina, faziam parte da política de Segurança Nacional. Para além disso, outro fator agravante foi a inundação de terras que desapropriou muitas famílias, gerando vários conflitos entre expropriados e a Itaipu Binacional.

Grande parte dos conflitos estiveram relacionados pelas condutas da equipe responsável da Itaipu sobre os agricultores da região. Essa percepção foi possível ter pela análise de algumas pastas do DOPS. Os documentos retirados das pastas do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), indicaram que a sua produção esteve em grande medida relacionadas com a construção da Usina. O centro de espionagem da Itaipu, conhecida como Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), infiltravam agentes nas cidades da região Oeste do Paraná para observarem e relatarem qualquer possível forma de revolta e questionamentos, repassando para a central da Itaipu.

A amplitude do impacto que a Itaipu causou foi muito grande. Famílias ficaram desalojadas, sem suas casas, propriedade de terra, empregos. Para além desses problemas materiais e financeiros, as maiores perdas foram as que interferiram no modo de vida dessas pessoas. Diante disso, é importante entender o que isso representou. É necessário considerar que essas perdas físicas de seus bens estavam relacionadas com o sentimento que eles construíram a partir das suas conquistas e que perderam em um piscar de olhos.

A devastação que a Itaipu estava causando na região Oeste do Paraná e na região ribeirinha do Paraguai era justificada pela Itaipu e pelo governo como necessária. Grande parte dos discursos difundidos pela Itaipu Binacional eram pelas propagandas feitas pela própria empresa. Segundo Mascarenhas a propa-

ganda ideológica foi fortemente utilizada para convencer a todos que os projetos energéticos, como a construção da Usina de Itaipu, eram essenciais para o “desenvolvimento” do país e para que isso ocorresse era necessário o sacrifício de alguns (2011, p. 24).

Com o início das obras, as primeiras famílias desapropriadas foram as que moravam onde iriam ficar os canteiros das obras, na região de Foz do Iguaçu. Porém, esse processo se intensificou a partir dos anos de 1975 a 1978. As localidades ameaçadas pela desapropriação, por conta da inundação que iria ocorrer pelo fechamento das comportas, prevista a ocorrer em 1982, eram os municípios atuais de: Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Terra Roxa, Santa Helena, São José das Palmeiras, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipu-l ndia, Missal, Medianeira, Terra Roxa e no Mato Grosso do Sul, o município de Mundo Novo.

Essas cidades atualmente recebem os royalties. De acordo com as informa es no site da Itaipu Binacional os royalties são a compensa o financeira que os governos brasileiro e paraguaio recebem pela utiliza o do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produ o de energia elétrica na Itaipu (ITAIPU, 2015, s/p). O pagamento   realizado juntamente com o Tesouro Nacional e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Conforme a empresa, o repasse dos royalties acontece em dois pagamentos, sendo um mensal e o outro   a partir do ajuste do dólar.

O que chama a aten o ao ler informa es como essas   que a empresa detalha valores que são repassadas aos municípios lindeiros. Porém, em nenhum momento ela apresenta as lutas que aconteceram nesses municípios que foram afetados para que os agricultores não fossem prejudicados, pelo contrário, apenas   demonstrado uma imagem de responsabilidade social da Itaipu com a região na atualidade.

Infelizmente esse zelo nem sempre aconteceu com a região afetada pela constru o da Usina. Como já indicado, praticamente toda a região Oeste do Paraná sofreu com a inunda o do Lago de Itaipu. Sabendo da situa o, na época os setores administrativos e jurídicos da Itaipu começaram as negocia es com aqueles que seriam afetados pela constru o da Usina. Entretanto, os acordos

propostos pela Itaipu aos expropriados não foram os melhores. Nesse contexto, alguns elementos importantes em relação às indenizações aos agricultores devem ser considerados: expropriados que receberam o valor correto de suas propriedades, outros um valor acima, aqueles que receberam abaixo do avaliado e os que não receberam nenhuma indenização.

Frente a essas circunstâncias, compreende-se porque aconteceu a formação do movimento dos expropriados da terra pela Itaipu. O movimento surgiu porque a Itaipu não estava cumprindo principalmente com as suas propostas de pagar o preço justo pelas propriedades (MAZZAROLO, 2003).

Com essa conjuntura, iniciou-se uma batalha entre os que estavam sofrendo com a situação contra o aparelho institucional da Itaipu Binacional. Um sujeito que entrou nessa história enquanto um mediador entre a usina e os expropriados foi Paulo José Nogueira. De acordo com a obra de Mazzarollo (2003, p. 50), ele era o diretor jurídico adjunto da Itaipu que dialogava com os que sofreriam com as inundações, objetivando direcioná-los a resolver a situação, “fechando negócio” com a Itaipu, já em 1977. Partindo da interpretação de Mazzarollo, algo marcante na fala de Nogueira, era para que os indenizados não tratassem com intermediários. Os intermediários eram tratados nesse contexto como “os picaretas” e principalmente sujeitos que estavam apoiando a luta dos expropriados (no caso por exemplo, os pastores, padres e dirigentes sindicais dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs).

Além das orientações de Nogueira, a Itaipu Binacional tinha todo um aparato publicitário para convencer os agricultores que a construção da Usina seria um grande marco na história brasileira e paraguaia. A medida que eram reproduzidas essas propagandas, ocorria a legitimação de uma ordem.

Entretanto, na memória dos expropriados, eram outros personagens que ganhavam lugar em suas falas. Padres e pastores ligados principalmente com a Comissão Pastoral da Terra eram quem realmente apareciam nos discursos dos camponeses. Destaca-se a presença de alguns pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na luta com os expropriados.

Schmitt (2008), em sua dissertação mostrou como os agricultores relatavam sua convivência com os pastores luteranos. A autora cita uma passagem do senhor Ivo, atingido pela Itaipu em que narrou a relação dos pastores com a comunidade.

Na memória do senhor Ivo, os pastores luteranos e membros da Comissão Pastoral da Terra, foram os articuladores do movimento do qual ele fazia parte, através de reuniões e reflexões, realizadas com os atingidos, demonstrando grande empenho nas mobilizações coletivas (SCHMITT, 2008, p. 90).

A autora mostrou a representatividade dos pastores luteranos. Um nome conhecido nesse meio era o de Gernote Kirinus. Pastor e deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná, Kirinus, atuou ao lado dos atingidos pela Itaipu, como pastor e político. Essa presença, influenciou no julgamento do senhor Ivo em relação a Igreja Católica, ao qual era participante. Schmitt (2008), demonstrou essa memória, enfatizando que,

Numa crítica à Igreja Católica de sua localidade, do qual era inclusive membro, o senhor Ivo, lamentou o não envolvimento do padre da sua paróquia na mobilização, pois como um membro atingido ele achava necessário a participação do padre nesta luta dos fiéis, uma vez que, tanto o padre como atingidos constituíam a Igreja Católica de sua comunidade, ameaçada pelas águas da barragem de Itaipu (SCHMITT, 2008, p. 91).

O movimento dos expropriados pela Itaipu, chamado de Movimento Justiça e Terra (MJT) apontou uma característica própria. O movimento tinha uma relação intensa com o campo religioso. Isso é visível ao ver a presença dos eclesiais no MJT, em que a atuação não estava vinculada apenas com a Igreja, mas com a política. Esse é o caso do pastor e, posteriormente, deputado estadual, Gernote Kirinus.

Esses eclesiais participavam de forma administrativa na CPT, ou seja, as suas atuações eram de caráter político na Comissão e não frente à Igreja que eles participavam, pois era o posicionamento dos sujeitos e não da instituição.

O Movimento Justiça e Terra (MJT) foi criado em quatorze de julho de mil novecentos e oitenta, pelos expropriados pela Itaipu contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Inicialmente, ela organizava os encontros e intermediava com a administração da Itaipu. Os dirigentes da CPT orientaram os “líderes” do movimento para que entre eles intermediassem discussões,

debates sobre o assunto para que assim pudessem amadurecer as propostas no momento de negociar com a Itaipu.

Os primeiros encontros do MJT eram realizados na Igreja. Lá era um ponto de encontro das famílias nos finais de semana, tanto para lazer quanto para praticar as suas crenças. Porém, outro motivo das reuniões serem realizadas nela, eram porque neste momento a AESI, já estava investigando e espionando os expropriados, para saber o teor do andamento do MJT (entretanto isso não quer dizer que não teriam espiões dentro da Igreja, mas as fontes analisadas não nos mostraram isso).

O MTJ formou-se por conta da situação instável dos expropriados. Isso ocorreu pela necessidade de uma resposta rápida, frente a situação. Com o grupo formado, perceberam que era necessária uma identificação. Diante disso, a escolha do nome, se relacionou pela circunstância burocrática do momento.

A reivindicação inicial feita pelos expropriados é que a indenização seria por meio da troca de terra. O agricultor iria receber o mesmo total da área que ele tinha e que seria alagada. Porém, a lei não permitia essa forma de pagamento, a única maneira de via legal era por dinheiro.

Essa situação fez com a Itaipu articulasse diversas estratégias. Uma das primeiras estratégias adotadas pela empresa foi a aproximação do setor administrativo aos dirigentes da CPT. Gernote Kirinus foi um dos procurados. Ele relatou um processo que vivenciou, em que recebeu uma visita inesperada. Kirinus narrou a visita de Paulo Cunha, representante da Itaipu: “Ele veio lá em casa, até eu fiquei assustado, porque chegou um carro lá em casa, e eu até fiquei assustado, achei que era o DOPS que vinha me prender... E ele veio pedir arrego, e eu disse não!” (KIRINUS, 2017, sp).

Essa visita aconteceu em 1978, enquanto ele ainda morava em Marechal Cândido Rondon. Gernote Kirinus, chegou ao Paraná na década de 1970, para ser pastor na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em Entre Rios do Oeste. Porém, observando a situação da população camponesa, começou a atuar ao lado dela. Uma forma de atuação foi como secretário na Comissão Pastoral da Terra.

Ciente das transformações econômicas que estavam ocorrendo, principalmente em relação aos valores altos das terras, Gernote Kirinus propôs que a

proposta inicial fosse remodelada. No começo, o movimento pautava para que fossem pagos os valores justos pelas terras. O valor da terra estava aumentando e grande parte dos expropriados não queriam sair do Paraná, dificultando assim a realização de negócio. Além disso, a Itaipu levava um tempo para pagar suas indenizações, sem atualizações monetárias.

Uma nova proposta foi sugerida por Gernote Kirinus a Paulo Cunha e os dirigentes da Itaipu. Ao invés da empresa pagar pelas propriedades, poderia ser feito o processo da terra por terra. O procedimento consistia em trocar as terras que seriam alagadas por outras. Ele acreditava que essa era uma boa possibilidade, narrando da seguinte maneira: “Se eles aceitarem a terra por terra, vocês compram uma área grande do governo, porque o governo tem... E se a terra for mais fraca, compensa pela extensão se aqui você produz três mil quilos de milho por hectares lá você produz mil e quinhentos... Mas eles não queriam sair do Paraná” (KIRINUS, 2017, sp)

Essa proposta não foi acatada. A Itaipu Binacional tinha várias estratégias. Em maio de 1978, a empresa entrou em contato com comissão de padres e pastores que atuavam no movimento. Esse contato foi feito para ouvir o posicionamento e possíveis soluções dos problemas que a empresa estava causando para a região Oeste. Isso se deu pelo motivo desses pastores e padres estarem atuando na Comissão Pastoral da Terra (CPT), como já foi mencionado anteriormente. Nessa conversa, a empresa afirmou que os pagamentos das terras estavam sendo à vista, e que os valores pagos pelas propriedades eram feitos pelas análises das terras nuas mais as benfeitorias.

Algumas famílias que já haviam tratado com a Itaipu e vendido suas terras a ela, poderiam produzir nessa área até 1981. Conforme a leitura realizada na obra “A taipa da injustiça” (MAZZAROLO, 2003) o grande problema é que o valor que a Itaipu estava disposta a pagar era menor.

Essa mesma leitura (MAZZAROLO, 2003) apontou que com o posicionamento da Itaipu, em setembro do mesmo ano, o pastor Hattje que era secretário interino da CPT convocou uma assembleia para o dia dezesseis de outubro de 1978, em frente à igreja católica de Santa Helena. Os expropriados estavam preocupados, aflitos com a situação de incerteza, e percebendo essa situação, nessa assembleia que contavam com o total de duas mil pessoas, foram acatadas

reivindicações, queixas da população que seriam expropriadas e estavam sem um norte de futuro.

Esse encontro no início de outubro de 1978 foi um dos primeiros que aconteceu. Posteriormente, outras reuniões foram realizadas, em que sempre objetivavam avaliar a situação dos expropriados. O MJT estava sendo monitorado de perto, pois ele representava uma perturbação à ordem do país. Além de ter sido considerado uma ameaça, os dirigentes da Itaipu precisavam saber todas as articulações do movimento para que assim ela pudesse facilmente montar suas estratégias.

Em abril de 1979, Gernote Kirinus, na Assembleia Legislativa do Paraná, fez seu pronunciamento sobre o que havia acontecido na Assembleia dos agricultores em Santa Helena, uma semana anterior a sua fala no palanque. A fala dele, então recém-eleito deputado estadual do Paraná, indicou que o seu primeiro mandato estaria voltado principalmente a lutar contra as injustiças que estavam acontecendo no interior do Paraná, dando uma atenção especial aos conflitos agrários. Discursou da seguinte maneira:

Mas nós estamos integrados nesta luta, nesta caminhada contra a injustiça. Somos, portanto, contra alguém firme e declaradamente, contra alguém que é a Itaipu, no que se refere a injustiças que vem cometendo quanto ao pagamento de indenizações a quem tem o direito de ser justamente indenizado (KIRINUS, s/d, p. 41).

O deputado deixava claro a sua discordância em relação ao processo indenizatório da Itaipu. Para ele, a melhor saída era resolver o problema oferecendo terra e não dinheiro para os expropriados. Os motivos eram diversos, mas principalmente porque a Itaipu não estava pagando os valores justos pelas propriedades.

Então quando teve aquele acampamento em Santa Helena, eles foram lá com um pequeno aumento... e aí um bispo disse, vamos rezar uma missa em ação de graças pela graça alcançada, então como assim? Primeiro rezar a missa e depois empurraram tudo de goela a baixo junto com a hóstia. Porque o preço que eles tinham conseguido foi uma mixaria (KIRINUS, 2017, s/p).

A indagação de Gernote Kirinus esteve em torno de que o bispo de Foz do Iguaçu considerou “graça alcançada”, mas que na visão do deputado não foi uma graça. Mesmo que ele criticasse o valor baixo, isso só foi possível pela luta dos agricultores. Nota-se que ele atribui as vitórias que aconteceram no movimento aos atingidos. A palavra “*ajudava*” utilizada por ele, foi para demonstrar que a articulação dele e de seus colegas tanto do campo religioso quanto político auxiliavam nas orientações, porém as decisões finais eram dos expropriados.

A modernização da agricultura estava fortemente atingindo a população rural, gerando mudanças, como aponta Mendonça.

Dentre elas, destacam os autores a expropriação do produtor rural motivada pela modernização/mecanização; a ruptura de relações sociais tradicionais ou mesmo o delineamento de novas oposições sociais (não mais redutíveis à “velha” contraposição senhores e trabalhadores, mas englobando igualmente empreiteiros/fichados/, trabalhadores dos empreiteiros/ donos de vendas, dentre outras). Em suma, para além das mudanças meramente econômicas, o que se destaca, no caso em tela, é a emergência de novas posições sociais e não somente uma mudança de papéis antes desempenhados pelos mesmos personagens, posições essas ligadas a universos sociais distintos, com novos personagens, dotados de novos interesses (MENDONÇA, 2010, p. 118).

O movimento lutava pelo valor justo a ser pago pelas terras. Entretanto, como foi apontado por Mendonça, o meio rural estava se remodelando. Quando mencionado no parágrafo anterior que a decisão final era dos expropriados, é por compreendermos essas transformações que estavam acontecendo e que afetariam esses sujeitos.

O processo indenizatório cobriu em torno de oito mil expropriados. Juvenício Mazzarollo, em sua obra apontou que uma das mais importantes formas de manifestações foi o acampamento dos expropriados em Santa Helena. No período matutino, cerca de quatrocentos pessoas, incluindo desde mulheres a crianças estavam na manifestação. Isso chamou a atenção da população, ainda mais depois que os meios midiáticos da época da própria cidade e da região começaram a divulgar notícias sobre o acampamento.

A notícia rapidamente já estava na boca de todos na região Oeste. No período da tarde, o movimento em frente ao escritório da Itaipu contava com mil e quinhentas pessoas. Essas pessoas eram das cidades que seriam afetadas pela inundação das águas de Itaipu. É importante destacarmos que o MJT não estava ali sem nenhuma organização, pelo contrário, haviam providenciado uma carreta com alimentos para manter-se acampados quantos dias fosse necessário. Além da questão física, outro elemento que chamou muito a atenção e que esteve presente no movimento dos expropriados é a relação do grupo com a crença religiosa e com a instituição da Igreja.

Esse imaginário religioso, ele tanto pode servir pra abafar, e serve pra manter o status de exploração, como pode servir pra alavancar uma ação crítica, revolucionária... Então o Pai Nosso ele reunia as igrejas, porque o Pai Nosso é rezado tanto na evangélica como na católica, então ajudava o povo a construir uma consciência crítica contra a Itaipu (KIRINUS, 2017, s/p).

Percebemos como o MJT esteve sempre em contato com uma mística, no caso enraizado ao cristianismo. Outra coisa que chama a atenção é a submissão a um Deus em que a fala de quem está à frente, nesse caso narrado por Gernote Kirinus, em que o bispo naturalizou o processo, remetendo a “*graça alcançada*”, a uma imagem paternal. Porém, não podemos atribuir que essa imagem como sendo criação do bispo, pelo contrário, isso estava inserido dentro do movimento pelo campo religioso, em que as visões e perspectivas do mundo já eram consagradas por séculos. Mazzarollo descreve em seu livro, algumas passagens sobre isso.

Os trabalhos iniciaram com orações, palavras de apoio e incentivo de bispos, padres, agentes de pastoral e líderes sindicais. Em seguida o microfone foi colocado à disposição do povo. Quem quisesse expor seus problemas e sugestões tinha toda a liberdade de se expressar (MAZZAROLO, 2003, p. 70).

Essa relação com o campo religioso se fez presente em todos os encontros do MJT. Um encontro marcante do movimento dos expropriados foi o que

aconteceu no ano de 1981, na cidade de Santa Helena (uma das regiões mais afetadas pelo alagamento).

Essa reunião narrada por Gernote Kirinus aconteceu na cidade de Santa Helena, na casa paroquial, em vinte e sete de fevereiro de 1981. Ela contava com a presença do padre Valentin Dal Pozzo, Werner Fuchs (secretário da CPT), alguns assessores convidados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o advogado Wagner D' Angelis, professor da UFPR Lafaiete Neves e o bispo Dom Olívio Faza de Foz do Iguaçu, além dos deputados do MDB, Kirinus, Fidelcino Tolentino e Nelton Friedrich. A expulsão a qual relata, é sobre a argumentação que Itaipu estava alegando que o movimento estava sendo dirigido pelo partido do PMDB. Diante disto, Dom Olívio pediu para que os deputados se retirassem da reunião. Tolentino e Friedrich voltaram para Curitiba, porém Gernote Kirinus resolveu ficar e conversar com os atingidos, sobre a possibilidade de irem até Foz do Iguaçu.

A Itaipu continuava questionando o movimento. Uma das maneiras que utilizou para deslegitimar a proposta dos expropriados foi a contratação de engenheiros, advogados para pesquisar em outras áreas possíveis valores de venda de terra.

O jornal Nosso Tempo, ao longo das suas edições, presenciou o movimento dos expropriados. Esse jornal se posicionava contra a ditadura, tanto que se observarmos quem eram seus editores veremos que Aluizio Palmar foi um dos 70 militantes que foram trocados pelo embaixador suíço, em 1970. Segundo o autor Renato Muchiuti Aranha, o jornal contava com onze sócios, sendo eles: Alberto Koelbl, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Brandt, Emerson Wagner, José Cláudio Rorato, José Leopoldino Neto, Jessé Vidigal, João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo, Severino Sacomori e Sérgio Spada. É importante destacarmos que nove sócios eram pertencentes a partidos, como PMDB, PDS e PDT.

Dessa forma, o periódico passou a cobrir praticamente todos os problemas que estavam acontecendo na região Oeste do Paraná em decorrência das atitudes tomadas pelo governo militar. As edições que interessam para essa pesquisa são de 1980 a 1982. Anteriormente estávamos narrando sobre a reunião que Gernote Kirinus foi expulso. Em relação a esse episódio encontramos uma reportagem referente a essa reunião, porém focando a narrativa da Itaipu.

A equipe do ITC, responsável pelo trabalho, foi formada por sete engenheiros agrônomos, dois engenheiros civis, um advogado, dois engenheiros florestais e um fotogrametrista. A equipe foi auxiliada no trabalho de campo por coordenadores do Sistema Estadual de Agricultura, dois escritórios regionais e 21 escritórios locais da EMATER/PR, num total de 147 técnicos especialistas em agricultura trabalhando junto aos agricultores de toda a região.

O levantamento teve como intuito central a pesquisa de preços na região Oeste do Paraná, uma vez que é a principal questão de impasse entre as partes - dizia o relatório do ITC.

A equipe percorreu 22 localidades entre municípios e distritos, sendo alguns bastante distantes e com características topográficas e climáticas bem diferentes (piores) que as da região desapropriada pela hidrelétrica, fato que permite a conclusão de que os preços encontrados na média feita pelo ITC servem para indicar os preços das terras para reassentamento, mais que para indicar os preços das terras (inigualáveis) expropriados aos agricultores pela Itaipu.

Foram buscadas informações junto a propriedades à venda, propriedades recentemente vendidas, empresas imobiliárias, cartórios de registro de imóveis, cooperativas, escritórios de contabilidade e líderes de comunidades agrícolas. As informações colhidas junto a cartórios não puderam ser aproveitadas pela evidente distância (para baixo) entre os preços lá anotados e os praticados no mercado (NOSSO TEMPO, Ed 19, 15 de abril de 1981, p. 19).

Esse trecho é um recorte de uma notícia que tem por título “Novos rumos para as desapropriações em Itaipu”. Nela, foram apresentados possíveis valores de propriedades nas regiões próximas ao Oeste do Paraná. Eles foram tratados pela Itaipu como reais, ressaltando que as suas propostas eram cabíveis.

O grande problema quando analisamos o contexto geral de solo, percebemos que nem todas as áreas eram produtivas como a da região Oeste do Paraná, o que acabava diminuindo o seu valor. Outra questão envolvida é que a Itaipu não dizia quais regiões ela havia pesquisado, apenas ressaltava o grupo de profissionais que levou consigo para fazer a análise.

Esse comportamento adotado pela Itaipu assustava os atingidos. Dessa forma, muitos expropriados e participantes do MJT, venderam suas propriedades para a Itaipu. Essa venda esteve ligada com vários elementos, como a violência simbólica realizada pela Itaipu, o que gerava incertezas.

O fato de Itaipu contratar profissionais para analisar possíveis valores de propriedades e entrar em contato com os expropriados já indicavam também uma possível ameaça, pois o modo que foram repassadas essas informações transmitia e representava poder frente àquela situação.

As ações da empresa de Itaipu amedrontavam os atingidos e isso refletiu na luta. Em 1981, “apenas 60% das desapropriações haviam sido feitas” (GERMANI, 2003, p. 145). Diante daquele contexto, uma assembleia foi montada pelo MJT em Itacorá, no dia dezesseis de março de 1981. Nela foram discutidas as possibilidades dos expropriados irem até Foz do Iguaçu e acamparem na obra. A proposta foi aprovada e o grupo começou a organizar o que seria necessário levar para a mobilização.

O movimento depois da assembleia de Itacorá resolveu seguir até Foz do Iguaçu. A intenção era conversar com os responsáveis sobre as medidas cabíveis para resolver a situação dos valores a serem pagos (Itaipu estava pagando 200 mil cruzeiros pelo alqueire, entretanto o valor do alqueire na região girava em torno de 600 a 700 mil cruzeiros). Disso resultou o episódio da marcha dos agricultores.

Antes deles irem ao seu destino, ou seja, nos canteiros das obras da construção da usina, o grupo realizou uma celebração religiosa na Igreja Matriz São João Batista. Analisar o culto, permite compreender como que a simbologia presente nos sermões possibilitava que as experiências dos sujeitos presentes de individual passassem a serem coletivas, dando sentido a elas, não as tornando apenas teológicas, mas sim sociais.

Posteriormente ao culto, iniciaram seus trabalhos nas ruas, no caso a passeata. Como eles não estavam recebendo as condições necessárias da Itaipu, o movimento passou a utilizar outra forma de resistência, que não estivesse apenas ligada nas discussões e reuniões, era necessário algo mais efetivo. As fotografias que serão apresentadas a seguir foram tiradas quando o MJT estava seguindo em direção aos canteiros das obras da Itaipu. Trazer fotografias para analisar possibilita perceber como que elas transmitem informações e sentimentos, construindo assim uma memória.



Essa fotografia é da passeata do MJT para os canteiros das obras da Itaipu. Nela observa-se faixas como “menos projeto, mais pão”, indicando palavras de ordem. Elas expressavam os sentimentos e as situações que aquelas pessoas estavam enfrentando devido a um projeto de governo que em nenhum momento se preocupou com os problemas sociais da população que iria ser afetada com a construção da Usina.

O movimento nunca escondeu que seria feita a mobilização. O MJT levou suprimentos e todo material necessário para ficar acampados por muitos dias, inclusive, se necessário, por semanas. Ciente disso, Itaipu enviou cerca de quatrocentos policiais para impedir que os agricultores seguissem com a marcha, reprimindo os expropriados por meio da força.

FIGURA 1. Movimento Justiça e Terra, na cidade de Foz do Iguaçu-PR. Fonte: Fotografia retirada do site Documentos Revelados no dia 28 de dezembro de 2017.

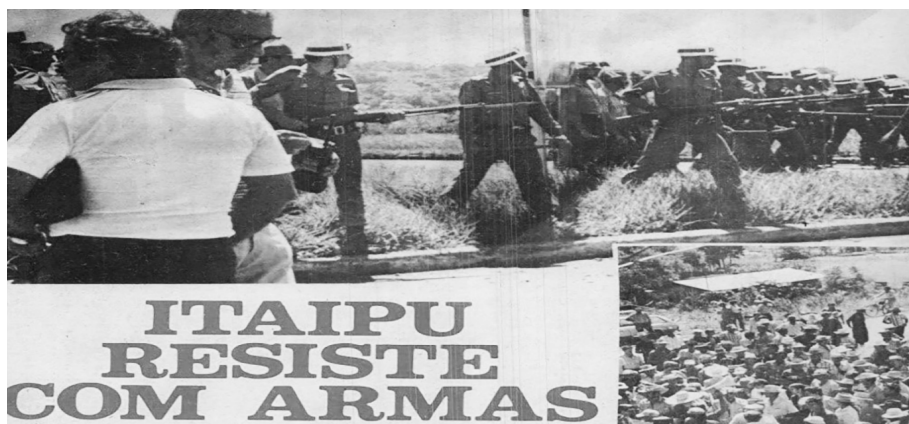


FIGURA 2. Reportagem Jornal Nosso Tempo. Fonte: Jornal *Nosso Tempo* da edição de número 15 (18 a 25 de março de 1981).

Gernote Kirinus estava presente nessa marcha. Ele se posicionou frente à situação da repressão em que,

E lá tinha até tropa de choque, e eu como deputado, dizia que tinha que manter a ordem, que não ia ter problema nenhum, porque eu sabia que eles tinham ordem pra bater, e tinha soldado que tava branco que tava com medo e tava perdendo o equilíbrio, e atrás vinha a tropa de choque (KIRINUS, 2017, s/p).

Ainda contou que a tropa dizia que eles não poderiam entrar, pois aquela propriedade era privada. A argumentação um pouco contraditória, pois a Itaipu foi uma construção partindo dos interesses e investimentos do Estado. Marcelo Barth, conduzia a fala repudiando a ação dos policiais. O deputado Kirinus memorou a fala de Barth, “o Marcelo disse: ‘Quando vocês chegaram aos nossos ranchos, nós recebemos vocês com café, com educação, conversamos com vocês, e agora nós queremos conversar com vocês, e é essa a educação que vocês mostram pra nós?’” (KIRINUS, 2017, s/p).

Diante desta situação, os membros do movimento resolveram montar as barracas no trevo que dava acesso às obras da Itaipu. No dia dezenove de março de mil novecentos e oitenta e um foram até o acampamento representantes da Itaipu, estes enviados pelo diretor-geral da Itaipu, Costa Cavalcanti. Esses su-

jeitos vieram recolher as reivindicações do movimento. De acordo com Germani, Costa Cavalcanti iria responder todas as perguntas que os expropriados propuseram e também seria feita uma reunião com cinco pessoas, sendo estas expropriadas.

Os acampados decidiram que a melhor escolha a ser tomada naquele momento era continuar com o acampamento. Isso incomodou muito os dirigentes da Itaipu, porque além de Foz do Iguaçu ser uma cidade turística, para o Estado aquela ação do MJT era considerada um atentado contra a ordem.

Mesmo assim, o grupo dos atingidos vieram preparados para Foz do Iguaçu. Trouxeram consigo comida, barracas, lenha. O único modo de burlar o movimento seria pela proibição do consumo da água. Como o movimento estava consumindo a água fornecida pelo município, o general Costa Cavalcanti deu uma ordem de cortar a água do acampamento. A solução seria a compra de água, porém o valor subiu de forma absurda. Nesta situação, Gernote Kirinus foi até uma cidade próxima de Foz de Iguaçu, precisamente Santa Terezinha de Itaipu para conseguir água, mas também não foi permitido o seu consumo e retirada para levar até o acampamento, porém a comunidade de São Miguel do Iguaçu começou a levar água para os acampados. Como a situação ficou ruim para a Itaipu, a prefeitura de Foz de Iguaçu reinstalou a água.

O acampamento durou cinquenta e quatro dias tendo como algumas vitórias o aumento da porcentagem no pagamento das terras e reassentando de uma parte de posseiros e arrendatários (GERMANI, 2003). A resistência do MJT, proporcionou aos expropriados a chance de lutar pelos seus direitos, em que grande parte das suas reivindicações foram atendidas. Sendo assim, no dia nove de maio de 1981, os integrantes do acampamento desmontaram as barracas e voltaram para suas residências. Reafirmando que isso aconteceu porque o grupo resistiu e lutou, enfrentando as mais variadas situações, como as citadas anteriormente.

O MJT foi um movimento que chamou muito a atenção no Paraná. Se observarmos, ele se consolidou dentro de uma ditadura militar extremamente violenta e repressiva.

Além disso, outras mobilizações agrárias surgiram nesse período, como foi o caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MAS-

TRO), em 1981. Desta maneira, compreende-se que a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná, em grande medida, se deu pela atuação do MJT na região Oeste do Paraná. O MASTRO compartilhou muito da perspectiva do movimento dos expropriados pela Itaipu, em que deu continuidade ao trabalho com os sujeitos que sofriam com a violência agrária. Diferentemente do MJT para a qual a causa era local (região Oeste), o MASTRO ganhou proporções nacionais, sendo um dos precursores do Movimento Sem Terra (MST).

Para finalizar, aponta-se a necessidade de se ampliar pesquisas sobre a temática dos conflitos agrários no Brasil. Esse texto teve como base a minha pesquisa de mestrado, porém aqui, a intenção foi apresentar o MJT e não analisar a trajetória de um sujeito como aconteceu na dissertação. Ao mesmo tempo que existem várias pesquisas sobre o tema apresentado aqui, ainda faltam elementos que precisam serem analisados, como os desdobramentos do que aconteceu com os agricultores após o alagamento.

Referências

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Editora ULBRA, 2003.

ITAIPU. **Royalties**. 2015. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>. Acessado em: 16/03/2021.

KIRINUS, Gernote. **Entre a Cruz e a Política**. Curitiba: Beija-Flor, s/d.

KIRINUS, Gernote. **Entrevista** realizada por Fabiana Stahl Chaparini em 12 de janeiro de 2017.

MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira x Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu**. 151 fls. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**: 2ª Ed. Loyola, São Paulo, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990/ Sonia Regina de Mendonça; João Pedro Stedile (org.)—2. Ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4º ed. Campinas, SP: Pontes, 2001

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)** Dissertação de Mestrado. PPGH Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2011.

SESSI, Valdir. **O povo do abismo**”: Trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987) Marechal Cândido Rondon, 2015:

SCHMITT, Judite Veranissa. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2008.

VANDERLINE, Juliane; Vanderline Tarcísio. **Mística e Resistência na Fronteira**- Perspectiva geográfica- ISSN1981-4801. Unioeste v.6, N.7-2011.

Migrações e conflitos:

*deslocamento de camponeses do Oeste paranaense
para a Amazônia nas décadas de 1970-1980*

Hiolly Batista Januário de Souza

O TEXTO QUE APRESENTAREMOS ABORDA O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO da Amazônia Legal, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, a partir da leitura de um informativo produzido pela Comissão Pastoral da Terra no Paraná (CPT/PR), denominado *Boletim Poeira*. Nosso recorte temporal engloba a ditadura civil-militar que estava à frente do Brasil desde 1º de abril de 1964, período em que, segundo alguns estudiosos, foi de aumento da violência no campo brasileiro.

Trabalhamos, em especial, com a migração ocorrida por trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra do estado do Paraná para a região amazônica. Acerca desse processo o *Boletim Poeira*, enquanto informativo produzido para a região Oeste do Paraná, tinha a ideia de incentivar a organização dos trabalhadores rurais paranaenses e informá-los sobre o que ocorria em sua região e em outras unidades da federação, que também estavam passando por situações de conflito como expropriação, expulsão e grilagem de terras.

Buscando compreender os processos abordados dentro do *Boletim Poeira*, migração, colonização e desapropriação, abordamos dois movimentos que se refletiam na ocupação da Amazônia com mais intensidade a partir dos anos de 1970 como: a “modernização da agricultura” e a “Revolução Verde”, que nos ajudam, em suas dinâmicas, a entender o processo de colonização da Amazônia.

Foi no período da ditadura civil-militar (1964-1985) que a modernização

do campo brasileiro, parte integrante de um movimento conhecido como “Revolução Verde”, ocorreu sob uma perspectiva mais intensa e autoritária. Márcia Motta e Sonia R. de Mendonça afirmam que a mecanização do campo brasileiro, apesar de algum ensaio ao longo das primeiras décadas do século XX, só se torna algo real a nível nacional com a ascensão da ditadura que, pela via do autoritarismo (*Via prussiana*)¹ passou a promover e implementar as modificações exigidas pelo capitalismo nessa quadra histórica (MOTTA, MENDONÇA. 2010, p. 308). Precisamos compreender, brevemente, o significado de “Revolução Verde” que, segundo Mauro Gomes, seria:

o conjunto de transformações ocorridas nas técnicas de produção agropecuárias, a partir da década de 1960. Essas mudanças relacionam-se ao intenso processo de mecanização da agricultura e da pecuária, o que pode ser percebido pela intensificação da utilização de tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos e também o uso de sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários etc., empregados de forma crescente nos diversos processos de cultivo e de criação de animais. Em síntese, trata-se da transformação capitalista da agricultura e da pecuária. Essa agricultura mecanizada é constituída com vista a dois objetivos básicos que são o aumento da produção e a maximização dos lucros.

[...]

Paralelamente às mudanças técnicas, vão ocorrendo importantes alterações no que diz respeito às relações sociais de produção. A organização do trabalho social passa por mudanças profundas, com o predomínio de grandes unidades produtivas e a diminuição do número de pequenos produtores, posseiros e parceiros. Eles vão sendo expropriados, dando lugar às grandes fazendas, nas quais a produção é organizada através de sistemas agroindustriais (GOMES, 2010, p. 407).

No Brasil a ditadura civil-militar opta, para o campo, pelo projeto acima

¹ *Via prussiana* seria uma das vias para o desenvolvimento do capitalismo apresentada pelos estudiosos. Essas vias seriam três: a democrática, que pressupõe uma revolução burguesa como no caso da França; a comunista como o que ocorreu na Rússia e na China; e a prussiana com característica autoritária, assim definida por Márcia Motta e Sônia Regina de Mendonça: “O Estado, ao servir como motor da acumulação [capitalista], atuaria no sentido de impulsionar a industrialização sem, contudo, ferir os interesses dos grandes proprietários” (MOTTA, MENDONÇA. 2010, p. 306). O processo ocorrido no Brasil é estudado a partir da perspectiva do modelo prussiano de desenvolvimento do capitalismo.

descrito, no qual a distribuição da terra entre os pequenos proprietários não se efetiva, assim como a pluralidade de culturas cede espaço para uma monocultura agroexportadora, sendo a escolha do produto feita pela demanda do mercado e com forte cunho tecnicista. A utilização cada vez mais extensiva de maquinário que substitui a mão de obra do camponês e exige uma especialização maior para sua operação não estavam de acordo com o perfil da maioria da população rural do Brasil até então, remodelando, dessa forma, o fazer no campo de forma excludente.

A aquisição de tratores, insumos químicos, medicamentos etc., exige que o dono da terra tenha um capital inicial consideravelmente maior do que geralmente imaginamos que um agricultor familiar dispunha quando do início da mecanização. Nesse sentido, se tornava cada vez mais difícil o acesso conforme esse modelo vai se consolidando com o passar dos anos. Essa nova realidade e a perturbação social que ela causou foi analisada em relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sob o título: “Consequências sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná”. Segundo o IPARDES:

A integração dos produtores paranaenses ao complexo Agroindustrial e as exigências daí decorrentes, como a incorporação de tecnologias de origem industrial e adaptação da produção ao mercado, aceleraram o processo de diferenciação sócio-econômica entre os produtores rurais, e, pode-se dizer entre a população residente no meio rural.

Esse raciocínio se torna compreensível ao se considerar que antes produtores já não possuíam as mesmas condições materiais de produção, após a utilização de máquinas e insumos produzidos pela indústria, e, portanto adquiridos via compra, as desigualdades tendem a se acirrar.

[...]

[...] as diferenças sócio-econômicas se acentuam, à medida que entre os produtores atingidos pelos estímulos e integrados ao Complexo Agroindustrial alguns se capitalizam e outros se tecnificam; os demais não atingidos pelos estímulos – em sua quase totalidade sem recursos e com pouca terra para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida por essa tecnologia – tendem cada vez mais a se diferenciarem daqueles, até o limite extremo, que

ocorre com a perda da terra e, conseqüentemente, o assalariamento no campo ou na cidade (IPARDES, 1985, p. 53-54).

O relatório do IPARDES e os meios pelos quais as diferenciações socioeconômicas se acentuaram durante o processo da modernização da agricultura nos mostram elementos dos dois processos abordados. Entretanto, um dos efeitos não evidenciado nesse recorte do relatório que fizemos é o do processo de migração interna, ou seja, dentro do próprio Brasil, deslocando os trabalhadores rurais que perderam suas terras ou que as venderam por um valor ínfimo, para as novas fronteiras agrícolas como a Amazônia. A migração interna aliviou as tensões que ocorriam nas antigas fronteiras agrícolas, deslocando-os para as novas fronteiras. Dessa forma, o cerne do conflito não foi resolvido, apenas teve seus elementos transportados para outras áreas. Podemos dizer, grosso modo, que os velhos embates foram levados para as novas terras.

Ao falar de “Revolução Verde” necessitamos abordar a “modernização da agricultura”, processo conservador que foi estabelecido a partir de meados da década de 1970 no Brasil. Elaborada e posta em prática de forma autoritária, encontrou o momento histórico propício para avançar sobre a floresta amazônica e seus “vazios demográficos”. M. Motta e S. R. de Mendonça assim definiram o processo de “modernização da agricultura”:

A rigor, a chamada “modernização da agricultura” brasileira somente ocorreria após a implantação do regime militar no país.

[...]

O regime militar [...] criaria [...] políticas públicas, voltadas para uma agricultura “moderna”, eficaz e altamente tecnicizada, capaz de superar o dito “atraso” com que a atividade era representada no pensamento social brasileiro. Suas diretrizes, para tanto, consistiram em: 1) colonizar fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro, expandindo o latifúndio improdutivo; e 2) farta concessão de créditos e subsídios, seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista dois tentos, disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos, como o Proálcool, por exemplo (MOTTA & MENDONÇA, 2010, p. 308).

Tanto o documento do IPARDES quanto a definição de “Revolução Verde” conjugam o que é explicitado pelas autoras no que se refere ao processo de modernização da agricultura e os efeitos que daí decorreram. Dentre as consequências desse processo, podemos destacar: exclusão social, violência, endividamento, migração para novas áreas de fronteira, ocupação das periferias das cidades etc.

Após terem sido apresentados, mesmo que brevemente, os conceitos que pensamos ser base para entender o que se passou no campo brasileiro, apresentaremos os projetos de colonização e ocupação das regiões da Amazônia legal, que abarca estados como Mato Grosso, Goiás e Pará. Observando que a ocupação da Amazônia fez parte de um imaginário político gestado ao longo de décadas, do mesmo modo que a base material para que ela pudesse ser de fato executada.

Colonização e avanço da Fronteira

O projeto de colonizar a Amazônia não foi uma ideia original nascida nos gabinetes dos militares que se instalaram no poder com o golpe civil-militar de 1964. Antes deles houve tentativas de estimular o povoamento dessas imensas áreas de floresta por outros mandatários, mas estes não contavam com o desenvolvimento logístico e financeiro necessário para avançar nesse projeto. As bases para que isso ocorresse ganham corpo a partir dos anos de 1930 e serão desenvolvidas nas quatro décadas seguintes. Neste momento, evidenciamos o projeto de colonização da Amazônia “Marcha para o Oeste” do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

A *Marcha para o Oeste* foi um programa federal lançado em 1º de maio de 1941 e buscava ocupar as áreas da floresta nos quais se defendia que existiam os “vazios demográficos”. Difundia-se a ideia que eram imensas áreas de terra e não tinham populações humanas ocupando-as, portanto caberia aos brasileiros fazê-lo, seguindo, por assim dizer, o exemplo dos bandeirantes que, séculos antes, adentraram o interior da então colônia portuguesa. Para além do discurso encorajador, instalar contingentes populacionais nessas áreas era importante para o Estado porque havia um distanciamento muito grande entre o Centro-Sul, o

Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte. Apesar de todas as regiões geograficamente comporem o mapa do Brasil, na prática, o intercâmbio econômico e cultural entre elas era bem limitado.

A definição de “vazio demográfico” pode ser criticada, por exemplo, se nos detivermos nas expedições coordenadas por Cândido Rondon, na primeira década do século XX, e as realizadas pelos irmãos Villas-Bôas, nos anos de 1940, que identificaram e fizeram contato com as populações que ocupavam esses espaços: indígenas, posseiros e quilombolas – com destaque para os indígenas. No entanto, suas formas de se relacionarem com a natureza e lavrarem a terra eram completamente diferentes do que era feito em outras regiões, bem como suas concepções de propriedade, quando esta existia.

O interesse do Estado em ocupar as áreas da Amazônia pode ser observado sob algumas perspectivas: 1) essa região vasta poderia ser rica em minérios a serem explorados – noção que permeava o imaginário popular; 2) o deslocamento das populações que passavam por problemas sociais em decorrência da seca no Nordeste² aliviaria as tensões ali existentes; 3) estabeleceria um controle maior sobre as fronteiras do país.

V. Ribeiro diz que a Marcha:

[...], objetivava atrair para regiões como Goiás e Mato Grosso não apenas colonos envolvidos em projetos estatais, a exemplo das colônias agrícolas de Goiás e Dourados, mas também capitais que pudessem extrair da região riquezas que se acreditavam ali existirem. O Centro-Oeste era visto pelo Estado Novo sob vários aspectos: seria a fonte de matérias-primas como minérios, o mercado receptor da indústria crescente que necessitava vender sua produção em franco desenvolvimento e a porta de entrada para a pouco conhecida Amazônia. Outrossim, era pensado como local adequado para a instalação de grandes contingentes populacionais deslocados do tenso Nordeste para ocupar o ‘vazio demográfico’, como então se dizia (RIBEIRO, 2010, p. 286).

² A migração de populações nordestinas para a região amazônica não era algo novo, sendo um movimento constante, variando em intensidade, desde o final do século XIX. Tendo como um dos pontos de destaque a “Batalha da Borracha”, durante a década de 1940. (NASCIMENTO, 2011, p. 22).

Segundo Ribeiro o projeto da *Marcha* acabou por não ter êxito de fato, porém lançou as bases ideológicas e técnicas para os projetos que se seguiram de ocupação da Amazônia. O autor destaca que mais “do que um programa, a marcha era um discurso ideológico usado normalmente para atrair a simpatia popular dos governantes, sob o slogan de ‘Rumo a Oeste’” (RIBEIRO, 2010, p. 287).

Esse discurso favorecerá, frente a chamada “opinião pública”, a construção de Brasília e a abertura das estradas de integração. Como exemplo podemos citar a estrada Belém-Brasília nas décadas posteriores que auxiliarão nos projetos de ocupação dessas regiões durante a ditadura civil-militar nas décadas de 1970 e 1980. Não sendo, portanto, algo advindo do pensamento nacionalista dos militares. Para Otávio Guilherme Velho:

A mitologia oficial em geral não as toma suficientemente em consideração, preferindo apresentar as ações recentes por parte do regime como uma espécie de manifestação de um “heroísmo civilizador” autoritário que praticamente transforma a natureza bruta em cultura. Certamente o que se tem feito recentemente através da ação estatal não tem sido apenas colocar novos rótulos em velhas garrafas, mas deve ser dito que pelo menos alguns ingredientes da mistura já estavam presentes (VELHO, 1979, p. 194).

Este autor aponta para outros motivos que poderiam auxiliar na compreensão do processo de ocupação da Amazônia legal de uma forma mais satisfatória que o ufanismo apregoado pela ditadura durante a década de 1970. Em primeiro lugar, essa quadra histórica passou a contar com os meios para se efetivar uma ocupação da Amazônia que antes não havia, tais como as estradas de integração Belém - Brasília e Cuiabá - Santarém. Outro fator seria o *fim* da fronteira agrícola na região Sul, especialmente no estado do Paraná.

Ao se ter algum problema com o aumento da população ou a diminuição das propriedades, repartidas com os processos de herança, os camponeses migravam em direção às bordas da fronteira, que se esgotou na região Sul no final dos anos de 1960. Além desses pontos, havia a questão da mecanização e do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que representou uma vitória para as lutas dos trabalhadores rurais, mas também uma forma de acelerar a mecanização, pois os gran-

des proprietários se sentiam lesados economicamente ao ter que pagar direitos trabalhistas para seus empregados, por exemplo (VELHO, 1979, p. 214 – 216).

Como parte dos projetos idealizados para colonizar a região amazônica podemos destacar a criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e o Plano de Integração Nacional (PIN), ambos da década de 1970, que estavam inseridos num contexto histórico de seca na região Nordeste e de esgotamento da fronteira Sul. O INCRA foi criado em 09 de julho de 1970. Essa autarquia passou a concentrar uma série de ações que iriam desde os projetos de colonização, passando por questões técnicas como a eletrificação rural e as desapropriações e reassentamentos de trabalhadores rurais (RIBEIRO, 2010, p. 261).

Era ao INCRA, por exemplo, que se cobravam as respostas para os problemas que estavam sendo enfrentados pelas populações rurais que sofriam expropriações, mas sem muitas respostas satisfatórias e/ou objetivas que atendessem aos interesses dos expropriados. Tanto Ribeiro quanto Velho expõem que os planejamentos que ficaram sob responsabilidade do INCRA acabaram por não serem corretamente efetivados, gerando mais conflitos e propiciando a ocupação das novas áreas pelos representantes do capital nacional e estrangeiro em detrimento daqueles trabalhadores rurais.

Em junho de 1970, foi assinado pelo então ditador Médici o Plano de Integração Nacional (PIN) que deveria promover a integração geopolítica entre as diferentes regiões do Brasil. Entretanto, Velho destaca que o projeto acabou por desagradar alguns grupos sociais como os políticos nordestinos. O programa procurava aliviar as tensões sociais no Nordeste promovendo a migração dessa população para a Amazônia, fazendo com que a classe política nordestina perdesse força, visto que seu eleitorado seria deslocado para fora de sua alçada. Para estes políticos deveria ocorrer o fortalecimento da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)³, e não a transferência de sua população. Outra crítica era o fato de que a integração seria entre duas regiões pobres do país (Norte e Nordeste) e não entre as partes pobres e a rica (Centro-Sul).

³ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em dezembro de 1959, pelo então presidente Juscelino Kubistchek, que buscava a promoção e o desenvolvimento dos estados brasileiros considerados dentro do chamado “polígono da seca” e teve Celso Furtado como responsável pela organização da autarquia e primeiro secretário-executivo. (CPDOC/FGV, 2021).

A criação, na década de 1970, desses planos geopolíticos da ditadura foi, em certa perspectiva, reflexo de tentativas anteriores de colonização da Amazônia Legal que podem ser analisadas, em especial, ao longo do século XX. A transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, a abertura de estradas, o incentivo para os processos de migrações internas promovidas pelo governo federal etc. são parte de algo mais amplo que encontrou no referido decênio a conjuntura propícia para sua concretização, dessa maneira Otávio G. Velho:

Tal como no caso da transferência da capital, a ocupação da Amazônia era falada há muitos anos. Mas somente na década de 60, após a abertura da Belém-Brasília, é que parece terem surgido condições reais para que essa ocupação definitiva e em grande escala comesse a se materializar. A impressão que se tem desses diversos desenvolvimentos que aos poucos se combinam é que diferentemente da opinião generalizada parece haver um grau razoável de continuidade a ligá-los. Ao mesmo tempo, parecem também contemporâneos do que tem sido considerado importantes *rupturas* na vida política do país (VELHO, 1979, p. 157).

Assim sendo, a ocupação da Amazônia foi um processo complexo e gradual que perpassou grande parte do século XX tendo seu momento histórico de maior avanço quando houve a combinação do desenvolvimento de estradas e transportes, um governo autoritário que não possuía uma oposição forte para barrá-lo e a tecnologia necessária. Não queremos afirmar que em um governo democrático não haveria a ocupação da Amazônia (a construção de Brasília se deu no governo democrático de JK), mas, talvez, o processo tivesse sido menos violento para com os trabalhadores rurais, posseiros, indígenas e quilombolas.

Com o Plano de Integração Nacional e o INCRA implantados o governo federal promoveu a expansão da fronteira agrícola brasileira para a região Amazônica, por meio de um modelo de ocupação que procurava maximizar os lucros das empresas e do Estado, além de promover um melhor controle sobre as terras amazônicas. A fronteira agrícola brasileira é uma área complexa, assim definida por Edson de Souza:

Compreende-se por fronteira agrícola a extensão espacial das áreas de ocupação agropecuária a partir de políticas de colonização e de assentamentos de migrantes, principalmente a partir da década de 1970. É um conjunto de atividades, “uma combinação concreta de forças produtivas e de relação de produção que se introduz numa área de fronteira” (Muller, 1990, p. 49). Esse processo dá-se em ocorrência do deslocamento de migrantes e capitalistas em busca de produtos primários que se associam às forças produtivas regionais e às correntes migratórias oriundas principalmente dos estados do Sul do país, estimuladas por diversos programas de colonização subsidiados pelo governo federal (SOUZA, 2010, p. 230).

Durante os anos de 1970 o processo de ocupação da Amazônia avançou gerando e agravando uma série de conflitos nas áreas onde os colonos recém-chegados se instalaram. No final dessa década os movimentos sociais conseguem se reorganizar para as diferentes lutas. Nesse contexto de reordenamento da produção e das relações sociais no campo foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, por meio de seus membros no Paraná, criará o Boletim Poeira em 1978. Necessitamos contextualizar sua formação para chegarmos ao seu informativo.

Comissão Pastoral da Terra (CPT): em defesa do “homem – pobre - da terra”

A Comissão Pastoral da Terra é uma entidade vinculada à Igreja Católica que foi fundada em 1975, durante o Encontro dos Bispos e Prelados da Amazônia Legal, realizado em Goiânia (GO). Seus principais objetivos seriam “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, além de estabelecer relação com outros organismos afins” (ASFORA, CARVALHO, 2010, p. 106).

Uma das gênesis para a CPT e o trabalho pastoral por ela desenvolvido foi a “Carta Pastoral” escrita por D. Pedro Casaldáliga, no ano de 1971. Denominada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, a carta expunha a realidade que estava sendo vivida pelas populações que

ocupavam o campo no Brasil naquele momento, em especial na região do Mato Grosso, e o cotidiano adverso que estavam enfrentando.

Neste documento D. Pedro Casaldáliga retrata os sertanejos que foram obrigados a migrar da região Nordeste pela seca, as populações indígenas de Xavantes e Carajás, os posseiros dos mais diversos matizes etc. O bispo destaca que eram pessoas que possuíam o básico para a sobrevivência e manutenção de suas famílias, e de como a chegada dos grandes conglomerados capitalistas estava afetando diretamente a vida dessas pessoas. O estabelecimento desses grupos, que não possuíam ligação com a terra, foi assim mostrado em sua carta:

Encontramos empresas que se dedicam aos mais diferentes tipos de atividades, que agora se lançam à agropecuária, como é o caso de Bancos (Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional, Brasul), de casas comerciais (Eletro-Radiodobraz), indústrias, etc. é a absorção dos bens de todos por alguns pequenos grupos poderosos (CASALDÁLIGA, 1971, p. 10).

A exposição da forma de ocupação das terras amazônicas feita por D. Pedro Casaldáliga em sua carta foi objeto de análise durante seus acontecimentos e nos anos posteriores. Dentre os estudiosos desse movimento, ainda nos anos de 1970, temos o trabalho de Velho que chamava a atenção para o fato de que essa forma de ocupação da região amazônica, que se iniciava, dava os primeiros indícios de que poderia repetir, o que de fato ocorreu, o modelo de latifúndio tal como existente nas outras regiões do país. Inserido nesse conturbado processo o autor faz referência aos conflitos que estavam surgindo entre grandes empresas e posseiros no Norte do Mato Grosso na década de 1970 e que contavam com a mediação da Igreja Católica, antes mesmo da CPT.

Se a “Carta Pastoral” de D. Pedro pode ser vista como uma das bases para a criação da Comissão Pastoral da Terra, o documento “Igreja e Problemas da Terra”, de 1980, que consolida o tipo de ação pastoral desenvolvido pela CPT e estimula a organização dos trabalhadores rurais (ASFORA, CARVALHO, 2010, p. 108). Um dos trechos do documento citado faz referência às contendas que estavam ocorrendo por todo Brasil, a correlação desigual de forças e a par-

ticipação de membros do Estado brasileiro contra as populações ribeirinhas, de posseiros, indígenas. Segundo o texto:

Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios. Violências de toda ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de Justiça e até juízes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo (CNBB, 1980, p. 06).

A CPT se organiza em um momento considerado como de rearticulação dos movimentos sociais de enfrentamento à ditadura civil-militar no Brasil, entre a segunda metade da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Para Maria de Fátima Asfora e Tarcísio de Carvalho esse contexto auxilia na rápida consolidação da Pastoral da Terra e nas ações de trabalho que ela promove nesse período de aumento significativo dos conflitos agrários (ASFORA, CARVALHO, 2010, p. 106). Os autores definem a atuação da Pastoral da Terra durante a ditadura da seguinte forma:

Vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Terra, fundada em pleno regime autoritário, pode ser identificada como a principal adversária da ditadura militar, no meio rural, por ter concedido visibilidade aos processos de exploração da mão de obra, de expulsão dos antigos posseiros e indígenas, bem como aos assassinatos ocorridos no processo de modernização agropecuária do país (ASFORA, CARVALHO, 2010, p. 106).

A Comissão, de forma rápida e articulada, amplia seus trabalhos buscando a defesa não só dos expulsos da terra devido ao processo de modernização da agricultura, mas também se engaja contra a repressão e violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais que sofriam com o estabelecimento dos grandes projetos da ditadura, como a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no Oeste do Paraná. Cabe ressaltar que, mesmo sendo uma entidade li-

gada à Igreja Católica, a CPT possui um caráter ecumênico, tendo entre os seus quadros membros de outras denominações cristãs como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Em nosso caso específico destacamos a presença dos pastores luteranos Gernote Kirinus, que foi pastor da Paróquia de Entre Rios, então distrito de Marechal Cândido Rondon, e Werner Fuchs, pastor na Paróquia da cidade de Santa Helena.

Passemos agora a discutir o Boletim Poeira, sua criação e o material apresentado em suas publicações sobre os projetos de colonização da Amazônia Legal. Tais projetos endossavam um processo muito maior de ocupação da região amazônica e que vinha sendo gestado há décadas até que, nos anos de 1970, a conjuntura histórica propiciou sua efetivação, sem que, com isso, as bases desiguais da sociedade brasileira fossem alteradas.

Boletim Poeira: meio de denúncia e contestação

Como apresentado, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo aumento da violência no campo, a implantação de um projeto de modernização da agricultura conservador feito sob os auspícios de um regime ditatorial que privilegiava o grande capital nacional e estrangeiro. Foram décadas marcadas também pelo desenvolvimento de grandes empreendimentos infraestruturais, como a construção da Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

A construção de Itaipu representou uma mudança não só na geografia da região Oeste do Paraná, mas teve reverberações sociais e econômicas para a sua população. Além da usina propriamente dita, houve o impacto gerado pelo seu lago, que deixou submersa imensas áreas do Brasil e do Paraguai. Nesse cenário, se inicia neste local os movimentos dos trabalhadores rurais que estavam sendo expropriados para a construção da Usina e de seu lago.

A organização desses trabalhadores se iniciou em torno de algumas pautas em comum, dentre as quais podemos destacar: o pagamento justo de indenizações para os proprietários, o reconhecimento de pagamentos dignos para os pos-

seiros, reassentamento no próprio estado do Paraná, etc. Imersa nesse contexto a Comissão Pastoral da Terra, por meio de sua entidade no Oeste paranaense, se envolveu nas lutas daqueles pequenos proprietários e posseiros, se tornando uma importante aliada deles e dos movimentos dali surgidos como o MJT (Movimento Justiça e Terra, o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem terra do Oeste do Paraná) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)⁴.

Podemos considerar que, nesse momento conturbado, uma das frentes de luta que foi aberta pela CPT/PR foi o “Boletim Poeira”. Esse informativo, criado e desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra no Paraná, se constituiu como uma forma de manter os trabalhadores rurais das regiões Oeste e Sudoeste desse estado informados sobre o que ocorria naquele momento. Esse Boletim teve seu primeiro exemplar publicado em 1978, sendo produzido na cidade de Marechal Cândido Rondon, cidade sede da CPT/PR até o ano de 1979, quando fora transferida para a cidade de Curitiba (MASCARENHAS, 2015, p. 122). Segundo Milena Mascarenhas:

O Boletim *Poeira* apresentava-se como uma boa arma de luta dos expropriados de Itaipu, constituindo-se em um projeto contra-hegemônico dos expropriados e de contra-discurso produzido pela CPT e atingidos para se contrapor ao discurso do bloco da Itaipu. Se, por um lado, a Itaipu estava produzindo uma verdadeira campanha publicitária para conquistar a opinião pública, usando, dentre outros instrumentos, o *Informativo Unicon*, os expropriados precisavam deslegitimar o discurso da Itaipu, demonstrando os *confrontos* e *contrapontos*, daqueles que estavam sofrendo na pele as injustiças cometidas pelo grupo Itaipu (MASCARENHAS, 2015, p. 123).

O Poeira não foi um simples reprodutor de notícias, mas buscava educar politicamente a população. Orientava seus leitores para uma determinada forma de luta que visava a união dos trabalhadores rurais que estavam sendo expropriados, contra o valor das indenizações e a exclusão de alguns deles, caso dos pos-

⁴ Movimento dos Agricultores Sem terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que se organiza como um desdobramento do Movimento Justiça e Terra (MJT), articulado pelos trabalhadores para pressionar a Itaipu a dialogar com a população que estava sendo atingida pela construção da usina.

seiros, das discussões com Itaipu. Mesmo que tenha sido criado no Oeste paranaense o Poeira não se restringia aos acontecimentos desse local, porque as ações que ali ocorriam tinham consequências diretas em outras regiões, e vice-versa. Apresentou, durante todos os seus anos de publicação os efeitos da construção de Itaipu em outras áreas do país, dando um enfoque especial para os projetos de colonização e seus resultados negativos, tanto sobre a população local quanto para os migrantes que lá se estabeleciam. Tema que trataremos a partir de agora.

Poeira: colonização não!

Desde seus primeiros números o Boletim Poeira percebe como os processos migratórios gerados pelas desapropriações forçadas pela construção da Usina de Itaipu e do seu lago seriam negativos para os envolvidos. Baseados nessa mentalidade os editores, que não são identificados, bem como os colaboradores do Poeira nº 5, de novembro de 1978, expunham em suas páginas um documento aprovado na Assembleia dos Agricultores de Itaipu, realizada na cidade de Santa Helena da qual participaram os trabalhadores rurais e os membros da Comissão Pastoral da Terra do Paraná direcionado ao então ditador Ernesto Geisel. O documento trazia uma série de reivindicações como o pagamento de indenizações justas, o reconhecimento das benfeitorias feitas pelos posseiros, cobrando uma posição clara sobre o que aconteceria com as igrejas, escolas, estradas erguidas pelos colonos, etc. Nesse contexto, a reivindicação de número 10 era a seguinte:

10- Reassentamento no Estado do Paraná, em terras que possuam as mesmas condições das que serão inundadas (fertilidade, mecanizáveis, destocadas). Caso não seja possível no Paraná, então em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, ou Sul do Mato Grosso. Que o governo nos indique novas terras e dê ajuda para nova instalação (Boletim Poeira, n. 5, p. 03-04, novembro de 1978).

O reassentamento no próprio Paraná, ou nos outros dois estados da região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) desses trabalhadores rurais acabava sendo algo inviável dentro do modelo escolhido pelo governo federal. G. Velho

afirma que a fronteira agrícola na região Sul havia se fechado, tendo sido seu último avanço justamente para o Oeste do Paraná (VELHO, 1979, p. 154). Não que não houvesse terras, mas elas estavam sendo utilizadas para a expansão dos latifúndios e dos Centros Agroindustriais e não para os possíveis reassentamentos.

No mesmo número do Boletim Poeira (nº 5) foi relatado os problemas encontrados para a entrega do documento e as respostas que os trabalhadores e a CPT obtiveram dos representantes do governo federal sobre as desapropriações. Ao final do Poeira havia uma reportagem que afirmava que os expropriados não poderiam ser reassentados por falta de terras dentro do Paraná e segue afirmando que “a grande maioria deverá ir mesmo para projetos de colonização do governo na Amazônia, ou para áreas em desbravamento por colonizadoras particulares” (Boletim Poeira, novembro de 1978, p. 11). Afirmações como essa eram contestadas pelo informativo que se utilizava dos dados do próprio INCRA acerca da existência de terras improdutivas no Paraná, criticando a alegação de “falta de terras”.

No Boletim Poeira de nº 6 (dezembro de 1978) há um texto intitulado “No Paraná: Terra só para os grandes”, assinado por Ricardo, sem que conste qualquer outra identificação do autor. Nele são apresentados os receios que o deslocamento para novas áreas despertava nos trabalhadores rurais, tais como: ter que fazer nova derrubada de matas, ficar em locais sem infraestrutura básica, não saber a melhor forma de trabalhar o solo, a insegurança quanto aos grileiros de terras, etc. Para ilustrar que não havia justificativa para o deslocamento desses trabalhadores rurais expropriados por Itaipu para outras regiões foi apresentado um cálculo feito com base nos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual se depreende, segundo Ricardo, que:

Para que ninguém tenha dúvidas e todos possam acompanhar nosso pensamento, vamos resumir: Em 1970, havia 13 grandes latifúndios com mais de 4 mil alqueires cada, que possuíam, todos eles juntos, 180 mil alqueires. Cinco anos depois, em 1975, já existem 28 grandes latifundiários, donos de um total de 288 mil alqueires.

Agora vamos terminar as contas. Em cinco anos, os grandes latifundiários passaram de 180 mil para 288 mil alqueires. Ou seja, eles conseguiram durante 5 anos 108 mil alqueires, portanto, muito mais terra do que precisariam as famílias desalojadas pela Itaipu. A conta é um pouco complicada, mas valeu a pena, porque agora sabemos

quanta terra esses enormes latifúndios conseguiram em apenas 5 anos (Ricardo, Boletim Poeira, n. 5, dezembro de 1978, p. 08).

Ao apresentar esses dados o autor do texto questionou: “o dinheiro deles [latifundiários] vale mais do que o trabalho do homem na terra? Será que o gado, a madeira e o mato valem mais que o agricultor? Isso é Justiça?” Salientamos que o período para a exposição do Sr. Ricardo no texto coincide com os anos de implantação dos projetos de colonização da Amazônia e da modernização da agricultura, modelos que se construíram complementares e articulados. Mesmo que nos possa parecer isolada a criação de uma vila ao Norte do Mato Grosso e o aumento das terras de um único dono em Palotina, no Paraná, são movimentos que devem ser observados dentro de uma perspectiva de totalidade para que sejam entendidos.

O mesmo Boletim Poeira de dezembro de 1978, ainda apresentou, pelo menos, dois textos nos quais era mostrada a realidade dos trabalhadores rurais que migraram para a região amazônica nos anos de 1970. No primeiro, intitulado “1- Os agricultores paranaenses em Colorado D’Oeste – Rondônia” evidencia-se uma das causas da migração, a saber: uma geada ocorrida anos antes que havia destruído as plantações de café no Paraná obrigando muitos de seus trabalhadores a migrar, porque não conseguiam meios para trabalhar a terra. Outro ponto tratado era a falta de infraestrutura básica para os moradores como estradas e atendimento médico. O Poeira reproduz os depoimentos de alguns desses moradores:

Nos 6 meses de chuva, essa estrada [Vilhena – Colorado], e também as linhas para o interior, que já estão em situação difícil de passar, ficam interrompidas. Sobram os meios de transporte dos táxi-aéreos – poucos e caros – e o “expresso canela”. Vejamos o que diz o povo de lá:

- A estrada de Vilhena para Colorado é uma calamidade. Pelo dinheiro que se gastou, ela poderia estar asfaltada (de autoridade do banco).
- Troquei meu lote por um revólver para não perder tudo. Era puro banhado.
- Meu lote fica a 25 km. Duas vezes fiz derrubada e não queimou. Perdi 3 alqueires. Tenho que começar tudo de novo.
- 80% do pessoal que tem lotes vai perdê-los, porque não tem saúde, dinheiro, ou por não saber trabalhar nele.

-Velhos precisam ir à Vila Rondônio (500 Km) para buscar seus 600 cruzeiros de aposentadoria. Tem um que foi e não recebeu (Boletim Poeira, n. 6, p. 09, dezembro de 1978).

Nos depoimentos observamos um abandono pelo poder público para com essas populações migrantes, pois não houve o desenvolvimento de estrutura básica para que eles pudessem organizar o seu trabalho e manter suas famílias com dignidade. O medo de perder a terra e ter que migrar novamente para um lugar ainda mais distante ou para as cidades – grandes, pequenas ou médias – se faz presente nesses relatos que dão conta de que os trabalhadores rurais não teriam capital para continuar investindo e nem o conhecimento técnico necessário para o solo da região.

O Boletim Poeira nº 6 segue com uma denúncia sobre a forma de agir do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contra os posseiros no Sul do Pará. Sob o título “2- INCRA dá e tira de novo terras de 2.000 colonos” apareceu relatada a tentativa de expulsão de posseiros dessa região para que as terras pudessem ser reconhecidas como pertencentes à empresa Manah. A fim de que isso ocorresse a terra não poderia estar ocupada. Para realizar a ocupação das terras a empresa se utilizou de jagunços, que perpetraram diversas violências de forma a forçar a saída desses posseiros das terras reivindicadas pela empresa. O caso foi assim apresentado:

As grandes empresas começaram a chegar no sul do Pará a partir de 1970. Bem antes já havia os posseiros, muitos deles vindos do Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná. Para as grandes empresas legalizarem as terras, a lei exige que elas provem ao INCRA ou ITERPA (Instituto de Terras do Pará) que não existem posseiros na área de seus projetos, ou então devem indenizar os posseiros. Isto é o que manda a lei. A realidade, porém, é outra. A única lei válida por lá é a do dinheiro ou da bala, como conta um dos posseiros: “... Os pistoleiros estão lá, rodeando direito, tocaiano nas matas, atirando nas casas de noite, fazendo tudo que é barbaridade. Nós estamos lá nessa terra há mais de 16 anos, temos mesmo direito que mesmo o doutor reconhece, mas a MANAH (adubando dá) não quer respeitar.”

Outro posseiro continua: “... e olha que nós (13 famílias nesse local) só ocupamos um total de 360 alqueires, enquanto que a Ma-

nah diz que é dona de 27 mil alqueires, 30 lotes de 900 alqueires; Nem a vida inteira eles vão dar conta dessa terra.”

Diante de tais casos, que faz o INCRA? Simplesmente fecha os olhos fingindo que não vê. Tapa os ouvidos, fingindo que não ouve. Outras vezes usa também da mentira e da violência, como no caso de 2.000 famílias de colonos, que compraram terras do INCRA no trecho da rodovia PA-150. Já tinham licença de ocupação, carteira de colono e certificado de cadastramento. Aí apareceu a MARAJOARA, que é serraria e fazenda, dizendo que tinha comprado as terras do Iterpa. O Incra pede os documentos dos colonos “para fazer algumas correções”. Depois desaparece com os documentos, transformando colonos em posseiros e procurando expulsá-los com ajuda da polícia. Alguns desconfiaram e não entregaram os documentos, outros estão decididos a resistir: “... Na hora que a polícia veio me despejar eu disse: ‘Você não vai me levar vivo. Eu vou morrer aqui mesmo?... Só me despejaram no outro dia, com oficial de justiça... Isso foi lá em Goiás, com o Incra de lá. Agora aqui vai tudo repetindo que nem num espelho. Eu nunca vou esquecer quando o doutor do INCRA chegou prá mim, entregou os papéis e disse: pronto seu Manoel Messias, agora essa terra é sua, e ninguém mais vai tirar o senhor de lá. Sem-vergonha – não passou nem 3 meses vieram tomar as coisas da gente, mandar embora. Sabe quem? O INCRA mesmo, que não prega nem um prego num sabão a favor de um colono” (Boletim Poeira, n. 6, p. 10, dezembro de 1978).

Podemos verificar a apropriação das terras por grandes empresas, tema abordado na primeira parte desse texto. Outro assunto seria o uso indiscriminado da violência por parte de pessoal contratado para assustar, coagir e, em muitos casos, assassinar quem se opusesse a deixar a terra. Nessa lógica de violência há a questão simbólica de que esses trabalhadores rurais possuíssem os títulos das terras e, mesmo assim, o próprio órgão que havia lhes transferido a propriedade a contestava em favor do grande capital.

A partir do relato do Sr. Manoel Messias percebemos como a expansão da fronteira acaba por exigir mais dos pequenos, que são considerados descartáveis. Ao iniciarmos a leitura de seu depoimento imaginamos que ele está falando do que se passava naquele momento no Sul do Pará até que ele nos diz: “isso foi lá em Goiás, com o Incra de lá”. Ou seja, seria pela segunda vez expulso de uma terra

que considerava sua num intervalo de alguns anos. Seguindo a lógica do capital observamos um modo de agir que pode ser considerado intrínseco ao sistema. O que se passou com o Sr. Manoel nos lembrou a seguinte passagem de F. Engels:

Ali onde aparece esse grande proprietário de terras [...] não é precisamente para desbravar e iniciar o cultivo das terras incultas, mas muito ao contrário, para converter em pastos terras cultivadas [...] despovoando e arruinando regiões imensas. E, [...] quando a grande densidade de população faz com que se eleve o valor da terra, e quando os progressos da economia permitem cultivar até mesmo as terras piores; então é que encontramos os grandes latifúndios, com o cultivo em grande escala de terras incultas e terrenos de pasto, realizando-se essa evolução principalmente [...] pela expropriação das terras (ENGELS, 1878, p. 04-05).

São os trabalhadores rurais, os pequenos proprietários, os posseiros que, forçosamente deslocados ou trabalhadores imbuídos da ideia de se tornarem proprietários que migram para as regiões de fronteira agrícola ainda aberta, com terras ainda repletas de matas, que vão ocupá-las e torná-las mais viáveis para o grande capital. Após a destoca, queimadas, desmatamento, os conflitos com comunidades indígenas e quilombolas, e o preparo da terra é que o grande latifúndio se instala, promovendo violência e pressão para um novo deslocamento dessa população, que acaba vivendo uma constante de insegurança e medo.

Considerações finais

Com esse texto buscamos traçar um paralelo entre os grandes projetos da ditadura civil-militar – modernização conservadora da agricultura e a construção da Usina Binacional de Itaipu – e o processo de colonização da região Amazônica. Observamos que tais planos não foram ideais que surgiram no seio dos militares, mas que houve, em décadas anteriores, os primeiros passos para que eles se concretizassem e que, na década de 1970, acabaram por encontrar o contexto histórico propício para sua efetivação.

A partir de um momento de abertura política da ditadura e contestação ao regime militar verificamos o afloramento de movimentos de contestação, do qual se destacou no campo, a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Igreja Católica, mas de caráter ecumênico. Ela se colocou ao lado dos homens da terra que estavam sofrendo diretamente com as expropriações, expulsões, e as mais variadas formas de violência no campo. Destacamos como que, por meio de seu informativo, o Boletim Poeira, a CPT/Paraná denunciou as desventuras que ocorriam com o homem do campo, se colocando contra a colonização, evidenciando a precariedade que integrava tal plano, como as constantes denúncias do avanço dos grandes conglomerados, nacionais e internacionais, na compra das terras no Brasil.

Referências

MASCARENHAS, Milena Costa. Poeira: a expressão dos atingidos de Itaipu. In: SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José (orgs.). **Terra e poder: abordagens em história agrária**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Anti-düring**. 1878.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato** (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL. 1979.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IPARDES. **Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná**, 1985.

CPT. **Boletim Poeira**. Março de 1978 a dezembro de 1978.



Flor de Maracujá. Ibema/PR, 2019. Autorialia de Paulo José Koling.

Levantando Poeiras no/do Chão:

estudo das lutas e resistências dos atingidos da Itaipu

Paulo José Koling

*“Há muitos anos eles vieram
e desbravaram o Oeste do
Paraná: derrubaram as matas e
mecanizaram os campos para a
produção de soja e trigo.*

*Depois veio o medo: Itaipu. O
pesadelo de ter que deixar a terra e
começar tudo de novo.*

*As águas só chegarão em 1983, mas
já começaram os dias amargos”.*

CPT/PR (O Mausoléu do Faraó, 1978, p. 3)

*“Sabemos que dragão amarrado jamais
vira moça bonita”.*

CPT/PR (Poeira, Ano V, n. 20, Jan/Fev de 1982, p. 7)

AS DUAS EPÍGRAFES ACIMA CITADAS FORAM SELECIONADAS DE DOIS DOCUMENTOS produzidos a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT/PR) que, de certo modo, estão inseridos em cenários e momentos diferentes. A primeira foi retirada da cartilha *O Mausoléu do Faraó*, elaborada pelo jornalista Antônio Carlos Moura, a convite da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nacional, de Goiânia, e divulgada no mês de agosto de 1978¹, que tratou do questionamento

¹ “O documento, escrito pelo jornalista Antônio Carlos Moura, de Goiânia, foi publicado em agosto de 1978 e, trazendo fotos e ilustrações, era dividido em três partes: 1 – Expulsos da terra prometida, 2 – Gran-

sobre o tal “preço justo”, que a direção central da Itaipu e as equipes de campo (da binacional e das empresas contratadas) propalavam que os atingidos deveriam aceitar a parte do sacrifício que lhes era exigido pelo governo federal em nome do progresso e do desenvolvimento que a maior usina hidroelétrica do mundo, a obra do século, iria proporcionar ao país; relacionado a isto, pelo *Mausoléu* também indagavam sobre o “quanto” e “quando” os expropriados receberiam pelas indenizações que a Itaipu iria realizar como pagamento pelo tamanho patriotismo à nação e à ditadura que lhes eram exigidos. A cartinha do *Mausoléu* pode ser considerada como uma das principais fontes produzidas pela CPT, enquanto expressão da luta popular dos futuros afogados da Itaipu, também nominados como atingidos, expropriados ou desapropriados da usina binacional. Esta cartilha, no entanto, não foi a primeira ação publicada pelo movimento dos atingidos, mas somou mobilização a pelo menos três outros atos e ações realizadas anteriormente que acompanharam o próprio engrossar do caldo da resistência, sendo estes: - o Depoimento de Dom Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas, e de Gernote Gilberto Kirinus, Pastor da IECLB e Secretário da CPT/PR, perante a *CPI da Terra da Câmara de Deputados*, ocorrido em Brasília, no dia 02/09/1977 (CPT/PR, 1977); - o Depoimento do Pastor Gernote Gilberto Kirinus, Secretário da CPT/PR, perante a *CPI da Desparanização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*, realizada em Curitiba no dia 19/04/1978; e, - o Boletim Informativo da CPT do Paraná, *Poeira*, que teve a primeira edição publicada no mês de março de 1978 (CPT/PR, *Poeira*, Ano I, n. 1, março de 1978)².

A segunda epígrafe encontra-se na *Carta Aberta dos Agricultores Assaltados por Itaipu ao Povo Brasileiro que sofre como nós e às Autoridades que deveriam nos defender*, do Movimento Justiça e Terra (MJT), documento aprovado na Assembleia do MJT realizada em Santa Helena, no dia 02 de março de 1982, que teve a participação de “um grupo de 180 representantes dos 600 expropriados por

dezas e fraquezas de Itaipu, 3 – O sofrido país-irmão. – Nota do revisor” [Pastor Werner Fuchs] (In: MAZZAROLLO, 2003, p. 66 – Nota de rodapé 1).

² Para evitar a repetição desta fonte, o Boletim *Poeira*, da CPT/PR, optamos por resumir os dados desta fonte indicando apenas a autoria, o *Poeira*, o número e a página. Com isto, os interessados podem localizar as demais informações de cada edição ou das edições citadas no capítulo a partir do Anexo, incluído após as Referências Bibliográficas, no qual constam todas as edições realizadas durante o período de março de 1978 a fevereiro de 1987.

Itaipu, que ainda não foram indenizados, reuniram-se em Assembléia, (...), para analisar e tomar uma posição frente às injustiças que estavam sendo cometidas pela Empresa Binacional Itaipu com os agricultores que ainda não foram indenizados”³ (CPT/PR, *Poeira*, n. 20, p. 6).

Com relação aos cenários e momentos, a primeira epígrafe trata de um passado e de um lugar onde as pessoas haviam participado de um progresso recente, porém estavam num tempo presente de medo e incertezas, bem como diante de um anúncio de uma tragédia e destruição dos lugares onde os atingidos até então viviam, que sentiam medo diante do pesadelo: as águas do dilúvio iriam chegar num futuro bem próximo e ocupariam suas terras e seus lugares de vida, trabalho e convivências. A segunda epígrafe, por sua vez, preserva a denúncia das injustiças que a Itaipu continuava realizando enquanto opção daquele progresso, porém num momento em que os expropriados do MJT já haviam mostrado a fase do dragão e evitado muitas das injustiças, numa soma de reivindicações conquistadas nos anos anteriores e mesmo após o caso do Acampamento de 54 dias do MJT, no Trevo da Vergonha, em Foz do Iguaçu. Todavia, mesmo sob correntes, o monstro continuava sendo o monstro, como tantas vezes o Pastor Werner Fuchs, enquanto Secretário da CPT/PR, se referiu ao nominar a Itaipu Binacional, que jamais foi nem seria uma “moça bonita”.

O povo fala: “Aquela taipa de injustiça, Itaipu, está nos assaltando em nossas terras. Para onde vamos depois?” De fato, a imagem de Itaipu é a de um monstro devorador. Não apenas consome com orçamentos astronômicos, mas também devora terras produtivas, destrói famílias e comunidades. Como todos os monstros, já nasceu grande. A resistência foi nascendo pequena, fraca, humilde. Ao verem as primeiras vítimas, os atingidos aos poucos venceram o medo e as distâncias animaram-se pela união e pelo apoio recebido, e forçaram o monstro a ceder, a atender reivindicações, e a consentir no diálogo (FUCHS, In: MAZZAROLLO, 1980, p. 6).

³ A frase em epígrafe integra o documento final, Carta Aberta, da Assembleia do Movimento Justiça e Terra, realizada no dia 02 de março de 1982, em Santa Helena, intitulado “Movimento Justiça e Terra dos Agricultores Assaltados por Itaipu ao Povo Brasileiro que sofre como nós e às Autoridades que deveriam nos defender”. A referida Carta Final foi apresentada na matéria “Itaipu: nova mobilização dos expropriados” (In: CPTPR, *Poeira*, Ano V, n. 20, Jan/Fev de 1982, p. 6-7).

A história da luta popular dos atingidos por barragens no Brasil, antes e depois da criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no âmbito nacional, em particular para o caso da Itaipu Binacional, possui um número expressivo de referências e fontes, sem contar, é claro, dos casos memorialísticos e ufanistas pró governos (no Brasil e no Paraguai, aliás, cada qual vivendo numa ditadura) e da “Obra do Século”.

Uma das pesquisas acadêmicas que resultou numa obra bibliográfica de referência sobre o tema, “Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento”, Ivone Teresinha Carletto de Lima (2006), autora, foi contundente ao abordar o foco sobre o casal “progresso e desenvolvimento”, a ladainha das teclas binárias que Itaipu e o governo brasileiro (e todos os porta-vozes e empresas) tocavam durante o período de 1973 a 1982, aos ouvidos da nação e à dança do sacrifício que os expropriados deveriam fazer. Recentemente, o brasilianista Jacob Blanc (2021) publicou o livro “Antes do Dilúvio: a Itaipu e a história da ditadura no campo”, cujos temas – camponeses com terra e camponeses com pouca terra ou sem terra entre e dentre os atingidos, luta pela terra e justiça, luta por Tekohá para ter Tekó, ditadura no campo, projeto oficial de colonização no Amazonas e democratização –, as pesquisas e os acessos às fontes (incluindo acervos e arquivos no Brasil e no Paraguai, com destaque aos da Itaipu e da CPT), possibilitaram uma leitura acurada e provocativa, por vezes imperceptível, até o presente momento, para aqueles que já refinaram seu olhar para com a Itaipu e a luta dos expropriados, seja do ponto de vista histórico-social e ideológico dos pró ou dos contra aquele projeto de usina hidroelétrica binacional, construída no canyon ou canalão do Rio Paraná, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guáira (no Brasil) e entre o então município de Ciudad Porto Stroessner (atual Ciudad Del Leste) e Salto Del Guairá (no Paraguai), que teve por marco legal e binacional, o Tratado de Itaipu, assinado no dia 23 de março de 1973 pelos governantes nacionais de ambas as partes.

Tendo em vista o propósito deste texto, optamos por priorizar algumas fontes primárias relacionadas aos levantados do chão, no caso, *levantando poeiras*, com destaque para as cartilhas *O Mausoléu do Faraó* (1978) e *A Taipa da Injustiça* (1980 e 2003) e as edições do Boletim Informativo da CPT/PR *Poeira*, realizadas durante o período de março de 1978 a dezembro de 1982, respectiva-

mente os volumes entre o Ano I, n. 1 ao Ano V, n. 25, que somam 499 páginas (cf. o Anexo). Outra fonte de época que também reúne uma pesquisa participante (engajamento, mãos na massa, pés na poeira e no barro, testemunho ocular, sentimentos e participação nas ações de mobilização) e a formação-reflexão acadêmica, é a obra da geógrafa Guiomar Inez Germani (2003), “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu”, escrita em meio às lutas e às ações⁴. Mesmo que a Guiomar Germani teve que delimitar seu estudo até o ano de 1981, haja vista os prazos acadêmicos, e analisar a construção do movimento dos expropriados até a mobilização do Acampamento do Trevo da Vergonha, ocorrido entre 17 de março a 9 de maio de 1981 (54 dias), a abordagem que apresentou, praticamente, constituiu-se em mais uma fonte e linguagem direta dos protagonistas da resistência, em meio às trincheiras, incluindo a seleção de documentos anexados na versão do livro.

O envolvimento da autora com as práticas cotidianas de resistências e sua participação em atos públicos de luta, além dos diálogos diretos com as pessoas e pisando nas mesmas poeiras, possibilitou a ela construir e indicar uma visão e sistematizar uma avaliação do movimento dos expropriados em movimento. Na segunda parte do livro, Guiomar Germani tratou sobre “O conflito Itaipu X Colonos” e, para uma leitura didática, propôs uma organização desta questão em três momentos que correspondiam, qualitativamente, às três formas de luta dos expropriados, conforme sua leitura.

Para melhor entendimento, esta parte [do livro] é dividida em três períodos correspondentes às diferentes formas de luta adotadas pelos expropriados, cada uma representando um esgotamento da forma anterior e um salto para uma forma mais avançada que se caracteriza por um grau maior de organização.

O primeiro período compreende o início da obra até as primeiras indenizações (de 1973 a 1977); o segundo período, quando os expropriados começam a se organizar e realizam duas assembléias

⁴ Trata-se da pesquisa de Mestrado que a Guiomar Inez Germani realizou, conforme a própria autora informou na apresentação da edição do livro: “Este trabalho foi escrito nas ‘trincheiras’ da resistência à construção da Hidroelétrica de Itaipu e apresentada como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), em junho de 1982, sob o título “Os Expropriados de Itaipu” (GERMANI, 2003, p. 9).

(de 1978 a 1979), e o terceiro quando partem para uma nova forma de luta e realizam dois acampamentos (de 1980 s 1981) (GERMANI, 2003, p. 65).

Por estar no “olho do furacão”, Germani teve a percepção de que em cada um dos momentos da construção do movimento houve um avanço qualitativo em relação às formas de luta anteriores e de enfrentamento ao faraó e à taipa da injustiça. À época, a própria autora aprofundou mais o segundo e o terceiro período, presenciando boa parte do último. Quanto ao primeiro período ainda permanecem lacunas às pesquisas, mas, os registros da cartinha *O Mausoléu* não deixou de esclarecer que naquele contexto (1973-1977) muitos nem acreditavam que seria possível construir uma usina e formar um lago daquelas proporções no Rio Paraná. Em uma das atividades de visita realizada no Tekoha do Ocoí, situada na faixa de reserva do lago, com estudantes do Curso de História da Unioeste, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, realizada a um bom tempo, num dos diálogos realizados com um ancião Ava-Guarani foi possível ouvir o relato de que os próprios Ava-Guarani não acreditaram que seria possível segurar ou prender as águas do Rio Paranazão, tamanha era a sua força e tamanha era a simbologia que o próprio Paranazão tinha na cultura indígena.

Junto a isto, no próprio *Mausoléu* constaram duas outras questões chaves: *quando* teriam que sair de suas terras e moradias e por *quanto* seriam realizadas as ditas indenizações das áreas de terra e benfeitorias, localizadas no meio rural e urbano. Afinal, até então àqueles que seriam “afogados” só ouviam dizer que a Itaipu pagaria o “preço justo” e de que os atingidos deveriam contribuir e se sentir partícipes do grande projeto hidroelétrico, com este sacrifício lhe era exigido de deixar suas terras, enquanto prova do orgulho pátrio.

Numa linguagem acessível em formato de diálogo, Antônio Carlos Moura, autor do “O Mausoléu do Faraó”, registrou a dúvida que os lavradores tinham em relação ao que era tido como “preço justo” da Itaipu, conforme segue uma passagem no item do texto da cartilha “O ‘Preço Justo’ e a Vacina”.

- O que mais preocupa a gente é não saber o preço que vão pagar pela nossa terra. Eu mesmo já fui duas vezes no Departamento jurídico da Itaipu, em Foz do Iguaçu, e fui bem recebido. Me deram muita

informação. Mas, quando eu saí, eu sabia menos do que quando eu entrei. A única coisa que nós sabemos é que vão nos pagar o “preço justo” da terra e das benfeitorias. Mas o que é esse “preço justo”? Se eles chegam na casa do seu João Domingos e lhe dizem: “Sua casa vale 10 mil cruzeiros” – é “preço justo” ... E se lhe disserem: “Cinco” – também é “preço justo” ... Ninguém sabe dizer nada aqui, em nosso favor (CPT/PR, 1978, p. 10).

Neste sentido, um dos debates e ponto dos embates entre “Colonos X Itaipu” foi, exatamente, o tal “preço justo” da Itaipu e as “injustiças da Itaipu”, que persistiu durante o período de 1975 a 1982, quando não nos anos seguintes, se considerar as consequências que muitos expropriados tiveram que enfrentar por não terem conseguido manter as mesmas condições de vida que tinham antes da chegada dos anunciadores do dilúvio, em função dos baixos valores recebidos das indenizações e pelas diversas especulações imobiliárias da terra às quais estavam submetidos. Portanto, a Itaipu Binacional e os consórcios de empreiteiras do ramo de infraestrutura contratadas em cada país, Brasil e Paraguai, não eram os únicos atores e agências que os atingidos pela obra (áreas do canteiro de obras da taipa e áreas a serem submersas pelas águas do futuro lago da barragem), teriam que enfrentar para garantir melhores condições nas indenizações. Como pode ser visto nas cartilhas e nos *Poeiras*, bem como nos estudos acadêmicos (cf. GERMANI, 2003; BLANC, 2021), no lado brasileiro, dentre os próprios atingidos também havia uma diversidade de grupos sociais no meio rural e no meio urbano (camponeses com terra, camponeses com pouca terra, camponeses sem terra, arrendatários, meeiros, posseiros, pescadores, comerciantes estabelecidos em vilas e comunidades, chacareiros, indígenas Ava-Guarani, assalariados, boias-frias, servidores de agências de serviços públicos – principalmente escolas e postos de saúde – e, inclusive, os familiares, amigos e parentes já falecidos que estavam nos cemitérios das comunidades), sem contar o patrimônio público e comunitário, como as igrejas, centros comunitários e clubes de futebol, que haviam construído nas décadas anteriores.

Apesar de não ser foco desta abordagem, para o caso do lado direito do Rio Paraná, ou seja, a construção da Itaipu Binacional no Paraguai, o tema sobre a usina e as desapropriações e expropriações, que até hoje permanecem sob um si-

lenciamento imposto pela ditadura Stroessner, a estimativa era de que mais de 20 mil pessoas seriam atingidas, numa área de 80 mil hectares de terra. Para o momento interessa indicar outros dois aspectos relevantes sobre o caso paraguaio e os problemas dos campesinos, indígenas e brasileiros imigrados que viviam na faixa da fronteira Leste do Paraguai, conforme Juvêncio Mazzarollo analisou no item “8 – Paraguai – a vergonha nacional”, da cartilha “A Taipa da Injustiça”, tendo por base a Lei n.º 752, em 20 de julho de 1979, de desapropriação por utilidade pública aprovada pelo Congresso Nacional daquele país.

... perto de 80% dos expropriados pela empresa binacional Itaipu são brasileiros emigrados. O fato da nacionalidade, em última análise, não merece consideração se se pensar que um movimento em busca da justiça deve dispensar a mesma atenção para um, dez ou milhares de seres humanos de qualquer nacionalidade. (...)

O lago de Itaipu inundará no Paraguai 80 mil hectares de superfície, mas o governo expropriou 165 mil hectares – mais do dobro do necessário para o reservatório (MAZZAROLLO, 1980, p. 61).

Na cartilha de 1978, “O Mausoléu do Faraó”, Antônio Carlos Moura já havia abordado o problema do “Sofrido País-Irmão” – “Uma Ditadura Feroz” –, e o movimento migratório de brasileiros (ricos e pobres) ao Paraguai, fomentado principalmente no período posterior à inauguração da Ponte Internacional da Amizade (cf. MASCARENHAS, 2021; BLANC, 2021), ocorrida no ano de 1965, e com os acordos diplomáticos referentes à mobilidade e acesso à terra de brasileiros na “Marcha para o Leste” que o governo do ditador Alfredo Stroessner havia estabelecido como programa de modernização da agricultura naquele país.

... cresceu muito depois da assinatura do Tratado de Itaipu: só naquele ano de 1973, 39 mil brasileiros atravessaram o rio Paraná, de mudança para o Paraguai. Hoje já se fala em mais de 200 mil brasileiros vivendo no país vizinho (CPT/PR, 1978, p. 47).

Este assunto também foi pauta do movimento dos expropriados e da CPT/PR, conforme matéria incluída no boletim *Poeira*, n. 2, de maio de 1978, portanto, anterior ao *Mausoléu*, referente às denúncias que o deputado paraguaio

Domingo Laino, opositor da ditadura e de Stroessner, havia realizado durante uma de suas visitas ao Brasil.

O deputado paraguaio Domingo Laino visitou Porto Alegre em março de 1978 e revelou ao COOJORNAL daquela Estado que atualmente existem legalmente 200 mil brasileiros em terras paraguaias. Os Brasileiros começaram a emigrar lentamente para aquele país na década de 60, “mas se intensificou incontrolavelmente depois da assinatura do contrato para a construção da Usina de Itaipu, em 1973” (CPT/PR, *Poeira*, 1978, n. 2, p. 1).

No boletim *Poeira*, n. 5, de novembro de 1978, Edição Especial que tratou da primeira Assembleia dos Agricultores da Área de Itaipu, promovida pela CPT/PR e realizada em Santa Helena no dia 16 de outubro de 1978, no “Documento da Situação e das Reivindicações dos Lavradores da Área de Itaipu”, também constou, no item 15 da relação dos “Nossos Problemas”, que: “Os lavadores paraguaios estão numa situação dramática, não sabendo o que vai acontecer com eles” (CPT/PR, *Poeira*, n. 5, p. 2). De certo modo, a construção da Itaipu atingiu fundamentalmente brasileiros pobres que haviam emigrado para o Paraguai em busca de terra no outro país, porém, por serem atingidos pelas águas do futuro lago, novamente enfrentaram a condição de não terem terra para trabalhar e morar. Passaram a ser brasileiros sem terras no Paraguai e, nos anos seguintes, muitos regressaram ao Brasil num novo movimento de busca (e luta coletiva) por terra, seja enquanto “brasiguaios” ou “sem terras brasiguaios no Brasil” que integraram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta por reforma agrária.

Do lado de cá as mobilizações e resistências foram construídas em constante tensionamento e até a contrapelo à ditadura, com seus faraós e suas pirâmides. De certo modo, como abordou Jacob Blanc (2021), estas lutas sociais e populares forjaram a crítica à ditadura, na qual a própria Itaipu Binacional era um dos tronos ou altar dos intocáveis e juízes de suas justiças, ou melhor, de suas leis. Para ser mais realista: de seus julgamentos, enquanto forma e opção para a aplicação da lei, impor seus termos “justos”, e execução de seus projetos megalomaníacos.

Considerando que no lado brasileiro existe uma boa quantidade de estudos publicados (fontes documentais, pesquisas acadêmicas, artigos e livros) sobre a história da construção da Itaipu Binacional e sobre as resistências populares dos expropriados, incluindo as revisões da historiografia, como as entendia Jean-Jacques Chesneaux (1995), ao tratar da relação entre o saber social e as escritas sobre a história, nas leituras das fontes selecionadas para este texto delimitamos alguns pontos que perpassam as análises de vários autores e merecem mais atenção. O primeiro deles retorna ao ponto dos embates acerca do “preço justo”, incluindo a autoafirmação dos porta-vozes, sobre si e o(s) outro(s) e sobre as bases fundantes do que estabelecia o “preço” e, portanto, da própria “justiça” do preço. Outro ponto que instigou uma revisão diz respeito à relação e às linhas divisórias que haviam entre “terras e águas”, como já foi apontado por Guiomar Germani (2003), porém, fazendo a leitura da linguagem de charges, de imagens (fotografias, cartazes) e de afirmações (slogans) do movimento dos expropriados. Para este último aspecto, da simbologia sobre a importância das terras e das águas, a linguagem fundamentada na religiosidade cristã era muito forte para demonstrar quais valores e costumes comuns embasava qual dos gumes da espada da Justiça era utilizado por cada um dos lados nestas batalhas, fato este que ocorria também nas disputas pelo “preço justo”.

Neste intuito, ambos os aspectos do *preço justo* e das simbologias das *terras e águas* são indicados a partir de cenas, cenários e contextos nos campos de batalhas e pelos registros de atores/pessoas vinculadas a cada um dos polos em ação. Interessa, portanto, apresentar o debate e contrapontos destes aspectos sem seguir, necessariamente, os desdobramentos num caminho linear de temporalidade, ou seja, construir e seguir passo a passo os confrontos de modo diacrônico. Isto, por sua vez, não significa que o chão social e temporal dos movimentos seja ignorado. Muito pelo contrário, já existem bons estudos sobre isto e as próprias fontes selecionadas para leituras (as cartilhas e boletins Poeira) levantam estas poeiras em movimento.

Uma batalha sobre o “preço justo”: Preço do Sacrifício x Preço da Paz

Para uma visão mais ampla (geral) e, ao mesmo tempo, específica (de aproximação mais detalhada e singular) desta batalha, é importante entender o que cada parte envolvida com a questão considerada como justo e justiça (para si e para o outro lado) em relação ao preço das indenizações (terras, benfeitorias, pontos de estabelecimentos comerciais e de ocupações de ofícios à renda pessoal e familiar). Também é oportuno destacar que a importância que este assunto teve nas mobilizações (ações e reações) foi acompanhado de outros itens na pauta das reivindicações, ou mesmo ampliado os elementos de outros investimentos realizados pelos atingidos que, inicialmente, a Itaipu não incluiu no levantamento dos bens e patrimônios que as famílias possuíam, a exemplo da própria decisão unilateral que a Itaipu tinha adotado ao estabelecer critérios de classificação das terras, ou com a exclusão inicial das áreas das estradas, da rede de eletrificação e de margens de rios e riachos nas medições das propriedades, ou ainda, de não aceitar pagar pelas perdas de “lucros cessantes”. Nestas peijas não localizamos reivindicações dos atingidos nem contestações da Itaipu de indenização por danos morais e perdas culturais.

Acresce-se a este ponto a mensuração do porte de cada parte nesta batalha, aliás, que havia começado em 1973 sem que os futuros atingidos sequer tivessem conhecimento do fato e das implicações, a não ser, quando as ações de campo tinham iniciado e os levantamentos topográficos da linha altimétrica da cota dos 220 metros acima do nível do mar (nível e altura máxima que as águas do lago da barragem iria atingir), além da margem de segurança e proteção da linha poligonal envolvente (franjas de reflorestamento) do futuro lago passaram a ser piqueteadas (cf. CPT/PR, *Poeira*, n. 13, p. 17; MAZZAROLLO, 2003).

Neste íterim, o reconhecimento de si e do outro – por vezes sendo isto o próprio não reconhecimento do outro –, quanto isto ocorria, por meio de falas publicadas nos meios de comunicação, nos documentos redigidos e divulgados, vem a ser evidências do tamanho da luta e dos lutadores, assim como das respectivas organizações e capacidade de mobilização nos diversos lugares das arenas.

Na cartilha “O Mausoléu”, numa das referências à obra faraônica, Antô-

nio Carlos Moura expôs que: “Dentro do canteiro de obras da Usina de Itaipu, qualquer um se sente bem pequeno. Porque lá tirando os trabalhadores, tudo é “grande” (CPT/PR, 1978, p. 33).

Tratando-se da própria expressão de si que a Itaipu fazia, duas manifestações públicas do Gen. José Costa Cavalcante, Diretor Geral do lado brasileiro, servem para dimensionar seu *status quo* (de general do faraó). A primeira delas foi analisada pela Guiomar Germani e referiu-se a uma entrevista que o general concedeu ao Jornal Hoje, publicada na edição correspondente ao período de 29/05 a 04/06/1979, nas vésperas de uma reunião que foi realizada no dia 22 de junho de 1979, entre integrantes da Comissão de Coordenação e Representação dos Atingidos, vinculada ao movimento da CPT/PR, e a direção da Itaipu, na qual constou a seguinte passagem, dita pela própria pessoa da autoridade máxima da Itaipu, referente ao “preço justo” e às reivindicações dos expropriados diante da imperatividade das desapropriações:

Eu acho que o colono sofre com isso, mas a Itaipu não pode pagar por essa terra além do preço que ela vale. Afinal de contas, a Itaipu está sendo construída com empréstimos, não do governo do Brasil, mas de instituições financeiras.

Nós queremos construir Itaipu o mais barato possível e não poderíamos pagar pela terra além do preço que ela vale. Mesmo porque, se a Itaipu for a preços maiores, quem vai pagar por isso será o consumidor. A Itaipu procura pagar o preço justo,

Eu não digo que nós sejamos perfeitos [...] (In: GERMANI, 2003, p. 98).

Uma segunda ação que o gen. Costa Cavalcante realizou, em atos e em palavras, ocorreu, praticamente, dois anos depois da data da manifestação recém citada, inclusive, em meio aos desfechos do Acampamento do Trevo da Vergonha, organizado pelo MJT (17/03 a 09/05/1981), em Foz do Iguaçu, e dos resultados que o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) – uma agência de assuntos fundiários do Estado do Paraná –, apresentou, após demanda que o MJT havia obtido junto ao governador Ney Braga, sobre os preços médios (de mercado) da terra, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Neste registro que o “faraó” teve que fazer, polindo a rachadura na taipa da injustiça – decor-

rente do impacto que as pesquisas que o ITC tinha realizado naqueles meses –, novamente optou por reforçar sua autoimagem de intocáveis, conforme matéria publicada no boletim *Poeira*.

Gen. Costa Cavalcanti estava em Foz. Mas ele só aceitou conversar reservadamente com o bispo D. Olívio. Disse o General que estudaria o trabalho do ITC, que serviria como ajuda, e que implantaria os preços se achasse que a pesquisa fora bem feita. Mas todos perderam as esperanças quando ele disse que “Itaipu resolvia seus problemas por ela mesma”, dando a entender, como de fato é, que não tem que dar satisfação nem pedir explicações a ninguém (CPT/PR, *Poeira*, n. 16, p. 10).

A contrapelo do “faraó”, na mesma matéria, intitulada “ITC prova que Itaipu faz Injustiça”, a CPT/PR-MJT rasgou o véu do “preço justo” com provas de uma autarquia pública paranaense e por meio de um ato autorizado pelo governador.

O ITC apresentou o resultado no dia 11 de abril à Comissão de Agricultores em reuniões demoradas e francas. O ITC explicou direitinho como fez o trabalho e os colonos entenderam que fora bem feito, por isso aceitou o resultado.

Todos esperavam que a solução já fora encontrada. Estaria terminada a dúvida sobre quem tinha razão: Itaipu ou os agricultores? O ITC provou que os agricultores tinham razão. Itaipu estava pagando cerca de 350 mil cruzeiros por alqueire, e a pesquisa do ITC mostrou que o preço médio para as terras de 1ª. Classe eram (sic.) de 491 mil cruzeiros por alqueire de terra, sem benfeitorias, sendo que 80 por cento das terras desapropriadas estavam incluídas na Primeira classe, conforme Itaipu havia admitido anteriormente (CPR/PR, *Poeira*, n. 16, p. 09).

Com a possibilidade de interagir com o movimento diacrônico deste ponto, logo após a publicação da primeira cartilha, onde o *quando* e o *quanto* balizou a crítica ao “preço justo”, a CPT/PR publicou na 6ª. edição do *Poeira* o documento onde os Colonos e a própria Comissão contestavam a versão da crítica que a Itaipu havia realizado ao “O Mausoléu do Faraó” e publicada nos principais jornais de circulação nacional e no Paraná, como sendo um “desmentido” que a Itaipu fazia sobre o texto do “Mausoléu”. A “Nota à Imprensa” que

a Itaipu Binacional divulgou foi assinada por Pedro Paulo de Salles Oliveira, então assessor de relações públicas da empresa. Por sua vez, a nota “Colonos Respondem à Itaipu” foi elaborada pela Equipe da CPT/PR, a partir da reunião que a Comissão realizou em Cascavel, no dia 14 de dezembro de 1978, enquanto resposta da resposta (CPT/PR, *Poeira*, n. 6, p. 13-15). Além dos 11 pontos de crítica aos “desmentidos”, consta outras indagações que a Comissão fez às ações da Itaipu, sendo uma destas a que segue.

- Por quê a Itaipu quer economizar nas indenizações pagas às 8 mil famílias, se para tudo o mais possui (sic.) verbas astronômicas? Um simples cálculo (Cr\$ 60.000,00 vezes 40.000 alqueires) permite constatar que a Itaipu dispensará apenas 0,015% (ou seja, 2,4 bilhões) de seu orçamento total (16,18 trilhões) com indenizações diretas (CPT/PR, *Poeira*, n. 6, p. 15).

Inúmeras vezes a própria Itaipu contrapunha às acusações que lhe era atribuída sobre as injustiças que praticava com o “preço justo” e as condições de trabalho dos obreiros e “desmentia” afirmando que suas ações eram justas e cristãs: “Itaipu afirma serem humanas e cristãs as condições de trabalho dentro da obra, regulamentadas até por protocolos de natureza internacional” (CPT/PR, *Poeira*, n. 6, p. 15).

Como indicado, tratando-se do embate sobre qual “preço é justo”, desde 1978 até outubro de 1982, este ponto foi uma constante queda-de-braço, cujo tendência foi de conquista por parte do movimento dos atingidos e do Movimento Justiça e Terra, incluindo o conjunto das demais entidades e organizações de base e de apoio (CPT/PR e Nacional, CNBB – II, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, Comissão Pontifícia Justiça e Paz - CPJP, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais locais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Igreja Presbiteriana, dentre inúmeras outras).

Para encerrar este ponto das polêmicas e batalhas, é preciso tornar mais visível e presente sobre o dito “preço justo” da Itaipu, uma desmentida acerca de um argumento muito citado pela direção da Itaipu, especialmente, por parte do porta-voz do Departamento Jurídico, o advogado e Diretor Jurídico Paulo

Nogueira Cunha, e pelo diretor-geral do Brasil, o gen. José Costa Cavalcante, referente às justas causas do “preço justo” das indenizações (contratos de compra e venda e acordos judiciais firmados no arco dos Decretos de Desapropriações), uma vez que não ocorria a judicialização da causa, por parte dos expropriados, nem por parte da Itaipu binacional, apesar de que o Departamento Jurídico e outros porta-vozes e autoridades superiores flertarem constantemente com esta ameaça velada. Na visão da Itaipu este fato era utilizado como prova cabal em defesa da binacional praticar justiça com seu “preço justo”.

Com relação a isto, o uso do marco legal (compra e venda ou desapropriação por utilidade pública) e o juízo da Itaipu ao seu interesse, faz-se necessário indicar pelo menos uma exceção à “regra deste juízo”, sem precisar recorrer ao caso dos Avá-Guarani, no Ocoí, município de São Miguel do Iguaçú⁵.

Tanto na 7ª. edição do “Poeira” (Fevereiro/1979), quanto nas edições da cartilha de Juvêncio Mazzarollo, “A Taipa da Injustiça” (1980) e “A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu, 2003), e na dissertação da Guiomar Germani, “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu” (2003) foi citado um caso de ajuizamento da questão indenizatória contra a Itaipu, movida pelo ex-prefeito de Marechal Cândido Rondon, Arlindo Alberto Lamb, e um pequeno grupo de colonos residentes em Marechal Cândido Rondon, tendo por causa o “preço justo” que a binacional pretendia pagar, via contrato de compra e venda, uma vez que não havia decreto de desapropriação da área do lago. Além do Arlindo Lamb, também constam nas fontes a insatisfação que a própria empresa Sadia (sediada em Toledo) tinha em relação à proposta de “preço justo” que a Itaipu queria pagar ao imóvel (granja) que a agroindústria possuía, localizada no município de Marechal Cândido Rondon, dentro da faixa de inundação.

Vejamos, então, a indicação mais completa deste caso de exceção que Juvêncio Mazzarollo incluiu na segunda edição da cartilha “A Taipa da Injustiça”:

⁵ Para uma leitura sobre o caso dos Avá-Guarani, confirmam o documento “Avá Guarani do Ocoí-Jacutinga – município de Foz do Iguaçú – PR: Parecer do antropólogo designado pela ABA Edgard de Assis Carvalho” realizado a pedido do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (CJJP) e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI-PR), publicado em 1981, para contestar o laudo antropológico que a Itaipu havia produzido

Um ex-prefeito de Marechal Cândido Rondon, Arlindo Lamb, não estava aceitando os termos do acordo proposto pela Itaipu para indenizar sua vasta área de terra em seu poder e havia contratado advogado⁶ dos mais renomados do país para defender seus interesses. Também a Sadia – uma das maiores empresas agropecuárias da região – sentia-se injustiçada na desapropriação de uma de suas fazendas em Rondon. E outros afloravam constantemente. Arlindo Lamb, por exemplo, denunciava que Itaipu lhe oferecia 35.000 cruzeiros por alqueire de terra, quando o preço de mercado estava acima dos 100.000 (MAZZAROLLO, 2003, p. 66).

Sem entrar no mérito dos problemas da regularização fundiária de diversos imóveis (glebas e áreas, de posse, com sobreposição de títulos, grilagem e agiotagens, terras devolutas e de povos originários), dentre os quais a Guiomar Germani (2003, p. 228-238) relacionou 12 casos (Faixinha, Pousos, Bacia do Prata, Porto Mendes, Linha Guarani, Porto Verde, Terras da Fundação, Imóvel Rio Paraná, Gleba Passo-Cuê, Fazenda Carlota, Projeto Integrado de Colonização – Ocoí [PIC-OCOI] e Terra dos Índios Ava-Guarani), nem nas divergências e pendengas que a binacional tinha com o INCRA Regional, Escritório de Curitiba, e vice-versa, uma vez que ambos culpavam o outro pela morosidade nas regulações e titulações de posses e posseiros, na 7ª. edição do “Poeira”, entre as notícias sobre as hidroelétricas, foi indicado o caso da Itaipu e algumas de suas ações de indenização que realizava sem o amparo na lei.

O ponto fraco do gigante Itaipu talvez seja o lado jurídico e legal. Quando o professor Braga de São Paulo deu palestras sobre indenizações em várias localidades do Município de Mal. Rondon, os agricultores descobriam que o ponto fraco da Itaipu é a falta de uma base legal para as compras de terra que ela vem fazendo. Ninguém é obrigado a vender sua terra, porque não existe um Decreto de utilidade pública. A propriedade do colono é defendida pelas leis do nosso país. Os advogados da Itaipu explicam as leis apenas para a vantagem deles, mas os proprietários e todos os prejudicados podem entrar com uma ação judicial contra a hidrelétrica.

⁶ Conforme a complementação dos dados realizada pelo revisor, Pastor Werner Fuchs: “Tratava-se do dr. José do Amaral Mendes Braga, de Jaú, SP, professor de direito da Universidade de São Carlos, o qual defendera atingidos de barragens da CESP no Rio Tietê e em janeiro de 1970 realizara palestras com os atingidos da Itaipu em diversas localidades. – Nota do Revisor [P. Werner Fuchs] (In: MAZZAROLLO, 2003, p. 66).

Isso iria complicar muito as coisas para eles. Portanto, se as reclamações não derem resultados, sempre resta a ação judicial (CPT/PR, *Poeira*, n. 7, p. 13).

Sobre as exceções à regra do “preço justo” e da ilibada justiça praticada pela Itaipu, Guiomar Germani já havia incluído o caso de um grupo de atingidos que residiam em áreas a serem afogadas em Marechal Cândido Rondon, inclusive de forma paralela ao movimento e à organização da CPT, conforme segue em destaque.

Outro grupo também começou a se organizar paralelamente à CPT e a protestar pelo preço pago pela Itaipu: um grupo de agricultores, de Marechal Cândido Rondon, que ameaçava processar Itaipu pelo baixo preço que esta oferecia pela indenização de suas terras. Para iniciar o processo o grupo contratou os serviços de três advogados sendo um deles de São Paulo e especialista em desapropriações. Pretendiam incluir também a questão dos lucros decrescentes para ser discutida pela Itaipu. Foram feitas algumas reuniões com os advogados e expropriados. A CPT também foi convidada a participar e embora a solução procurada por esta fosse uma solução que servisse a todos, não deixou de reconhecer a validade dos esclarecimentos dados pelos advogados. Mas para que algo fosse encaminhado neste sentido era necessário que o decreto de desapropriação da área estivesse assinado.

Este grupo não era muito expressivo, mas tinha sua importância por ser, na maioria, formado por membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), inclusive o ex-prefeito do Município, evidenciando uma ruptura no bloco político dominante. Importante ainda ressaltar que se trata de pequeno e isolado grupo que procura trazer a CPT para sua ação, contribuindo de certo modo para a ação mais global dos colonos (GERMANI, 2003, p. 89).

Não bastasse estes casos de exceção para rasgar o véu da justiça do “preço justo” que Itaipu propalava aos quatro ventos, o que não passava de um “canto de sereia” e que, na verdade, era o real “preço do sacrifício” imposto autoritariamente aos expropriados, Juvêncio Mazzarollo simplesmente desmontou a fórmula matemática de formação do *preço de mercado* que os “técnicos” da Itaipu utilizaram para comprovar a sua justiça.

Para encontrar o valor da terra, Itaipu foi consultar bancos, cartórios da região e sindicatos dos trabalhadores rurais, e descobriu que as terras da região variavam de preço entre 40 e 60 mil cruzeiros o alqueire – quando na verdade o preço real de mercado era de 120 a 130 mil. O “preço justo” de Itaipu sempre teve estes desencontros (MAZZAROLLO, 1980, p. 25).

O rigor técnico dos burocratas de gabinete da Itaipu, tal como alegavam em relação aos critérios de classificação das áreas de terra em 4 tipos, não passava de uma escolha excludente de confisco e sonegação fiscal e tributária tão comum nos negócios de compra e venda ou de hipoteca de imóveis junto aos cartórios e agências bancárias. Realmente, o progresso e o desenvolvimento da Itaipu Binacional tinham um preço a ser pago, todavia, esta conta foi endereçada somente para alguns: os atingidos que seriam expropriados, com valores reais de indenização abaixo do preço médio do mercado.

Por diversas vezes, tanto o general Costa Cavalcante quanto o diretor jurídico Paulo Cunha manifestaram, sem nenhum rodeio, de que para a Itaipu o “preço justo” era o preço do mercado que havia na região Oeste, praticado nos negócios imobiliários do mercado de terras, e de que a legislação brasileira que normatizava os assuntos de desapropriação fundiária, presente no Estatuto da Terra e nos Decretos de Desapropriação por Utilidade Pública estabeleciam este credo indenizatório.

Em posição divergente a isto, o movimento dos atingidos, seja no período inicial das lutas e mobilizações (assembleias e abaixo-assinados), organizadas com a presença da CPT/PR e seus núcleos de base (as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs), quanto nos momentos e no período dos acampamentos organizados pelo Movimento Justiça e Terra, como abordou Guiomar Germani (2003, p. 65), realizado em frente ao Escritório da Itaipu, em Santa Helena, durante o período de 14 a 29 de julho de 1980, quanto no Trevo da Vergonha, em Foz do Iguaçu, já indicado anteriormente, os expropriados apenas reivindicavam ou exigiam o estabelecimento de valores mais justos às indenizações, o que na verdade nada mais era do que o preço real praticado no mercado de terra na região Oeste do Paraná e sua atualização monetária (pelos índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, ou a inflação), bem como em relação aos prazos de efetivação dos pagamentos após as assinaturas de acordos.

Portanto, as práticas de especulação do mercado de terra, dentre as quais e no qual a própria Itaipu Binacional vinha a ser um dos agentes e agências, acabava sendo base de luta popular para diminuir as injustiças praticadas institucionalmente e autoritariamente contra os atingidos. Tratava-se, assim, de lutar contra o “preço do sacrifício”, lhes exigido injustamente por algo que não podiam decidir: construir ou não aquela “obra do século”.

Em oposição a isto, a luta pelo direito à indenização legal (desapropriação por utilidade pública) e justa (itens e valores que garantissem, no mínimo, as mesmas condições de se reestabelecerem em outro lugar, também semelhante ao meio onde estavam) eram, simplesmente, a base da mobilização e o objetivo pretendido.

O lema “Preço da Paz: Justiça e Terra”, no que dizia respeito aos valores das indenizações, principalmente das terras e das benfeitorias (áreas rurais, chácaras, posses, pontos comerciais, investimentos de infraestrutura), sintetizava a posição e a visão política que o Movimento Justiça e Terra (MJT) construída em oposição à “taipa de injustiça”. Dentre os inúmeros fatos e atos que poderiam relatar estes embates, um registro referente à mobilização do Acampamento do Trevo da Vergonha, produzido e publicado pelo MJT, nas matérias incluídas na edição de número 15 do *Poeira*, “Colonos Rebatem Itaipu”, já é suficiente. Um dos itens das respostas dadas à Itaipu, o de número 6, do documento “Resposta do Movimento Justiça e Terra”, evidenciava o fato do MJT lutar para diminuir as injustiças do “faraó”.

6 - Itaipu declara que reajustou periodicamente os preços de acordo com o comportamento do mercado imobiliário da região. Na verdade, os reajustes sempre se mantiveram muito abaixo (sic.) dos valores do mercado, e mesmo assim, foram concedidos apenas como resposta às pressões e insatisfação da população do futuro lago. De janeiro de 1979 os aumentos concedidos foram: 40% em janeiro; 17% em outubro; 30% em março de 1980; 70 a 80% em julho; 14% em dezembro e 28% em março de 1981. Significa que Itaipu não acompanhou sequer a inflação e muito menos a vertiginosa valorização das terras. Significa também que, os 200 mil cruzeiros por alqueire pagos em agosto de 1980 estão atualmente em torno de 290 mil pelas terras sem benfeitorias, de classificação I, localização ótima. Mais especificamente, 215 mil pela terra nua,

mais 78 mil por alqueire de mecanização. Portanto, não é verdadeiro o aumento de 80 por cento anunciado por Itaipu (CPT/PR, *Poeira*, n. 15, p. 11).

Em meio e após todos os momentos de derrota da Itaipu, seus arautos mantinham a imponência, não admitindo que perdiam os anéis e os dedos, nem a pompa do orgulho autoritário, além de não reconhecer o movimento popular, miravam seus holofotes a si mesmos, dizendo que as majorações dos preços nada mais eram do que decisões internas de seus técnicos e prova do seu “preço justo” e dos valores cristãos de seus dirigentes e do governo federal. Portanto, a ditadura sempre agia com justiça e moralidade.

O Dilúvio anunciado e a arte da construção da Arca de Noé

Se para o tópico do “preço justo” a espada da Justiça tinha dois gumes, para o ponto das interações entre “terras e águas”, a metáfora da Espada de Dâmocles parece ser mais significativa, afinal, o golpe desta espada havia sido sacralizado na assinatura do Tratado de Itaipu, ocorrido no dia 26 de abril de 1973, todavia, mesmo que o artefato utilizado foi a caneta (à golpe de sabre), a condenação havia sido sancionada. Em pleno dia de céu azul, este ato foi o primeiro raio e o primeiro trovão anunciador do Dilúvio.

A 6ª. edição do *Poeira* foi um número especial do boletim que tratou somente da Assembleia dos Lavradores, a primeira delas, agendada e mobilizada pela Comissão Pastoral da Terra, enquanto ato ampliado do projeto Arca de Noé sugerido pelos próprios agricultores, realizada no dia 16 de outubro de 1978, em Santa Helena, no pátio da Comunidade Católica.

Guiomar Germani incluiu nos anexos do livro “Expropriados Terra e Água”, cópia da Carta do Secretário Interino da CPT-PR, Pastor Kurt Walter Hatje, e da Carta-Convite aos Lavradores (GERMANI, 2003, p. 198-199 – Anexo 2.4 O Convite para a Primeira Assembléia), cuja uma das partes (parágrafos) é importante citar: “a idéia partiu dos próprios agricultores de fazer uma reunião com todos os agricultores da margem do Rio Paraná, para reivindicar por parte do Governo um melhor preço por suas terras e reivindicar também por parte do

Governo uma outra área de terra onde eles podem se reassentar novamente” (In: GERMANI, 2003, p. 198).

Durante a primeira assembleia dos atingidos foi organizada uma atividade de discussão em grupos, reunidos por comunidades⁷, para tratar dos problemas e das reivindicações, e posterior exposição na plenária da assembleia e aprovação do documento final. Dentre os registros deste ato e documentos produzidos, constam vários depoimentos (relatos) de integrantes dos grupos de base, inseridos na edição especial do *Poeira*, e um deles merece destaque, como segue: “Só damos essas sugestões porque somos obrigados, mas se fôssemos consultados sobre a construção de Itaipu, nossa resposta seria não, pois não tem preço para as nossas propriedades” (CPT/PR, *Poeira*, n. 5, p. 6).

Nesta “Assembléia dos Agricultores da Área de Itaipu”, inserida no projeto “Arca de Noé”, da CPT/PR, “compareceram mais de 1200 pessoas, que representaram 66 localidades e linhas da área a ser inundada. Estiveram presentes também mais de 20 padres e pastores de diversas igrejas” (CPT/PR, *Poeira*, n. 5, p. 5)⁸. Em anexo ao Documento Final aprovado pela Assembleia, que seria enviado ao Presidente da República – Gen. Ernesto Geisel, ao Ministro de Estado da Agricultura – Dr. Alysson Paulinelli, e ao Diretor Geral da ITAIPU Binacional – Gal. José Costa Cavalcanti, foi juntado um abaixo-assinado contendo 1.008 assinaturas.

O que também qualificou a Edição Especial do *Poeira* foi a charge da capa do boletim, que reproduziu um desenho já publicado na cartilha “O Mausoléu do Faraó” que, nesta forma de arte crítica, reuniu criatividade e simbolismo de linguagem, ao rabiscar um cenário do Dilúvio anunciado. Enquanto que o “Mausoléu” foi publicado em agosto de 1978, a 5ª. edição do *Poeira* foi divulgada no mês de novembro, em meio as poeiras ainda levantadas do chão da batalha dos “desmentidos” (nota da assessoria de relações públicas da Itaipu) e das

⁷ A dinâmica de discussão em grupos de base, das comunidades, seja nos locais de moradia ou durante as assembleias e em encontros do movimento, além de manter as CEBs vivas, enquanto chão social do movimento, também contribuía para identificar possíveis “infiltrados” da Itaipu, das polícias e de agentes de órgãos de segurança e informação da Itaipu e do governo federal. Outra forma de identificação de “infiltrados e informantes clandestinos”, a serviço da ditadura, era ver quem usava chapéu de palha novo.

⁸ No documento também foi registrado os agradecimentos nominais ao D. Olívio Fazza (Bispo da Diocese de Foz do Iguaçu), ao Pe. Selvino Chiamolera (representando o D. Geraldo Magela, Bispo da Diocese de Toledo), ao Pastor Harald Malschitzky (da Regional da IECLB) e ao Pastor Friedrich Gierus (da Secretaria de Missão da IECLB-Porto Alegre) (CPT/PR, *Poeira*, n. 5, p. 5).

reafirmações das injustiças que Itaipu realizada, em nova resposta da CPT/PR, divulgada em outra Nota à Imprensa e publicadas no *Poeira*, n. 6 (p. 13-15), comentado anteriormente.

Antes de inserir as duas imagens do Dilúvio anunciado, chama a atenção a expressividade da arte que reúne terras e águas, com a tradição da religiosidade hebraico-cristã no Antigo Testamento, daquele “Diluvio” destruidor e daquela “Arca de Noé” salvadora, que o(a) autor(a) da charge foi capaz de reunir, independentemente do cenário figurado e inverso do que seria uma visão da tragédia do novo Dilúvio, que tinha data marcada para ocorrer. Outro aspecto da charge que mereceria um olhar se refere à autoria do desenho, porém, somente identificamos a assinatura “Elda” (ou “Eldo”), no canto inferior direito que consta na cartilha “O Mausoléu do Faraó”.



A imagem geral e central das duas edições das charges indica várias cenas e cenários, em particular o ambiente rural e urbano das áreas que seriam afogadas pelas águas do Rio Paraná que formaria, neste lugar, o lago da barragem da usina da Itaipu Binacional, no

IMAGEM 1. Dilúvio da Itaipu - Mausoléu (1978).
Fonte: CPT/PR. O Mausoléu do Faraó.
Marechal Cândido Rondon, 1978. p. 9.



IMAGEM 2. Dilúvio da Itaipu - Poeira. Fonte: CPT/PR. Poeira, n. 5, Capa - p. 1.

lado brasileiro (e no lado paraguaio), e um segundo cenário, estilizando a muralha da taipa (na forma de um arco de aqueduto ou de engenharia de pontes mais antiga, porém, neste caso, de uma represa, ou para a Itaipu, uma analogia às catedrais em concreto entre as turbinas), com as passagens das águas que, a princípio parecem ser as saídas/passagens pelas turbinas e causariam o Dilúvio.

As edificações do núcleo urbano integram uma vila ou comunidade com os principais estabelecimentos: residenciais (casas), comerciais (silos, lojas, armazéns), públicos (escola) e comunitários (igreja).

Na segunda versão também figuram várias pessoas (adultos e crianças) próximas às árvores, no lado direito da charge e uma multidão de pessoas que participaram da primeira assembleia dos lavradores (mais de 1.200 integrantes e os 1.008 assinantes do abaixo-assinado anexado ao documento aprovado), além de veículos que, aparentemente, teriam sido usados no transporte até o local da Assembleia, realizada no pátio da comunidade católica em Santa Helena. No cenário do ambiente rural a versão do Mausoléu apresentou um ambiente de lavouras (cultivos, leras de tocos de árvores derrubadas e um pequeno capão ou cultivo arbóreo). Na versão do Poeira, acresce-se a inclusão de árvores maiores no meio urbano.

Com relação à Capa da 5ª. edição do Poeira, como já era utilizado nos números anteriores, constavam os títulos dos temas e assuntos incluídos na referida Edição Especial e que, de imediato, chamava a atenção para o material a ser lido e discutido nas CEBs, o que demonstra rica interatividade e linguagem popular.

Interessa, porém, a linguagem das interações entre *terras* e *águas*, num lugar de vida, moradia e trabalho que seria destruído, por decisão autoritária do governo federal. De certo modo, no “O Mausoléu do Faraó” há uma apresentação idílica do lugar e do seu passado recente⁹, por um lado, e, em uma segunda perspectiva, o anúncio da tragédia apocalíptica, do Dilúvio da Itaipu, e das injustiças que estariam pairando sobre as cabeças dos atingidos (a espada de Dâmocles), com aquele fenômeno da maior usina hidrelétrica do mundo (custeada por um orçamento astronômico e isento de fiscalização ou prestação de contas públicas), e o afogamento geral de todo o perímetro e de tudo, até o limite da cota dos 220 metros de altitude, do também gigantesco lago artificial, que teria 170 km de comprimento no leito central que seguia o canalão do canyon até ultrapassar as

⁹ É preciso considerar que numa escrita sobre uma tragédia, um drama ou um trauma é muito comum encontrar esta narrativa, a exemplo da narrativa trágica aristotélica. Este jeito de escrever é provocativo e polarizador, justamente, para impactar e delimitar claramente fatos e causas de perdas ou de injustiças (cf. BRUIT, 1995; FREITAS NETO, 2003). Neste sentido, as possibilidades de leitura deste jeito de escrever e das opções das autorias dependem e estão abertas aos leitores. A narrativa trágica trilha à risca o fio da lâmina afiadíssima, para não deixar a opção de escrever e ler em cima do muro, sem ser tijolo.

Sete Quedas, localizadas entre Guaira (no Paraná), Salto Del Guairá (no Departamento Canindeyú do Paraguai e Mundo Novo (no atual Mato Grosso do Sul).

Mas, enquanto fonte primária de autoria dos protagonistas daquelas ações, a melhor interatividade desta charge, à época, estava, justamente, no movimento das águas que chegariam às terras e ambientes naturais e humanos que, literalmente, seriam destruídos pela força avassaladora do turbilhão de águas do Paranazão que passariam pela taipa, provocando todas as injustiças e um ato apocalíptico numa área de 1.350 km², sendo 780 km² em solo brasileiro e 570 km² em solo paraguaio, atingindo em torno de 42 mil pessoas (ou até 48 mil se somar os camponeses sem terras, de acordo com estimativa incluída nos estudos que Jacob Blanc realizou recentemente) no Brasil e mais de 20 mil pessoas no Paraguai (cf. MAZZAROLLO, 1980; GERMANI, 2003; BLANC, 2021), afora as dezenas de milhares de obreiros (as formiguinhas obreiras na taipa).

O impacto das águas na imagem da charge, porém, coloca o movimento das águas, portanto, da chegada do Dilúvio, no lado de baixo da taipa da Itaipu, ou seja, à jusante da barragem, o que não teria sentido se analisado do ponto de vista topográfico e hidrográfico do desnível (caimento do relevo) às corredeiras do leito natural do Rio Paraná (sentido da correnteza) e mesmo após o represamento. Estaria, então, esta charge completamente fora do lugar?

Esta linguagem do Dilúvio da Itaipu não apresenta nem representa o que seria um cenário e um ambiente à jusante da “Taipa da Injustiça”, afinal o que interessava era o desenho do Dilúvio, semelhante ao sentido do Dilúvio originário (fundante) descrito no Antigo Testamento. Assim, para uma análise da representação da arte da charge, uma crítica do ponto de vista ótico natural não faz qualquer sentido, exceto se for para negar esta forma de linguagem e de luta justa por menos injustiças. O movimento das águas era o que traria a tragédia, a destruição daquele paraíso, seja limpando um mundo contrário às origens, como teria ocorrido nos tempos e lugares onde Noé vivia e convivia, para recriar um novo mundo livre aos humanos salvos (família de Noé) e à fauna terrestre que também foi salva com a Arca (um navio enorme construído pela família de Noé, para abrigar cada casal de animais recolhido com segurança e alimentados, sem cadeia alimentar natural entre espécies, durante o dilúvio que durou 40 dias e 40 noites, conforme o texto do livro do Gênesis, capítulo 7, da Bíblia.

Na versão do “Mausoléu”, onde foi publicada pela primeira vez, esta charge apresentou o novo Dilúvio da Itaipu como a destruição do mundo idílico, construído nas últimas décadas naquela frente agrícola, a exemplo do texto da primeira epígrafe). Porém, aquele seria um duplo drama, pois reunia um novo dilúvio derradeiro e uma expulsão eterna daquele paraíso (Dilúvio e Expulsão do Paraíso, juntos era um exagero bíblico, uma condenação sem tamanho). Ao mesmo tempo, com a exposição das injustiças que os novos “faraós” estavam impondo como “sacrifício ao progresso e ao desenvolvimento do país”, a construção daquele Mausoléu só seria possível com um novo dilúvio de autoria dos homens poderosos e em nome de um projeto energético à economia da região urbano-industrial central do país, situada na região Sudeste brasileira, afora sua vitrine para uma imagem de um país potência, interna e externamente, sob os louros da ditadura e seu grupo seletivo, os areolados com 18 coroas de louros de milhões de kWhs.

Em um artigo assinado por Juvênio Mazzarollo, intitulado “Itaipu: saiam todos que o dilúvio vem mesmo”, publicado no *Poeira*, n. 23, ao fazer a crítica à “Nota de Alerta” que a binacional havia publicado, em meados de 1982, naqueles meses finais da obra para, finalmente, avisar sobre a previsão do fechamento das comportas para o mês de outubro e, derradeiramente, iniciar o dilúvio em terras já arrasadas, Mazzarollo novamente descreveu suas impressões.

Ninguém que não tenha percorrido a área de inundação poderá guardar uma idéia exata do que o lago de Itaipu sepultará com o imponente reservatório de água destinada a acionar *18 turbinas* que gerarão, até 1.988, *12,6 milhões de quilowatts*, num projeto estimado hoje de *18 milhões de dólares*, apesar de no início ter-se falado em pouco mais de *2 bilhões de dólares* (CPT/PR, *Poeira*, n. 24, p. 22 – grifo nosso).

Mas, pelo mito fundante, onde teve um dilúvio não teria um Noé e uma Arca? Já que o dilúvio seria uma fatalidade (condenação de muitos e salvação de outros poucos), divina ou humana, à *Leviatã* de Thomas Hobbes, haveria ou não uma alternativa ou ajuda sagrada aos tementes e de fé verdadeira?

A mobilização dos que estavam condenados à expropriação também iniciou com o uso de outra figura central antiga, que foi a tábua de salvação, no caso

antigo, Noé e a Arca (ou a Arca de Noé, como era e é mais conhecida na tradição bíblica). No caso do novo dilúvio, o projeto da Arca de Noé – organizado a partir da Comissão Pastoral da Terra e de uma multidão de pessoas que seriam expropriadas e teriam suas terras, benfeitorias e ocupações afogadas pelas águas do futuro lago da barragem da Itaipu Binacional –, passou a ser entalhado por aqueles que não aceitaram calados o sacrifício ao progresso, tampouco pagariam a conta que não era deles. Com base popular e nunca experiência de educação participativa popular, eles mesmo, unidos e reunidos, seriam a própria Arca, juntamente com as entidades e organizações vinculadas ao movimento.

Este movimento de pessoas e organizações foi o que deu início à construção do movimento da Arca de Noé, cujas expectativas já não mais possibilitavam evitar o novo dilúvio, mas, sim, a crescente vontade de garantir a justiça enquanto direito, para um dos casos de construção de grandes usinas hidroelétricas no Brasil e não repetir as exclusões e expropriações gritantes ocorridas em outros lugares, a exemplo dos afogados da Usina de Passo Real, no Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul; da Usina de Sobradinho, no Rio São Francisco, na Bahia; ou mesmo da Usina de Salto Osório e de Salto Santiago, ambas no Rio Iguaçu, no Paraná. Se realmente não viviam num paraíso idílico, em tempos de modernização da agricultura, o afogamento de seus territórios, tal como a Itaipu projetou e queria impor por vontade própria, via dilúvio, destruía o passado (Vidas e Memórias) e o futuro daquelas gerações de camponeses. Portanto, se não estavam num paraíso (independentemente da narrativa trágica da tragédia anunciada e derradeira), também não aceitavam entrar num inferno de injustiças, nem de ficarem suspensos num limbo do “preço justo do sacrifício” que Itaipu pretendia executar. Não bastasse isto, para não serem expropriados de tudo, o preço da paz requeria desvelar as próprias “leis do mercado”. Afinal, este tal mercado não teria dono? Ou seria uma estátua com duas faces, tal como a de Jano? Enfim, não seria uma miríade inversa – ou mesmo miragem – seletiva que Itaipu queria impor por meio dos cálculos dos seus contadores às custas de outrem?

Contraposta à Itaipu, nascida como um Titã (ou uma nova cabeça da Hidra de Lerna), a nova Arca de Noé era construída no e pelo movimento popular, mesmo não envolvendo, na práxis, a maioria dos atingidos, afinal muito(a)s e muito(a)s, por favorecimento ou por diversas outras escolhas ou imposições dos

filhos da Hidra (departamento jurídico da Itaipu e imobiliárias de terra), assinaram contratos de compra e venda e acordos de indenizações.

Na cartilha “A Taipa da Injustiça”, Juvêncio Mazzarollo (1980, p. 20-21) inseriu a criação da própria CPT/PR e o envolvimento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CPJP) à organização das lutas populares contra Itaipu, assim como dados sobre a elaboração do projeto “Arca de Noé”. Mas, pelas leituras de fontes realizadas para este estudo, a análise apresentada pela Guiomar Germani foi a que mais esclareceu sobre a origem do projeto “Arca de Noé”, sendo parte da visão de si e do lugar social dos pequenos atingidos diante do dilúvio, do mausoléu e dos “faraós”.

E o povo começou a mostrar a sua força através do projeto “Arca de Noé”, da CPT-PR, que praticamente nasceu na comunidade evangélica do Porto Britânia, da Paróquia de Pato Bragado. O projeto “Arca de Noé”, iniciado em março de 1978, consistia, fundamentalmente, na formação de grupos de base entre a população a ser expropriada, para discutirem, mais sistematicamente, a situação que estavam enfrentando e pensarem em formas de se organizar para defender seus direitos.

Foram formados 20 grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon. Todo o trabalho do “Arca de Noé”, de março a setembro, constituiu na organização e desenvolvimento destes grupos. As questões básicas levantadas em suas discussões referiam-se:

- a) a necessidade de conseguir um melhor preço para as terras; e
- b) que o governo passasse a se preocupar com o reassentamento dos expropriados.

Mas também de nada adiantava somente levantar estas questões, estes grupos passaram a discutir também a organização dos atingidos pela Itaipu. A forma apresentada e aprovada para iniciar esta organização foi a de fazer uma grande reunião com todos os agricultores da margem esquerda do rio Paraná (GERMANI, 2003, p. 81)¹⁰.

¹⁰ Outra referência ao projeto “Arca de Noé” pode ser encontrada na Tese em História Social (PUC/SP) da professora Maria José Castelano, intitulada “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná”, conforme a passagem citada: “Esta postura eclesial promovia uma mudança no modus operandi dos pastores luteranos e é nessa ótica que nasce a proposta do projeto Arca de Noé do pastor Kurt Hatje. O projeto Arca de Noé buscou atrair os pastores luteranos para organizar grupos de discussão para analisar a situação dos agricultores que seriam desapropriados pela Itaipu. Mas o Projeto Arca de Noé não obteve a adesão desejada por parte dos pastores

O Pastor Werner Fuchs, que havia assumido o cargo de Secretário da CPT/PR, em função do afastamento (renúncia obrigatória) do Pastor Gernote Kirinus, que tinha deixado o referido cargo, após alguns anos de exercício, por ter sido indicado pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como candidato a Deputado Estadual, nas eleições de 1978¹¹, permaneceu nesta função durante os anos seguintes da luta dos expropriados da Itaipu. Mas, além de ter sido indicado pelo próprio Gernote Kirinus para dar continuidade aos trabalhos da CPT/PR, inclusive mediante convite e contato pessoal e no âmbito da IECLB e da CPT/PR, Werner Fuchs teve seus calços e percalços.

Em decorrência da candidatura a deputado estadual, no dia 30/06/1978, “Gernote Kirinus saiu da secretaria da CPT/PR, para ser candidato a deputado estadual” (CPT/PR, *Poeira*, n.2, p. 5). Interinamente, o cargo foi assumido pelo Pastor Kurt Walter Hatje, até que fosse resolvido a indicação de novo nome. O Pastor Werner Fuchs passou a responder pela Secretaria da CPT/PR no mês de outubro de 1978, a fórceps, pelo menos em relação ao seu “batismo de sangue” e a colocação integral da mão na massa, como ele mesmo relatou. Praticamente em plena agenda da coordenação dos trabalhos de organização da Assembleia Geral realizada em Santa Helena, agendada para o dia 16 de outubro de 1978, outros

luteranos” (CASTELANO, 2018, p. 104). No seguimento do texto a autora cita um relato que o pastor Gernote Kirinus realizou em entrevista ao Frank Antonio Mezzomo (2009, p. 32), no qual indicou que os pastores progressistas da IECLB buscaram fortalecer a luta em conjunto com padres da Igreja Católica e equipe da Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), de Francisco Beltrão, e o apoio do bispo da Diocese de Palmas, D. Agostinho Sartori (CASTELANO, 2018, p. p. 104-105). Como já indicado no início do capítulo, o envolvimento ecumênico da CPT/PR era fato deste a sua criação no Paraná.

¹¹ O Pastor Gernote G. Kirinus foi o primeiro Secretário da CPT/PR e representou a Comissão nos dois depoimentos que prestou às Comissões Parlamentares de Inquérito, uma da Câmara Federal e outra na Assembleia Legislativa, como indicado anteriormente. Também havia participado da luta contra as Notas Promissórias Rurais (NPRs) que eram cobradas, por vezes até judicialmente, dos agricultores suinocultores, haja vista que avaliavam estas notas junto aos bancos e, no caso do titular da NPR não quitar no devido tempo, a exemplo do grupo Frimesa que havia aplicado o calote de grande parte das dívidas que tinha com as NPRs e, também por ter entrado, inicialmente em concordata e depois falido, o ônus bancário era cobrados dos avalistas. O caso das NPRs dos suinocultores e do Movimento Justiça e Trabalho (MJT), no qual a CPT/PR participava, tanto na região Oeste quanto no Sudoeste do Paraná, foi objeto de discussão nas edições 2, 5, 6 e 9 do boletim *Poeira*. Este engajamento do Pastor Kirinus no movimento das NPRs e no projeto “Arca de Noé”, além de percorrer praticamente todo o Paraná para pesquisar os problemas da questão da terra, apresentados nas CPIs, tornou seu nome conhecido e uma forte candidatura no pleito eleitoral de 1978. Com relação à candidatura do Gernote Kirinus, ele foi eleito e reeleito ao cargo de Deputado Estadual até o mandato de 1987/1990, chegando a assumir o cargo de 1º. Secretário da Assembleia Legislativa, em 1983, durante o mandato de José Richa (PMDB), no governo do Paraná. Nas eleições de 1990 disputou uma vaga a deputado federal, porém não foi eleito.

integrantes da Comissão e da coordenação das atividades, como o Padre Valentin Dal Pazzo e o Pastor Kurt Hatje foram intimidados ou tiveram que prestar esclarecimento na Delegacia de Polícia (CPT/PR, *Poeira*, n. 4).

Membros da Equipe da Pastoral da Terra sofreram pressão e dificuldades para que a Assembléia não fosse realizada. O Pe. Valentin sofreu acusações de ordem política, e o Pastor Kurt foi intimado a prestar esclarecimentos de assuntos muito vagos perante o Delegado de Polícia de Mal. C. Rondon, justamente na hora da Assembléia em Santa Helena! (CPT/PR, *Poeira*, n. 5, p. 5).

Vindo do RS e recém-formado, Werner Fuchs também passou a ser pastor da IECLB na Paróquia de Santa Helena e teve um engajamento significativo nas ações do projeto “Arca de Noé”, no MJT e no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Isto lhe rendeu ser o foco principal de constantes retaliações por parte da direção geral da Itaipu, em especial, quanto à autorização ou não da sua presença nas reuniões com o diretor geral ou com o assessor jurídico e demais asseclas. Também foi foco do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conforme pode ser visto pelas pastas desta agência que integram o referido Fundo Documental no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Tratando-se dos artigos publicados no boletim informativo *Poeira*, o secretário da CPT/PR foi a pessoa que mais assinou nominalmente artigos nas edições consultadas, mesmo tendo conhecimento do monitoramento que as Polícias do Estado do Paraná, a Polícia da Itaipu e os órgãos de informação do governo federal, DOPS e Serviço Nacional de Informação (SNI), realizavam sobre o movimento dos atingidos pela Itaipu¹².

Na primeira edição da cartilha “A Taipa da Injustiça” coube ao Werner Fuchs assinar o “Prefácio” num contexto e cenário de uma recente vitórias e fortalecimento da luta com a criação do Movimento Justiça e Terra, durante o Acampamento em frente ao Escritório da Itaipu em Santa Helena, realizado durante 16 dias (entre os dias 14 e 29 de julho de 1980)¹³.

¹² No Acervo do Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, dentre os documentos do Fundo Documental do DOPS constam os seguintes materiais: “Comissão Pastoral da Terra” (Doc. N. 00806, Arquivo n. 0259, 35 p.); “Questões de Terras do Oeste do Paraná e Sudoeste” (Doc. 003496, Arquivo n. 1668, 7 p.).

¹³ “No dia 14 de julho deste ano, cerca de mil (1.000) agricultores acamparam em frente ao Escritório da

A resistência foi nascendo pequena, fraca, humilde. Ao verem as primeiras vítimas, os atingidos aos poucos venceram o medo e as distâncias animaram-se pela união e pelo apoio recebido, e forçaram o monstro a ceder, a atender reivindicações, e a consentir no diálogo (FUCHS, In: MAZZAROLLO, 1980, p. 6).

Desde a 10ª edição o boletim *Poeira* passou a ser organizado em Curitiba, vinculado a CPT/PR e junto à sede da CNBB – Linha II, e sua impressão passou a ser realizada na gráfica da Assesoar, em Francisco Beltrão, município pertencente a Diocese de Palmas. O próprio boletim foi ampliado em relação às paginações e inclusão de matérias relacionadas à Pastoral da Terra vindas de outras regiões do Brasil e mesmo de outros países latino-americanos, de temas recentes do Vaticano e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB Nacional), a exemplo das campanhas anuais da Fraternidade. Todavia, o que cabe destacar desta ampliação foi a nova configuração adotada a partir da 11ª edição:

A partir deste número, estaremos incluindo no POEIRA matérias do BOLETIM da CPT nacional, como por exemplo: *a luta pela terra na Bíblia*, Migrações, Êxodo Rural, Reforma Agrária, Sindicalismo, Cooperativismo e outros assuntos que forem do interesse dos agricultores para aprofundarem o seu conhecimento e refletirem sobre a caminhada que os companheiros do Brasil estão fazendo (CPT/PR, *Poeira*, n. 11, p. 01 – grifo nosso).

Os textos de uma destas novas seções – “A Luta pela Terra na Bíblia” – indicam, claramente, uma exegese da Teologia da Libertação e dos princípios pastorais de Medellín, que priorizou a “opção preferencial pelos pobres”. Os acúmulos destes temas e aspectos agrários do Brasil e da América Latina também aproximaram muito a linguagem das charges com as interações entre terras e águas, especialmente na crítica à pobreza e às injustiças nas histórias do povo hebreu registradas nos livros do Antigo Testamento.

ITAIPU BINACIONAL na cidade de Santa Helena – Oeste do Paraná” (CPT/PR, *Poeira*, n. 12, p. 06).

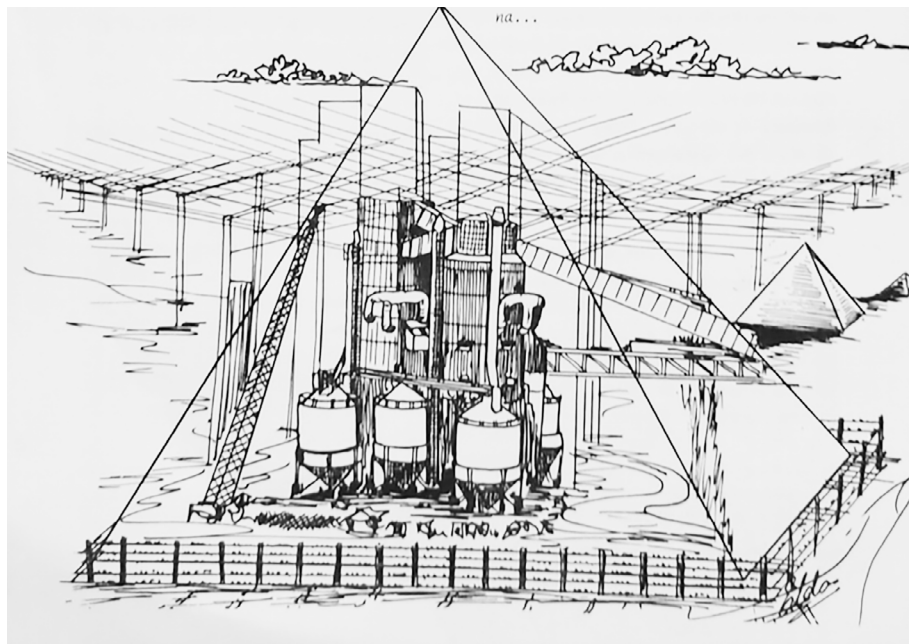


IMAGEM 3. Pirâmide de Itaipu - Mausoléu (1978).
Fonte: CPT/PR. O Mausoléu do Faraó. 1978, p. 16.

Esta charge, Imagem 3, teve por inspiração a central de usinagem da Itaipu, instalada no canteiro de obras. Na capa da cartilha “O Mausoléu” há uma foto da referida usinagem, com foco e enquadramento semelhante ao da charge, o que indica a origem da própria arte em rabiscos, com os devidos acréscimos dos traços piramidais, do cercamento em arame farpado (enquanto cenário agrário) e dos arranha-céus e inumeráveis teias de redes de energia de transmissão destinadas às grandes cidades.

Para finalizar este tópico, sobre o movimento das águas e a resistência, enquanto construção de uma “Arca de Noé”, duas outras charges publicadas representaram, nestas figuras, o que seria o dilúvio e o que estava sendo colocado em risco, seja para os vivos e para aqueles que estavam mortos e sepultados nos inúmeros cemitérios comunitários que haviam na área a ser inundada e nas terras a serem afogadas (cf. MELCHIOR, 2012).

Entre as Injustiças e o Dilúvio, também estava a perda do lugar e do próprio passado. Uma destas marcas eram os próprios cemitérios, justamente onde

familiares, demais parentes, vizinhos e amigos, já falecidos, estavam enterrados e *in memoriam*. Para os atuais atingidos, vivos, portanto, o dilúvio também afogaria aquelas histórias de vida e às memórias preservadas dos falecidos. Afogar os mortos era, portanto, inimaginável.

Na cartilha de 1978 este cenário foi incluído no texto e numa das charges

que retratava um cemitério completamente submerso pelas águas do dilúvio do lago, o que representaria uma injustiça intangível àqueles que ali jaziam. A dimensão social e religiosa destes lugares e a morte dos cemitérios era uma enorme afronta ao passado e ao presente, uma negação destas existências, fato este que também fortalecia a luta contra mais esta injustiça que foi conquistada a partir da transferência dos entes queridos para outros lugares fora do leito do dilúvio anunciado.

A força das águas do Paranazão, já desafiadoras no canyon natural, quando direcionadas para o novo dilúvio também foi inspiradora de charges interativas. Para o momento é oportuno inserir uma delas. A Imagem 5 retrata uma cena e um cenário que, em certa medida, os agentes da Itaipu usavam para pressionar

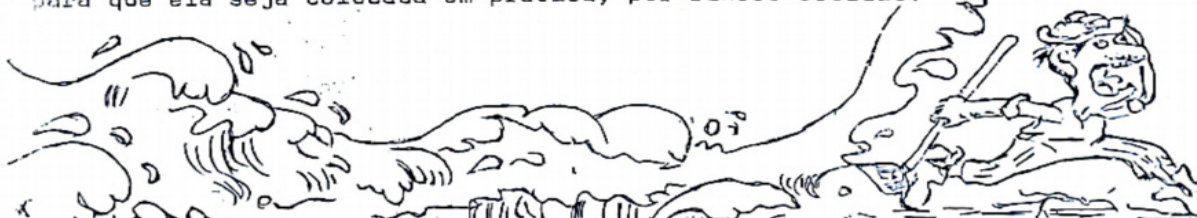
IMAGEM 5. Expulsão pelas águas do dilúvio.
 Fonte: CPT/PR, Poeira, n. 7, p. 10.

os atingidos a aceitar aquele “preço justo da binacional” e assinar os acordos. Vários relatos publicados no Poeira denunciavam atos destas ameaças, afinal, quando as águas chegariam quem ainda restaria nas áreas não teriam o que



IMAGEM 4. Afogamento dos cemitérios.
 Fonte: CPT/PR. O Mausoléu do faraó. 1978, p. 21.

Que fazer para que essa lei seja cumprida? Quem tem interesse para que ela seja colocada em prática, por razões sociais?



fazer, a não ser fugir das águas e, eventualmente, recorrer à Justiça e penar durante um longo tempo até que houvesse a tramitação e julgamento.

A Justiça Necessária

Considerando a perspectiva que Guiomar Germani apresentou sobre a origem e as formas de crescente qualificação e contundência nas e das ações que o movimento dos atingidos pela Itaipu construíram, assembleias e acampamentos, respectivamente para o segundo e terceiro período de lutas que a autora indicou, dentro do recorte temporal que sua pesquisa teve que seguir, parece-nos que é possível acrescentar mais uma nova forma qualificada de luta que os expropriados construíram, porém, sem com isto, defini-la como um quarto momento, mas, sim, uma outra forma de luta pela terra surgida a partir das conquistas obtidas pelo MJT e seus limites (as diferentes indenizações e restrições aos direitos). A Germani também teve uma percepção acurada ao focar que os posseiros e chacareiros, próximos a Santa Helena e São Miguel do Iguaçu, foram os grupos sociais mais aguerridos na mobilização, afinal, além de terem, inicialmente, a promessa de garantia da terra de “picaretas privados”, especuladores falsários e agentes e agências fundiárias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando o movimento de desapropriação passou a afetá-los, também surgiram grileiros (com jagunços contratados), novos donos e processos judiciais que pretendiam desintrusá-los das áreas que haviam adquirido, porém sem “papel passado”. Além disso, desde a primeira fase de atuação da Itaipu (1973-1977), só ouviam promessas, vazias e nunca cumpridas, sobre valores (50% do “preço justo” da terra e benfeitorias) que receberiam e sobre a regulação fundiária das glebas (devolutas ou não) que o INCRA não realizava.

Como a mobilização do Trevo da Vergonha obrigou a Itaipu arcar mais os joelhos, contra sua vontade, a reivindicação referente aos camponeses posseiros e sem terras (arrendatários, meeiros, agregados e assalariados rurais) foi incluída nas conquistadas. No boletim Poeira, n. 17, foi divulgado uma nota do MJT sobre o “Último Dia de Acampamento em Foz do Iguaçu – À Opinião Pública”, datada em 9 de maio de 1981, onde relacionaram as “Vitórias Conquistadas”.

No item 5, das vitórias, o MJT incluiu que: “Garantimos o reassentamento de uma parte de posseiros e arrendatários em Arapoti, Bom Jesus da Lapa (BA) e no Acre” (CPT/PR, *Poeira*, n. 16, p. 12).

Nos dias seguintes o MJT e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais integrantes do movimento, com destaque aos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira, iniciaram um cadastramento de posseiros e arrendatários. Desta nova ação, ebohiu no MJT e para além dele (da pauta e da área social dos atingidos pela Itaipu), outros grupos sociais excluídos, conforme matéria publicada pelo novo movimento de luta pela terra que surgiu em julho de 1981: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste no Paraná (MASTRO). Na edição n. 17, do *Poeira*, constou a primeira matéria inserida neste boletim, intitulada “MASTRO (Movimento do agricultor sem terra no Oeste do Paraná)”. Ao avaliarem a “Vitória do Povo Organizado”, o documento do MASTRO sintetizou as lutas do MJT, conforme registrado no primeiro parágrafo do documento:

Certamente todos ouviram falar do Movimento Justiça e Terra, realizado pelos colonos a serem indenizados por Itaipu. Fizeram documentos, enviaram Comissão para decidir os problemas, e sobretudo usaram da pressão quando somente o diálogo não trazia resultados satisfatórios. Acampados 16 dias em Santa Helena, em julho de 1980, em 54 dias em Foz do Iguaçu, diante dos escritórios da empresa Itaipu. Conseguiram não somente um preço melhor pela terra, mas também: trabalho mais rápido pelo INCRA na documentação das terras, solução para alguns casos de posse, e também terras no Paraná para cerca de 400 famílias de arrendatários e pequenos proprietários. Essas terras estão localizadas em ARAPOTI, perto de Ponta Grossa, e em TOLEDO, próximas à cidade. Foi uma luta que exigiu muita dedicação e participação firme de todos os interessados (CPT/PR, *Poeira*, n. 17, p. 25).

Neste mesmo material foi apresentada “A Idéia do Mastro”, surgida em reunião realizada no SRT de Medianeira, em julho de 1981, de um movimento próprio dos agricultores sem terra: “Quando o Movimento Justiça e Terra realizou as primeiras inscrições para requerer terras em Arapoti, surgiram tantos candidatos de fora de Itaipu, que os líderes não sabiam como atender. E os candidatos

da própria área de Itaipu eram tantos que certamente a metade deles ficaria sem terra (CPT/PR, *Poeira*, 17, p. 25).

Quase decorrido um ano do início do Acampamento do Trevo da Vergonha, novamente o MJT teve que realizar pressão. No dia 2 de março de 1982, foi realizada uma reunião ampliada do MJT para avaliar e planejar novas ações, com participação de 180 representantes dos 600 expropriados até então não indenizados, como já indicado no início do capítulo. Conforme o documento aprovado pela plenária, “Movimento Justiça e Terra dos Agricultores Assaltados por Itaipu Ao Povo Brasileiro que sofre como Nós e às Autoridades que deveriam nos defender”, foram apresentadas novas denúncias contra as injustiças que Itaipu continuava realizando e por não cumprir sua parte do acordo de maio de 1982.

Para forçar Itaipu a cumprir os termos do acordo de maio de 1981, entre o indicativo de nova marcha a Foz do Iguaçu (no Trevo da Vergonha, marcada para o dia 9/03) e reuniões realizadas com os diretores da Itaipu (já bem mais cordiais), nos dias 5 e 8 de março de 1982, o MJT obteve novas vitórias que incluíam reajuste dos preços e mais agilidade nos pagamentos da Itaipu, novo prazo para permanência nas áreas, solução de áreas litigiosas por parte do INCRA para solução do problema dos posseiros e arrendatários), indenização de redes elétricas e o problema dos Índios do Ocoí (à época a Itaipu tinha indicado uma área de 105 hectares para o acordo). Também consta no boletim *Poeira*, n. 20, uma matéria sobre a reunião realizada no dia 8 de março, agendada pelos diretores da Itaipu para evitar o segundo acampamento no Trevo da Vergonha.

Às 20 horas, P. Werner Fuchs e esposa, representando a CPT do PR; o Dr. Cláudio Pizzatto advogado do Movimento Justiça e Terra e os agricultores: Marcelo Barth, Silvênio Kolling, Ernesto Andreola, Jacó Scherer e Oscar Sulzoach estavam no Centro Executivo da Binacional Itaipu para a reunião com seus diretores. A reunião transcorreu no mais absoluto clima de cordialidade, em que, pela primeira vez, os agricultores não tiveram dificuldades para terem suas reivindicações aceitas por Itaipu, na quase totalidade (CPT/PR, *Poeira*, 20, p. 8-9)

No dia 25 de maio de 1982, quase um ano após a criação do MASTRO, este movimento realizou sua primeira assembleia em Medianeira, tendo por lo-

cal a Igreja Matriz, com participação de mais de 4 mil pessoas, entre agricultores sem terra ou com pouca terra, líderes sindicais e representantes das Igrejas Cristãs. No documento final, “O Grito dos Sem Terras”, o MASTRO incluía uma avaliação das lutas mais recentes, com destaque à mobilização popular do MJT contra as injustiças praticadas pela Itaipu, com seus “preços justos”, e a luta por direitos dos atingidos.

Da EXPERIÊNCIA DE ITAIPU ficou claro que os projetos governamentais de Hidroelétricas e outras obras semelhantes, não consideram o povo e suas necessidades básicas.

Assim sendo é necessário que o povo, formando pequenos grupos se organize na defesa de seus direitos básicos.

A desapropriação da terra por parte de Itaipu foi sempre abaixo do preço real das terras na região. Alguns poucos recebiam um alto valor por suas propriedades, para assim enfraquecerem o próprio movimento dos lavradores. Por outro lado, a maioria entendeu que só através da organização, da mobilização e da pressão, quer dizer, não ficando em casa, mas unidos partindo para a luta é que se conseguiria *a justiça necessária*.

Foi assim que o MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA conseguiu preços mais dignos e reassentamento e novas terras no próprio Estado do Paraná. Lembramos o lema do movimento:

“Agricultor unido e organizado jamais será vencido” (CPT/PR, *Poeira*, n. 22, p. 7 – grifo nosso, em itálico).

Na edição n. 24 do boletim *Poeira*, que correspondeu aos meses de setembro e outubro de 1982, período final das obras da taipa e com o fechamento das comportas realizada no dia 13 de outubro de 1982, as águas do novo dilúvio iniciaram uma nova dança e o novo canto das pedras e águas do lugar de Itaipu passou a ser o silêncio, porém, submergindo tudo até a linha multiforme do polígono do lago, no nível da cota de 220 metros, em apenas 14 dias, porém não somente sob as graças de São Pedro, apesar da elevada pluviosidade das chuvas que ocorreram naquelas semanas.

O Editorial do 24º número do *Poeira* foi assinado pelo Pe. Natalício José Weschenferder (CPT/PR), com o título “Juvêncio Mazzarollo condenado por crime de opinião”¹⁴, no qual, além de mais esta injustiça praticada contra o MJT

¹⁴ Com base na Lei de Segurança Nacional Juvêncio Mazzarollo foi acusado de ter cometido crime contra

e o jornalista, referiu-se ao novo dilúvio – “O dilúvio viria e veio” – de injustiças: “Muitos agricultores praticamente foram expulsos de suas terras com a vinda do dilúvio das águas do Rio Paraná para formar a grande barragem de Itaipu, comparada por Juvência como a ‘TAIPA DE INJUSTIÇA’” (In: CPT/PR, *Poeira*, n. 24, p. 3).

Nesta mesma edição, o Pastor Werner Fuchs também assinou o artigo “As Turbinas que Itaipu jamais vai tocar”, nominando quais seriam as 18 turbinas: da contradição, do desperdício, do desvio, da destruição, do atrazo (sic.), do empréstimo, de prepotência, da traição, da cascata, da ganância, de geopolítica, da divisão, da rotatividade, da incerteza, da saudade, da justiça, do respeito e da humildade (In: CPT/PR, *Poeira*, n. 24, p. 5-8).

Na 25ª edição do *Poeira*, já no pós novo dilúvio, outros dois materiais que foram publicados sobre as injustiças da Itaipu merecem destaque. O primeiro tratou do “O Apocalipse da Itaipu”, e comparou os impactos do novo mar de água doce com “As Sete Pragas de Itaipu”, em analogia crítica e criativa às Sete Pragas do Egito.

Mantendo a linguagem desta religiosidade popular, o segundo texto incluído na edição, “Lotaram uma Arca, mas esqueceram Noé”, foi escrito pelo P. Harald Malschitzki (originalmente publicado no *Jornal Evangélico* n. 9/82). Não fosse a tragédia, o uso de espelho narcisista de porta-vozes da Itaipu, uma taipa piramidal de injustiças, não redimiu os faraós. Além do novo canto das águas no concreto, nos três canais do vertedouro gigante, na operação “‘Mymba-Kuera’ (‘caça-bicho’ em tupi-guarani)” (ITAIPU, 2009) – outra tradução do termo Guarani¹⁵ seria “pega-bicho”, afinal, caçar é outra coisa –, houve uma ação hercúlica, ao menos midiática e propagandista nos anos seguintes, a exemplo

a segurança nacional, por ter publicado artigos críticos à ditadura (Itaipu) e ao governo do prefeito biônico de Foz do Iguaçu, no *Jornal Nosso Tempo*, também de Foz, onde era um dos editores e sócio proprietário. O julgamento inicial tramitou entre novembro de 1981 a junho de 1982, sendo condenado ao encarceramento em dois processos. Os recursos de Apelação (n.14/81 e n. 10/81) foram julgados pelo Superior Tribunal Militar e a sentença foi mantida. Mazzarollo foi considerado o último preso político da ditadura (cf. CPT/PR, *Poeira*, n. 24, 25 e 27; cf. BLANC, 2021, p. 199-215).

¹⁵ Os Avá-Guarani, “testemunhos oculares” do novo dilúvio que afogou suas terras – Tekohá –, anos mais adiante, passaram a confeccionar peças de artesanato em madeira representando os animais que buscavam abrigo nos ganhos das árvores para também fugirem daquele dilúvio. A venda deste artesanato e de outros tantos, passou a ser uma fonte de renda deles, em meio a uma área exígua que receberam nas negociações.

da primeira versão do filme institucional apresentado aos visitantes no centro de recepção dos turistas, existente na entrada do acesso à grande área interna (antigo canteiro de obras) e de segurança da Usina de Itaipu, no lado brasileiro.

O final de outubro e o início de novembro marcaram a grande festa na barragem de Itaipu, pois o cronograma – assim se afirma – foi cumprido. As comportas foram fechadas dias antes da data prevista, o lago está formado e as comportas do vertedouro oferecem um espetáculo à parte, pois algo em torno de 10 mil metros cúbicos de água retornaram ao leito do Rio a cada segundo. Antes disso, porém, este volume d'água foi lançado ao ar em “salto esqui”, para cair 40 metros adiante. E tem mais ainda: foram recolhidos 5.700 animais, “lotação para uma arca de Noé”, segundo observação do diretor de coordenação de Itaipu (In: CPT/PR, *Poeira*, n. 25, p. 8).

Por fim, cabe mencionar que na 25ª edição do *Poeira*, foi incluída a matéria “MASTRO realiza mini assembleias” (tratou-se das três mini assembleias, ou reuniões regionalizadas, realizadas em São Miguel do Iguaçu, no dia 2 de dezembro; em Foz do Iguaçu, no dia 5 de dezembro; e em Medianeira, no dia 7 de dezembro de 1982), enquanto formato mais acessível para viabilizar o que seria a 3ª Assembleia Geral do MASTRO¹⁶. Dentre as decisões aprovadas pela plenária, constou no 6º item: “Visitar ARAPOTI e fazer uma análise profunda da situação dos companheiros que lá foram assentados” (In: CPT/PR, *Poeira*, n. 25, p. 18).

Levantando *Poeira* e poeiras permite perceber os caminhos que Guiomar Germani indicou sobre o(s) conflito(s) encarado(s) pelos expropriados contra a Itaipu, assim como as principais injustiças enfrentadas: da terra (expulsão e “preço justo”) e da água (dilúvio).

A justiça necessária passou a ser um horizonte de lutas sociais aos camponeses com terra, com pouca terra e sem terra, e povos originários¹⁷. Esta multiplici-

¹⁶ A 2ª Assembleia Geral do MASTRO – O Grito dos Sem Terra – foi realizada em Medianeira, no Salão da Escola Nossa Senhora Medianeira, no dia 28 de agosto de 1982, tendo a plenária aprovado as seguintes reivindicações: - Terra no Paraná; - Terra só pra quem nela trabalha e dela precisa para viver; - Criação do módulo máximo, e extinção do módulo mínimo; e, - Crédito fundiário favorecendo ao pequeno e ao sem terra (In: CPT/PR, *Poeira*, n. 24, p. 24-25).

¹⁷ Por sua vez, por duas décadas os Avá-Guarani também tiveram que trilhar outros caminhos e os seus caminhos contra as injustiças da Itaipu (cf. BLANC, 2021; KOLING, 2018).

dade de condições e posições também balizavam suas angústias e esperanças, ao mesmo tempo em que potencializavam suas práxis de construção do movimento, de movimentos e deles mesmos (pessoas, famílias, comunidades, sindicatos, partidos políticos, movimentos pastorais e organizações de ação coletivas).

Uma práxis em movimento, porém, só é ação se for vontade. E a vontade, por sua vez, só se torna ação se for decisão (de pessoas e coletividades), se for posicionamento em ação, pois não há imanência de “consciência” (de si, para si e do mundo). Há, sim, construção da ação política – a justiça necessária –, enquanto práxis (saber e fazer, integrados e integralizados) entre estas pessoas, em seus lugares sociais e no mundo.

Referências

• Fontes Primárias da CPT e Documentos

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO – ANAI-PR. *Avá Guarani do Ocoí-Jacutinga – município de Foz do Iguaçu – PR: Parecer do antropólogo designado pela ABA Edgard de Assis Carvalho*. 1981. 13 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT/PR). *O Mausoléu do Faraó*. Marechal Cândido Rondon, 1978.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ. **Terra**: Questão da terra, uma questão humanitária - Depoimento de Dom Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas, e de Gernote G. Kirinus, Pastor da IECLB, perante a CPT da Terra. Brasília, 02/09/1977. Curitiba/PR: Gráfica Voz do Paraná Ltda. [s/d].

_____; **Poeira**. Ano I a VII, n. 1 a 25. (Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná). Novembro de 1978 a 1982 (n^{os}. 1 – 25).

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

_____; **A Taipa da injustiça**: Itaipu X Agricultores Expropriados. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, novembro de 1980.

KIRINUS, Gernote Gilberto. **CPI da Desparanização** / CPT Comissão Pastoral da Terra do Paraná – Depoimento do Pastor G. G. Kirinus. Trabalho elaborado pela Equipe da Pastoral da Terra do Paraná – Secretaria Regional. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 19/04/1978. 22 p. (Cartilha)

• Bibliografia

BLANC, Jacob. **Antes do Dilúvio: Itaipu e a história da ditadura no campo**. São Paulo: Garamond, 2021.

BRUIT, Hector H. **Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Vencidos**. Campinas: UNICAMP, 1995.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CASTELANO, Maria José. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História, 2018. 142 p. (Tese de Doutorado)

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003.

KOLING, Paulo José. “Os expropriados da Itaipu em movimento por justiça” In: BROCARD, Daniele; DEBAIS, Rose Elke; ORBEN, Tiago Archanjo (orgs.). **Terras e memórias: vivências e conquistas no(s) rural(is) do Brasil**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 17-44

ITAIPU. **Refúgio Biológico de Itaipu completa 25 anos**. 29/06/2009. In: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/refugio-biologico-de-itaipu-completa-25-anos>. Acessado em 15/09/2021.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2006.

MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira X Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Dissertação de Mestrado).

_____ ; **Memórias da Ponte Internacional da Amizade: representações de um espaço binacional**. Foz do Iguaçu/PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Câmpus de Foz do Iguaçu/Programa de Pós-Graduação em Cultura, Sociedade e Fronteiras, 2021. 183 p. (Tese de Doutorado)

MELCHIOR, Kleber Dreicy. **A Migração dos mortos**: remanejamento de cemitérios na região do lago de Itaipu. Foz do Iguaçu/PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Câmpus de Foz do Iguaçu/Programa de Pós-Graduação em Cultura, Sociedade e Fronteiras, 2012. 74 p. (Dissertação de Mestrado)

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná**: Gernote Kirinus, Adriano Van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão/PR: Ed. da Fecilcam, 2009.

SCHREINER, Davi. Félix. **Entre a exclusão social e a utopia**: um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: Editora CRV, 2016.

ANEXO: RELAÇÃO DAS EDIÇÕES DO BOLETIM POEIRA – CPT/PR

ANO/Nº.	PERÍODO (MESES E ANO)	Nº. PÁGINAS
Ano I, n.º 1	Março de 1978	7 com a Capa
Ano I, n.º 2	Maio de 1978	7 + Capa
Ano I, n.º 3	Julho de 1978	5 + Capa
Ano I, n.º 4	Setembro de 1978	6 + Capa
Ano I, n.º 5	Novembro de 1978 – Especial	9 + Capa
Ano I, n.º 6	Dezembro de 1978	15 + Capa
Ano II, n.º 7	Fevereiro de 1979	15 + Capa
Ano II, n.º 8	Abril de 1979	9 + Capa
Ano II, n.º 9	Maio de 1979	15 + Capa
Ano II, n.º 10	Dezembro de 1979	18 + Capa
Ano III, n.º 11	Maio e Junho de 1980	15 + Capa
Ano III, n.º 12	Julho / Agosto de 1980	22
Ano III, n.º 13	Setembro / Outubro de 1980	21
Ano III, n.º 14	Novembro / Dezembro de 1980	31
Ano IV, n.º 15	Jan, Fev, Mar e Abril de 1981	35
Ano IV, n.º 16	Maio – Junho de 1981	39
Ano IV, n.º 17	Julho – Agosto de 1981	29
Ano IV, n.º 18	Setembro – Outubro de 1981	25
Ano IV, n.º 19	Novembro – Dezembro de 1981	21
Ano V, n.º 20	Janeiro / Fevereiro de 1982	24
Ano V, n.º 21	Março – Abril de 1982	25
Ano V, n.º 22	Maio – Junho de 1982	25
Ano V, n.º 23	Julho – Agosto de 1982	27
Ano V, n.º 24	Setembro – Outubro de 1982	25
Ano V, n.º 25	Novembro – Dezembro de 1982	19
Ano VI, n.º [26] (*)	Janeiro – Fevereiro de 1983	27
Ano VI, n.º 27	Março e Abril de 1983	21
Ano VI, n.º 28	Maio e Junho de 1983	24
Ano VI, n.º 29	Julho e Agosto de 1983	25
Ano VI, n.º 30	Setembro e Outubro de 1983	21

ANO/N.º	PERÍODO (MESES E ANO)	N.º. PÁGINAS
Ano VI, n.º 31	Novembro e Dezembro de 1983	21
Ano VII, n.º 32	Janeiro e Fevereiro de 1984	19
Ano VII, n.º 32	Abril de 1984 – Edição Extra - Ilhéus	6
Ano VII, n.º 33 (**)	Março e Junho de 1984	33
Ano VII, n.º 34	Julho e Agosto de 1984	27
Ano VII, n.º 35	Setembro e Outubro de 1984	27
Ano VII, n.º 36	Novembro e Dezembro de 1984	21
Ano VIII, n.º 37 (***)	Janeiro e Fevereiro de 1985	21
Ano VIII, n.º 38 (***)	Março e Abril de 1985	23
Ano VIII, n.º [39] (*) (***)	Mai e Junho de 1985	23
Ano VIII, n.º 40 (***)	Julho e Agosto de 1985	24
Ano VIII, n.º 41 (***)	Setembro / Outubro / 15 No- vembro de 1985	22
Ano VIII, n.º 41 (***)	15 Novembro e 15 Janeiro 1985/86	20
Ano 09, n.º 42 (****)	Janeiro / Fevereiro de 1987	23
Total de Páginas		927

(*) Edições onde não foi incluído o Número, porém mantida a sequência correspondente.

(**) Há um erro na indicação do número. Consta como Ano VI, porém corresponde ao Ano VII.

(***) Há um erro na indicação do número. Consta como Ano VII, porém corresponde ao Ano VIII.

(****) Edição no formato livreto, com folha tamanho Ofício, frente e verso. As edições anteriores tinham o formato inteiro de folha Ofício. Nos números de 1 a 3, folha Ofício frente, após com frente e verso.

A formação do latifúndio Araupel:

histórico da cadeia dominial e grilagem de terras no Centro-Sul paranaense

Ana Cristina Hammel

ESTE TEXTO¹ ABORDA AS QUESTÕES RELACIONADAS À FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO Araupel localizado no Centro-Sul paranaense e as implicações na vida dos camponeses que habitam nessas terras. Essas questões foram levantadas e problematizadas a partir da pesquisa documental e de entrevistas orais como parte do doutoramento em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, entre os anos de 2016 e 2020.

A partir da referida pesquisa foi possível ter acesso ao desdobramento de vários processos referentes à grilagem de terras na região Centro-Sul paranaense, inclusive com detalhamento da cadeia dominial dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo formada por muitas certidões. Esses documentos remontam à passagem duvidosa do domínio público (terras devolutas) para o privado, com divergências entre o governo federal e o estado do Paraná. Trata-se de certidões, títulos e termos que compõem o histórico dominial dos imóveis citados coletados no Cartório de Registro do Município de Laranjeiras do Sul. Também, documentos históricos, reportagens de revistas e jornais, pareceres técnicos, processos administrativos de órgãos públicos estaduais e federal, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Tribunal de Justiça do Estado

¹ Este texto foi adaptado a partir da tese intitulada “Luta Camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas” (HAMMEL, 2020).

do Paraná. Ainda, documentos do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Considerando esse conjunto de documentos reconstruímos o processo que resultou na formação de um dos maiores latifúndios em área contínua do Sul do Brasil (HAMMEL, 2020; MOREIRA, 2013).

Nesse emaranhado de títulos, certidões e escrituras foi possível reconhecer a formação do latifúndio, não apenas na sua extensão, mas também no uso e posse das áreas de terra desses imóveis. As terras foram vendidas durante a década de 1940, mais especificamente entre 1944 e 1946, para os empresários paulistas José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio, e na década de 1970 essas terras foram vendidas² à Araupel S.A., cuja denominação, na época, era Sociedade Giacomet Marodin e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.

A empresa madeireira Araupel, cuja sede administrativa é em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, tem duas fábricas no Paraná, uma localizada em Quedas do Iguaçu e a outra em Guarapuava. Em sua página na internet a empresa destaca que “tem atuação global com capital 100% nacional” (ARAPEL, 2021). Ela ainda é controladora de três outras empresas madeireiras no Paraná, a Rio das Cobras Florestal, a Giacomar/Araupel e a Araupel Filial Guarapuava (HAMMEL, 2020) e associada a outros grupos como a Klabin que, desde 2016, tem fornecido ativos florestais para produção de biomassa pela fábrica da Araupel em Guarapuava (EXAME, 2015). O histórico da Araupel reflete a formação e a consolidação do latifúndio madeireiro na mesorregião Centro-Sul, bem como a luta dos camponeses pela terra e pela vida na terra.

As matrículas que compõem o histórico dominial das áreas registraram a compra de dois imóveis no Sudoeste pela então Sociedade Giacomet Marodin em 1972 (GARCIA, 1990), a partir da liquidação da Companhia Papel e Celulose de propriedade dos empresários paulistas José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio, com todos os direitos sobre seus ativos e passivos, incluindo os referidos imóveis (HAMMEL, 2020).

² Há dúvidas em relação ao processo de compra e venda dos imóveis realizado pela Giacomet Marodin, devido à forma como se deu a liquidação da empresa da Companhia de Celulose e Papel Iguaçu registrada pela Transcrição nº 19.379 de 1973, Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul. Alguns procuradores e técnicos indicam que não ocorreu a tramitação legal prevista na liquidação, não sendo respeitados prazos, além de não ser a forma mais adequada, uma vez que se tratava de apenas uma empresa.

A recuperação da trajetória histórica do latifúndio Araupel coloca como primeiro indicador temporal sua formação em 1972 até a última ocupação efetuada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), registrada em 2015. Contudo, o estudo da cadeia dominial do latifúndio formado pelos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo exigiu entender, primeiramente, a formação do latifúndio na década de 1940, com a compra desses imóveis pelos empresários paulistas, sendo esse um segundo indicador para o recorte temporal. O registro das escrituras, a documentação e as fontes utilizadas apontam atos do final do século XIX e início dos anos de 1900. Também destacamos que havia nessas terras uma população formada por indígenas, posseiros e caboclos que demarcaram a questão da terra dos povos originários e a vida camponesa nesses lugares ao longo desse período mais amplo.

O processo de redemocratização nos anos de 1980, resultado das lutas contra a ditadura civil-empresarial, alavancou outras lutas, sobretudo no campo brasileiro assolado pelas políticas da chamada revolução verde, que expropriou e expulsou milhares de camponeses do campo. A perda das terras para as águas das usinas hidrelétricas e os casos de venda para pagamento dos endividamentos no banco, a expropriação dos trabalhadores do acesso à ocupação indireta na terra (meeiros, agregados, parceiros e trabalhadores assalariados e diaristas) e a migração forçada constituíram alguns dos “dramas sociais tecidos pelas profundas modificações que sofreu o rural brasileiro, sobretudo na segunda metade do século XX” (SCHREINER, 2002, p. 22). Esses são elementos que acirraram o conflito pela terra em todo o Paraná e também entre os sujeitos Sem Terra e o latifúndio Giacomet Marodin/Araupel.

Também é preciso considerar toda a política econômica, a política agrária e de colonização dirigida realizada pelo governo de Getúlio Vargas nos anos de 1940 e pelos governos de Moysés Lupion e Ney Braga no Paraná nas décadas seguintes, 1950 e 1960, que foram determinantes no processo de concentração da terra e na sua passagem do domínio público para o privado.

Ressaltamos que embora o recorte seja o conflito agrário referente à ocupação e uso dessas terras ditas do latifúndio Araupel, entendemos que ele não está descolado do processo que ocorreu no estado do Paraná, bem como da política nacional de terra. Ao contrário, é uma expressão da lógica histórico-social brasi-

leira que, desde a colonização do Brasil e com a Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 1850), tem no latifúndio e numa agricultura voltada aos interesses dos proprietários de grandes extensões de terra uma associação econômica e comercial com o mercado mundial. Tal lógica desconsidera os camponeses e povos indígenas vinculados a um desenvolvimento territorial ou nacional de caráter popular que, em última instância, explicita as contradições existentes na relação capital *versus* trabalho (assalariado, livre)³ no campo no Brasil (ZENERATTI, 2020).

Para entender a natureza do latifúndio é importante também considerar a opção econômica brasileira pela produção de *commodities* em larga escala, utilizando grandes áreas, apostando na mecanização e na agroindustrialização a partir do golpe de Estado de 1964, subjugando os camponeses e sua relação com a terra. Tais opções acirraram o contexto de expulsões, expropriações e negação da possibilidade de acesso à terra, gerando uma massa de sujeitos sem terra que nos anos de 1980 resultaria em novas formas de organização de luta pela terra (DELGADO, 2012).

Para Delgado (2012) esse processo de mudança na agricultura, que iniciou com a ditadura militar em 1964, representou a derrota do movimento por Reforma Agrária. Embora tenha sido publicado nesse mesmo ano o Estatuto da Terra, o capital financeiro estendendo-se para a agricultura passaria a se “configurar como um virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica” (DELGADO, 2012, p. 92). Esse processo viabilizou:

o mercado de terras e a tecnificação agrícola, oportunizando a acumulação de capital na agricultura, fomentado pelo Estado através de políticas de crédito. Fomentou também a instalação de Complexos Agroindustriais através da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR. Os recursos destinados pelo Estado beneficiaram principalmente os detentores/exploradores mais capitalizados e estruturados e as cooperativas agropecuárias,

³ Ao considerar a relação capital *versus* trabalho (assalariado, arrendatário, livre, etc.) entendemos, a partir de Oliveira (1997, p. 18), que encontramos no campo brasileiro boias-frias, mensalistas e diaristas, a “presença das relações não capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês”, além de práticas com caráter de economia moral, solidária e coletiva (familiar ou de vizinhança comunitária), como a troca de dias de trabalho, mutirões, puxirões, dentre outros.

que recebiam recursos para repasse aos associados e também para a execução de seus investimentos (PRESA, 2019, p. 5).

A disponibilidade de crédito, fundamentalmente público, e o pacto do Estado com a grande propriedade empresarial rural, impulsionaram a concentração e a especulação de terras, sobretudo na fronteira agrícola paranaense, e esse foi o contexto da constituição da Giacomet Marodin/Araupel S.A., formada a partir do capital de três grupos empresariais gaúchos: Maisonnave, Giacomet e Marodin (GARCIA, 1990). Esses três grupos familiares formaram a Sociedade Giacomet Marodin e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., que adquiriu mais de 100 mil hectares de terras em área contínua no Centro-Sul paranaense.

O histórico de domínio recupera os dados do primeiro registro privado dessas terras, desde a cessão de direito à Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS), no caso do Imóvel Rio das Cobras, e a sucessão de direitos hereditários da Baronesa de Limeira, no caso do Imóvel Pinhal Ralo.

Oliveira (2019, p. 2) esclarece alguns preceitos da legislação nacional sobre a propriedade, entendida como um direito criado pela sociedade, antecedida pela posse, “afinal a posse é um fato que está na natureza”. O autor acrescenta ainda que o direito de propriedade é garantido através de alguns mecanismos que passam pelo Contrato de compromisso de compra e venda; pelo registro do Contrato no Cartório de Notas; pela Escritura de compra e venda no Cartório de Notas; e pelo Registro da Escritura de compra e venda no Cartório de Registro de Imóveis, por meio da matrícula, segundo registrada em Livro próprio do Cartório de Registro de Imóveis. Para emissão da matrícula é necessário o título de sesmaria confirmado e registrado em Portugal; ou título de sesmaria não confirmado; ou o título de posse medido e registrado nos livros das Paróquias de acordo com a Lei de Terras de 1850; ou o título emitido pelo Império. Dessa forma, considerando esses elementos, é possível reconhecer a propriedade (de direito pleno) ou não das terras.

A partir dessa indicação buscamos reconstruir a cadeia dominial desses dois imóveis analisando os documentos que deram origem a um emaranhando de processos que remontam a mais de 50 anos de exploração da terra e de conflitos agrários em áreas controladas pelo latifúndio Araupel.

O histórico dominial dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo: a formação do latifúndio Giacomet Marodin

O estudo dominial de uma propriedade reconstitui os registros de sua documentação/matrículas, da última/atual até seu marco zero/origem, o que demarca a passagem do domínio público para o privado. Isso se deve à natureza da colonização do país, em que as “terras que compõem o território nacional são públicas nacionais em sua origem, em razão de o Brasil ter sido descoberto, conquistado e colonizado por portugueses, e a forma de governo unitário tornam essas terras, consideradas como bens nacionais” (INCRA/PR, 2015, p. 130).

Essa afirmação, utilizada como argumento pela Procuradoria do INCRA em processo de questionamento do domínio do imóvel Pinhal Ralo pela empresa Araupel, parte da premissa que todas as terras brasileiras têm origem pública e que é necessário comprovar o domínio da passagem entre as esferas pública e privada. A confirmação se dá a partir do primeiro título e do registro das matrículas.

A cadeia dominial recupera esses elementos enquanto um instrumento que retoma a trajetória das matrículas do imóvel a partir do último registro, retrocedendo, passo a passo, ao ato originário, para detectar possíveis vícios/grilos na passagem do domínio público para o privado. Assim, em ambos os caminhos da cartografia dominial, entre o presente-passado – na pesquisa dominial –, ou o passado-presente – na história da cadeia dominial –, é possível identificar seus elos e bases legais ou de grilagens. O item 14 do Parecer nº 00025/2015 da Advocacia Geral da União (AGU) no Processo ADM/INCRA nº 54200.001291/2015-11 de 2015 destacou que:

A cadeia dominial é peça indispensável na investigação de qualquer imóvel tendo em vista que por [este] meio se estabelece a retrospectiva de domínio de titulação da área, seu conteúdo, sua valoração jurídica tem por objeto revelar se houve destaque patrimonial válido entre as esferas públicas e privadas, com todas as consequências (INCRA/PR, 2015, p. 124).

Assim, recuperar e analisar a cadeia dominial dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo é adentrar em processos que levam à formação do latifúndio, mas

novembro de 1889 (BRASIL, 1889), cedeu essas terras para a Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) como pagamento pela construção da estrada de ferro, partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo, terminando em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramais no Paraná (HAMMEL, 2020).

A Constituição Federal de 1891 (BRASIL, 1891) concedeu aos estados da federação o direito de legislar sobre as terras devolutas inseridas em seus territórios, e não deixou de advertir o Estado do Paraná quanto ao cumprimento do referido Decreto, até então desconsiderado.

O governo do Paraná reconheceu o Decreto Imperial de 1889 e regularizou as terras cedidas ao engenheiro Teixeira Soares. Porém, como muitos imóveis às margens da ferrovia já haviam sido vendidos a terceiros – colonos, caboclos e fazendeiros –, o Estado criou as Glebas de Compensação, na sua maioria localizadas na fronteira Oeste e Sudoeste do estado (GUERRA, 2003). Dessa forma, vários imóveis passaram a compor o patrimônio da Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS). Posteriormente, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), criada em 1920, passou a ser responsável por alguns ramais férreos no Paraná, recebendo como pagamento parte desses imóveis.

O Título nº 13, de 19 de junho de 1913, Cartório de Registro de Imóveis do Paraná, emitido pelo presidente do Estado de Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, revalidou a concessão de uso dessas terras à Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS). A partir desse título, outros foram emitidos, dois no cartório de Guarapuava, em 1926 e 1938, e outro na cidade de Foz do Iguaçu, em 1944.

A primeira escritura pública data de 1935, registrada no Cartório de Registro Civil de Guarapuava, com a venda pela Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) para a Cia Colonizadora Mercantil Paranaense S.A. Esta última vendeu o imóvel Rio das Cobras aos empresários paulistas José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio, residentes na cidade de Sorocaba, entre os anos de 1944 e 1945. A compra foi registrada em títulos diferentes nos Cartórios de Registro de Imóveis de Guarapuava e de Foz do Iguaçu, Títulos nº 1.742 e nº 2.355 de 1944 e Títulos nº 1.259 e nº 1.260 de 1945, respectivamente.

Getúlio Vargas, por meio dos Decretos nº 2.073 (BRASIL, 1940a) e nº 2.436 (BRASIL, 1940b), embargou todo o patrimônio da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) transferindo-o ao governo nacional. O Estado do Paraná, porém, por meio do Decreto nº 300, de 8 de novembro de 1930 (PARANÁ, 1930) e do Decreto nº 19.918, de 24 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), já havia cancelado todos os títulos concedidos à Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS), declarando a caducidade da linha férrea de Porto União até Foz do Iguaçu, além do ramal das Sete Quedas até Guarapuava, bem como sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná, retomando as terras cedidas ao patrimônio do Estado. A disputa pelos imóveis cedidos à Companhia resultou na Apelação Civil nº 9.621.1, do Supremo Tribunal Federal (STF), e teve decisão favorável à União (GUERRA, 2003, p. 495).

Entre os argumentos apresentados no processo, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o Decreto Imperial de 1889 (BRASIL, 1889) que concedeu à Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) o direito de explorar as terras e, assim, elas deixaram de ser devolutas ou públicas nacionais. O Estado apenas fez cumprir uma decisão já referenciada no Decreto, anterior à Constituição de 1891, ou seja, não cabia ao Estado do Paraná legislar sobre essas terras, e sim à União.

Os conflitos jurídicos ocasionados pelo litígio⁴ entre a União, o Estado do Paraná e as companhias responsáveis pela construção da estrada de ferro foram agravados pela política de terras do governo de Moysés Lupion (nos mandatos de 1947-1951 e de 1957-1961) que, além de não cumprir o “Termo de Ajuste Preliminar⁵, realizou a maior grilagem de terras no Paraná, tudo com selo governamental” (GUERRA, 2003, p. 18).

⁴ O litígio entre a União, o Estado do Paraná e as companhias Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) e Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO) está envolto de uma série de questões que vão desde a apropriação pelo Paraná de terras nacionais em áreas de fronteira, por meio de legislações estaduais que desrespeitaram decretos federais. A decisão na década de 1940 de incorporar o patrimônio da EFSPRS e sua subsidiária Braviaco à União gerou novos conflitos em função dos ramais férreos acordados e não construídos pelas Companhias e também das glebas de compensação.

⁵ A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional assinou o Termo de Ajuste Preliminar, de 4 de fevereiro de 1953, publicado no Diário Estadual em 12 de março de 1953, quando foi criada uma Comissão para promover medidas assecuratórias dos seus interesses (GUERRA, 2003). Destaca-se que as ações judiciais se arrastaram até os anos de 1982 na Comarca de Laranjeiras do Sul. O governo de Lupion simplesmente ignorou esse acordo e passou a vender essas terras, desconsiderando inclusive os camponeses e indígenas que ali estabeleciam posse.

Todo esse emaranhado de disputas jurídicas, apelações e embates nos Tribunais do Júri e nas Comarcas e Cartórios de Registros Cíveis coloca os camponeses no epicentro dos conflitos, pois são surpreendidos com a chegada dos doutos da lei, com papéis que negam a sua posse, o seu direito à terra, à sua casa e ao seu lugar de vida.

A análise das escrituras e títulos revela ainda a venda de parte dessas terras para implantação de uma colônia de colonos poloneses vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além da cessão de área para construção das Usinas Hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório.

Em relação ao uso da terra e dos recursos naturais, sobretudo as florestas nativas, incluindo as de erva-mate, os documentos registraram que no ano de 1973 o latifúndio da Araupel fez várias concessões a madeiras locais e de outras regiões do Paraná, como é o caso das madeiras Manasa, Madeira Nacional S/A, Boese S/A Indústria e Comércio, Indústria e Comércio Mattos Leão, Indústrias Guairacá Ltda., União Madeira São José Ltda., Companhia de Automóveis Slavieiro, Firma Slavieiro e Filhos S/A Indústrias e Comércio de Madeiras. Segundo consta na Transcrição nº 19.379 de 1973, Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul, foram vendidos 80.000 pinheiros localizados em alguns talhões da área.

Ainda em relação à exploração do meio ambiente, os registros apontam várias irregularidades quando se consideram as orientações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sobre o plano de manejo e também a área de preservação permanente, sobretudo na variação e nas mudanças das áreas e no processo de reflorestamento.

O imóvel Pinhal Ralo representa uma área de 49.881.970 hectares (SILVA, 2002, p. 20. XX) composta de “campos, terras agrícolas, catanduvras, faxinais e pinhais e extensas áreas cobertas de pinheiros e o Rio Iguazu que faz sua divisa”, segundo Transcrição nº 1.359, de 5 de março de 1952, e Transcrição nº 1.410, de 26 de março de 1952, ambas do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul.

A citada Transcrição nº 1.359, de 5 de março de 1952, registrou a posse do imóvel por Maximiliano e Ponciano Nogueira⁶ de forma pacífica e, ainda segun-

⁶ O Jornal A Republica (1906) registrou a nomeação de Maxiliano Nogueira subcomissionário de polícia

do a transcrição, seus herdeiros e sucessores transferiram os seus direitos ao Sr. Dr. Luiz Vicente de Souza Queiro que, após sua morte, passou seus direitos a sua mãe, a Baronesa de Limeira.

A cadeia dominial registra como origem dois títulos expedidos pelo presidente do Estado do Paraná, Carlos Cavalcanti Albuquerque, em 1913, em que reconheceu e legitimou a compra das duas áreas no imóvel denominado Pinhal Ralo em Guarapuava pelos herdeiros da Baronesa de Limeira.

O Título nº 1.325, de 1913, Cartório de Registro de Imóveis do Paraná, traz uma averbação na qual consta que o imóvel foi partilhado igualmente entre os onze herdeiros, sendo eles: Genebra de Aguiar Barros; Francisca Machelina de Souza Queiroz, casada com Francisco Antônio de Souza Queiroz; Vicente Carlos de França Carvalho; Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho; Paulo de Souza Queiroz; Alice Queiroz de Barros, casada com Carlos Paes de Barros; Carolina de Souza Queiroz de Moraes, casada com Domingos Correa de Moraes; Paulina de Souza Queiroz; Sebastiana de Souza Queiroz, casada com Pedro Egídio de Queiroz Lacerda; Teobaldo de Souza Queiroz e José de Souza Queiroz. A herdeira Paulina de Souza Queiroz transferiu seus direitos à Sociedade Feminina de Puericultura Gota de Leite e Creches – Creche Baroneza de Limeira. Todos moravam em São Paulo e, conforme nossa pesquisa, não encontramos indícios de que tenham estabelecido residência nessas terras (HAMMEL, 2020).

As Transcrições nº 1.424, nº 1.425, nº 1.426 e nº 043, de 1997, do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul registraram a aquisição por José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio das terras *pro indiviso*, por meio de cessão de direitos hereditários de seis herdeiros. Parte dessas terras foi transferida diretamente para a Companhia Agrícola Industrial do Iguaçu S/A, com sede em São Paulo, cujos diretores eram os mesmos empresários, conforme Transcrição nº 1.359, de 1952, Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul.

da Sesmaria dos Nogueiras (Laranjeiras) em Guarapuava. A Lei de Terras do Paraná nº 68, de 20 de dezembro de 1892 (ITCG, 2008), estabelecia em seu Art. 2. Além do pessoal permanente da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, ao qual compete cumprir as determinações relativas ao serviço e designadas pelo Secretário, são auxiliares da administração e fiscais das terras do Estado: §1. As Câmaras Municipais; §2. As autoridades judiciárias; §3. As autoridades policiais; §4. Os agentes fiscais da Fazenda § 5. Os escrivães dos juízos distritais. Art. 3. Compete ao pessoal supramencionado, além das atribuições referidas neste regulamento: § 1. Concorrer para satisfatório desempenho e marcha regular dos serviços afetos à Secretaria, auxiliando-a; § 2. Emitir informações e pareceres.

Outro fator registrado na referida Transcrição nº 1.359 é em relação à Cia Agrícola e Industrial Iguaçu e a alteração de sua denominação social para Companhia de Celulose e Papel Iguaçu no ano de 1965. Esta, por sua vez, já havia adquirido terras dos herdeiros da Baronesa de Limeira em 1948, conforme a cadeia de domínio do imóvel.

O histórico de domínio registrou a aquisição dessas terras em 23 de novembro de 1972 pela dissolução e extinção da “sociedade Comercial e transferência de patrimônio, lavrada nas notas do 2º Tabelião da Cidade e Comarca de Curitiba [...] no valor de CS\$ 30.000,00” conforme Registro nº 19.379 de Dissolução de Sociedade da Companhia de Celulose e Papel Iguaçu para a Sociedade Giacomet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. Ainda segundo o referido registro do Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba, na escritura de dissolução e extinção de sociedade, foram transferidos para a Sociedade Giacomet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.

O estudo da cadeia dominial revelou pessoas dos altos cargos no poder executivo estadual, em especial da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização e em cartórios registraes, como Theophilo Soares Gomes (também Theófilo ou Teófilo), que foi coronel da Guarda Nacional, deputado estadual (entre 1891-1927), governador (janeiro a novembro de 1894), delegado do Ministério da Guerra, nomeado chefe da Comissão de Colonização do Paraná (1907), Inspetor das Rendas do Estado, Fiscal do Governo junto a bancos locais, dirigente do Partido Republicano, liderado pelos irmãos Affonso e Marins Alves Camargo, com os quais também tinha fortes laços de parentesco, pois no casamento de uma das filhas de Theófilo, ocorrido em 1914, os padrinhos foram o então governador Affonso Alves Camargo e o ex-governador Carlos Cavalcanti. Ainda, Theophilo Soares Gomes é identificado na Transcrição nº 1.393, de 1895, do Cartório de Registro de Imóveis de Guarapuava como vendedor da Fazenda Pinhal Ralo, acompanhado de outros sócios (DIÁRIO DA TARDE, s/d apud DOMINGOS, 2020; CARNEIRO e VARGAS, 1994a).

Outro nome destacado é Domingos Ignacio de Araújo Pimpão, Coronel da Guarda Nacional, membro de família de fazendeiros e proprietários de escravos de Palmas e Guarapuava, integrante do partido ao qual pertenciam Theophilo Soares Gomes e os irmãos Alves Camargo, e possuía ligações de parentesco

com Theophilo Soares Gomes e com os irmãos Affonso e Marins Alves Camargo (WEIGERT, 2016; SZESZ, 1997).

Affonso Alves Camargo, enquanto ocupou cargos no Executivo estadual, foi procurador dos Herdeiros da Baronesa de Limeira em transações de grandes extensões de terra. Como Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização foi responsável pela emissão do Título nº 499, em 1913, pelo Cartório de Registro de Imóveis do Paraná. Também foi deputado estadual (1897-1914), deputado federal (1921-1922), senador (1922-1927), vice-governador (1912-1916), governador (1916-1920 e 1928-1930) (CARNEIRO e VARGAS, 1994b; FGV, 19--?)⁷ e, de forma similar ao irmão Marins Alves Camargo, enquanto ocupou cargos no Executivo estadual, foi procurador da Brazil Railway Co., proprietária da BRAVIACO, beneficiária da titulação do imóvel Rio das Cobras.

Já Maximiliano Nogueira, natural de Laranjeiras do Sul, foi nomeado em 5 de abril de 1906 como segundo suplente do Subcomissário de Polícia na Vila de Laranjeiras e foi identificado, junto com o irmão Ponceano Nogueira do Amaral, como possuinte da totalidade da área que deu origem aos Títulos nº 499 e nº 1.810, emitidos em 1913, pelo Cartório de Registro de Imóveis do Paraná (JORNAL A REPUBLICA, 1906).

Outra questão identificada no histórico dominial é a forma utilizada para venda do imóvel Pinhal Ralo pelos herdeiros da Baronesa de Limeira a José Ermírio de Moraes, Paulo Pereira Ignácio e Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu S/A. A legislação, mais especificamente o Código Civil Brasileiro de 1916 (BRASIL, 1916), não permitia a venda sem que fosse feita a divisão da terra, ou seja, as terras não poderiam ser vendidas *pro indiviso*. Também, essa venda estava condicionada à autorização de todos os herdeiros diretos, não podendo ser realizada por terceiros alheios ao vínculo familiar direto. Portanto, os empresários não poderiam tê-las comprado.

Segundo a legislação paranaense, em relação à titulação de terras, a Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892 (ITCG, 2008), conhecida como Lei de Terras do Paraná, nos artigos 1º e 7º estabelecia:

⁷ Sobre o cargo de deputado estadual é importante esclarecer que, nos termos da legislação então vigente, poderia manter o mandato de deputado estadual e vice-governador.

Art. 1º As terras devolutas compreendidas dentro dos limites do Estado do Paraná e a ele exclusivamente pertencentes, ex-vido art. 64 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, só podem ser adquiridas a título de compra, ou pela transmissão de seu domínio útil por aforamento. [...] Art. 7º. A área total de cada posse legítima, em virtude do art. 4º, § 4º desta lei, nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura cem (100) hectares, em hervaes cem (100) hectares, em faxinais ou campos de criação dois mil (2.000) hectares, tendo o possessor preferência para a compra do excedente, pelo disposto no Art. 10 desta lei (ITCG, 2008, p. 201-202).

Assim, a Lei de Terras do Paraná de 1892 (ITCG, 2008) restringia o limite de terras devolutas a serem tituladas e no caso do imóvel Pinhal Ralo, composto por faxinais, campos e catanduvras, esse limite era de 2.000 hectares. Essa determinação expressa no Artigo 2º anula os Títulos nº 1.325 e nº 1.326 do Cartório de Registro de Imóveis do Paraná emitidos pelo presidente do Estado do Paraná em 1913. A legislação também impedia a compra de terras pelos empresários José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio e suas respectivas companhias.

Também se questiona o intervalo de mais de 10 anos entre as transmissões dos herdeiros de Maximiliano e Ponciano Nogueira, em 1895, e o título emitido pelo Estado do Paraná aos herdeiros da Baronesa de Limeira, em 1913. Durante esse período, segundo registros nos relatórios de viagens e outros documentos anteriormente descritos, ocorreram vários focos de ocupação espontânea por indígenas e caboclos que se deslocavam entre o Centro Sul, Sudoeste e Oeste paranaense, cuja economia extrativista nos ervais e pinhos, pequenos roçados e porcos alçados sustentavam pequenos e esparsos núcleos de pessoas que viviam precariamente em casebres pouco estruturados (SILVA, 2002; MYSKIW, 2011; CAMARGO, 1999). Essas pessoas não aparecem nos registros, salvo em breves descrições em que se menciona a possibilidade de existência de posseiros em parte da área.

Essa questão é comum em ambos os imóveis. Os conflitos registrados entre os camponeses e o latifúndio da Araupel datam logo depois da apropriação das terras ainda nos anos de 1970. Na década seguinte, camponeses denunciaram a violência com que eram tratados pelos jagunços a serviço do latifúndio, sendo

comum a ameaça, a tortura e, em alguns casos, o desaparecimento de pessoas (JANATA, 2012; HAMMEL, 2020).

Ainda em relação à cadeia dominial, as matrículas, títulos e transcrições desses imóveis apresentam registros em diferentes cartórios, em diferentes Comarcas do Estado do Paraná e de São Paulo. Em geral, foram feitos a partir da declaração da pessoa que solicitou o registro, sem exigir a conferência no local, nem do tamanho da área, nem da localização, nem dos sujeitos envolvidos. Esse procedimento prevalece na análise dos procuradores do INCRA, que as fizeram a partir do que o cartório declarou, adicionando a junção de mapas, medições, não nos pareceu predominante em grande parte das análises dos procuradores.

Outro aspecto a destacar, comum entre os imóveis, é o fato de estarem localizados dentro da Faixa de Fronteira, o que não permitia a venda pelo Estado do Paraná sem prévia autorização do Conselho Nacional de Segurança da União. A Faixa de Fronteira garantida para fins da segurança nacional sofreu alterações nas diferentes Constituições Federais e passou de 66 Km em 1891 para 150 em 1937. A Constituição Federal de 1891 (BRASIL, 1891) e a Constituição do Estado do Paraná de 1892 (PARANÁ, 1892) estabeleciam quem legislava sobre as terras devolutas. O artigo nº 64 da Constituição Federal estabelecia o direito de os estados legislarem sobre as terras em seus domínios e entre as exceções estavam a faixa de fronteira. Segundo a Constituição “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (BRASIL, 1891, s. p.).

A Constituição Federal de 1934 (BRASIL, 1934) alterou a faixa de fronteira para até 100 km permitindo a instalação do território e a incorporação das posses da antiga Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (EFSPRS), resultando numa disputa judicial até os anos de 1965.

A cadeia dominial de ambos os imóveis acusa o primeiro registro, com escritura pública de compra e venda, no final dos anos de 1930 e meados da década de 1940, quando a Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) vendeu as terras para a Colonizadora Mercantil, e quando alguns herdeiros da Baronesa de Limeira venderam a terra para os empresários paulistas. Anteriormente à venda, o presidente do Paraná emitiu títu-

los de posse em ambos os casos, que foram revalidados na primeira matrícula, em diferentes cartórios, como já observado na cadeia de domínio dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo.

Essa venda sem prévia autorização da União foi irregular e ilegal, conforme a legislação vigente na época, motivando inúmeros debates jurídicos em diferentes Tribunais da Justiça. O debate jurídico abrangeu fatores que possibilitam a compreensão da formação do latifúndio, implicando também uma série de mudanças na legislação sobre a posse e propriedade da terra no Brasil e na legislação do Paraná e da União.

Para além dessas disputas entre os entes federados, empresas e empresários, precisa ser considerado o domínio de uma vasta área pública de mais de 100 mil hectares de terra, com vegetação nativa, rica em araucária, cedro e outras madeiras com alto valor comercial, além da erva-mate⁸.

Os processos administrativos são internos do INCRA, apresentando uma sequência que passa por procuradores, são juntados pareceres jurídicos, internos e também da Advocacia Geral da União (AGU), e remetidos à Superintendência de Brasília. Ao Processo nº 5001019.79.2016.404.7005 (BRASIL/TRF-4, 2016) juntam-se outros processos jurídicos que tramitam no Ministério Público Federal, com agravo ao parecer da 1º Vara de Cascavel que deu ganho de causa ao INCRA em relação à titularidade da terra, reconhecendo essa como área pública da União, quando dos Decretos nº 2.073 (BRASIL, 1940a) e nº 2.436 (BRASIL, 1940b), que incorporaram os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande ao patrimônio público nacional. Esse processo teve sua abertura em 2004 em função da divergência sobre o pagamento dos Títulos da Dívida Agrária e benfeitorias constantes nas Matrículas nº 9.176, nº 6.505, nº 6.506 e nº 9.192, todas do Cartório de Registro de Imóveis de Quedas do Iguaçu, e a Matrícula nº 23.945 do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul, de propriedade da Indústria de Madeiras Rio das Cobras Florestal Ltda., fundada em 15 de agosto de 2003 pelos sócios da Araupel (INCRA/PR, 2004, p. 41).

⁸ Isso é possível observar nos relatórios produzidos pelo INCRA para desapropriação da área, no final da década de 1990, quando nas avaliações contavam o número e nome das árvores nativas e os valores a serem pagos; e também nas diferentes matrículas e transcrições em que são registrados os números de árvores vendidas pela Giacomet Marodin e os planos de manejo e reflorestamento que ela deveria fazer nos prazos assumidos no documento de registro.

No ano de 2003, quando o MST ocupou o lugar conhecido como Silo, na Fazenda Rio das Cobras, sob controle do latifúndio Araupel, a Rio das Cobras Florestal Ltda., empresa ligada à Araupel S.A., ofereceu a área ao INCRA para fins de criação do assentamento. O INCRA chegou a realizar a vistoria registrada no Processo nº 54200.002501/2003-54 (INCRA/PR, 2003), mas concluiu que “por motivos de ordem técnico-econômico, ambiental e jurídico a negociação com a empresa não pode prosseguir. Entendeu a Administração Central, que a questão deveria ser reestruturada com cautela” (INCRA/PR, 2004, p. 41).

O Processo nº 5001019.79.2016.404.7005 do TRF-4 resultou das divergências dos pareceres e decisões, e encontra-se *sub judice* no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (BRASIL/TRF-4, 2016). Em 9 de novembro de 2004, o Ministério Público Federal (MPF) da 1ª Vara de Cascavel trouxe alguns apontamentos importantes antes da decisão acerca da nulidade da área, dentre os quais destacamos a separação do julgo sob a área localizada na Fazenda Pinhal Ralo (Matrícula nº 23.945), sendo remetida à Subseção Judiciária de Pato Branco/PR, onde estava sediada a competência do município de Rio Bonito do Iguaçu (CASCAVEL/PR, 2004, p. 538).

Outro apontamento foi a indicação pelo Ministério Público Federal (MPF) de nova avaliação das áreas, impugnando o laudo de avaliação apresentado pelo INCRA, que havia indicado o pagamento de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) pelas benfeitorias presentes nas áreas. A reavaliação acusou a redução do valor das benfeitorias para R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), segundo laudo de inspeção judicial. Esse valor foi depositado *sub judice* e pago ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para quitação de hipoteca.

Na sentença da juíza federal Lilia Côrtes de Martino do TRF-4, em 12 de maio de 2015, consta:

Neste tocante, cumpre esclarecer que o levantamento do valor de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) inicialmente oferecido ao INCRA no acordo proposto na audiência realizada em 05/11/2004, como indenização pelas benfeitorias, não se deu em razão da homologação do acordo ou mesmo em razão da decisão que emitiu na posse dos imóveis, visto que essa emissão não

foi condicionada a depósito de valor algum, como se vê na decisão anterior (fls. 416/421). O levantamento dessa quantia se deu em razão de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal, no agravo de instrumento nº. 2004.04.01.054444-0. Todavia considerando que restou declarado que a Rio das Cobras Florestal Ltda não faz jus a indenização alguma deverá restituir os valores levantados, devidamente atualizados pelo IPCA-E desde a data do levantamento, no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de execução da caução. Para fins de verificação da regularidade da caução oferecida, oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul requerendo cópia atualizada das Matrículas 22.555 e 22.557, com toda a cadeia dominial, inclusive do imóvel de origem. Consigno que, em que pese parte desse valor ter sido levantado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, a obrigação de restituir a integralidade do valor é somente da Rio das Cobras Florestal Ltda, uma vez que todo valor depositado em favor desta, que entendeu por bem requerer a expedição de alvará em nome do BRDE por ser seu credor. Todavia, essa relação de direito material existente entre a Rio das Cobras Florestal Ltda e o BRDE é relação estranha aos presentes autos (BRASIL/TRF-4, 2016, p. 544).

No desenrolar dos embates jurídicos sobre a nulidade dos títulos, o TRF da 4ª Região reitera a decisão e condena a Rio das Cobras Florestal Ltda., empresa do grupo Giacomet e Marodin, a devolver as indenizações pagas pelas benfeitorias constantes nas áreas do Projeto de Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, embasada no estudo da cadeia dominial e na venda ilegal dessas terras pela Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) à Colonizadora Mercantil Paranaense S/A. Nos autos do Processo administrativo do INCRA nº 54200.0000738/2013-72 consta:

Certificação do imóvel Pinhal Ralo em observância à 2ª edição das Normas técnicas para georreferenciamento de imóveis rurais. INCRA – PR – recomenda pelo indeferimento do pleito de desinibição do Código Cadastral nº 723.010.282.723-7. Referente ao imóvel rural denominado Rio das Cobras Florestal Ltda., localizado no município de Quedas do Iguaçu, abrangendo a área de 43.899,50 ha. Trata-se de imóvel rural que apresenta a titulação expedida pelo Estado do Paraná em área de domínio da União (INCRA/PR, 2013, s/p).

Essa afirmação reaparece na sentença da juíza Lilia Côrtes de Martino quando diz que “assim, assiste razão ao INCRA ao afirmar que [...] quando a Cia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande vendeu as terras aqui em discussão elas já não lhe pertenciam mais” (BRASIL/TRF-4, 2016, p. 543). Em 15 de agosto de 2019 a 2ª Vara da Justiça Federal exarou sentença contrária ao TRF-4, dizendo que as matrículas não pertencem à União, sendo de direito privado da Araupel.

O teor dos processos, sejam de avaliação técnica para desapropriação da área, sejam jurídicos sobre a legitimidade dos títulos, refletem a dimensão do conflito entre latifúndio e camponeses. Dados os pareceres e sentenças por diferentes juízes, desembargadores e pela Advocacia Geral da União (AGU), a forma como essas terras entraram para o domínio privado expressa uma sucessão de erros e problemas, sendo adquiridas de forma irregular.

Na disputa por esses imóveis, o grupo de advogados da Araupel⁹ e das demais empresas a ela vinculada demonstraram em seus argumentos e pareceres um profundo conhecimento da cadeia dominial dos imóveis, um vasto estudo da questão agrária no país e da história da constituição e colonização do Centro Sul, Sudoeste, Oeste paranaenses e dos conflitos territoriais entre o Paraná e Santa Catarina. Pelo menos dois documentos são centrais para entender a ação dos advogados do latifúndio Araupel, o parecer de Leandro Salomão ao procurador geral do INCRA, Miguel Kauam, e a defesa feita junto ao Tribunal de Justiça da 4ª Região, em 2015. Sobre o INCRA, no parecer emitido, o advogado expressa,

eis o motivo de todos os equívocos e controvérsias que redundam em erros, pois não se sabe se por desconhecimentos ou má-fé, o INCRA insiste na fantasiosa tese de que tais glebas teriam sido tituladas pelo Estado do Paraná como órgão político em seu benefício. [...] Os títulos de propriedade da empresa têm mais de 100 anos de eficácia e validade, sendo que, a empresa usa e goza produtividade das áreas a mais de 40 anos com projetos de reflorestamento, gerando milhares de empregos e riquezas para região e Estado do Paraná. [...] A tese jurídica da titulação das terras hoje em dia é questão

⁹ Nos processos estudados poucas vezes são precisos em seus pareceres, usando profundo conhecimento da legislação e da história agrária brasileira. Em seus pareceres é comum responsabilizarem o Estado e o próprio INCRA de inoperância, incompetência e má fé (INCRA/PR, 2015). Não há identificação de escritório de advocacia ou empresa de advogado e os pareceres são feitos em nome das clientes, seja a Giacomet Marodin, a Rio das Cobras Florestal Ltda., a Giacomar e Araupel S.A.

política e não jurídica, visto que, o estoque de terras improdutivas quase inexistente na região, e não tendo mais o Governo Federal – dinheiro para comprar áreas produtivas (exigidas pelo Movimento Sem Terra) vem através do INCRA, utilizando-se destas manobras intuitivas, com o fito de fazer a gestão operacional dos projetos de reforma agrária em cima do Estado do Paraná e dos proprietários de terras da região oeste e sudoeste do estado, alegando a surreal versão dos vícios na cadeia dominial (*Mutatis Mutandis*) (INCRA/PR, 2015, p. 180 e verso).

É evidente a tentativa de tratar a questão da terra e a política de colonização do Paraná como opção política partidária em prol de um grupo, e a falta de interesse do INCRA e da União em gerir a reforma agrária, colocando-os como inimigos comuns dos proprietários de terra.

Na argumentação feita ao Tribunal de Justiça, novamente esses elementos aparecem quando a defesa da Rio das Cobras Florestal Ltda. afirma que sobre a titulação dos imóveis se é:

irrepreensível a seriação dominial, regularmente mantida, [...] desde o início dos serviços registrares no País [...] caso não se admita validade dos títulos, decorre da responsabilidade do Estado, que induziu em erro o particular ou concedeu direito de exploração de um bem público e depois revogou (CASCABEL/PR, 2014, p. 533).

A dimensão do conflito expressa como o poder do latifúndio e da propriedade da terra no Centro-Sul paranaense são atravessados por diferentes poderes e como essas disputas estão enraizadas na fração de classe burguesa, respaldada pela ossatura do Estado, pautada em um contexto de conflito que tem sido “atravessado pelo conjunto das relações de classes presentes na própria formação histórica” “*organizados* a partir da Sociedade Civil” “para consolidarem a sua própria hegemonia” (MENDONÇA, 2007, p. 10, grifos da autora). No caso do latifúndio da Araupel, o respaldo do Estado tem se dado pelo seu pessoal, que nos diferentes governos, na chefia de cargos executivos, coloca seus aparelhos de repressão a atuarem em defesa da propriedade privada, em favor do latifúndio¹⁰.

¹⁰ No ano de 2016, em confronto com a polícia militar do Paraná, em operação autorizada pelo governador Beto Richa, dois camponeses do MST foram mortos pela polícia. Segundo informações publicadas no jornal

Considerando os estudos que realizamos acerca dos conflitos e da forma de uso e posse da terra pelo latifúndio Araupel, cujas terras compreendem disputas históricas entre o Estado do Paraná, a União e camponeses, a partir dos aprendizados de Mendonça (2007), cabe verificar os:

integrantes coletivos e organizados a que classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estarão disputando [...] significa, portanto, refletir, a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam *junto e pelo* Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas (MENDONÇA, 2007, p. 10, grifos da autora).

Considerando cinco décadas de atuação da Araupel no estado do Paraná, é importante destacar que as desapropriações resultaram de um violento e histórico conflito de classes, feitas com o sangue de camponeses em luta, que constituíram um exército popular, não apenas contra a expropriação da terra, mas contra o Estado que, nas diferentes instâncias e formas de atuação, tem garantido o poder e ação do latifúndio no Centro-Sul do Paraná.

A formação do latifúndio Araupel, conflitos agrários e atuação do Estado no Centro-Sul do Paraná

A Araupel é um latifúndio que ainda na atualidade envolve grandes conflitos de terra no Centro-Sul paranaense. A ocultação do conflito e da violência contra camponeses têm sido denunciadas pelas organizações sociais desde a década de 1980, refletindo uma disputa que não é apenas pela terra, mas também pela construção de uma consciência popular sobre o direito de posse e propriedade. Dado que há uma disputa pela terra e pela consciência, valores da coloniza-

Portal do Paraná, a tropa da Rotam (Rondas Ostensivas Tático Móvel) e a brigada de incêndio da Araupel S.A. “foram até o local para combater as chamas. Mas antes de chegar ao local da queimada, os policiais foram alvo de uma emboscada”. A versão do MST, publicada no mesmo jornal, “afirma que não havia incêndio, e que os integrantes do movimento só foram até uma área de mata fechada para descobrir quem estava no local, quando foram atacados” (ROSSINI, 2016, s/p).

ção relacionados ao grande fazendeiro escravocrata ou estancieiro na região Sul do país também têm sido reafirmados.

Os imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo somavam mais de 100.000 hectares de terras públicas griladas no final do século XIX, de acordo com o estudo da cadeia dominial. O imóvel Rio das Cobras é um dos envolvidos nas disputas entre a União e o Estado do Paraná, no emblemático caso da construção da linha férrea São Paulo - Rio Grande e seus ramais. Os vários processos analisados demonstraram que não há um posicionamento final acerca do domínio e do direito de posse e propriedade das terras entre os órgãos federados e a empresa que, por cinco décadas, tem explorado as terras.

Essas terras foram habitadas inicialmente por posseiros, caboclos e indígenas. A presença desses sujeitos caracterizou uma relação com a terra, o *habitus* camponês (ALMEIDA, 2006), que começou a ser alterado a partir da década de 1930 até 1950, com a chegada dos colonos, novos migrantes, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mediante a promessa de terra barata e produtiva. Além desses sujeitos, as grandes madeireiras e pequenas serrarias, com objetivos econômicos centrados na exploração das vastas florestas, adquiriram terras expulsando indígenas, caboclos e os próprios colonos, como foi possível observar nos vários processos que tramitaram no Fórum da Comarca de Laranjeiras do Sul durante as décadas de 1950 e 1960 (HAMMEL, 2020).

A pesquisa realizada, portanto, aponta o Centro-Sul, o Sudoeste e o Oeste paranaenses como território de vários conflitos agrários, desde as lutas indígenas¹¹, agravadas pela política de colonização nos anos de 1940 e 1950, durante o governo de Moysés Lupion, até a venda de terras públicas que seguiu um esquema de corrupção e grilagem de terra legitimados pelo Estado (HAMMEL, 2020).

No caso específico da grilagem das terras ocupadas pela Araupel S.A., além da complexidade em função do tamanho da área, vários registros foram feitos em diferentes cartórios em São Paulo e em Curitiba. A partir de 1972, várias outras matrículas foram abertas pela então Giacomet Marodin. Nos processos analisados sobre a nulidade da área o principal argumento do latifúndio/em-

¹¹ Vários conflitos entre indígenas e colonizadores são registrados nos Campos de Guarapuava. Para aprofundar ver Pontarolo (2011).

presa foi de que se houve grilo, este foi realizado pelo Estado, por falta de zelo e cuidado com o bem público.

Na documentação analisada em nossa pesquisa foi possível identificar que a primeira disputa judicial entre os camponeses e a Giacomet Marodin/Araupel foi registrada em 1973, um ano após a empresa ter adquirido por liquidação da Companhia Celulose e Papel Iguaçu os imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo. Consta ainda entre os bens adquiridos o imóvel Campo Bonito, uma área menor no município de Quedas do Iguaçu.

Nos autos do Processo nº 4244/73 (LARANJEIRAS DOS SUL, 1973) estão registrados o litígio entre a Maisonnave Indústria de Madeiras S.A. (antiga Giacomet Comércio de Produtos Agropecuários S.A.), a Indústria Reunidas Iguaçu S.A. - INDISA, camponeses e o INCRA, referente à titularidade dos lotes nº 71, 65 e 54 da Gleba 5, parte 2 do imóvel denominado Colônia Adelaide.

A Colônia Adelaide compreendia parte dos municípios de Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu e Catanduvas, no Centro-Sul e Oeste do Paraná. O litígio que ocasionou no Processo nº 4244/73 (LARANJEIRAS DO SUL, 1973) foi registrado na divisa entre os municípios de Quedas do Iguaçu e Guaraniaçu. Espigão Alto era distrito de Quedas do Iguaçu, tendo sua emancipação político administrativa ocorrida no ano de 1994 (IBGE, 2017). Esse litígio não teve desfecho e ainda hoje camponeses reivindicam a posse da terra acusando uma sobreposição de áreas entre os imóveis Rio das Cobras e Erva Mate. No ano de 2007 o INCRA chegou a dar ganho de causa e reconhecer a posse dos camponeses, porém ainda há conflito em torno do uso da terra no local (posse e propriedade da terra) (HAMMEL, 2020).

Ao estudar a formação do latifúndio da Araupel é possível acompanhar a complexificação da questão agrária nacional e da própria exploração capitalista da terra. As mudanças na empresa Giacomet Marodin até se tornar Araupel S.A. compreendem a reestruturação de grandes empreendimentos madeireiros e a patrimonialização do capital em propriedade da terra, fortalecidas pelo próprio processo de indenizações, por via dos Títulos da Dívida Agrária, de áreas destinadas à reforma agrária em ambiente de conflitos. Destacamos que a empresa já nasceu como um grande latifúndio de terras e que, a princípio, vende para terceiros a mata nativa, como registrado na cadeia de domínio dos imóveis.

Com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Giacomet Marodin foi formada a partir de grandes grupos econômicos e, desde sua origem em 1972, tem apresentado várias configurações. No ano de 1997 passou a operar com a denominação social Araupel S.A., quando em Assembleia Geral Extraordinária os sócios aprovaram a extinção da Giacomet Marodin de Madeiras S/A. A alteração da razão social foi justificada pelos sócios a partir de várias mudanças na marca e na produção, no marketing e na tecnologia para beneficiamento e reflorestamento. Entretanto, nesse ano foram desapropriados pelo INCRA 16.852 hectares da área da Matrícula nº 20.894 e no ano de 1998 mais 10.299.5569 hectares da Matrícula nº 20.472, no setor denominado Cachoeira, na Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu, em meio a um conflituoso processo que ocasionou a morte de dois Sem Terra acampados no local denominado Sede (JANATA, 2012).

A Araupel S.A./Madeira Giacomet está entre as maiores empresas do Sul do país. Entre 2018 e 2019 passou da 228ª posição para 224ª entre as 500 empresas listadas pela Revista Amanhã (2020) com patrimônio de mais de R\$ 300 milhões de reais e um faturamento líquido superior a R\$ 28 milhões anuais. A madeira Giacomet S.A., com sede em Caixas do Sul, no Rio Grande do Sul, é uma das empresas que compõe o grupo controlador da Araupel S.A.

Desde sua fundação, ainda com a denominação social de Giacomet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., tem se dedicado à exportação de madeiras. Em 2017 foi inaugurada a indústria em Guarapuava, no Paraná, voltada para exportação. Segundo dados ranqueados por empresas de venda e comércio no Brasil, em 2017 a empresa investiu cerca de US\$ 30 milhões nessa unidade, com vistas a responder as demandas do mercado norte-americano (BVMI, 2017).

O levantamento do faturamento dos valores recebidos pelo latifúndio Araupel com a desapropriação das áreas somaram R\$ 139.405.269,82 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e sessenta e nove e oitenta e dois centavos). Em relação ao assentamento Celso Furtado os valores ainda não foram pagos, pois o processo está *sub judice*, conforme relatado anteriormente.

O quadro a seguir detalha os valores pagos em cada desapropriação, con-

siderando tamanho da área, número de famílias assentadas, valor da terra nua e valor das benfeitorias. Ainda é importante destacar que a terra é paga em Títulos da Dívida Agrária e as benfeitorias em moeda corrente e à vista. Nos processos foi possível observar as cópias dos cheques pagos à Araupel.

MATRÍCULA/ ASSENTAMENTO	TOTAL DA ÁREA/ Nº DE FAMÍLIAS	DATA	VALOR PELA TERRA NUA (R\$)	BENFEITORIAS (R\$)	TOTAL PAGO (R\$)
nº 20.894 Ireno Alves dos Santos	16.852,16 ha - 950 famílias	17/03/1997	17.561.971,25	894.755,85	18.456.727,10
nº 20.472 Marcos Freire	9.400,00 ha - 608 famílias	13/08/1998	7.318.367,70	19.244,00	7.337.611,70
nº 23.975 Dez de Maio	1.305,32 ha - 84 famílias	16/07/2004	4.574.216,35	51.258,42	4.625.474,77
nº 6.505, nº 6.506, nº 9.176 e nº 9.192 Celso Furtado	23.733,1999 ha - 1500 famílias	09/08/2004	61.750.749,34	47.234.706,48 ¹²	108.985.455,82 ¹³

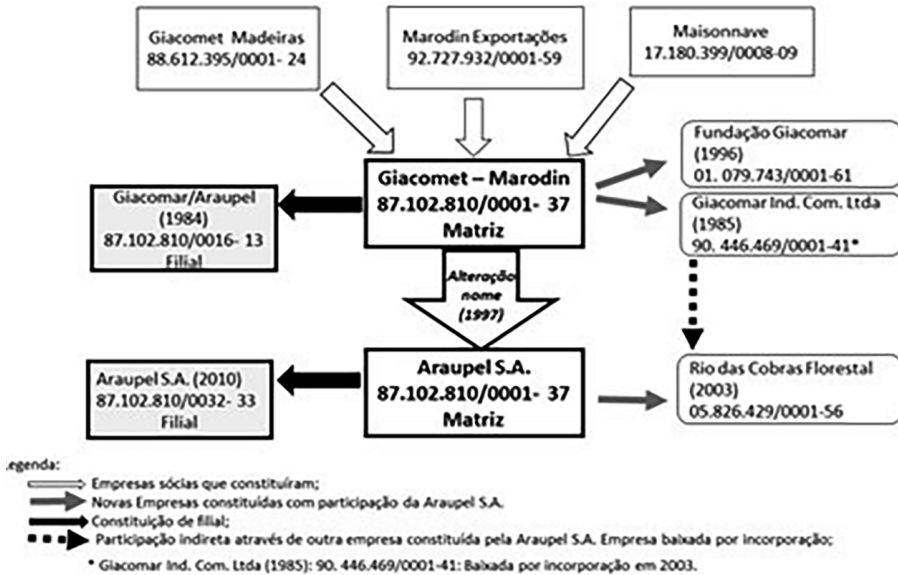
QUADRO 1. Valores pagos à Araupel pela desapropriação das áreas para fins de reforma agrária entre os anos de 1997 e 2004. Fonte: Hammel, 2020. Elaborado pela autora a partir dos Processos administrativos do INCRA nº 54000.001337/2004-03 (INCRA/PR, 2004), nº 21500.000994/96-91 (INCRA/PR, 1996) e nº 54200.00064/97-34 (INCRA/PR, 1997).

Em relação à estrutura administrativa e organizativa do latifúndio/empresa Araupel, nossa pesquisa distinguiu uma direção geral normalmente vinculada às famílias e outros sócios diretores também ligados à família Giacomet e Marodin. Há ainda três outras empresas associadas à Araupel S.A. A Figura 2 elaborada a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), registrado nas escrituras da Cadeia Dominial dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo, representa

¹² Esses valores foram avaliados pelo INCRA no Processo de vistoria nº 54000.001337/2004-03 (INCRA/PR, 2004), volume III. Nesse documento consta ainda o relatório de avaliação da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF) ligada à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e os valores são divergentes em relação às benfeitorias presentes no imóvel. Na avaliação da FUPEF o total somado é de R\$ 77.613.461,48. Essa nova avaliação feita em 2004 foi em decorrência da solicitação do Tribunal de Justiça do Paraná, 1ª Vara de Cascavel.

¹³ Segundo acordo judicial, o valor de R\$ 75.000.000,00 pelas benfeitorias foi depositado em juízo pelo INCRA para que pudesse ser efetivado o assentamento no ano de 2004 (CASCAVEL/PR, 2004).

a constituição da Araupel S.A. a partir de três grupos rio-grandenses no ano de 1972. É possível identificar também outras empresas constituídas para atender os interesses do latifúndio.



Algumas dessas empresas tiveram sua cessação, sobretudo após os conflitos com os camponeses Sem Terra durante o final da década de 1990. Outras surgiram a partir dessa data e em 2010 foi construída uma nova fábrica em Guarapuava, distante cerca de 150 km da fábrica em Quedas do Iguaçu.

FIGURA 2. Constituição da Araupel e de empresas sob seu controle. Fonte: HAMMEL (2020).

Nosso estudo demonstrou a especificidade do latifúndio da Araupel, que em sua tradição já explorava madeira no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul¹⁴ e obtivera com a compra do patrimônio da Companhia de Celulose e Papel Iguaçu três imóveis, todos contendo glebas de cultura, pinhais e pinheiros. Esses fatos corroboram a hipótese de Garcia (1990) sobre o verdadeiro “negócio da china” feito pelos grupos Giacomet e Marodin ao comprar essas terras no Paraná, e o poder econômico que passaram a movimentar.

¹⁴ Esses dados estão presentes no Estatuto da Empresa Giacomet Marodin anexado ao Processo nº 21500.000994/96-91 (INCRA/PR, 1996), da página 125 em diante.

Considerações Finais

O estudo sobre o histórico dominial, a cadeia dominial, nos levou a decifrar os processos de grilagem que ocorreram no Centro-Sul paranaense e que deram origem ao maior latifúndio em área contínua existente no Sul do Brasil. Foi possível destacar a ação do Estado, dos agentes e das agências estatais na concentração da terra e na expulsão e expropriação dos camponeses, e também as resistências e organizações do campesinato em decorrência das inúmeras formas de violência vivenciadas.

Essas áreas que desde os anos de 1848 foram marcadas pela violência e pelo conflito entre os indígenas, posseiros e estancieiros que buscavam ampliar os campos de criação de animais passaram, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, a ser alvo do interesse de grandes e pequenos grupos madeireiros em função das extensas florestas nativas de madeiras de lei, inclusive de erva-mate.

A cadeia dominial registrou essa movimentação com a compra e venda, de forma mais intensa, a partir dos anos de 1930, e também revelou os conflitos entre a União e o Estado do Paraná pela posse da terra, dada as divergências entre a legislação nacional e estadual, bem como pelo não cumprimento por parte dos governadores paranaenses da Constituição Nacional e das normas de segurança nacional para as áreas de fronteira.

O litígio entre Estado e União beneficiou a formação de latifúndios, tal como a Araupel, em detrimento de uma massa de camponeses expulsos e expropriados de suas terras. A situação se agravou nessas áreas com a construção das usinas hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório no rio Iguaçu e com as novas expulsões decorrentes dos alagamentos. Novos conflitos e violências foram registrados entre o latifúndio e camponeses sem terras.

Embora em todos os casos seja possível afirmar que o Estado e seus agentes agiram em defesa do latifúndio, inclusive com efetivo policial, foram desapropriados 51 mil hectares de terras para fins de reforma agrária nos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, e isso rendeu ao latifúndio/empresa da Araupel mais de 130 milhões de reais.

Destacamos a natureza do latifúndio e seu poder econômico e político em todo o Sul do país e com atuação no Mato Grosso, sendo especializada na in-

dustrialização e processamento de madeiras, sobretudo para o mercado externo, tendo como principal comprador os Estados Unidos da América. Trata-se de uma empresa altamente tecnificada, com uso de tecnologia de ponta, sobretudo na fábrica de Guarapuava, de controle familiar e que investe na relação com a sociedade por meio da política local, estadual e regional, com representações em associações e grupos de interesse.

Dessa forma, a Araupel, por meio dos seus porta-vozes, buscou o apoio da sociedade civil empresarial (empresários e entidades de classe), de entes públicos (agências e agentes) do Estado (União, Estado do Paraná e Municípios das regiões Centro-Sul, Sudoeste e Oeste) e dos meios de comunicação contra as ocupações dos camponeses Sem Terra. Ao mesmo tempo, se beneficiou com os Títulos da Dívida Agrária recebidos das desapropriações de terras e recursos financeiros obtidos das indenizações de benfeitorias para aumentar seu capital (patrimonial e empresarial) e seu faturamento, consolidando-se como uma grande e bem-sucedida empresa nacional e multinacional no ramo madeireiro.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ARAUPEL. [Site institucional]. **Linha do Tempo Araupel.** 2021. Disponível em: <http://www.araupe.com.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). **Processo nº 5001019.79.2016.404.7005** de 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.073, de 8 de março de 1940.** Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1940a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/526754/publicacao/15621085>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.436, de 22 de julho de 1940.** Incorpora ao patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da Brazil Railway Company e empresas a ela filiadas e dispõe quanto à apuração e liquidação do seu passivo. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940b. Disponível em: <https://www2.camara>.

leg.br/legin/fed/declci/1940-1949/decreto-lei-2436-22-julho-1940-412442-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.918, de 24 de abril de 1931**. Declaro a caducidade das concessões à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, para a construção da linha férrea de Porto União à Foz do Iguassú do ramal das Sete Quedas e do ramal de Guarapuava, e sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19918-24-abril-1931-519047-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1916. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 10.432, de 9 de novembro de 1889**. Concede privilégio, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na Província de S. Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes. Palácio do Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html#:~:text=Concede%20privilegio%2C%20garantia%20de%20juros,Itarar%C3%A9%2C%20na%20Provincia%20de%20S.> Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Palácio do Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 5 fev. 2020.

BVMI. **Faturamento e Investimento da Empresa Araupel S.A.** Boletim de Ven-

das, Vagas e Marketing Industrial. [S.l.], 3 maio 2017. Disponível em: <https://bvmi.com.br/araupel-investira-us-30-milhoes-em-2018-para-ampliacao-de-unidade/>. Acesso em: set. 2019.

CAMARGO, João Olivir. **NERJE Laranjeiras do Sul: raízes da nossa terra – a história épica e contemporânea**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1999.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. Teófilo Soares Gomes. *In*: CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **Biografia: História biográfica da República no Paraná. 1994a**. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Teofilo-Soares-Gomes>. Acesso em: 25 jan. 2020

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. Affonso Alves Camargo. *In*: CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **Biografia: História biográfica da República no Paraná. 1994b**. Disponível em:

<http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Affonso-Alves-de-Camargo>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CASCADEL (PR). **Processo nº 5005191-35.2014.4.7005** de 2014. Comarca de Cascavel. Ação Civil.

CASCADEL (PR). **Anais do Processo nº 2004.70.05.005184-9** de 2004. Comarca de Cascavel. Ação Civil.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOMINGOS, Erven van. **Theophilo Soares Gomes. Theophilo Soares Gomes (1854-1935): dramaturgo e político paranaense**. Curitiba, 18 jul. 2020. Disponível em: <http://tsoaresgomes.blogspot.com/>. Acesso em: 30 mar. 2020

EXAME. Cade aprova venda de ativo florestal da Klabin para Araupel. **Caderno de Negócios**, Brasília, 4 maio 2015. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cade-aprova-venda-de-ativo-florestal-da-klabin-para-araupel/>. Acesso em: abr. 2020.

FGV. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Affonso Alves Camargo**. [S.l.], [19--?]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMARGO,%20Afonso.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GARCIA, Darcy. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos**. 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GUERRA, Eliane G. O. **Parecer jurídico** (2003). Anexo ao Processo nº

54200.001291/2015-11/INCRA/PR. Processo Administrativo Estudo do Domínio do imóvel Pinhal Ralo. Curitiba, 2015.

HAMMEL, Ana Cristina. **Luta Camponesa pela terra no latifúndio da Araupel:** um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. 2020. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadernos cidades:** Espigão Alto do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/espigao-alto-do-iguacu/historico>. Acesso em: 30 jun. 2020.

INCRA (PR). **Anais do Processo nº 54200.001291/2015-11.** Processo Administrativo Estudo do Domínio do imóvel Pinhal Ralo. Curitiba, 2015.

INCRA (PR). **Anais do Processo nº 54200.0000738/2013-72.** Processo de Certificação de imóvel rural. Curitiba, 2013.

INCRA (PR). **Anais do Processo nº 54000.001337/2004-03.** Relatório de Avaliação dos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras. Curitiba, 2004.

INCRA (PR). **Anais do Processo nº 54200.002501/2003-54.** Processo de Vistoria da Fazenda Rio das Cobras. Curitiba, 2003.

INCRA (PR). **Anais do Processo nº 54200.00064/97-34.** Processo de Vistoria da Fazenda Pinhal Ralo. Assentamento Marcos Freire. Curitiba, 1997.

INCRA (PR). **Anais do Processo Administrativo nº 21500.000994/96-91.** Processo de Vistoria da Fazenda Pinhal Ralo. Curitiba, 1996.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e Cidadania. Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892. *In:* ITCG. **Terra e Cidadania** - Coletânea de Legislação e Estudos. Curitiba: ITCG, 2008. p. 201-207. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/terra_e_cidadania_v1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

JANATA. Natacha Eugênia. **“Juventude que ousa lutar!”:** trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

JORNAL A REPÚBLICA. Ano 21, n. 79, p. 2, 5 abr. 1906. **Jornal A República.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Maximiliano%20Nogueira%22&pasta=ano%20190&pagfis=17980>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LARANJEIRAS DO SUL. **Anais do Processo nº 4244/73.** Interdito Proibitório.

Comarca de Laranjeiras do Sul, 1973.

MENDONÇA, Sônia M. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. São Luís, UEMA: **Outros Tempos**, vol. 1 esp., 2007, p. 1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v0i0.357>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOREIRA, M. Elaine. O Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu-PR: Desenvolvimento Socioeconômico e os Impactos da Política de Assentamentos para a Reforma Agrária. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa: UEPG, v.13i, especial 0010, 2013.

MYSKIW, Antônio Marcos. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1988-1907). Guarapuava-PR: Ed. Unicentro, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A questão agrária no Brasil e no Paraná na atualidade**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PARANÁ. [Constituição (1892)]. **Constituição do Estado do Paraná de 1892**. Decretos, Regulamentos, Leis e Actos. Estado do Paraná 1890 a 1892. Curitiba: Congresso Constituinte e Legislativo do Estado Federal do Paraná, 1892. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo-publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/Constituicao_do_Parana_1891.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

PARANÁ. **Decreto nº 300, de 8 de novembro de 1930**. Trata da rescisão do contrato firmado com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. *In*: STF. Empresas incorporadas ao patrimônio nacional - interesse da União e do Estado - competência do Supremo Tribunal Federal. [S.L.], [19--?]. Apelação cível n. 09.621. Relator: Sr. Ministro A. M. Vilas-Boas. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/stfacordaobraviaco.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PONTAROLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe**: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PRESA. Rosicléia B. **Intercooperação cooperativa ou relação de subordinação?** Estudo das relações Coamo e Credicoamo. 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2019.

REVISTA AMANHÃ. **500 Maiores do Sul**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <http://www.amanha.com.br/500maiores/#500maiores>. Acesso em: abr. 2021.

ROSSINI, Andreza. Corpos de sem-terra mortos em Quedas do Iguaçu são exumados. Curitiba: **Portal Paraná**, 30 maio 2016. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/corpos-de-sem-terra-mortosem-quebras-do-iguacu-sao-exumados/>. Acesso em: 12. abr. 2020.

SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Antônio. **Quedas do Iguaçu nossa história nossa gente**. Quedas do Iguaçu, PR: Gráfica Constantini, 2002.

SZESZ, Christiane M. A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. ZENERATTI, Fábio L. **Cooperativismo e recriação camponesa no capitalismo**. Curitiba: Appris, 2020.

WEIGER, Daniele. Estratégias familiares na fronteira do Paraná (Palmas, Século XIX). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP, 8., 2016, Campinas. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.cmu.unicamp.br/viiieminario/wp-content/uploads/2017/05/Estrat%C3%A9gias-familiares-na-fronteira-do-Paran%C3%A1-PALMAS-S%C3%89CULO-XIX-DANIELE-WEIGERT.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.



Engenho de Cana. Diamante do Sul/PR, 2019. A autoria de Paulo José Koling.



Paisagem de Inverno. Valdir Cruz. *Guarapuava*, 2013, p. 129.

PARTE IV

MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NO SUL DO BRASIL

XII “O COMEÇO DO FOGO”:

MASTRO E AS RAÍZES HIERÁRQUICAS DO MOVIMENTO SEM TERRA

Jacob Blanc

XIII A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960: EMBATES EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA E MOBILIZAÇÃO DO PATRONATO RURAL GAÚCHO

Alessandra Gasparotto



“O começo do fogo”:

MASTRO e as raízes hierárquicas do Movimento Sem Terra

Jacob Blanc

A PARTIR DA DÉCADA DE 1970, AGRICULTORES, CAMPONESES E GRUPOS indígenas no Oeste do Paraná organizaram uma série de acampamentos e protestos. Ameaçados de serem expulsos pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional, as comunidades rurais ocuparam as manchetes nacionais e atraíram a solidariedade de muitos dos grupos de oposição mais influentes do Brasil. A luta desses povos fronteiriços, ampliada pela atenção internacional direcionada à usina de Itaipu, e impulsionada pelo crescimento das forças pró-democracia em todo o país, acabou por se tornar um referendo sobre a própria ditadura.

Comunidades rurais mobilizaram contra Itaipu e contra o Estado brasileiro, principalmente sob a bandeira do Movimento Justiça e Terra (MJT). Ao chamar a atenção para os maus-tratos aos agricultores locais, o MJT subvertia a narrativa triunfalista da ditadura de desenvolvimento e progresso. Durante dois eventos decisivos – os acampamentos de protesto em frente aos escritórios e local das obras de Itaipu em 1980 e 1981– o grupo resistiu a um prolongado impasse com as autoridades militares e ganhou uma série de concessões, tanto materiais, como simbólicas.

Mas o pano de fundo imediato da ditadura conta apenas parte da história. Muito antes do golpe de 1964, a violência e a desigualdade no campo já existiam, independentemente de o Brasil estar sob domínio militar ou civil. O Oeste do Paraná não era exceção. Para as comunidades deslocadas por Itaipu, tanto a repre-

sa quanto o período oficial da ditadura marcaram mais uma escalada de políticas e incidentes abusivos no campo, e não só uma ruptura isolada. A inundação deslocou mais de quarenta mil pessoas, a maioria agricultores com terra (os que tinham título oficial de propriedade), camponeses sem terra e índios Avá-Guarani.

Embora esses três grupos vivessem na mesma parte do país, rural e marginalizada, e apesar de enfrentarem o mesmo infortúnio de um deslocamento iminente, eles não formaram uma frente unificada. As mobilizações contra Itaipu expuseram uma gama de conflitos internos profundamente enraizada. Assim como houve divisões devido às diferenças de raça, classe e etnia, hierarquias também surgiram devido às divergentes percepções de terra. Dessa forma, o problema aqui em análise pauta-se nas seguintes perguntas: o que as terras inundadas significavam para diferentes grupos rurais, como esses significados moldaram a experiência desses grupos antes e depois da inundação, e por que a luta pela terra permanece uma característica constante da sociedade brasileira?

Durante o caminho incerto até o fim da ditadura no Brasil, essas relações antagônicas com a terra determinaram quais grupos poderiam ser vistos como legítimos participantes no futuro democrático do país. Nas fronteiras do Paraná, apenas os agricultores com terra – quase todos de origem europeia – se tornaram visíveis nos debates nacionais sobre direitos políticos e cidadania. Esses agricultores exigiram mais dinheiro por suas propriedades inundadas, e assumiram o papel principal na organização dos campos de protesto do MJT conseguindo, com sucesso, forçar o governo a aumentar os preços de desapropriação. Certamente, esses pequenos agricultores continuaram ocupando um setor marginalizado da sociedade, mesmo após a inundação, mas a capacidade de comprar novas terras em outros lugares os ajudou a enfrentar os desafios do deslocamento.

As comunidades sem terra e as indígenas, por outro lado, não tinham os recursos legais nem sociais de seus vizinhos, proprietários de terra. Apesar de participarem ativamente do MJT, os sem-terra não receberam quase nada no acordo final negociado pela liderança do movimento. Além de alguns gestos dispersos de solidariedade, os agricultores locais ignoraram os Avá-Guarani. Após serem excluídos no embate inicial em Itaipu, esses grupos deslocados formaram novos movimentos e se mobilizaram pela reforma agrária e pelos direitos indígenas. Enquanto o MJT cessou sua campanha antes da inundação de Itaipu –

uma vez que alcançou a maior parte de seus objetivos financeiros – as demandas dos sem-terra e indígenas por mudanças estruturais no campo persistiram muito tempo depois.

Este capítulo traça a história da campanha dos sem-terra que, após o conflito de Itaipu, deu origem a um grupo conhecido como MASTRO – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). O movimento foi estabelecido em julho de 1981, apenas dois meses após o fim do acampamento de protesto do MJT em Foz do Iguaçu. Em torno do slogan “terra para quem nela trabalha”, o MASTRO lutou pelos direitos dos brasileiros sem terra. Enquanto a maioria dos agricultores do MJT se concentrava na compensação financeira, o novo movimento dos sem-terra buscou alcançar objetivos maiores de reforma agrária e redistribuição de terras. Entre 1981 e 1984, o MASTRO contava com quase dez mil membros e serviu como um organizador central da conferência de fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984, que desde então se tornou um dos maiores movimentos sociais do mundo ocidental.

O MST tem inspirado um corpo robusto de estudos acadêmicos. Como observa Cliff Welch (2009, p. 129), essa literatura tende a retratar o movimento como uma reação à concentração de terra pelas elites e à mecanização da agricultura. Sem desviar a atenção da questão central do acesso à terra e do desemprego rural, o caso do MASTRO exige que os estudiosos expandam suas explicações sobre como o MST passou a existir. Além de denunciar os abusos de propriedades agrícolas e uma burocracia governamental indiferente, as lutas dos sem-terra no Oeste do Paraná sugerem que o MST também emergiu de desigualdades *entre* comunidades rurais. As ligações entre Itaipu e o MST esclarecem as continuidades e as fissuras entre as diferentes formas de mobilização rural.

Além de resgatar a subestimada história dos antecedentes do MST, este capítulo discute as implicações do surgimento do MASTRO a partir da luta inicial em Itaipu. Em comparação com o conflito anterior em Itaipu, os movimentos sem terra do início dos anos 1980 representou um desafio totalmente distinto ao *status quo*. Apesar dos acampamentos do MJT terem gerado atenção negativa para Itaipu e para o regime militar, sua liderança manteve o movimento dentro dos limites das leis de propriedade privada da época. O foco na compensação

financeira significava que, uma vez tendo negociado um acordo com o governo – e especialmente após a inundação de Itaipu em 1982 – o movimento não mais representava uma ameaça conjunta.

Em contrapartida, como os movimentos sem terra ocuparam propriedades privadas e lutaram pela redistribuição da terra, eles enfrentaram ondas de repressão que raramente ocorriam nos palcos mais visíveis da democratização. Em Itaipu, a ideia de terra como propriedade era vista como uma reivindicação legítima o suficiente para proteger o MJT de eventuais ataques físicos. Para grupos como o MASTRO, a defesa da terra como um direito coletivo provocou reações violentas. A luta em Itaipu proporcionou mais do que apenas redes de solidariedade e uma imediata provisão de membros potenciais: para as famílias sem terra que participaram do MJT, a experiência de enfrentar uma face central da ditadura serviu como uma incubadora de consciência política. Um dos membros lembra-se dos acampamentos do início como “O começo do fogo, e não teve quem segurasse mais. O povo viu que tinha direito” (PASTEL, 2014).

Continuidades e rupturas

No fim de 1974, *O Estado de São Paulo* noticiou que “a principal dúvida existente na área a ser inundada está esclarecida”. Com a manchete “Posseiro será indenizado”, a reportagem informava que Itaipu pagaria 50% do valor das terras a quem não possuísse escritura de propriedade (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/12/1974). Para as milhares de famílias sem terra que viviam na fronteira Oeste do Paraná, esta notícia foi a primeira garantia pública de que Itaipu as incluiria no processo de desapropriação.¹ Mesmo que a hidrelétrica inundasse irreversivelmente suas casas, a possibilidade de receber uma compensação financeira parcial poderia oferecer-lhes a chance de se realocarem em terras próximas. Mas o fato é que Itaipu nunca pagou os sem-terra, nem naquele momento de 1974, nem na década seguinte.

¹ A categoria ‘sem terra’ abrange uma ampla gama de habitantes rurais que não possuíam o título legal das terras em que trabalhavam. Entre outros, esta categoria inclui posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros e boas-frias. Neste capítulo, os sem-terra são descritos em partes diferentes como camponeses, os sem-terra ou trabalhadores sem terra.

Em um contexto mais amplo, essa negligência foi sistêmica. Há gerações, os habitantes mais pobres do campo recebiam quando muito, pouquíssimos benefícios ou reconhecimento do governo brasileiro. No entanto, a exclusão das famílias sem terra das desapropriações de Itaipu também foi moldada pelas ações de seus próprios vizinhos rurais. Pelo fato da maioria dos agricultores do MJT estarem focados em conseguir preços mais altos para suas propriedades com título legal, a campanha inicial contra Itaipu silenciou quase que por completo as vozes dos sem-terra. Enganados pelo governo e esquecidos por uma luta popular que pretendia defendê-los, os sem-terra logo se mobilizaram por uma visão mais ampla dos direitos agrários. Embora as hierarquias reproduzidas dentro do MJT impediram que os sem-terra ganhassem o mesmo nível de visibilidade de seus vizinhos com terra, o movimento de Itaipu, entretanto, proporcionou uma abertura para que se iniciasse uma nova era da antiga luta pela terra. Impulsionados por suas experiências tanto em Itaipu, como nas décadas anteriores, e não vendo nenhuma de suas necessidades mais urgentes refletidas na abertura oficial, os trabalhadores sem terra no Oeste do Paraná aumentaram suas demandas e estratégias. Essa luta por terra e legitimidade ressurgiu com força durante os últimos anos da ditadura no Brasil, e continuaria muito depois da transição para o regime civil.

Este capítulo enfoca seis ocupações de terra no Oeste do Paraná, iniciadas em 1983 e 1984. Nos três primeiros casos – nas fazendas Padroeira, Três Pinheiros e Anoni – o MASTRO desempenhou um papel de apoio. Depois, o movimento serviu como principal organizador das demais ocupações das fazendas Cavernoso e Mineira, e de uma reserva florestal pertencente a Itaipu Binacional. Quatro das seis ocupações testemunharam repressão física por parte de policiais estaduais (que espancaram, torturaram e assediaram os ocupantes) ou por pistoleiros contratados (responsáveis por dois assassinatos). As ocupações duraram de algumas semanas a vários anos, e duas delas ao fim obtiveram os títulos de propriedade das terras em questão e se tornaram *assentamentos*. Apesar do MASTRO ter participado diretamente dessas seis ocupações, pelo menos outras sete ações ocorreram no Oeste do Paraná neste mesmo período.² A concentração

² Outras ocupações de terra no Oeste do Paraná incluíram as seguintes fazendas: Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983), Quinhão 11 em Sertaneja (1983), Imaribo em Mangueirinha (1984), Rio das Cobras

de movimentos tornou a região um dos principais centros de mobilização dos sem-terra no Brasil, o que explica o fato do MST ter realizado sua conferência de fundação em 1984 na cidade paranaense, Cascavel.

O grupo sem terra MASTRO surgiu diretamente da campanha do MJT em Itaipu. Seus principais líderes haviam participado da luta em Itaipu, e seus membros iniciais eram provenientes de comunidades da zona de inundação que não receberam dinheiro de compensação e se recusaram a ser realocados para colônias agrárias longínquas. Embora seu crescimento constante no início da década de 1980 tenha trazido milhares de novos membros que não estavam entre os deslocados pela hidrelétrica, o MASTRO foi, em essência, um subproduto do MJT. A luta em Itaipu proporcionou mais do que apenas redes de solidariedade e uma imediata provisão de membros potenciais: para as famílias sem terra que participaram do MJT, a experiência de enfrentar uma face central da ditadura serviu como uma incubadora de consciência política. Um ex-líder do MASTRO lembrou que Itaipu forneceu um catalisador para a reforma agrária, uma vez que criou uma situação “sem alternativa” para milhares de pessoas sem nenhum outro recurso após a inundação de 1982 (BECKER, 2014).

Legados e Memórias da Ação Camponesa

A história das lutas pela terra no Paraná desenvolveu em paralelo com os padrões de migração do estado e a expansão do capitalismo agrário. Agricultores colonos chegaram à região pela primeira vez no final da década de 1930, como parte da Marcha para o Oeste iniciada pelo governo do Presidente Getúlio Vargas. Impulsionada pelos altos preços do café e pelo declínio da produtividade agrícola no estado vizinho de São Paulo, a população do Paraná cresceu de aproximadamente 1,2 milhão em 1940, para quase 7 milhões três décadas depois. Essa expansão demográfica aumentou a pressão sobre a disponibilidade e o preço da terra. De 1940 a 1960, a quantidade total de terras cultivadas quase que dobrou, e o preço por hectare de terra aumentou de Cr\$ 98,00 em 1940, para Cr\$

em Quedas do Sul (1984), Brillhante em Cascavel (1984) e Serra Igreja em Morretes (1984).

674,00 em 1970 (ALSTON, *et. al*, 1999, p. 131-132). Para incentivar a ocupação do Oeste e Norte do Paraná, o governo estadual ofereceu terras públicas não ocupadas com impostos relativamente baixos e pouca fiscalização. No entanto, com o fim do regime do Estado Novo de Vargas em 1945, um novo governador assume o poder no Paraná, e muda o rumo ao distribuir enormes quantidades de terras públicas para a criação de propriedades privadas. Em resposta, os agricultores recém-deslocados lideraram uma onda de ação direta.

O mais proeminente desses primeiros conflitos foi a chamada Guerra de Porecatú, que durou de 1949 a 1951. Na zona rural perto da cidade de Porecatú, centenas de famílias locais confrontaram a rica família Lunardelli sobre o direito a uns 40.000 hectares, ou 17.000 alqueires de terra. Com o apoio de militantes ligados às Ligas Camponesas (o braço rural do Partido Comunista), os agricultores entraram em violento confronto com jagunços contratados pelos Lunardellis, resultando em inúmeras mortes de ambos os lados do conflito (SILVA, 1996). Seis anos depois, a região do Sudoeste também testemunhou a Revolta dos Posseiros na cidade de Francisco Beltrão, cerca de duzentos quilômetros a Leste do local da futura hidrelétrica de Itaipu. No mês de outubro de 1957, os trabalhadores sem terra tomaram o controle da cidade e exigiram que o governo desapropriasse as terras de vários latifúndios (KOLING, 2018). Amplamente abordada em veículos de notícias regionais e nacionais, a Revolta dos Posseiros expandiu o ímpeto gerado pela Guerra de Porecatú para criar um precedente do Paraná como um espaço de mobilização radicalizada dos sem-terra.

Para alguns brasileiros da zona rural, que mais tarde se juntariam ao MASTRO, esses eventos anteriores serviram como referência pessoal e coletiva. Nildemar Silva, um líder do MASTRO no início dos anos 1980, guarda fortes lembranças da participação de sua família na Revolta dos Posseiros. Silva viu a revolta como mais do que um exemplo de radicalização camponesa: foi uma vitória que permitiu aos agricultores sem terra permanecer na região em um momento de mudanças nas relações fundiárias e de surgimento das grandes agro-propriedades:

Essa história da revolta e da resistência dos colonos que a nossa família participou, ela também vinha, estava muito presente né, e também

a gente aprendeu que aquela resistência no Sudoeste ela ia servir pra gente dar continuidade nesse processo de luta né, porque nossas famílias se não tivessem resistido nos anos 50, 55, até 60, certamente estariam sendo expulsas dali pra outras regiões... [E com o MASTRO] o povo já não aguentava mais né, já não tinha mais. E eu acho que com a construção da Itaipu, com a revolta dos colonos no Sudoeste, com a resistência no Sul, com a revolta de Porecatú, eu creio que o povo buscou essa confiança de se organizar em famílias, de lutar e fazer o acampamento pra garantir esse direito (SILVA, 2014).

Progresso e Limitações do MJT

Embora o movimento dos agricultores tenha negligenciado grande parte da camada social dos agricultores sem terra, a liderança do movimento incluiu as demandas dos sem-terra em momentos-chave na luta contra Itaipu, mais notadamente no início de cada nova iniciativa ou protesto. Quando o movimento incipiente publicou sua primeira declaração principal em outubro de 1978 – uma carta aberta ao presidente Ernesto Geisel – a lista de quinze pontos incluía a seguinte demanda: “os posseiros devem receber pelo menos 50% do valor da terra, de acordo com a promessa inicial da Itaipu Binacional” (HOJE, 2/11/1978, p. 4). Talvez esta inclusão tenha resultado da necessidade deste jovem movimento de atrair o maior número possível de pessoas, ou talvez os agricultores estivessem simplesmente mais otimistas desde o início de que poderiam alcançar um conjunto mais amplo de objetivos. Gestos semelhantes também foram feitos em relação às demandas dos sem-terra no início dos acampamentos de Santa Helena e Foz do Iguaçu em julho de 1980 e março de 1981, respectivamente. No entanto, em todas as ocasiões ao longo do protesto, a liderança do MJT redirecionou seus objetivos e a preocupação com os trabalhadores sem terra diminuiu.

Uma virada no silenciamento das vozes dos sem-terra ocorreu durante o acampamento de 1980 em Santa Helena. Durante as negociações do MJT com Itaipu, as lideranças do grupo decidiram parar de pressionar pela demanda de terra-por-terra, que daria às famílias deslocadas novos lotes de terra em vez de compensação financeira. Um membro do MJT, Carlos Grillmann, lembra da decisão de mudar de rumo:

É, ali foi uma troca grande, foi uma, uma questão depois até que se perdeu um pouco do apoio interno, até por uma questão política e quando envolve dinheiro também é complicado segurar as bandeiras. E também é a questão depois, da urgência que tinha em deferir a situação, porque a obra estava pra chegar e tal, estava pra ser concluída, então... e essa terra-por-terra também demandava tempo, [ao contrário da] indenização, um processo mais lento. De repente, se tivesse sido iniciado esse movimento uns anos antes, sei lá uns 4, 5 anos antes, teria dado tempo pra aprofundar isso, mas não teve tempo hábil pra isso, [foi] muito rápido (GRILLMANN, 2014).

No final, o acordo de Santa Helena de 1980, entre o MJT e Itaipu, não fez menção aos sem-terra (CDIB, 27/07/1980). Apesar da liderança do MJT ter assegurado “um acordo entre cavalheiros” para recompensar os sem-terra, nenhum acordo jamais se concretizou (POEIRA, 12/07-08/1980, p. 11). Após essas decisões, os trabalhadores sem terra continuaram sofrendo marginalização de Itaipu, do governo brasileiro e de seu próprio movimento.

Esse processo de silenciamento social ocorreu por duas razões principais. A primeira se relaciona com o contexto imediato e as contingências do MJT: conforme a inundação de Itaipu se aproximava, a pressão aumentou no MJT para alcançar o maior número de vitórias para a maioria de seus membros. Agricultores com terra que participaram do MJT e receberam compensação financeira de Itaipu ecoavam esse senso de urgência. Adil Focchezatto, por exemplo, disse: “Tivemos que aceitar porque não tinha outra lógica, né, a água ia subir e eles iam tirar nós [sic] de qualquer jeito” (FOCCHIZZATTO, 2014). Da mesma forma, Dona Suita relatou que “se a gente não fizesse muito rápido a água levaria até a gente” (SUITA, 2014). O grupo dos sem-terra por ser minoria, tanto em termos de número quanto de influência, provavelmente fez com que a liderança do MJT se concentrasse em metas mais alcançáveis que beneficiariam um maior número de pessoas.

A segunda razão é mais endêmica. As percepções divergentes da terra, como propriedade individual versus a terra como um direito coletivo, ajudaram a determinar quais demandas eram vistas como válidas e, portanto, priorizadas dentro do MJT. Muitos dos agricultores proprietários de terras justificaram suas

ações como uma defesa das terras que compraram e do dinheiro que investiram durante muitos anos. Na luta inicial contra Itaipu, esses agricultores costumavam contar histórias sobre como suas famílias haviam chegado na região, comprado terras, derrubado a floresta, e estabelecido uma paisagem, outrora árida e selvagem – sem levar em consideração a existência de comunidades indígenas do local. Dona Suita falou sobre a motivação de sua família para participar do MJT: “A gente comprou e pagou. Se fosse uma coisa que fosse uma invasão, tudo bem, mas [a nossa terra] foi comprada” (SUITA, 2014). Por esta lógica, aqueles que não possuíam suas terras não tinham legitimidade para tomar uma posição contra Itaipu.

No contexto da abertura, a dialética entre terra e legitimidade ajuda a explicar como essas concepções contrastantes de posse da terra moldaram a trajetória política das comunidades deslocadas. Com o apoio das forças de oposição nacionais, o movimento dos agricultores de Itaipu atingiu um perfil político crescente. Embora a abertura tenha ampliado o alcance do MJT e ajudado a expandir a consciência política de seus integrantes, a atenção que o movimento recebeu mudou o escopo da luta em Itaipu. Com os olhos do Brasil fixos nos agricultores do Oeste do Paraná, tornou-se politicamente arriscado para o MJT defender o tipo de reforma agrária estrutural que teria beneficiado os sem-terra. Em vez disso, em um momento em que brasileiros de todo o país testavam os limites da legitimidade política, a liderança do MJT concentrou suas demandas na questão imediata da indenização financeira. O clima da abertura ajudou a enquadrar o MJT como uma luta legítima de agricultores oprimidos que enfrentavam uma face injusta do governo militar. A liderança do movimento e seus aliados provavelmente temiam que uma mudança na narrativa pudesse perder a batalha pela opinião pública e prejudicar as chances de vitórias tangíveis.

A experiência dos sem-terra no MJT mostra que, por um lado, a participação na luta em Itaipu encorajou os agricultores sem terra no Oeste do Paraná a entender sua visão do futuro como parte da retórica mais ampla dos direitos democráticos da abertura. Mas por outro lado, a sua marginalização contínua – tanto da sociedade dominante, quanto dos movimentos rurais vigentes – apresentava uma realidade muito diferente. Quando o MJT chegou a um acordo com Itaipu em maio de 1981, os agricultores puderam comemorar o aumento de

62% no preço da terra como uma vitória política da luta popular. Os sem-terra, no entanto, não obtiveram nem benefícios financeiros, nem maior participação em uma política em lenta expansão no Brasil.

Apesar dos limites impostos às demandas dos sem-terra no MJT, membros do MASTRO ainda relembram a luta inicial em Itaipu de forma positiva. Um arrendatário declarou que, “uma primeira grande missão e um grande aprendizado nosso foi a capacidade de resistência do camponês” (SILVA, 2014). Uma participante fez a ligação dos protestos do MJT ao crescimento das lutas populares, ao dizer que o acampamento de Santa Helena de 1980 “foi a semente de tudo, foi ali onde começou tudo e foi onde a igreja participou e onde nós aprendemos a lutar” (ESPOSA DE AFIO GENARO, 2014).

A demanda por desapropriação de terras e a disposição para realizar ocupações existiam como uma tendência permanente, embora muitas vezes ofuscada. E no rescaldo da luta inicial, quando Itaipu deixou de ser o principal inimigo, surgiu um novo movimento que ampliou as lições das lutas anteriores.

A Criação do MASTRO

O MASTRO foi formado numa reunião realizada em julho de 1981, no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Medianeira, com participação de camponeses sem terra e envolvendo os STR de Medianeira, São Miguel do Iguçu e Santa Helena. (POEIRA, JUL.-AGO. 1981, p. 25-26). A formação do grupo foi noticiada num longo artigo do *Nosso Tempo*, o qual descreveu um movimento determinado a provocar uma reforma agrária que seria “total, completa, imediata”. Denunciando a expulsão de pequenos proprietários, o MASTRO culpou o governo por concentrar a terra nas mãos da elite através de um processo de “colonização dirigida”. Além de exigir acesso à terra, o MASTRO identificou a presença de agroindústrias como outra causa principal de problemas, demonstrando uma consciência de quem era “o inimigo” que incluía Itaipu, o governo, e também a iniciativa privada em geral (NOSSO TEMPO, 29/07/1981, p. 12). Uma parte do hino do MASTRO reflete a direção e o caráter do movimento recém-nascido:

Tanta terra abandonada / Terra boa não plantada
Tanta terra em poucas mãos / Tanta gente sem ter nada
Mãos sagradas calejadas / Em sua mesa falta o pão (MAZAROLLO, 2003, p. 151).

Apenas dois meses após desfazer o acampamento de Foz do Iguaçu, essa nova campanha serviu tanto como uma continuação, quanto como um desafio para o conflito em Itaipu. Apesar do MASTRO ter crescido ao incluir aqueles que não tinham ligação imediata com Itaipu, o movimento surgiu diretamente da campanha do MJT. Três dos membros mais atuantes do novo movimento sem terra haviam participado da luta de Itaipu: Celso Anghinoni, Darci Appio e Aristeu Elias Ribeiro. E em uma interessante reviravolta do efeito despolitizador da liderança religiosa nos protestos de Itaipu, o Pastor Werner Fuchs e o Padre Adriano Van de Ven também desempenharam papéis iniciais fundamentais no estabelecimento do MASTRO e na expansão do seu quadro de integrantes. Depois de aprender com a experiência em Itaipu, onde uma conexão com a política nacional limitava a capacidade do movimento de escalar, os agricultores sem terra imaginaram o MASTRO como uma organização autônoma sem filiação política. Em vez de uma liderança central, os comitês locais elegeram representantes rotativos para coordenar grupos em toda a região (RIBEIRO DE MOARAES JUNIOR, 2010, p. 25-63). Em teoria, o MASTRO existia como um movimento sem líder. Na prática, entretanto, o MASTRO nunca existiu como um movimento sem liderança. Além dos papéis mais importantes desempenhados pelos indivíduos supracitados, o grupo também recebeu apoio logístico de filiais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, principalmente do Miguel Isloar Sávio, o presidente do Sindicato de São Miguel do Iguaçu. O objetivo de permanecer sem filiação a sindicatos e partidos políticos, não obstante sua implementação, ressaltava o esforço para se criar uma organização mais receptiva, que pudesse defender os interesses dos brasileiros sem terra, indiferente às mudanças no clima político.

A primeira assembleia regional do MASTRO aconteceu em 2 de setembro de 1981, reunindo cerca de sessenta pessoas na cidade de São Miguel do Iguaçu, cerca de quarenta quilômetros a Leste de Foz do Iguaçu (AN-RJ, 02/09/1981).

Dentro de um mês após a primeira reunião regional, o MASTRO cresceu para 1.780 membros registrados em vinte e dois grupos, distribuídos em três municípios no Oeste do Paraná. Como o MASTRO continuou a se expandir, tanto a Polícia Federal quanto o Serviço Nacional de Informações (SNI) começaram a monitorar o grupo.³ Essa vigilância sugere que, com a luta em Itaipu essencialmente encerrada, as preocupações com a agitação rural na fronteira do Paraná agora mudavam para a ameaça de mobilização dos sem-terra.

Uma pesquisa do MASTRO conduzida em 1982 fornece uma visão mais detalhada dos membros da organização (STR-SMI, sem data). Embora tenha contado apenas 688 dos mais de 6.000 membros integrantes na época, a pesquisa esclarece a demografia geral do movimento. A maioria esmagadora dos membros (96%) do MASTRO eram homens, 69% eram casados e a idade média era de trinta e cinco anos. Os respondentes da pesquisa relataram vinte e uma categorias diferentes de emprego, sendo as mais comuns: meeiro (29%), posseiro (17%), trabalhador informal (15%) e parceiro (11%). Em outro sinal do amplo alcance do MASTRO, setores menores também incluíam pescadores, trabalhadores domésticos e garçons. Em termos de escolaridade, apenas 16% dos entrevistados tinham o ensino fundamental completo e 14% eram analfabetos. A categoria final dos dados dizia respeito à região de origem. A maioria tinha vindo dos estados do Sul, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (combinados 53%), com os membros restantes de outros onze estados de todo o Brasil, incluindo Paraná, Bahia, Ceará, São Paulo, Sergipe, Pernambuco e Minas Gerais. A partir desta pesquisa, podemos construir a imagem da média dos membros do MASTRO como sendo jovens adultos do sexo masculino, casados e provavelmente com filhos, com pouca ou nenhuma escolaridade, e tendo migrado do interior do Sul ou do Nordeste do Brasil. Os dados demográficos desta pesquisa não diferiam drasticamente dos participantes da pesquisa anterior do MJT, provavelmente porque muitas das famílias sem terra que eram mais etnicamente miscigenadas, já haviam sido enviadas para as colônias agrárias do Norte. Comparados aos agricultores do MJT, havia uma característica fundamental que distinguia os integrantes do MASTRO: enquanto aqueles receberam indenização

³ Exemplos de vigilância estatal incluem (an-rj, outubro de 1981).

financeira de Itaipu e possuíam em média quinze hectares de terras, os agricultores do MASTRO eram quase todos sem terra.

A campanha pela reforma agrária iniciada pelo MASTRO ocorreu no contexto de uma zona rural que passava por mudanças drásticas. Ao longo dos anos de 1970, as safras de exportação substituíram quase que completamente as safras de alimentos e a agricultura tornou-se cada vez mais industrializada. A mecanização da agricultura no Paraná, por exemplo, levou a uma dependência crescente de tratores e a um novo foco na produção de monoculturas. Em 1970 havia cerca de 18.000 tratores em fazendas paranaenses; em 1980 esse número tinha mais que quadruplicado, passando dos 79.000 (BALLER, 2014, p. 245). Durante o mesmo período (1970-1980), quase 100.000 propriedades rurais desapareceram no Paraná, tanto através de desapropriações estaduais como da consolidação de latifúndios agrícolas (MARTINS, 1985, p. 99). A mecanização da agricultura, a diminuição dos empregos agrícolas, e o aumento da migração do campo para a cidade também dificultaram a influência dos sindicatos no campo e a manutenção da sua base de filiação. Com um mercado de trabalho rural precário e com menos terras disponíveis para a agricultura de pequena e média escala, brasileiros, como os do MASTRO, sentiram-se compelidos a aumentar os riscos – e os métodos – de suas ações.

No início de 1982, o escopo das reuniões do MASTRO começou a mudar. Relatórios de vigilância do governo sugeriam que o MASTRO passou a discutir quais fazendas da região poderiam ser locais de ocupação. De acordo com as forças de segurança do Estado, o MASTRO tinha pesquisado propriedades que poderiam ser alvos de ataque, e sabia, por exemplo, quantos irmãos de uma determinada família possuíam uma fazenda em Santa Helena, quando a herdaram de seu pai, além de saber também exatamente quantos hectares continham (APP, 6/01/1982). Membros do MASTRO não realizaram nenhuma ocupação de terra até o ano seguinte, mas seus preparativos para fazê-lo menos de seis meses após a criação do movimento mostram que eles tomaram a iniciativa. À medida que o grupo realizava discussões internas sobre protestos maiores, também começaram a atrair os políticos nacionais. Uma carta aos Senadores em fevereiro de 1982 delineou quatro objetivos principais: terras no Paraná, novas políticas para proteger os direitos legais e contratuais dos trabalhadores rurais, melhor dispo-

nibilidade de créditos e empréstimos agrícolas, e novos sistemas para aquisição de terras (STR-SMI, 27/02/1982). Com as eleições de novembro de 1982 à vista – um dos avanços mais tangíveis até então da transição oficial da abertura para o governo civil – parecia provável que, embora não filiado a nenhum partido, o MASTRO não obstante, percebeu a utilidade de usar aliados políticos e o contexto da democratização como uma forma de conseguir apoio e atenção da mídia.

Até maio, o MASTRO tinha se tornado um movimento pleno com mais de 6.600 membros (AN-RJ, 12/03/1982). A vigilância governamental anterior costumava fornecer apenas detalhes básicos, mas o crescimento contínuo da organização parecia provocar uma nova sensação de alarme. Junto com o relato de quando e onde o MASTRO realizava suas reuniões, um relatório do SNI oferecia três conclusões gerais: o “MASTRO tem alimentado a esperança de reassentamento na região Oeste do Paraná. O movimento pode se alastrar para outras cidades, aumentando os riscos das já cogitadas invasões. O movimento tem conotações políticas e eleitoreiras, prejudicando a imagem do partido do governo, em vista da impossibilidade de atendimento das pretensões dos inscritos pelos órgãos governamentais” (AN-RJ, 11/05/1982). Como a democratização pairava no horizonte, o MASTRO representava uma forma de dissidência popular que instigava ampliar uma visão agrária de direitos ao clima político mais amplo.

Nos meses seguintes, o MASTRO aumentou sua presença no que estava rapidamente se tornando um movimento nacional sem terra. Primeiro, o grupo realizou seu maior evento até hoje, reunindo mais de quatro mil pessoas na cidade de Medianeira no dia 25 de maio e elaborando uma declaração intitulada “O Grito dos Sem Terra” (POEIRA, maio-junho/1982, n. 22, p. 6-9). Ao enfatizar a necessidade de acesso à terra, o documento incentivava o MASTRO a juntar forças com movimentos semelhantes em todo o país e começar a ocupar terras de fazendas improdutivas. Três semanas depois, o MASTRO sediou uma reunião de três dias, novamente em Medianeira, que contou com setenta representantes de todo o Brasil. Segundo Bernardo Mançano Fernandes, essa foi a primeira grande reunião de camponeses sem terra no Brasil (MANÇANO, 2015; NA-RJ, 16/08/1982). Logo após esses dois eventos, o MASTRO então passa a ser um dos quatro coorganizadores do Primeiro Encontro Nacional dos Sem

Terra no estado de Goiás.⁴ Enquanto o MASTRO fazia alianças e estabelecia sua presença em âmbito nacional, também continuava trabalhando em direção ao objetivo de obter terras no Paraná.

De Acampamentos a Ocupações

Em abril de 1983, cerca de dezoito meses após a formação do MASTRO, os agricultores sem terra do Oeste do Paraná pareciam ter perdido qualquer confiança remanescente no governo estadual e federal para intervir em seu nome. Apesar do MASTRO ter emergido dos acampamentos relativamente pacíficos de Santa Helena e Foz do Iguaçu, o grupo passou a usar ocupações diretas para enfrentar as profundas desigualdades sofridas por seus membros. A mudança nas táticas também refletiu uma mudança na ideologia: enquanto os acampamentos do MJT operavam dentro das leis de propriedade vigentes, as ocupações do MASTRO visavam instaurar um novo sistema de posse da terra. Luis Pozzolo, um membro do MASTRO que também participou das lutas iniciais do MJT, lembra-se de um claro contraste entre os dois movimentos: “A luta contra Itaipu era um pouquinho diferente, porque já era definida, né, era uma reivindicação, então uma ocupação de terra é uma coisa mais complicada, era contra lei. Então você está fazendo uma coisa contra lei”. Refletindo a visão da terra como um direito coletivo, Pozzolo acrescentou que, ao contrário das afirmações dos jornais e críticos do governo, as ações do MASTRO não constituíam uma *invasão* de terra, mas sim, uma *ocupação* de terra, afirmando que “invasão é você invadir coisa que não é tua, ocupação é ocupar uma coisa que lhe foi roubada, porque as grandes fazendas foram todas griladas... Quem invadiu foi o fazendeiro” (PAZZOLO, 12/11/2014).

A partir de 1983, o MASTRO participou de seis ocupações de terras, as três primeiras como coadjuvante, e as outras três em total liderança. Nildemar Silva relembra o início dessas ocupações como um momento em que as comunidades rurais aprenderam a se mobilizar juntas:

⁴ A reunião em Goiânia foi organizada pela Arquidiocese de Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MASTRO, e o Movimento Rural Cristão (an-rj, 18/11/ 1982).

pra garantir esse direito, de serem reassentadas, as famílias tiveram que fazer acampamento, tiveram que se manter unidas, tiveram que se manter juntas e tiveram que estar mobilizadas em forma de acampamento. E acho que o movimento teve também esse grande aprendizado que foi [se dar conta de que] é possível garantir o direito se tiver organizado, e pra estar organizado... esse local foi o acampamento (SILVA, 03/11/2014).

A participação do MASTRO nestas ações começou em 13 de abril quando quase quinhentas pessoas ocuparam terras não utilizadas da fazenda Padroeira, na cidade de Matelândia.⁵ Embora não tenham sido os únicos instigadores da ocupação – os camponeses empregados na fazenda foram os organizadores principais – o MASTRO contribuiu com apoio logístico e ajudou a atrair a atenção do público (AN-RJ, 03/10/1983). De acordo com as famílias da ocupação, o governo estadual tinha a intenção de desapropriar a fazenda, mas ela permaneceu propriedade privada da família Minolli. No início da década de 1980, os arrendatários descobriram que o filho do proprietário da fazenda havia entrado com uma ação contra o pai para obter o direito à propriedade inteira para si mesmo. Enquanto a ação jurídica do filho avançava no tribunal, os trabalhadores planejaram sua ocupação e até contrataram um advogado para entrar com a sua própria ação sobre a terra não utilizada (NOSSO TEMPO, 21/04/1983, p. 13). Os agricultores sem terra, portanto, aproveitaram uma disputa interna familiar para tentar obter a posse de uma porção de terra que o governo não tinha conseguido desapropriar até então.

Durante o primeiro mês de ocupação, a opinião pública favorecia os camponeses. No dia 28 de abril, o prefeito de Matelândia divulgou nota de apoio às famílias sem terra, e no mês seguinte o secretário estadual de Segurança Pública manifestou simpatia pela ocupação e prometeu “garantir a paz”. Mas Claus Germer, o recém-nomeado secretário estadual da Agricultura e um aliado fundamental na luta anterior contra Itaipu, evitou responder às demandas dos ocupantes da Padroeira dizendo que seu gabinete não podia processar nenhuma desapropriação de terras; e que o poder, dizia Germer, estava com o INCRA a nível

⁵ Os ocupantes da Padroeira procuravam receber quatro mil alqueires de propriedade.

federal (NOSSO TEMPO, 21/04/1983, p. 10). Diante da inação do governo, os agricultores sem terra continuaram a pressionar as autoridades, pleiteando diretamente por uma reforma agrária.

Como outros movimentos de reforma agrária do final da ditadura, o MASTRO invocou as próprias leis dos militares como base para sua legitimidade política e jurídica. Mais especificamente, o MASTRO procurou inverter e reorientar os significados do Estatuto da Terra de 1964. O regime militar aprovou o estatuto quase imediatamente após tomar o poder. Escrito como um pré-requisito para a participação nos programas e oportunidades de financiamento da Aliança para o Progresso, o estatuto pretendia regulamentar a reforma agrária e pacificar os movimentos de trabalhadores rurais que se radicalizaram no fim da presidência de João Goulart. José de Souza Martins argumenta que essa reforma agrária servia o objetivo dos militares de expandir as agroindústrias capitalistas no campo e desacelerar as lutas políticas pela terra (MARTINS, 1985, p. 32). Embora o governo militar tenha tentado ditar os termos da reforma agrária, a população rural invocou repetidamente certos aspectos do Estatuto da Terra para defender sua própria visão de mudança agrária. O MASTRO, em particular, centrou-se em duas cláusulas principais do estatuto. O artigo 18 autorizava a desapropriação de terras por “interesse social” e também obrigava a exploração racional das propriedades. O artigo 28 permitia a transferência de bens de propriedade de indivíduos que “desenvolvem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais” e em áreas “que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros” (NOSSO TEMPO, 05/05/1983, p. 7). Embora raramente cumpridas na prática, essas leis forneceram aos grupos rurais a linguagem política para formular uma base jurídica para a ação direta.

Em julho, a ocupação da Padroeira chegou ao terceiro mês em clima cada vez mais tenso. No dia 1º de julho, um grupo de jagunços, provavelmente pagos pela família Minolli, incendiou as casas de quinze famílias (FOLHA DE LONDRINA, 02/07/1983, p. 8). E no início de setembro os agricultores trocaram tiros com forças de segurança contratadas pela fazenda, embora sem feridos. Circulou então o boato de que tropas da polícia seriam despachadas em breve para a fazenda para remover fisicamente os ocupantes (NOSSO TEM-

PO, 09/09/1983, p. 2). A polícia nunca veio remover a ocupação, embora tenha prendido – e, de acordo com alegações, torturado – dois agricultores sem terra (FOLHA DE LONDRINA, 01/09/1983). Essa escalada de violência repercutiu em outros protestos rurais em toda a região.

Duas ocupações de terra simultâneas que contaram com a presença do MASTRO ocorreram nas fazendas Anoni e Três Pinheiros, nos municípios de Marmaleiro e Matelândia, respectivamente. Semelhante à fazenda da Padroeira, o INCRA já havia liberado Anoni para desapropriação, mesmo assim, a propriedade continuava ociosa em mãos privadas.⁶ Em 17 de julho de 1983, quarenta famílias ocuparam a fazenda Anoni, e a violência se instalou em poucos dias. Às sete da manhã do dia 21 de julho, um jagunço chamado João Scarton chegou com um contingente de homens armados e surpreendeu cinco pessoas que estavam do lado de fora de suas barracas. Os agricultores sem terra fugiram em meio ao tiroteio e um pai de nove filhos de 53 anos, chamado João Maria de Paula, foi morto (O ESTADO DO PARANÁ, 29/07/1983). O assassinato recebeu atenção da mídia nacional, com uma manchete em *O Estado de S. Paulo* (29/07/1983, p. 12) anunciando “Um morto em luta por terra já desapropriada”. Apesar da violência, as famílias mantiveram sua ocupação. Conforme lembra Luis Pozzolo, “medo todo mundo tinha, mas se a gente tivesse medo nada fazia, porque não tem outra saída, entre morrer lutando e morrer brigando” (POZZOLO, 12/11/2014). Outro participante, Afonso Camer, explicou que as ocupações se mantinham por simples necessidade: “tinha muita essa resistência, esse receio né. Mas a necessidade, a fome fala mais alto [do que o medo], e falava porque era muita gente” (CAMER, 03/11/2014).

Duas semanas após a morte em Anoni, cinquenta famílias realizaram outra ocupação de terras na fazenda Três Pinheiros, em Matelândia. Menos de um mês após o início da ocupação, as tropas da polícia invadiram a fazenda e expulsaram fisicamente todas as famílias. Um artigo relatou que a polícia tentou apreender uma bandeira brasileira que os ocupantes “tão religiosamente guardavam” (FOLHA DE LONDRINA, 01/09/1983). Esta imagem de camponeses e policiais lutando pelo controle da bandeira brasileira é emblemática dos desafios mais

⁶ A fazenda Anoni foi oficialmente desapropriada pelo incra no dia 31 de março de 1980, pelo decreto nº. 84.603 (an-rj, 3/10/1983).

profundos enfrentados pelas comunidades rurais pobres durante este período. Após quase duas décadas de ditadura no Brasil, a expansão das ações populares sugeria que os militares começavam a soltar suas garras do poder. Mas, apesar do ressurgimento das forças de oposição, muitos brasileiros ainda viviam em um clima autoritário. Regiões como o interior do Oeste do Paraná simbolizavam a promessa não cumprida de uma nova era democrática. Para brasileiros como os do MASTRO, nem a abertura, nem o fim oficial do regime militar em 1985 trouxeram qualquer mudança imediata na realidade da pobreza rural do dia-a-dia. Sendo assim, quando as tropas estaduais destruíram a bandeira brasileira e forçaram os ocupantes de Três Pinheiros a montar um novo acampamento ao lado da rodovia – sob nada menos que uma forte chuva – isso representou mais do que apenas o fim da ocupação de suas terras. Este ato simbolizava sua exclusão recorrente da sociedade em geral.

Enquanto o MASTRO tinha desempenhado um papel de apoio nos três protestos de terra iniciais, a soma dos eventos até então levou a organização a liderar suas próprias ocupações. No dia 19 de setembro, quase quarenta famílias ocuparam a Fazenda Cavernoso (também conhecida como Lagoa Santa), no município de Guarapuava. De acordo com o MASTRO, o proprietário anterior da fazenda havia usado os duzentos hectares para o cultivo de drogas, mas a polícia o pôs na prisão, deixando o terreno vazio. Um dos ativistas ocupantes disse ao jornal *Folha de Londrina* (24/09/1983), “Vamos ficar lá, firmes, e tomar posse da fazenda. Eu nunca tive um pedaço de terra e agora pretendo lutar por um lugar onde plantar”. À medida que a pressão aumentava, a ocupação Cavernoso foi visitada pelo governador do Paraná, José Richa, um antigo aliado do movimento MJT em Itaipu, que havia sido eleito para o cargo no ano anterior. As famílias ocupantes apresentaram a Richa uma lista de reivindicações que refletia uma nova etapa da mobilização. Determinado a criar comunidades inteiramente novas, o MASTRO agora exigia que o governo fornecesse materiais para a construção de casas, escolas e instalações médicas (POEIRA, dezembro de 1983, n. 31, p. 18-19). A ocupação persistiu por mais de um ano antes de o governo concordar com um acordo que acabou permitindo que 208 pessoas vivessem permanentemente na terra (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, janeiro de 1985, p. 5).

Uns seis meses depois da ocupação do MASTRO em Cavernoso, o grupo realizou duas ações subsequentes. Enquanto Cavernoso ficava a quase duzentos quilômetros do centro de operações do grupo em São Miguel do Iguaçu, a segunda ocupação voltou ao berço simbólico do MASTRO: em maio de 1984, sessenta famílias ocupavam terras que pertenciam à Itaipu Binacional. Esses setenta alqueires faziam parte da linha de segurança da barragem ao longo do reservatório, uma área que o INCRA tinha planejado incorporar a uma reserva ecológica (POEIRA, março a junho de 1984, n. 33, p. 31). Em contraste com as ocupações anteriores, que ocorriam quase que exclusivamente em terras agrícolas privadas, os agricultores sem terra agora visavam uma área pertencente ao governo federal e à hidrelétrica de Itaipu. Um dos integrantes disse que, ao levar sua luta diretamente para o INCRA e Itaipu, os membros do MASTRO “pisaram na ferida certa” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09/06/1984, p. 8; FOLHA DE LONDRINA, 21/06/1984, p. 21). A ocupação durou apenas oito dias antes que a polícia dispersasse as famílias, mas seu ímpeto ressurgiu menos de dois meses depois, quando o MASTRO se mobilizou para a sua maior ação até então.

Em 17 de junho de 1984, membros do MASTRO assumiram o controle de 1.280 hectares de terras na fazenda Mineira, no município de São Miguel do Iguaçu. Esta ocupação tornou-se o protesto de ação direta mais desafiador e mais duradouro do MASTRO; no final, foi também o mais bem-sucedido. Por dois anos e meio, o MASTRO manteve a ocupação da propriedade da fazenda Mineira. A publicidade crescente da ocupação da fazenda Mineira ganhou impulso com a visita de Luiz Inácio “Lula” da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e o mais proeminente ativista brasileiro da época. Dirigindo-se às famílias ocupantes, Lula declarou que “Cada trabalhador deste país precisa conhecer a luta corajosa dos agricultores sem terra do oeste do Paraná, porque no dia em que todos os trabalhadores tiverem a coragem que vocês aqui demonstram, a força de vontade que vocês revelam, nesse dia não haverá mais lugar para opressores e exploradores” (NOSSO TEMPO, 27/09/1984, p. 14). A perseverança dos ocupantes da fazenda Mineira acabou assegurando a desapropriação de quase setecentos hectares de terra, redistribuídos entre quarenta e uma famílias (SCHREINER, 2002, p. 456). Quando o INCRA entregou oficialmente a terra em fevereiro de 1987, ela foi renomeada Assentamento Sávio-

-Dois Vizinhos em homenagem a um dos principais organizadores da ocupação da Mineira, Miguel Isloar Sávio.

Antes da vitória, no entanto, a ocupação enfrentou vários desafios. No primeiro mês, cinquenta soldados armados entraram na área e expulsaram mais de cem famílias. De acordo com um relatório, a polícia invadiu o acampamento e destruiu barracas, móveis e roupas (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, agosto de 1984, p. 9). A polícia também prendeu e deteve doze membros do MASTRO (JORNAL DO ESTADO, 01/07/1984, p. 1). Esses eventos faziam parte de umas das maiores ações policiais da época contra as ocupações sem terra no Paraná.

Um enfoque interessante da mídia foi feito em um artigo no *Folha de Londrina* (01/07/1984, p. 12) sobre uma dúzia de mulheres que, de forma desafiadora, permaneceram na terra após a operação policial, exigindo a libertação de seus maridos. A determinação dessas mulheres parece ter ajudado a garantir a eventual liberdade dos homens presos. Sua descrição na mídia, no entanto, sugere uma tensão subjacente. As mulheres eram membros vitais do MASTRO, assim como na luta anterior de Itaipu e em outras lutas rurais. No entanto, elas permaneceram quase completamente ausentes na cobertura de notícias do movimento. As poucas menções das mulheres agricultoras frequentemente continham poucas informações além de quantas mulheres e crianças viviam em uma determinada ocupação de terra. Embora as notícias incluíssem imagens de mães sofrendo segurando ou amamentando seus bebês, a mídia raramente citava mulheres.

Este silenciamento das mulheres também existia dentro do MASTRO. Nas entrevistas, as mulheres ainda falam com orgulho por terem participado das ocupações de terras, mas também explicam como os homens as proibiam de assumir qualquer papel de liderança. Teolide Turcatel lembra o machismo que predominava no MASTRO, dizendo que, “nós queríamos igualdade, lutávamos pela igualdade, e os homens ficavam bravos conosco, as coordenações não queriam deixar nós [sic] participar mais” (TURCATEL, 02/11/2014). Além de ser excluída do processo de tomada de decisões do movimento, ela lembra que quando a polícia ameaçou invadir os acampamentos do MASTRO, a liderança enviou mulheres com seus filhos para a linha de frente para diminuir as chances de um ataque violento. Outra mulher, Iraci Maino, oferece uma perspectiva se-

melhante: “no acampamento a mulher era pra cozinhar, pra lavar, pra trabalhar, pra cuidar das coisas, mas não pra participar de nada” (MAINO, 02/11/2014). Quando questionados sobre o papel das participantes femininas no MASTRO, os entrevistados masculinos falaram entusiasticamente sobre a coragem das mulheres durante a ocupação. Mas nenhum ofereceu qualquer indicação de que as mulheres desempenhavam algo mais do que um papel coadjuvante.

As limitações impostas a mulheres, como Turcatel e Maino, mostram que o MASTRO, apesar de se originar como movimento marginalizado pela sociedade brasileira e por uma luta rural anterior, produziu suas próprias hierarquias e formas de exclusão. Apesar dessas tensões internas, as ocupações sem terra continuaram a se espalhar pelo Oeste do Paraná e por todo o país. O ímpeto crescente culminou em uma reunião no início de 1984 que marcou um momento decisivo na história dos movimentos sociais brasileiros.

Cascavel e a Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

De 20 a 22 de janeiro de 1984, cerca de cem pessoas de doze estados se reuniram na cidade de Cascavel, no Oeste do Paraná, para discutir a situação dos agricultores sem terra no Brasil. Ao longo desses três dias, o MST foi oficialmente formado.

Este capítulo não teve como objetivo traçar uma ligação cega entre a luta pela terra em Itaipu e a formação do MST. Conforme visto ao longo deste capítulo, as lutas rurais se desenvolveram através de gerações e de regiões. No início da década de 1980, condicionado pela mudança do clima político da abertura, o MASTRO foi uma das muitas organizações que ajudaram a impulsionar a campanha dos sem-terra a níveis nunca antes vistos. Como tal, não afirmo que o MST nunca teria se formado sem a luta contra a usina de Itaipu do MJT. Em vez disso, ao tentar entender como o MASTRO serviu como importante – mas não única – genealogia entre os dois movimentos, podemos obter novas perspectivas sobre a história das mobilizações rurais no Brasil.

Não é por acaso que a fundação nacional do MST tenha ocorrido no Oeste do Paraná, a menos de 150 quilômetros da usina de Itaipu. Depois de sediar a

conferência regional da Medianeira em julho de 1982, o MASTRO estabeleceu uma presença de liderança entre os movimentos nacionais dos sem-terra. Além de servir como ponto de encontro logisticamente viável para grupos vindos de diferentes regiões, o Oeste do Paraná também se tornou uma das zonas mais ativas de mobilização dos sem-terra do país. Das doze maiores ocupações de terra no Brasil em 1983, quatro ocorreram no estado do Paraná (ENCONTRO NACIONAL DOS SEM-TERRA, Janeiro de 1984, p. 9). As atas da conferência de Cascavel fornecem mais uma prova do respeito e da importância concedidos ao MASTRO. Após as apresentações durante a manhã do primeiro dia, a tarde foi dedicada a uma “apresentação das experiências de luta”. O primeiro grupo a recontar sua história foi o MASTRO (ENCONTRO NACIONAL DOS SEM-TERRA, Janeiro de 1984, p. 3). No terceiro e último dia do encontro, os participantes destacaram as ocupações de Cavernoso e Anoni feitas pelo MASTRO, como duas das mais notáveis vitórias em todo o país (ATA DO ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA). Por fim, vale ressaltar que um relatório de vigilância do SNI aponta que um representante do MASTRO, Dalézio Schmidt, integrava o comitê de liderança da conferência (AN-RJ, 07/02/1984).

* * *
*

Ao reconhecer o papel do MASTRO no encontro de Cascavel em 1984, tem-se mais do que apenas uma atualização da historiografia. A importância de tal papel ressalta como os membros do MASTRO deixaram de ser uma vaga lembrança da luta em Itaipu, para se tornarem peças-chave na criação do maior movimento social do Brasil. Para os brasileiros que lutaram em movimentos como o MASTRO e o MST, a ideia da terra como um direito coletivo se estendia para além do objetivo material da reforma agrária. Num momento permeado pela retórica baseada na promessa da abertura de uma nova era, a crença de que a terra era um direito fundamental tinha o potencial de tornar visíveis os pobres do campo no imaginário nacional e de elevar sua condição a legítimos atores sociopolíticos.

Para os trabalhadores sem terra, a democracia prometia mais do que apenas a ausência da ditadura, mais do que apenas o retorno a uma era supostamente melhor, anterior a 1964. Para os brasileiros empobrecidos e marginalizados – seja do campo ou das cidades – o retorno oficial do governo democrático não significava que eles agora viviam em uma democracia. Por esta razão, suas lutas continuaram muito depois de 1985.

Referências

ALSTON, Lee J.; GARY D. Libecap; BERNARDO, Mueller. **Titles, Conflict, and Land Use: The Development of Property Rights and Land Reform on the Brazilian Amazon Frontier.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (AN-RJ). **1ª ata**, 2 de setembro de 1981, em SNI ACE.2632/82.

____. **Departamento da Polícia Federal, Pedido No. 130/81**, em BR.AN.BSB. ED.03.4, 50/57, outubro de 1981.

____. **Carta a Valter da Costa Reis**, Chefe Geral do SNI, de José Guilherme Cavnari, Coordenador Regional do INCRA Paraná, 12 de março de 1982, Relatório INCRA-4(02) No. 225, em SNI ACE.2632/82.

____. **SNI Relatório No. 0031/117/ACT/82**, 11 de maio de 1982, em SNI ACE.2632/82.

____. **SNI Relatório No. 256/119/APA/82**, 16 de agosto de 1982, em SNI ACE.3486/82.

____. **SNI Relatório No. 019/19/AGO/SNI/82**, 18 de novembro de 1982, em SNI ACE.3526/82.

____. **SNI Relatório No. 0125/17/ACT/83**, 3 de outubro de 1983, em SNI ACE.4372/83.

____. **SNI Relatório No. 0016/19/ACT/84**, 7 de fevereiro de 1984, 3, em SNI ACE.4741/84.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, CURITIBA (APP). **Atividades do MASTRO na região oeste do estado do Paraná**, Relatório No. 052-82-PM/2-PM-PR, em “Questões de terras do oeste do Paraná e sudoeste”, No. 003496.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954–2014)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

BECKER, Delfino. **Entrevista com o autor**, Querência do Norte, Paraná, 23 de novembro de 2014.

CAMER, Afonso. **Entrevista com o autor**, Medianeira, Paraná, 3 de novembro de 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ITAIPU BINACIONAL (CDIB). **Ata da reunião realizada em Itaipu em 27 de julho de 1980**, 2135.901-904.

ENCONTRO NACIONAL DOS SEM-TERRA. **Ocupações de terra no ano de 83**, janeiro de 1984, Cascavel. Cortesia de Davi Schreiner.

____. Ata do Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, Cascavel, Paraná, 20-22 de janeiro de 1984. Cortesia de Werner Fuchs.

Esposa de Afio Genaro [de nome desconhecido], entrevista com o autor, Assentamento Antônio Tavares, São Miguel do Iguaçu, 3 de novembro de 2014.

FOCHEZATTO, Adil. **Entrevista com o autor**, Santa Helena Velha, Paraná, 14 de novembro de 2014.

FOLHA DE LONDRINA. **Jagunços já expulsam famílias em Matelândia**, 2 de julho de 1983.

____. **Violência irrompe em vários pontos, na luta pela terra**, 1 de setembro de 1983.

____. **Colonos do MASTRO ocupam uma fazenda em Guarapuava**, 24 de setembro de 1983.

____. **Mais uma invasão de terra**, 21 de junho de 1984.

____. **As mulheres resistem**, 1 de julho de 1984.

HOJE. **O que os colonos querem de Itaipu**, 2 de novembro de 1978, 4.

GRILLMANN, Carlos. **Entrevista com o autor**, Foz do Iguaçu, Paraná, 2 de outubro de 2014.

JORNAL DO ESTADO. **Posseiros expulsos**, 1 de julho de 1984.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Cavernoso: Acordo garante plantio**, n. 41, janeiro de 1985.

____. **Polícia usa violência contra os sem terra**, n. 37, agosto de 1984.

KOLING, José Paulo. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.** Editora UNICENTRO, 2018.

MAINO, Iraci. **Entrevista com o autor,** Medianeira, Paraná, 2 de novembro de 2014.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. The Formation and Territorialization of the MST in Brazil.” In: **Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement and Agrarian Reform in Brazil,** editado por Miguel Carter, 115-148. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** 2ª ed. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 2003.

NOSSO TEMPO. **Movimento dos agricultores sem terra,** 29 de julho de 1981.

____. **Invasão,** 21 de abril de 1983.

____. **Matelândia pede a desapropriação da fazenda,** 5 de maio de 1983.

____. **Aumenta a tensão na Fazenda Padroeira,** 9 de setembro de 1983.

____. **Com o coração ferido de desgosto por serem brasileiros,** 27 de setembro de 1984.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Posseiro será indenizado,** 15 de dezembro de 1974.

____. **Um morto em luta por terra já desapropriada,** 29 de julho de 1983, 12.

____. **Invasões de terras da Itaipu,** 9 de junho de 1984.

O ESTADO DO PARANÁ. **Conflito de terra: Uma pessoa morre,** 29 de julho de 1983.

“PASTEL”, Adriano. **Entrevista com o autor,** Santa Terezinha, Paraná, 3 de novembro de 2014.

POEIRA. **Posseiros também asseguram direitos,** n. 12, julho/agosto de 1980.

____. **O Grito dos Sem Terra,** n. 22, maio/junho de 1982.

____. **Cavernoso: Era uma fazenda sem gente,** n. 31, dezembro de 1983.

____. **Ocupação da área do INCRA em São Miguel,** n. 33, março de 1984.

POZZOLO, Luis. **Entrevista com o autor**, Guaraniaçu, Paraná, 12 de novembro de 2014.

PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros**: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

RIBEIRO DE MORAES JUNIOR, Leozil. **MASTRO**: A formação do movimento dos agricultores sem terra do oeste do Paraná (1970–1990). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná.” Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue**: A guerra de Porecatu. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1996.

SILVA, Nildemar. **Entrevista com o autor**, Assentamento Antônio Tavares, São Miguel do Iguaçu, Paraná, 3 de novembro de 2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (STR-SMI), Sede central.

SUITA, Dona. **Entrevista com o autor**, Santa Helena, Paraná, 16 de novembro de 2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL, “Levantamento de agricultores sem terra”, sem data.

____. **Carta aberta à Comissão Agrícola do Senado**, Brasília, 27 de fevereiro de 1982, Relatório No. 059/82.

TURCATEL, Teolide. **Entrevista com o autor**, Medianeira, Paraná, 2 de novembro de 2014.

WELCH, Cliff. Camponeses: Brazil's Peasant Movement in Historical Perspective (1946–2004). In: **Latin American Perspectives**, 36, no. 4 (July 2009): 126-155.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início da década de 1960:

embates em torno da reforma agrária e mobilização do patronato rural gaúcho

Alessandra Gasparotto

NOS EMBATES E DISPUTAS ENGENDRADOS NO BRASIL NO INÍCIO DOS ANOS 1960, a reforma agrária alcançara importância central. Esta “se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, tornando-se a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país” (MEDEIROS, 1993, p. 7). De acordo com Medeiros (1993, p. 7), o que se verificou naquele momento

[...] foi, pois, o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Essa crítica, potencializada pela enorme quantidade de lutas por terra, levadas à frente por “posseiros” (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro), “moradores”/“foreiros” (Pernambuco, Paraíba), “arrendatários” (São Paulo, Goiás, Minas Gerais), trabalhadores “sem terra” que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra (Rio Grande do Sul), transformou a reforma agrária, no início dos anos 60, em carro-chefe das “reformas de base” e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista.

As disputas em relação aos projetos de reforma agrária – e aos interesses e compromissos que eles encobriam - envolveram diferentes setores sociais e tornaram-se um tema central na agenda política nacional, especialmente a partir

do momento em que o governo João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro) sinalizou sua disposição em efetivá-la. Inserida num contexto de crescente radicalização política, especialmente a partir de 1963, a bandeira da reforma agrária ativava medos e resistências por parte dos ruralistas e de suas entidades representativas.

Dentre essas entidades, destacava-se a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL).¹ A Federação, criada em 24 de maio de 1927 durante o I Congresso de Criadores do Estado do Rio Grande do Sul, tornou-se a principal entidade de representação política do patronato rural gaúcho. No início dos anos 1960, experimentava um crescimento significativo em seus quadros, o que pode ser evidenciado pelo aumento do número de agremiações em seu entorno, que passou de 108, em 1957, para 124, em 1962 (SHERER, 1972, p. 93).

O presente texto trata da atuação da FARSUL neste contexto, objetivando analisar como a Federação e seus agentes, inseridos em diferentes redes de relações e espaços de poder, interviram nesta “agenda” e quais as ideias e valores por eles disseminados. A partir destes elementos, busca-se compreender as principais linhas de ação da Federação na medida em que a entidade e os grandes proprietários/produtores se veem diante de uma conjuntura pautada pelas disputas em torno dos projetos de reforma agrária discutidos no Congresso Nacional. Para tanto, serão utilizadas reportagens publicadas nos periódicos *Correio do Povo* e *Última Hora* e documentos oficiais da FARSUL e de suas afiliadas.

A FARSUL e as transformações na política agrária no início dos anos 1960

João Goulart tornou-se Presidente da República em setembro de 1961, após uma grave crise política e militar que quase impediu a sua posse. Assumiu a presidência com poderes limitados pela implantação do sistema parlamentarista, solução pactuada que garantiu sua investidura. De acordo com Ferreira (2011a, p. 351) após assumir o governo

¹ A agremiação nasceu com o nome de Federação das Associações do Rio Grande do Sul e em 1965 se transformou em Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, nome que preserva até os dias atuais.

Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social.

Entre essas medidas destacavam-se as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e universitária.² Um dos principais entraves para a aprovação de um projeto de reforma agrária dizia respeito às controvérsias sobre as indenizações em caso de desapropriação de terra. De acordo com o artigo 141 da Constituição de 1946, era assegurada “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade”. O parágrafo 16 deste artigo estabelecia que “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.”³

Supostamente, a indenização prévia e em dinheiro tornaria as desapropriações inviáveis financeiramente e, por essa razão, alguns setores defendiam que as indenizações deveriam ser pagas em títulos da dívida pública, resgatáveis em longo prazo. Para isso, era necessário alterar tal dispositivo constitucional; proposição que gerava resistências por parte de grupos conservadores que julgavam estar sendo ameaçado o direito de propriedade.

Quando Jango assumiu, não havia convergência nem mesmo entre os partidos políticos que davam sustentação ao seu governo – PTB e Partido Social Democrático (PSD) – em relação ao alcance das desapropriações e às indenizações,

² De acordo com Figueiredo (1993, p. 66), as chamadas reformas de base também incluíam alterações como a extensão do voto aos analfabetos e a oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do Partido Comunista e o desenvolvimento de “políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. A autora salienta que os grupos nacionalistas e de esquerda que as defendiam eram muito heterogêneos, divergindo sobre os objetivos e as formas de garanti-las.

³ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/> Acessado em 12 de dezembro de 2015. A Constituição também previa, em seu artigo 147 que “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.”

o que obstaculizava a elaboração de um projeto de reforma agrária com chances de ser aprovado no Congresso Nacional.⁴

Ao mesmo tempo em que o presidente se via limitado por essas divergências – inclusive entre as alas de seu próprio partido - e pelos entraves representados pelo parlamentarismo, as pressões sobre o governo avolumavam-se. Os conflitos no campo aumentaram sensivelmente, bem como a organização dos trabalhadores rurais e a capacidade de articulação dos movimentos de luta pela terra. Em novembro de 1961, por exemplo, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, reunindo mil e seiscentos delegados oriundos de diferentes regiões do país. Do encontro, resultou a “*Primeira Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil*”, que propunha

a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.⁵

O documento também sugeria a execução de “medidas parciais” através das quais seria possível “ir dando solução às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária”. Entre essas medidas estava a modificação do artigo 141 da Constituição, que seria reformulado no sentido de permitir que as indenizações fossem feitas mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prazo longo e a juros baixos; a avaliação das terras desapropriadas com base no valor registrado para fins fiscais (FIGUEIREDO, 1993, p. 70).

Nesse contexto, o executivo empreendeu algumas ações no sentido de estruturar uma política nacional de reforma agrária. Em fevereiro de 1962 foi constituído o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA), vinculado ao Ministério da Agricultura.⁶ Mas foi em outubro de 1962, com a criação da Supe-

⁴ Sobre essas divergências ver: CAMARGO (1986) e FERREIRA (2011a).

⁵ A íntegra do documento aprovado no Congresso está em: STEDILE (2005).

⁶ O Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, era um conhecido usineiro do PSD, o que reafirma-

rintendência de Política Agrária (SUPRA), que se evidenciou uma inflexão na política do governo federal em relação à reforma agrária.

A SUPRA objetivava “ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, e, mais do que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação.” (CAMARGO, 1986, p. 204) Esta incorporou outros órgãos como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o Serviço Social Rural (SSR) e o Conselho Nacional de Reforma Agrária (CNRA), passando os mesmos a responder diretamente à Presidência da República. A independência da autarquia em relação ao Ministério da Agricultura, “espaço onde era tradicionalmente exercido o controle dos proprietários fundiários”, constituía-se em uma reivindicação recorrente das organizações de trabalhadores do campo (MEDEIROS, 1993, p. 8).

A criação da SUPRA provocou uma série de críticas por parte das entidades patronais rurais. De acordo com Ramos (2011, p. 69), a CRB, por exemplo, posicionou-se contrária a esta iniciativa e o tom conciliatório entre suas campanhas e as medidas implementadas durante o governo João Goulart se desgastou significativamente:

Além de proferir críticas mais contundentes ao governo João Goulart, a CRB intensificou sua campanha de união da *Classe Rural*, sob o tema *Unir ou Perecer*. Apregoava-se que, frente ao contexto adverso de então, os produtores rurais deveriam se organizar nas associações visando defender seus interesses, procurando, assim, angariar novos sócios e fortalecer uma modalidade de representação – o associativismo – controlada por ela.

Um dos motivos do descontentamento estava vinculado à extinção de órgãos como o SSR e o CNRA, nos quais a entidade contava com importante participação. A CRB havia se utilizado do SSR com o objetivo de controlar a sindicalização dos trabalhadores rurais; através deste órgão, a Confederação e suas federadas estimularam o associativismo e realizaram atividades visando a formação de “líderes rurais”, que posteriormente seriam encarregados de promover a sindicalização de trabalhadores rurais. Além disso, o SSR estava integrado a

va, de acordo com Natividade (2013, p. 37), “a tentativa do governo de dialogar com os partidos de oposição em busca de credibilidade para seu projeto para o campo, frente aos proprietários rurais.”

uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas destinados a fornecer auxílio ‘técnico e educativo’ às populações rurais (RAMOS, 2011, p. 63).

No Rio Grande do Sul, a FARSUL se articulava de forma intensa com o SSR, especialmente em função dos convênios firmados para promoção do associativismo rural, que também significavam um aporte de recursos expressivo para a entidade. Neste sentido, evidencia-se que com a incorporação do SSR pela SUPRA muitas linhas de atuação dos ruralistas no interior do aparelho de estado se fragilizavam, o que explica sua reação.

Outro elemento importante está relacionado a nomeação de João Caruso Scuderi para assumir a presidência da SUPRA, em fevereiro de 1963. Caruso, geralmente apontado como um membro da chamada “ala radical” do PTB, fora Secretário da Agricultura do governo Brizola e teve uma série de desentendimentos com a FARSUL em função da política de reforma agrária adotada pelo então governador.

Desde sua criação, pairou sobre a SUPRA a acusação de ser um local de “agitadores” e “comunistas”; tal suspeição estava relacionada à própria especificidade da autarquia e de suas atribuições. Além de dedicar-se à política de reforma agrária, a SUPRA atuou de forma significativa no processo de sindicalização rural, fornecendo apoio institucional para a formação de sindicatos e para o seu reconhecimento, a partir de um convênio estabelecido com o Ministério do Trabalho e da criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

A partir de 1962, o Executivo investiu no sentido de “via sindicalização, consolidar bases de apoio e institucionalizar o crescente e cada vez mais organizado movimento dos trabalhadores do campo” (NATIVIDADE, 2013, p. 106). Para isso, foi emitida, em junho daquele ano, a Portaria nº 209 A, que dispunha sobre a organização e o reconhecimento de entidades sindicais rurais, tanto de empregadores quanto de trabalhadores, tendo por base o Decreto-Lei nº 7.038, de 1944. Na esteira deste processo, surgiram centenas de sindicatos de trabalhadores rurais no período. Essa atuação do governo, via SUPRA, no processo de sindicalização rural, vinha justamente de encontro com os interesses da FARSUL e dos ruralistas, pois tirava deles o protagonismo no associativismo, que era garantido, especialmente, pelo controle dentro do SSR.

Além disso, foi aprovado, em março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas e regulamentando a sua organização sindical. O Estatuto dispunha sobre a instituição da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício do trabalho rural; salário mínimo; férias remuneradas; jornada de trabalho que não deveria exceder oito horas diárias; aviso prévio; entre outras.⁷

Essas transformações na condução da política agrária e nas relações de trabalho no campo marcaram o período e estiveram no centro das tensões que atravessaram o governo Goulart. Em janeiro de 1963, com a realização do plebiscito que garantiu o retorno ao regime presidencialista e a inserção da reforma agrária como um tema prioritário da agenda presidencial, esse cenário se tornaria ainda mais complexo.

A “classe” em disputa: a FARSUL “*em face da momentosa e controvertida questão da Emenda constitucional*”

O governo João Goulart elaborou um anteprojeto de reforma agrária que previa a alteração dos artigos 141 e 147 da Constituição, relativos às indenizações, o que exigia que o projeto fosse precedido por uma emenda constitucional para ser apreciado no Congresso. Os termos que deveriam orientar tal emenda foram encaminhados pelo governo em anexo a uma mensagem presidencial. De acordo com Cunha Filho (2007, p. 31), as questões que suscitaram mais polêmicas foram:

- 1) A possibilidade de arrendamento compulsório das áreas sujeitas à desapropriação para serem distribuídas aos agricultores, com posterior desapropriação definitiva; 2) indenização do imóvel desapropriado em Títulos Especiais da Dívida Pública que venceriam juros anuais de 6% ao ano e correção monetária de 10% ao ano, podendo estes ser aceitos pelo seu valor nominal com pagamento de tributos federais e resgatados no prazo máximo de 20 anos; 3) o valor da indenização corresponderia, a critério do

⁷ A íntegra do Estatuto pode ser acessada em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>

expropriante, ao valor declarado pelo proprietário para efeito do imposto de renda, ao valor declarado pelo proprietário para efeito de ITR ou ao valor estabelecido em avaliação judicial.⁸

A Emenda Constitucional nº 1 foi apresentada em abril de 1963 para ser avaliada por uma Comissão Parlamentar, que acabou rejeitando a proposta por sete votos a quatro (FIGUEIREDO, 1993, p. 118-119). Apesar da derrota, esta ainda seria apreciada em plenário.

A partir de sua apresentação, a proposta do governo, as críticas que ela suscitou e os pontos passíveis (ou não) de negociação dominaram o debate parlamentar. As entidades representativas do patronato rural buscaram intervir de forma significativa neste debate, promovendo reuniões, posicionando-se publicamente, lançando manifestos e apresentando estudos sobre o tema, mobilizando os parlamentares e aliados para se contrapor ao projeto e buscando pressionar o presidente. De acordo com Sônia Regina de Mendonça (2012, p. 38), “a desigual estrutura fundiária brasileira fora desnudada, e os grandes proprietários a isso reagiram duramente, por meio de suas entidades de classe, sobretudo a SNA e a SRB”.⁹ Estas, embora disputassem a liderança entre os ruralistas, aproximaram-se momentaneamente em virtude dos tensionamentos do contexto.

A autora revela que o posicionamento das lideranças da SRB “contrárias à reforma agrária, foi dos mais radicais, e elas lançaram mão de sua capacidade de mobilização para atuar em inúmeras frentes e divulgar suas ideias.” Entre as ações destacam-se a realização de eventos, a participação em reuniões acadêmicas e a realização de palestras na Escola Superior de Guerra. Mendonça afirma que

A postura de recusa radical a qualquer tipo de alteração fundiária integrava, há muito, a plataforma política da SRB, e todos os editoriais de *A Rural* entre 1963 e 1964 por mim consultados tiveram como tema ora a “ameaça” representada pela reforma, ora a

⁸ Cabe ressaltar que a proposta permitia a desapropriação de qualquer tipo de imóvel, seja ele rural ou urbano, e previa a possibilidade de arrendamento compulsório, mecanismo criado para inibir certas formas de parceria e arrendamento que eram responsáveis pela exploração dos trabalhadores rurais.

⁹ A Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) foi fundada em 1897, constituindo-se como uma das principais entidades representativas dos grandes proprietários brasileiros. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi criada em 1919, como uma entidade representativa do setor agropecuário, e se tornou uma das mais tradicionais agremiações patronais brasileiras, com sede em São Paulo.

construção de uma imagem do grande proprietário de terras como “desprotegido” e “abandonado” pelo Estado (MENDONÇA, 2012, p. 38).

A SNA assumiu posição semelhante, “embora seus dirigentes utilizarem um tom mais moderado em sua crítica, admitindo a necessidade de “alguma reforma” (MENDONÇA, 2012, p. 38).

A CRB posicionou-se contrária à proposta do governo federal. No início de abril, o Conselho Superior da entidade realizou uma reunião na qual “firmou seu ponto de vista favorável à manutenção dos dispositivos constitucionais, referentes ao direito de propriedade e à desapropriação, asseverando que o governo tem todos os meios para realizar a Reforma Agrária, sem necessidade de alterar a Carta Magna.” (*Correio do Povo*, 7 de abril de 1963. p. 17) De acordo com matéria divulgada no *Correio do Povo*, o Conselho afirmou defender a “reforma agrária democrática”, mas “Repele os projetos que apenas cuidem dos aspectos da distribuição da terra, de importância secundária para a solução dos problemas agrários do país.” Desta reunião participaram os representantes da FARSUL Paulo Simões Pires e Manuel Luzardo de Almeida, que proferiu uma fala.

Luzardo tornou-se o porta-voz das críticas da CRB e da FARSUL à proposta do governo, concedendo uma série de entrevistas à imprensa gaúcha. No dia 12 de abril, o *Correio* publicou uma matéria intitulada “Opina a FARSUL sobre o projeto enviado à Câmara pelo Governo”, que estampava uma declaração de Luzardo sobre o encontro da Federação:

A simples divisão da propriedade não teria mesmo sentido algum, se a terra fosse entregue a elementos sem as condições exigidas para o sucesso no trabalho agrícola, isto é, o preparo que resulta de conhecimentos obtidos ou da experiência direta ou adquirida; sem os meios materiais indispensáveis; sem assistência, a começar pelo campo da saúde pública até as áreas do crédito orientado e devidamente fiscalizado para os seres que devam merecer, num planejamento regional ou global, os maiores contingentes de financiamento dos órgãos oficiais (*Correio do Povo*, 12 de abril de 1963. p. 16).

Sua fala reforça os argumentos comumente utilizados pelos ruralistas, quais sejam, a ideia de que a distribuição ou desapropriação de terras não deveria ser o eixo central de uma reforma agrária; a ênfase deveria ser “a valorização do homem rural”, seu acesso a políticas públicas de saúde, educação, crédito, assistência técnica. Nesta declaração, se manifesta o *ethos* da classe produtora rural, que se identifica enquanto uma autoridade para o manejo das lides do campo, se enxerga enquanto responsável pelo “sucesso” no trabalho agrícola, em oposição àqueles que, segundo eles, não dispunham das “condições exigidas”, dos “meios materiais” e da “assistência” para laborar a terra.

Em outra entrevista publicada no mesmo periódico dias depois, Luzardo repetiu seus pontos de vista, observando que “é preciso criar condições de estabilidade econômica, tanto para o empresário como para o trabalhador rural, e que ninguém pode produzir no ambiente de agitação em que se vem mantendo a opinião pública brasileira [...]” (*Correio do Povo*, 23 de abril de 1963, p. 4).

Após a reunião realizada no Rio de Janeiro, foi divulgado um estudo “elaborado como colaboração da Confederação Rural brasileira” ao projeto do governo. A entidade criticava a falta de definição de alguns termos, “bastante controversos, como latifúndio, minifúndio e a empresa agrícola ou agroindustrial.” Em maio, o presidente da CRB, Iris Meimberg participou de uma reunião organizada pela SRB em São Paulo, convocada como parte de uma campanha contra a tentativa de reforma constitucional proposta pelo governo. Na ocasião, o presidente da SRB, Sálvio Pacheco, fez um relato de uma recente viagem ao Rio Grande do Sul, “onde manteve contato com a FARSUL, que está inteiramente a favor da SRB, articulando o esquema de defesa da classe contra a emenda constitucional que derroga o direito de propriedade” (*Correio do Povo*, 4 de maio de 1963, p. 9).

Além das entrevistas concedidas por Luzardo, a FARSUL não havia divulgado uma declaração oficial explicitando sua posição sobre o tema. A Federação realizou uma reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo nos dias 27 e 28 de maio, da qual se originou o posicionamento público da entidade em relação à discussão em curso no Congresso Nacional:

FARSUL NOTA OFICIAL

Em reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, nos dias 27 e 28 de maio de 1963, foram firmadas as seguintes resoluções:

1.º - O ruralismo gaúcho considera as reformas sociais necessárias e impostergáveis, com execução em bases democráticas e mediante processos de justiça social por meios pacíficos e legais.

2.º - Com respeito à debatida questão pertinente à Emenda constitucional que visa à alteração do parágrafo 16 do Art. 141, o ruralismo rio-grandense, manifestando suas apreensões, confia, entretanto, no patriotismo, independência e senso de responsabilidade do Parlamento Nacional, certo de que a resolução final deverá ser a mais consentânea com a extrema gravidade da atual conjuntura político-social do país.

3.º - Empenhadas na preservação do regime democrático vigente, assiste às lideranças das entidades de classes e dos partidos políticos o dever de fortalecer a soberania do Poder Legislativo, acatando e cumprindo as decisões dele emanadas, com o objetivo de salvaguardar a paz social e as normas básicas da Carta Magna brasileira,

4.º - Assim considerando, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul resolveu transmitir, de viva voz, o seu pensamento e as suas disposições ao Senhor Presidente da República e aos líderes políticos do Congresso Nacional.

5.º - Com relação à política agrária estadual, o ruralismo político reafirma, neste momento, o seu propósito de contribuir materialmente para a solução da questão agrária, à luz de normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Agrário Nacional.

6.º - Admitida a discriminação regional da Reforma Agrária, caberá aos Estados não só a faculdade de suplementar a legislação federal específica, como também de planejar e executar, obedecidas as normas gerais.

7.º - A classe rural assume firme e decidida atitude contra a campanha extremista que tenta conturbar a ordem social e o regime democrático (*Correio do Povo*, 30 de maio de 1963. p. 18).

O que chama a atenção da Nota é que ela não é clara em relação à emenda que visava alterar o parágrafo 16 do Art. 141 da Constituição, como se pode ver

no segundo item: apesar de enfatizar suas “apreensões”, a entidade afirma confiar no “patriotismo, independência e senso de responsabilidade do Parlamento Nacional.” Em seguida, no terceiro item, afirma que cabe a este deliberar sobre o tema, e que a todos compete acatar e cumprir.

Tal posição não correspondia àquela defendida pela CRB, que rejeitava qualquer mudança constitucional. Conforme reportagem do *Correio do Povo* que tratava sobre o manifesto, “[...] a classe rural gaúcha vem de adotar uma atitude que foge, de certa forma, ao espírito de outras manifestações já conhecidas, irreduzíveis quanto às emendas à Constituição.” O jornal interpretava que a Nota previa que a “classe rural acatará a decisão do Congresso [...] não importando qual a natureza desta decisão” (*Correio do Povo*, 30 de maio de 1963, p. 18) .

A ênfase do documento em relação à suposta “confiança” dos ruralistas no Congresso e seu sentimento de dever “fortalecer a soberania do Poder Legislativo” pode ser compreendida em função de uma série de ações dos partidos e organizações de esquerda para pressionar o parlamento pela aprovação do projeto do Executivo. De acordo com Ferreira (2011b, p. 367), a partir do momento em que o projeto foi apresentado,

Nas ruas, uma intensa campanha foi deflagrada, com comícios, passeatas e ameaças de greve geral. Liderados por Brizola, o CGT, a UNE, a FPN, entre outros grupos de esquerda, tentavam pressionar o Congresso. Em um desses comícios, ainda em março, Brizola deu um ultimato: os parlamentares teriam que aprovar a emenda em um prazo de 40 dias, senão outros meios seriam encontrados para implementá-la.

Estas manifestações eram recebidas pelos setores conservadores como uma ameaça e contribuía para acirrar as disputas tanto dentro quanto fora do Congresso. Preocupava as lideranças da entidade a possibilidade de que a força das ruas pressionasse os deputados a aprovar o projeto do executivo. Além disso, a ideia de uma “reforma agrária na lei ou na marra”, preconizada inicialmente pelas Ligas Camponesas e posteriormente adotada por outros grupos e líderes de esquerda, assustava os setores conservadores.

A Nota da FARSUL, neste sentido, se contrapõe a estas manifestações, rea-

afirmando a legitimidade do parlamento para deliberar sobre a reforma agrária – deliberação que caberia a todos acatar e cumprir. Ao reforçar tal legitimidade do Congresso, enfraquece o executivo. Ao mesmo tempo, combate a ideia de que a reforma poderia ser efetivada de outra maneira, que não dentro dos limites institucionais do Congresso; ideia que estaria no centro da suposta “campanha extremista que tenta conturbar a ordem social e o regime democrático”, contra a qual a entidade se colocava.

Ainda na Nota, é importante destacar o 5º item, no qual o “ruralismo político reafirma, neste momento, o seu propósito de contribuir materialmente para a solução da questão agrária” no estado do Rio Grande do Sul. Tal item sinaliza que havia certa disposição da entidade e dos ruralistas em fazer algumas concessões, inclusive contribuindo “materialmente”, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de que o projeto de reforma agrária a ser implementado respeitasse as especificidades regionais, garantindo aos estados a possibilidade de planejá-la e executá-la, aspecto enfatizado pelas demais organizações patronais, como a CRB.

Tal posição foi levada ao governo e ao Congresso através de uma comissão da FARSUL; segundo o *Correio do Povo* anunciou no dia 31 de maio, estava praticamente constituída tal comissão, que seria liderada pelo presidente da entidade, Saint Pastous (*Correio do Povo*, 31 de maio de 1963, p. 6).

Na semana seguinte, foram noticiadas informações sobre a agenda da caravana da FARSUL em Brasília, que incluíram audiências com o presidente João Goulart, com o senador Daniel Krieger (UDN), com o presidente do Senado, senador Auro de Moura Andrade, com o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli, bem como encontros com líderes partidários e representantes das bancadas do Rio Grande do Sul. O presidente da FARSUL também esteve na sede da CRB, para entregar uma cópia da Nota Oficial; na ocasião, o presidente da entidade solicitou que fosse informado sobre as atividades realizadas pela entidade em Brasília (*Correio do Povo*, 9 de junho de 1963, p. 52, continuação na página 29).

A Nota Oficial da federação, no entanto, causou fissuras no seio da entidade. Em junho de 1963 o jornal Última Hora publicou reportagem com a seguinte manchete “Crise na FARSUL: lançado manifesto contra a reforma”; ao

lado da manchete, estava a foto do presidente da entidade com a legenda: “Prof. Antônio Saint Pastous: latifúndio retrógrado não está contente com seus pronunciamentos pró-reforma.” (Última Hora, 18 de junho de 1963, p. 5) A notícia afirmava que as associações rurais de Livramento, Quaraí, São Borja, Bagé, Uruguaiana, São Francisco de Assis, Caçapava e Dom Pedrito firmaram um manifesto contrário à Nota oficial da Federação. O documento, composto de nove itens, inicia com uma declaração favorável à reforma agrária e já no segundo item, repudia qualquer proposta de alteração da Constituição. Os signatários reafirmam “intransigente fidelidade a Carta de Princípios de Santa Maria” e, no sexto item, “discordam da posição indefinida da FARSUL frente à pretendida alteração do §16, artigo 141 da Constituição federal, que fere profundamente a orientação tomada pela Confederação Rural Brasileira.” O manifesto apela, em seguida, para que a entidade abandone sua posição indefinida, “relembra a F.A.R.S.U.L que as decisões contidas na Carta de Princípios de Santa Maria foram emanadas de uma assembléia geral da classe rural do Rio Grande do Sul, órgão soberano” e se encerra reassegurando “integral apoio à Confederação Rural Brasileira” (Última Hora, 18 de junho de 1963, p. 5).¹⁰

O manifesto foi assinado por Thomaz Vares Albornoz (presidente da Associação Rural de Livramento), Ângelo Antônio Minotto (membro da Associação Rural de Bagé), Favorino Mércio (presidente da Associação Rural de Bagé), João Carlos Giudice (presidente da Associação Rural de Quaraí), Bráulio Vianna, Gregório Beheregaray (2º tesoureiro da Associação Rural de Uruguaiana), João Martines Padilha, Francisco da Silva Farinha (presidente da Associação Rural de Dom Pedrito) e Clédio Cidade, e posteriormente encaminhado para a apreciação das outras associações do estado.

As associações rurais signatárias do documento localizavam-se em regiões onde predominavam as atividades pecuárias e a grande propriedade. As associações da Campanha eram bastante influentes no interior da Federação, e parte significativa dos indivíduos que ocuparam cargos na presidência, vice-presidência e no Conselho Deliberativo da FARSUL eram oriundos desta região. Entre os ruralistas que assinaram o manifesto, dois eram membros do Conselho

¹⁰ As partes que estão entre aspas são originais do manifesto e foram reproduzidas entre aspas na reportagem publicada pelo periódico.

Deliberativo da entidade - Albornoz e Beheregaray – e um era integrante do Conselho Consultivo - Minotto. Além disso, três dos signatários haviam sido citados no mapeamento dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares realizado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação da gestão de Brizola. Thomaz Albornoz, que possuía glebas em Quaraí e Livramento, totalizava 35.923,92 hectares, constituindo-se como o segundo maior proprietário do estado. Minotto e Mércio, possuíam, respectivamente, 2.931,00 e 6.367,00 hectares de terra em Bagé (COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, 1961).

O eixo central de seu manifesto é a rejeição a qualquer possibilidade de alteração da Constituição, que para eles representava um ataque ao “*sagrado direito de propriedade*”. As associações signatárias interpretavam a Nota da FARSUL como “indefinida” pois aquela não expressava, de forma contundente, a objeção da entidade quanto à tal emenda constitucional. Em diferentes momentos do texto reivindica-se a legitimidade da Carta de Santa Maria¹¹; ao “lembrar” a FARSUL que as decisões previstas na Carta foram definidas em assembleia, e reforçar o caráter desta como soberana, aqueles ruralistas explicitam uma crítica à direção da federação, que não estaria respeitando as deliberações daquela assembleia. Cabe ressaltar que no contexto em que foi realizada a Concentração de Santa Maria, a possibilidade de uma alteração constitucional para fins de reforma agrária não estava prevista.

O manifesto teria se originado a partir de um encontro convocado pela Associação Rural de Livramento, ocorrido naquela cidade. Na ata de uma reunião da Associação Rural de Bagé realizada no dia 10 de junho de 1963 há um relato de Ângelo Minotto, que participou do referido encontro representando a sua associação, juntamente com Favorino Thomas de Bretas Mércio e Canuto Jorge Martins Filho. De acordo com Minotto, na ocasião se evidenciou o descontenta-

¹¹ A “Carta de Santa Maria” é um documento oriundo da Concentração Rural de Santa Maria, realizada entre os dias 5 e 6 de janeiro de 1962. Na ocasião, se reuniram centenas de integrantes das associações rurais gaúchas com o objetivo de discutir questões vinculadas ao mundo rural, com centralidade para a reforma agrária. Nesta Carta os participantes se pronunciavam oficialmente em relação ao tema, afirmando que a reforma agrária só poderia se dar se fosse respeitada a propriedade privada, ressaltando que a distribuição de terra somente poderia abranger as áreas inaproveitadas e que a prioridade de colonização de terras deveria recair sobre àquelas em domínio do Estado e da União. (FARSUL. Concentração Rural de Santa Maria. Carta de Santa Maria. Janeiro - 1962)

mento dos ruralistas presentes em relação à Nota da FARSUL e foi redigido um manifesto aprovado em plenário. A ata prossegue:

Continuando, o Sr. Minotto, disse da resolução da Diretoria da Associação Rural de Livramento em publicar pela imprensa o Manifesto e a repercussão que adviria desse facto, tendo nossa apresentação desaconselhado tal publicação que traria resultados constrangedores para a classe. Com a palavra o Sr. Presidente concordou plenamente com o ponto de vista do Sr. Angelo Minotto, propondo que se entrasse em entendimento, por meio telefônico, com o Sr. Presidente da Rural de Livramento, o que foi aprovado. Tendo sido determinado que fosse feita a ligação telefônica imediata tendo o Sr. Presidente desta Entidade falado pessoalmente com o Sr. Thomaz V. Albornoz, Presidente da Rural de Livramento, expondo as razões invocadas para a não publicação do Manifesto, tendo S. senhoria concordado. Voltando aos trabalhos o Sr. Presidente recordou e leu o apelo então formulado pela FARSUL a esta Associação, para que se dirige-se por meio telegráfico as autoridades constituídas externando a mesma orientação e posição intransigente da Confederação Rural contra a Reforma da Constituição e, que para surpresa da classe, a FARSUL tinha publicado Nota Oficial, conforme Ata anterior, assumindo posição antagonica a preconizada pela Confederação, órgão máximo do ruralismo brasileiro, e, que se tinha confirmado através de uma entrevista concedida pelo Professor Saint Pastous ao Correio do Povo do dia 9 do corrente, solicitando ao Sr. Secretário sua leitura. A seguir foi aprovado que esta Diretoria entrasse em entendimentos com as Associações Rurais de Caçapava, Pinheiro Machado, Herval, Arroio Grande, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande, afim das mesmas tornarem conhecimento e aprovarem o Manifesto da reunião de Livramento.

De acordo com a fala do presidente, inicialmente, a FARSUL teria apelado à associação “que se dirigisse por meio telegráfico as autoridades constituídas externando a mesma orientação e posição intransigente da Confederação Rural contra a Reforma da Constituição”.¹² Por essa razão, a publicação da Nota Ofi-

¹² Sobre esta orientação, uma notícia publicada em meados de maio afirma que a FARSUL teria solicitado “que todas as entidades da classe rural se dirigissem aos três poderes da União, protestando contra qualquer alteração dos princípios constitucionais que asseguram, em sua plenitude, os direitos de propriedade.” A

cial teria gerado tanta “surpresa” para os ruralistas. Quanto ao manifesto redigido na reunião de Livramento, é visível a preocupação dos membros da Associação Rural de Bagé com a possível publicização do mesmo, que “traria resultados constrangedores para a classe”, o que gerou um telefonema para a Associação Rural de Livramento solicitando sua não divulgação. Tal fato indica que havia um receio de demonstrar publicamente as divergências no interior da Federação e assim enfraquecer a própria “classe”. Ao mesmo tempo, a indicação de que a Associação Rural de Bagé fizesse contatos com outras associações da região - Caçapava, Pinheiro Machado, Herval, Arroio Grande, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande – revela que os ruralistas reunidos em Livramento estavam dispostos a seguir se articulando para pressionar a diretoria da FARSUL.¹³

Apesar dos apelos dos ruralistas bageenses, o conteúdo do manifesto foi divulgado pela imprensa. No dia seguinte à publicação de uma notícia sobre o mesmo, o jornal Última Hora exibiu nova reportagem intitulada “Reforma Agrária: Saint Pastous mantém decisão”, na qual afirmava:

Embora mantendo sua posição de esquivar-se de qualquer comentário sobre a reação de associações rurais contra a posição que a FARSUL assumiu, a propósito da Reforma Agrária, o sr. Antônio Saint Pastous autorizou um seu auxiliar a dizer à imprensa, ontem, que “buscará, na assembléia geral de sábado próximo, convencer os participantes do acerto da nota oficial que provocou a discordância”. O porta-voz de Saint Pastous confirmou a existência de memorial de ruralistas de oito Municípios contra a FARSUL, mas discordou da afirmativa de

matéria apresenta cópia dos telegramas enviados pela Associação Rural de Livramento, assinados por seu presidente, Thomaz Varez Albornoz, à presidência da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais de todos os partidos que integravam a bancada do Rio Grande do Sul. (*Correio do Povo*, 16 de maio de 1963, p. 18) Há evidências que a orientação da entidade tenha sido seguida por outras associações, como pode se apreender da ata de uma reunião realizada na Associação Rural de Bagé no dia 13 de maio de 1963. Na ocasião, foi anunciado o recebimento de um telegrama da Associação Rural de Livramento comunicando “ter recebido cópia telegráfica de nosso protesto junto às autoridades constituídas referente a não alteração do texto constitucional, solidarizando-se a essa entidade e a [seguinte? ilegível] no gesto. Também foi lido um telegrama emitido pelo presidente da Associação Rural de Santa Maria comunicando a “remessa de despachos telegráficos de protesto contra a reforma da Constituição.” Em seguida, o presidente da Associação Rural de Bagé “leu diversos telegramas e fonogramas de protestos contra a reforma da Constituição endereçados a vários parlamentares e Ministros de Estado.”

¹³ Nas atas das reuniões seguintes da Associação Rural de Bagé, não há notícias de que estes contatos tenham sido feitos; das associações indicadas, apenas a de Caçapava assinou a declaração.

que tal fato constitui indício de crise na entidade. Reconheceu, entretanto, o informante, que se a assembléia geral da classe decidir que a posição da FARSUL está errada, ela será alterada (Última Hora, 19 de junho de 1963, p. 5).

O *Correio do Povo* também noticiou que a Nota oficial “foi recebida com restrições na zona da fronteira”, afirmando que, de acordo com o que foi possível apurar, a direção da FARSUL aguardava o recebimento oficial do manifesto, que seria submetido à assembleia geral da entidade e que antes disso não se pronunciaria. Um dos membros da diretoria teria declarado: “discordância não quer dizer crise e que as divergências são naturais quando os problemas são encaminhados em bases democráticas como no caso presente” (*Correio do Povo*, 19 de junho de 1963, p. 7).

Evidencia-se, por parte da diretoria da entidade, um esforço para minimizar as diferenças e negar que havia uma crise na FARSUL; era essencial, especialmente naquele momento, que a entidade se mostrasse coesa, tanto diante de seus membros quanto para a sociedade.

Dias depois, conforme noticiado pelo *Correio do Povo*, foi convocada uma assembleia geral extraordinária, na qual compareceram “grande número de presidentes de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, bem como os demais líderes da classe rural interessados no assunto debatido” (*Correio do Povo*, 23 de junho de 1963, p. 48). A reportagem também atribuía as divergências entre os ruralistas como “um mal entendido, imediatamente desfeito com as minuciosas explicações e considerações feitas pelo presidente da FARSUL”. A assembleia geral teria então aprovado, “por aclamação, aplaudindo de pé, uma moção de confiança e solidariedade à diretoria da FARSUL”, assim redigida:

A Assembléia Geral Extraordinária da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em face da exposição que acaba de ser lida pelo ilustre presidente, professor Saint Pastous, esclarecendo o espírito e os objetivos da nota de 28 de maio, e considerando as deliberações já tomadas pela Classe Rural, na concentração de Santa Maria e na 6ª Conferência do Rio de Janeiro, resolve:

1) Aprovar a nota publicada pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo da entidade, de 28 de maio último;

- 2) Reiterar seu ponto-de-vista contrário a qualquer reforma do art. 141 parágrafo 16 da Constituição Federal, por entender desnecessária para a promulgação de uma Lei Agrária, dentro dos princípios cristãos e democráticos, aspiração generalizada da maioria do povo brasileiro;
 - 3) Expressar sua solidariedade ao preclaro presidente professor Antônio Saint Pastous de Freitas e aos dignos ruralistas, integrantes da Diretoria e do Conselho Deliberativo da FARSUL.
- Sala das sessões, 22 de junho de 1963 (*Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 48).

Embora o tom da reportagem do *Correio do Povo* tenha buscado demonstrar que ocorrera apenas “um mal entendido, imediatamente desfeito”, a publicação, na íntegra, do discurso de Saint Pastous demonstra o seu constrangimento frente aos desdobramentos da Nota Oficial. O presidente iniciou sua fala tratando de um telegrama enviado pela CRB à diretoria da FARSUL¹⁴ solicitando esclarecimentos em relação ao segundo item de sua Nota Oficial, que havia gerado dúvidas em sua interpretação. Pastous passou então a relatar as ações tomadas pela Diretoria em torno do projeto do governo, afirmando ter seguido a recomendação da CRB, como comprova o ofício emitido no dia 26 de abril pelo então presidente em exercício da FARSUL, Kurt Weissheimer, aos presidentes das Associações Rurais do Estado, no qual constava um parecer que refletia “o pensamento da Confederação Rural Brasileira e da FARSUL” contrário à alteração do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição. A missiva solicitava a divulgação do mesmo entre os ruralistas do município e solicitava que a Associação examinasse

¹⁴ O telegrama enviado no dia 12 de junho por Iris Meinberg, presidente da CRB, dizia: “O item dois resoluções Diretoria e Conselho Deliberativo está sendo interpretado como tomada decisão favorável emenda constitucional para reforma agrária, em dissonância ponto-de-vista desta Confederação ratificado recente concentração Brasília. Encareçemos nos facultar elementos para defesa dessa Federação”. Pastous defendeu-se inicialmente questionando a afirmação de que o item dois “está sendo interpretado”, indicando que havia “uma omissão quanto à fonte de origem, pois não diz quem está “interpretando”. E para ser atribuída a devida importância ‘ao fato de estar sendo interpretado’, muito importaria saber a sua procedência.” Em relação à parte final, em que a CRB indica a necessidade de que a FARSUL apresentasse “elementos para a defesa dessa Federação”, Pastous disse “[...] devo informar que esta solicitação não foi atendida. Se a Diretoria e o Conselho Deliberativo cometeram um erro, ou praticaram um crime de lesa-interesse do ruralismo gaúcho, o que lhes cumpre é submeter seus atos, como agora estão fazendo, ao veredito da instância soberana desta Assembléia Geral.”, manifestando descontentamento em relação ao tom do telegrama enviado pela Confederação, que poderia ser classificado como uma interferência da mesma nas atividades de sua afiliada gaúcha. (*Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 21)

a conveniência “de dirigir telegramas aos parlamentares gaúchos na Câmara Federal, manifestando o seu ponto-de-vista a respeito de tão importante matéria.”

De acordo com Pastous, foi então agendada uma reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo da entidade nos dias 27 e 28 de maio para tratar do tema, durante a qual os “membros presentes, fixaram e aprovaram os termos e o sentido de um pronunciamento daqueles dois órgãos da FARSUL em face da momentosa e controvertida questão da Emenda constitucional” (*Correio do Povo*, 23 de junho de 1963, p. 48; p. 21).

Ao tratar do pedido de esclarecimento da CRB em relação à Nota Oficial, o presidente da Federação afirmou que não há espaço para interpretações dúbias do item 2:

Se o ruralismo rio-grandense manifesta suas apreensões [...] surge de transparente evidência à única dedução consequente, e que consiste em não estarem a Diretoria e o Conselho Deliberativo favoráveis à Emenda constitucional inclusa no anteprojeto da Reforma Agrária, encaminhado pela Presidência da República. [...] Quem se manifesta apreensivo contra alguma coisa, é óbvio que dela recebe as consequências, e contra ela se há de opor. Fora disso, apenas a mistificação de distorções interpretativas. Portanto, nada justifica, à luz do bom-senso, a pressuposição de que o item dois da Nota Oficial possa ser interpretado como tomada-de-posição a favor da Emenda constitucional.

Pastous prossegue afirmando que a Diretoria e o Conselho Deliberativo não enviaram telegramas ao Congresso - como preconizava a CRB - “por entender que êsse não era o critério exato, e nem o caminho certo”, em virtude das pressões que o parlamento vem recebendo, tanto daqueles que exigem a aprovação da Emenda Constitucional como de uma corrente “radicalmente contrária a qualquer alteração constitucional, como premissa para a reforma agrária.” Ele prossegue assegurando que “o espírito da Nota Oficial da FARSUL foi precisamente de guardar a medida do bom-senso e o respeito ao limite de tolerância no direito de interferir, direta ou indiretamente, no domínio das prerrogativas e responsabilidades de um órgão em plena consciência da sua soberania.” Em seguida, relata diversos contatos feitos com parlamentares

gaúchos de vários partidos, dos quais ouviram manifestações contrárias e favoráveis à emenda:

De um eminente Senador, que honra e orgulha as nobres tradições do Rio Grande do Sul, ouvimos que, em seu modo de pensar, uma judiciosa emenda do Art. 141, o contrário de aluir a base do direito de propriedade, passaria a reforçar a sua mais ampla garantia. De um brilhante Deputado Federal – alto expoente da cultura universitária cristã, ouvimos vibrante oração, defendendo a necessidade da reforma constitucional em bases de equilíbrio e de justiça. Outros representantes gaúchos manifestaram-se radicalmente contrários à Emenda constitucional.

Pastous afirma entender que “a FARSUL, como Entidade de Classe, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, ostensivo e radical, em um ou em outro sentido, e que devia se limitar a exprimir as suas apreensões, e a conceder um voto de confiança ao Congresso Nacional.” A fala do presidente conclui com as seguintes

CONCLUSÕES

1° - A FARSUL, cumprindo o dispositivo da Confederação Rural Brasileira, encaminhou e recomendou às Associações Rurais o apêlo da Entidade-Mater no sentido de um pronunciamento contra a alteração do parágrafo 16 do art. 141.

2° - Nada justifica, à luz do bom-senso, a afirmação de que o item dois da Nota Oficial da FARSUL possa ser interpretado como tomada-de-posição a favor da Emenda constitucional.

3° - Por conseguinte, é clamorosa inverdade que a FARSUL se tenha manifestado a favor da Emenda constitucional.

4° - Não há procedência na acusação de estar a FARSUL em linha de contravenção aos princípios da Carta de Santa Maria, e à hegemonia da Confederação Rural Brasileira.

5° - Entende a FARSUL, em sua condição de Entidade de Classe, que não lhe assiste a liberdade e nem o direito de interferir, direta ou indiretamente, no domínio das prerrogativas e responsabilidades do Congresso Nacional, como órgão em plena consciência da sua soberania.

6° - Entende a FARSUL, em sua condição de Entidade de Classe,

que, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, e que devia se limitar a exprimir as suas apreensões, e a confiar no patriotismo, independência e responsabilidade do Congresso Nacional.

7º - Nada é tão insubsistente quanto se pretender atribuir à atitude da FARSUL o falso caráter de posição “indefinida”.

8º - A atitude da FARSUL é clara, é insofismável e é definitiva.

9º - Se está certa ou errada a orientação da Presidência da FARSUL, compete ao soberano plenário desta Assembléia julgar e decidir. Que se faça justiça, e nada mais” (*Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 21).

Há muitos elementos significativos na fala de Pastous, mas chama a atenção sua afirmação de que a FARSUL “como Entidade de Classe, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, ostensivo e radical, em um ou em outro sentido”. A existência de “correntes de opinião as mais diversas” no interior da Federação indica que a tomada de uma posição oficial por parte da entidade não prescindia de cuidados e negociações. É visível sua tentativa de mediar posições divergentes e de reafirmar a disposição ao diálogo. Ao relatar que a direção da entidade contactou diversos parlamentares, tanto contrários quanto favoráveis à proposta governamental, Pastous busca demonstrar que estavam abertos para ouvir todos os pontos de vista. Chama a atenção que, ao citar parlamentares favoráveis à emenda, Pastous apresenta os argumentos por eles utilizados e trata de apresentar as suas credenciais – um senador “que honra e orgulha as nobres tradições do Rio Grande do Sul”; um “brilhante Deputado Federal – alto expoente da cultura universitária cristã”, provavelmente buscando afastar a ideia de que se tratava de políticos considerados por parte dos ruralistas como “comunistas” ou “agitadores”.

Assim, ao mesmo tempo em que afirma que a Federação não é favorável à emenda da Constituição (não utiliza o termo “contrária”), se esquivava de uma posição “radical” e critica as pressões sofridas pelo Parlamento. O fato da FARSUL optar por não enviar telegramas aos parlamentares – ainda que tenha divulgado às suas afiliadas a orientação da CRB – indica que a sua diretoria questionava os métodos defendidos pela Confederação.

Sua opção por citar todos os ruralistas presentes na reunião da qual se origi-

nou a Nota Oficial, além de buscar evidenciar a legitimidade da mesma, anuncia a presença de Thomaz Vares Albornoz, um dos signatários do manifesto contrário à posição da direção da Federação. Se Albornoz participou da reunião de maio e acompanhou as discussões que culminaram com a elaboração da Nota, provavelmente tenha sido minoria nos debates internos que permearam a sua redação.

As polêmicas em relação à Nota Oficial da FARSUL revelam que entre os ruralistas não havia uma posição uniforme sobre o tema e sobre quais deveriam ser as estratégias da entidade neste processo de discussão sobre o projeto; embora na assembléia geral a diretoria tenha afirmado que a Nota não dava espaço para interpretações dúbias, esta, de forma geral, acenava com um discurso mais conciliador, de negociação, enquanto aquelas associações signatárias do manifesto reivindicavam, por parte da diretoria, uma posição de rejeição total ao projeto, sem mediações ou afirmações que poderiam parecer “indefinidas” ou dar margem a mal-entendidos.

Esta divergência é interessante porque chama a atenção para os riscos de se homogeneizar a atuação destes agentes, ignorando as nuances e embates no seio da própria entidade. Neste episódio, outras agremiações e lideranças disputavam com a diretoria da FARSUL o reconhecimento como representantes legítimos dos interesses dos ruralistas gaúchos, ameaçando a hegemonia dos dirigentes sobre esses interesses. Cabe ressaltar que, ainda que houvesse divergências e fissuras entre esses agentes, uma série de interesses e valores os unificavam, como a defesa da propriedade privada. Revela-se assim um dos traços característicos da organização e da representação política do patronato rural no Brasil, a “união acima das divergências de cada fração, grupo ou setor”:

[...] quando se sentem ameaçados em seus privilégios e interesses comuns, como é o caso da defesa da concentração de terras, todos se unem, pois sabem que a união é a condição primeira da reprodução social e do exercício da dominação e da exploração. Por essa razão, na disputa política e nas divergências econômicas estão contidos os acordos e as alianças. E em nenhum momento da história brasileira ouvimos falar de interesses conflitantes e divergências sobrepondo-se à união de todos (BRUNO, LACERDA e CARNEIRO, 2012, p. 520).

Nesse sentido, ainda que essas fissuras tenham se evidenciado no contexto do debate em torno da emenda constitucional, estas não se sobrepueram à sua atuação unificada, que levou a Federação à uma posição cada vez mais refratária a qualquer proposta pautada pelo governo Goulart.

Palavras finais

O presente texto objetivou analisar a atuação da FARSUL no início dos anos 1960, em um contexto em que as disputas em torno da reforma agrária ganharam novas dinâmicas e significados e no qual atuaram sujeitos e grupos sociais com interesses, valores e posições divergentes. O recorte escolhido – a apresentação de uma emenda constitucional que antecederia um projeto de reforma agrária elaborado pelo governo Goulart – se constitui em um objeto privilegiado para compreender esses diferentes sujeitos e grupos em disputa, bem como as tensões que marcaram os últimos meses de Jango na presidência.

No que se refere à proposta de emenda constitucional, esta foi colocada em votação e acabou rejeitada pelo Parlamento em outubro de 1963, por 121 votos contra 176. De acordo com Camargo (1986, p. 218), nos marcos da “rejeição em plenário, a reação das associações rurais chega ao seu ápice, estendendo-se por municípios do interior, e culminando com uma concentração de 1.500 entidades em Brasília, apoiadas por políticos hostis ao Governo, e pela Confederação Rural Brasileira.”

Neste processo de articulação protagonizada pelas entidades representativas do patronato rural, a FARSUL teve uma atuação significativa. Embora marcada por uma série de tensões e divergências, evidenciadas nas posições explicitadas por algumas de suas associações, a entidade buscou disputar os sentidos em torno da reforma agrária e mobilizar seus aliados para barrar qualquer ameaça – real ou imaginária – a seus interesses. Tal ameaça foi um elemento central na consolidação de uma oposição sistemática a Goulart entre os ruralistas e suas entidades representativas, que ajudaram a sedimentar o Golpe que o derrubou meses depois.

Referências

BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo. Organizações da classe dominante no campo. Verbete. IN: CALDART, Roseli Salete et all [org.]. **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares. Diretor Executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961. Acervo: Paulo Alberto Schmidt.

CORREIO DO POVO, abril, maio e junho de 1963. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

CUNHA FILHO, Sergio de Brito. **A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, PUCRJ. Rio de Janeiro, 2007.

FARSUL. **Concentração Rural de Santa Maria**. Discurso pelo Presidente da Farsul. Carta de Santa Maria. Janeiro - 1962. Acervo da Farsul.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011a.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves [org.]. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. (O Brasil Republicano; v. 3)

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, 1993.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena da luta de classes e intraclasse**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. IN: *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext Acessado em: 12 de setembro de 2015.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2011.

SCHERER, Ilse. **Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). Cursos de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural. UFRGS. Porto Alegre, 1972.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: Brasil: de Getúlio a Castelo Branco: 1930-1964**. RJ: Paz e Terra, 1979.

STEDILE, João Pedro [org.]. **A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004, p. 27-48.

ÚLTIMA HORA, junho de 1963. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Sobre os autores e autoras

ALESSANDRA GASPAROTTO. Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Mestrado e Doutorado em História na mesma instituição. Atualmente é professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail para contato: sanagasparotto@gmail.com

ANA CRISTINA HAMMEL. Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2002/2006), mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013) e doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020). Atualmente é docente do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Câmpus de Laranjeiras do Sul. E-mail para contato: hammel.anacristina@gmail.com

ARTHUR CARPENEDO ANDREANI. Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016), mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2016). Atualmente é professor da Educação Básica no Estado de Santa Catarina. E-mail para contato: carpenedo.andreani@gmail.com.br

CÍNTIA WOLFART. Graduada e mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é professora do Colégio Expansão em Quirinópolis/GO. E-mail para contato: cintiawhistoria@gmail.com

FABIANA STAHL CHAPARINI. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2014), com Mestrado em História na mesma instituição (2018). Atualmente é professora da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. E-mail para contato: fabianaschaparini@gmail.com

FABIO PONTAROLO. Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2004), mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2007) e doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2019). Atualmente é docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Câmpus de Laranjeiras do Sul. E-mail para contato: fabio.pontarolo@gmail.com

GUINTER TLAJJA LEIPNITZ. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), mestre em História (2010) e doutor em História (2016), pela mesma instituição. Atualmente é docente do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail para contato: guinterleipnitz@unipampa.edu.br

HIOLLY BATISTA JANUÁRIO DE SOUZA. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (2011), Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2017) e professora da Educação Básica no Estado de Mato Grosso desde 2018. E-mail para contato: hiollybatista8@gmail.com

IRENE SPIES ADAMY. Graduada em História e Especialização em Teorias da História pela FACIMAR/UNIOESTE; fez Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora de História na Rede Pública do Estado do Paraná/Cascavel. E-mail para contato: ireneadamy@hotmail.com

JACOB BLANC. Graduado em História pela Universidade de Califórnia, San Diego, e mestre e doutor em História pela Universidade de Wisconsin, Madison. Atualmente é professor na Universidade de Edimburgo. E-mail para contato: Jacob.Blanc@ed.ac.uk

JOSÉ CARLOS RADIN. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo - UPF (1982), Especialista em História do Brasil, também pela UPF (1985), Mestre (1996) e Doutor (2006) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Estágio Pós-Doutoral na *Università Degli Studi di Padova* (Itália) 2018. Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Câmpus de Chapecó. E-mail para contato: radin@uffrs.edu.br

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA. Graduado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2009), onde também realizou estágio pós-doutoral em 2020. Atualmente é docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Câmpus de Marechal Cândido Rondon. E-mail para contato: marcioboth@gmail.com

MARCOS ALEXANDRE SMANIOTTO. Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), Mestre em História pela mesma instituição (2008) e Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2016). Atualmente é professor de História na Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Paraná. E-mail para contato: marcos.smaniotto@escola.pr.gov.br

PAULO JOSÉ KOLING. Graduado em Filosofia e fez Especialização em História do Brasil, pela Universidade de Passo Fundo, em Teorias da História pela FACIMAR/UNIOESTE; cursou Mestrado em História Ibero-Americana pela PUC/RS (1997) e Doutorado em História também pela PUC/RS (2004). É

docente no Curso de Graduação de História e no Programa de Pós-Graduação em História (M/D) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Câmpus de Marechal Cândido Rondon. E-mail para contato: pkoling@gmail.com